



Faculdade Social da Bahia - Diálogos Possíveis
Av. Oceânica 2717, Ondina, Salvador, Ba
Prédio Central - Sala 117 - Fone: (71) 4009-3696
e-mail : dialogos@faculdadesocial.edu.br

Diálogos possíveis: revista da Faculdade Social da Bahia.
Ano 13, n.1 (jan/jul. 2014) -- . __ Salvador: FSBA, 2014
25 cm.
Semestral
ISSN 1677-7603

Seguindo as orientações da NBR 6021 A revista passa a partir de 2004 a adotar a designação de ano em substituição à antiga denominação de volume.

1. Educação-Brasil-Periódicos. 2. Comunicação social-Periódicos. I. Título. II. Faculdade Social da Bahia.

CDU: 378

Direção:

Rita Margareth Costa Passos

Editor e Revisor:

Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes

Conselho Editorial / Editorial Advisory Board:

Adriana Farias Gehres - Universidade do Estado de Pernambuco
Alexandra Alvarez - Universidad de los Andes - Venezuela
Antônio de Jesus Tavares - Universidade Federal de Sergipe
Clovis Renan Jacques Guterres - Universidade Federal de Santa Maria
José Antônio Pinho - Universidade Federal da Bahia
José Euclimar Xavier Menezes – Universidade Católica do Salvador e Faculdade Social da Bahia
Luiz Alberto Sanz - Centro Laban - Rio
Tau Golin - Universidade de Passo Fundo
Luis Ernesto Behares - Universidad de la República del Uruguay
Mônica Salomon - Universidad Autónoma de Barcelona
Neusa Demartini Gomes - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Rosana Zucolo - UNIFRA, Centro Universitário Franciscano
Victor Gentili - Universidade Federal do Espírito Santo
Tereza Cristina de Oliveira – Faculdade Social da Bahia
Elaine Costa Fernandez – Univeristè Toulouse le Mirail/Universidade Federal de Pernambuco
Eda Terezinha de Oliveira Tassara - USP-SP
Eugenia Scabini – Università Cattolica del Sacre Coure/Milão/Itália
Maria Cecília Leite de Moraes – Centro Universitário Adventista/SP
Tchirine Mekideche - Université de Argel/Argélia
Elaine Pedreira Rabinovich – Universidade Católica de Salvador
Jaroslaw Merecki – Pontificia Università Lateranense/Roma
Antoinette Fauve-Chamoux – École des hautes études en sciences sociales/Paris

Programação visual, diagramação, editoração eletrônica e Revisão técnica / Visual programing, electronic diagramming, editing and revision: Leonardo Alves dos Santos e Aniele Carqueija Moraes

IOSSUMÁRIOSUMÁRIOSUMÁRIOSUMÁRIOSUMÁRIOSUMÁRI

EIXO TEÓRICO-TEMÁTICO

Apontamentos para uma sociologia da juventude <i>WEISHEIMER, Nilson</i>	7
Résistance au récit, récit de résistance. L'accompagnement au récit de vie em situation extrême <i>DELORY-MOMBERGER, Christine</i>	27
Dynamiques spatiales et mécanismes de contrôle à Salvador de Bahia <i>LOURAU-SILVA, Julie Sarah</i>	41
ESTUDOS DE CASO: Juventudes, violências e políticas de segurança públicas. La gestion de la racaille. Éléments de compréhensions d'un acte criminel dans um quartier populaire français <i>PUAUD, David</i>	60
Muitas cabeças, muitas sentenças: Uma mirada acerca das representações sociais das juventudes do bairro Guajuviras (Território de Paz) na cidade de Canoas/RS <i>KERBER, Aline de Oliveira; PAZINATO, Eduardo</i>	78
Cidadanias negadas: Os jovens em territórios com unidades de polícia pacificadora – Rio de Janeiro <i>ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia</i>	106
Homicídios de Jovens em Salvador e as Novas Tessituras das Cidades <i>ESTEVES DE CALAZANS, Márcia</i>	134
Jovens, gênero, mídia e violência em contexto de “pacificação na cidade do Rio de Janeiro” <i>HEILBORN, Maria Luiza; FAYA, Alfonsina; DAMASCENO, Ana Paula; SOUZA, Josué de</i>	156
Capitães da Areia: fragmentos de violência, vulnerabilidade e (des)cuidados de jovens pobres no Centro Histórico de Salvador, Bahia <i>PITTA, Ana Maria Fernandes; LEONELLI, Margareth; ALBUQUERQUE, Ruy; RIOS, Maira</i>	183
Juventudes, violências e o sistema punitivo. Registro de violencias padecidas por los jóvenes en el sistema carcelario: las micropenalidades y los suplementos punitivos <i>DAROQUI, Alcira; GUEMUREMAN, Silvia</i>	206
Entre fierros e prata dulce: consideraciones acerca de las trayectorias de adolescentes privados de libertad <i>FRAIMAN Ricardo; VISCARDI, Nilia</i>	239
Violência-Resistência Le mouvement des “blacks dragons” face aux promesses d'un mythe. Les intervalles du moment dans les prises d'un combat <i>GADRAS, Mike</i>	268
Conduzindo o perigo: práticas e redes nodulares de governança da segurança entre taxistas <i>PAES-MACHADO, Eduardo, NASCIMENTO, Ana Márcia</i>	284





aos

lei-



tores



**Juventudes,
violências e
vida na cidade.**

Prezados (as) leitores (as) fechamos o ano de 2014 com a publicação desse dossiê. O mesmo reflete a construção de uma rede nacional e internacional que viemos afirmando na Bahia junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania do PPG em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. O Núcleo tem se dedicado aos estudos sobre sociologia e antropologia urbana à partir das cidades, formas de violências e resistências, relações de gênero, polícia, extermínio da juventude negra, política de segurança pública, participação, ativismo e cidadania. Nesse sentido os estudos e pesquisas desenvolvidos por esse recaem sobre problematizações a respeito dos marcadores sociais da diferença, e a produção de lugares, territórios, sujeitos, identidades e sociabilidades em contextos urbanos periféricos.


Nessa coletânea busca interlocução com grupos e pesquisadores do Brasil, Argentina, Uruguai e França, grupos e pesquisadores estes que também vem debruçando-se sobre essa temática.

O dossiê deste número, “Juventudes, Violências e Vida nas Cidades”, organizado por Márcia Esteves de Calazans e Julie Sarah Lourau Silva, inicia abordando o eixo teórico-temático sobre sociologia da juventude (Nilson Wheisheimer), violência, resistência e as dinâmicas espaciais da cidade.

Wheisheimer em Apontamentos para uma Sociologia da Juventude contribui com a reconstrução analítica para juventude enquanto categoria sociológica. Sua linha argumentativa inicia pelo advento da juventude no contexto da modernidade; prossegue apontando as mudanças em diferentes âmbitos da existência humana que marcam a entrada na fase juvenil e suas fronteiras. E ainda discorre sinteticamente sobre enfoque teórico geracional; abordando a juventude como representação social e; propõe algumas categorias presentes nos estudos deste campo buscando desfazer possíveis confusões entre os termos juventude(s), jovens, condição juvenil e situação juvenil.

O artigo Resistência à narrativa, narrativa de resistência, o acompanhamento à narrativa de vida em situação extrema de Christine Delory-Momberger traz uma contribuição importante em torno da prática de história de vida e do conceito de resistência. A autora da visibilidade às condições e aos desafios da narrativa de vida em situação extrema de violência física, psíquica ou moral. A narrativa biográfica dentro das suas resistências a se dizer, a se contar é um elemento importante a ser analisado não somente do ponto de vista individual, mas levando em conta as dimensões políticas e sociais da produção do sofrimento e, ainda as estratégias de resistência em contextos violentos e/ou hostil.

Dando continuidade ao eixo teórico-temático, o artigo Dynamiques spatiales et mécanismes de contrôle à Salvador de Bahia de Julie Lourau Silva procura entender como se pensa o espaço urbano dentro dos planejamentos das políticas públicas de segurança e, conseqüentemente, como o pesquisador pode pensar os quadros sócio-espaciais da sua pesquisa. A linha diretriz dessa reflexão é




pensar de que forma e em que proporção o quadro de pensamento (aqui o quadro espacial) influi na própria maneira de pensar; ou seja, como o dispositivo de pensamento já traz um certo quadro de resposta. Nesse âmbito, a contribuição de uma antropologia da cidade participa de uma leitura que se quer fora dos padrões de controle social induzidos pelos recortes administrativos que servem de recortes espaciais para as políticas públicas de segurança.

O segundo conjunto de escritos aborda estudos de casos, e encontra-se agrupado em subtítulos temáticos, tais como “Juventudes, violências e políticas de segurança públicas”; “Juventudes, violências e o sistema punitivo” e “Respostas e formas de resistência às violências”. Nesse recorte temático “Juventudes, violências e políticas públicas de segurança” são exploradas várias combinações entre os serviços sociais especializados e os jovens como no artigo de Puaud e o de Pitta et al.; entre os jovens e a polícia de proximidade no caso das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) do Rio de Janeiro relatadas por Abramovay e Castro e por Heilborn et al. E, ainda, as políticas públicas de segurança levadas a efeito na localidade do município de Canoas/RS (sua interface com as violências, crimes, drogas, entre outros), nos territórios de paz em de Kleber e Pazinato.

Em *La gestion de la “racaille”*: *Éléments de compréhensions d’un acte criminel dans un quartier populaire français*, David Puaud cria uma narrativa em torno de um jovem de um bairro popular de Châtellerauld que desde sua primeira infância é “acompanhado” pelos serviços sociais. O autor é também um agente social, educador especializado, o que propicia uma leitura interessante. Ele analisa como o jovem vai desenvolver uma identidade atípica a partir das grades de análises utilizadas pelos serviços sociais e como isso repercute na sua vida, levando-o até o crime. Puaud demonstra como os quadros formais cercam e sufocam o jovem que de vítima social se torna criminal. Tanto o texto do Puaud como o de Lourau-Silva convidam a revisitar os quadros sociais e entender o quanto os quadros normativos influem sobre as populações enquadradas (Puaud) e sobre o modo de pensar seu objeto (Lourau-Silva).

Nesse segundo conjunto o leitor encontrará em Estudos de caso, do subtítulo “Juventudes, violências e políticas de segurança públicas” o artigo *MUITAS CABEÇAS, MUITAS SENTENÇAS: Uma mirada acerca das representações sociais das juventudes do bairro Guajuviras (Território de Paz) na cidade de Canoas/RS* de Kerber e Pazinato qual procura abordar e analisar, para além de uma ótica tradicional e longitudinal, as representações sociais das juventudes do Guajuviras, primeiro Território de Paz de Canoas/RS, acerca das políticas públicas de segurança levadas a efeito nessa localidade (sua interface com as violências, crimes, drogas, entre outros), restringindo-se ao período compreendido entre 2009, início da implantação do citado Programa na cidade, e o ano de 2011, marco dos primeiros dois anos de desenvolvimento dessa iniciativa no Município.

Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro em *Cidadanias negadas*:




Os jovens em territórios com unidades de polícia pacificadora – Rio de Janeiro, exploram como as favelas em que vivem os jovens são por eles retratadas, cidadanias vividas e negadas, considerando condições de vida como escolaridade, trabalho, nível sócio econômico das famílias, percepções sobre as UPPs, o que eles indicam como principais problemas das áreas em que vivem, expectativas quanto ao Governo-retorno da Copa e das Olimpíadas para as suas ‘comunidades’- e, em especial, como as violências se fazem presente de forma latente e manifesta em seus relatos.

Márcia Esteves de Calazans, em Homicídios de Jovens em Salvador e as Novas Tessituras das Cidades se propõe a analisar o significado das novas políticas públicas de segurança centradas na questão do território, a partir dos primeiros resultados de uma pesquisa em curso na cidade de Salvador: Organização Social do Território: Homicídios de Jovens em Salvador. Busca refletir, sobretudo, em que medida os novos padrões da mortalidade juvenil, que vêm se desenhando em Salvador, têm sido impactados pelas novas políticas públicas de segurança.

Os números são elevados, os jovens, sobremaneira, são atores principais, ou seja, atingem uma categoria bem definida – jovens negros – e localizam-se em determinadas áreas integradas de segurança pública. Ou seja, ao mesmo tempo em que dão visibilidade à desigualdade no que diz respeito ao acesso desta população a serviços, também o fazem quanto à forma como a violência é distribuída na metrópole e como a política pública de segurança intervém no território. Se por um lado a violência letal aponta uma categoria social bem definida, levando ao risco de uma associação à imagem da periferia, por outro é importante pensarmos que se trata de uma temática urbana, da vida nas cidades, e que coloca em xeque a garantia de direitos fundamentais, o acesso a serviços tais como saúde, educação, saneamento, cultura, esporte e lazer.

Em Jovens, gênero, mídia e violência em contexto de “pacificação na cidade do Rio de Janeiro, Maria Luiza Heilborn, Alfonsina Faya Ana Paula Damasceno e Josué de Souza detém-se sobre o tema da violência e juventude em territórios de conflito armado na cidade do Rio de Janeiro em razão da presença ou da tentativa de controle do narcotráfico. Está baseado em duas investigações qualitativas em favelas cariocas que contam com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). As características particulares de cada favela imprimem à violência e o modo da mesma ser retratada pela mídia, traços específicos de lidar com a população jovem, sobretudo a de sexo masculino, que é simultaneamente autora e vítima de violência. Neste trabalho as autoras e autor descrevem alterações das dinâmicas sociais introduzidas, em especial na sociabilidade juvenil, pela presença ostensiva da polícia segundo as narrativas dos moradores de cada localidade. E, ainda, demonstraram de que modo a mídia ajudou a sustentar a implantação desta política pública através da adoção da dicotomia guerra/paz e pelo modo de apresentação dos eventos ligados à criminalidade nas áreas investigadas.

Pitta et al. formam uma equipe multidisciplinar de saúde mental e



profissionais sociais operando no projeto Capitães de areia, dando apoio à jovens de rua em situação de violência, droga e exclusão, no centro histórico de Salvador. Nesse artigo, os autores desenham 4 retratos de jovens para dar conta das estratégias que o projeto Capitães de areia articula para dar um suporte aos jovens. Os profissionais acionam de maneira singular, para cada jovem, determinados serviços sociais tais como: agendamento de visitas médicas, abrigos, assistência administrativa, escola, etc. Assim, o projeto tem em vista de minimizar as violências contra eles cometidas ou por eles cometidas dentro da ideia de uma sociedade mais justa e equitativa e tentando viabilizar as políticas públicas voltadas para o enfrentamento do abandono e exclusão.

Em “Juventudes, violências e o sistema punitivo” segundo sub-título de conjunto de escritos a partir de estudos de caso Alcira Daroqui e Silvia Guemureman em Registro de violencias padecidas por los jóvenes en el sistema carcelario: las micropenalidades y los suplementos punitivos, mostrar la violencia que es ejercida sobre los jóvenes de sectores socialmente vulnerables, aquellos habitualmente señalados como violentos y capturados por las agencias de control social y que desfilan por toda la cadena punitiva, desde la aprehensión por alguna de las fuerzas de seguridad, pasando por los pasillos de los tribunales y dirimiendo sus destinos entre la libertad, el riesgo, la cárcel y la muerte prematura. Mostrar el despliegue de las agencias de control social implica dar cuenta de las prácticas que ejercen en sus rutinas cotidianas las fuerzas de seguridad, los jueces, los agentes de tratamiento, los penitenciarios, y toda el espectro de profesiones que se ocupan de la “desviación” (Cohen, 1979). La gama es amplia, y para este artículo hemos decidido hacer un recorte que implicó la toma de decisiones sucesivas. Las prácticas a mostrar serán las prácticas punitivas carcelarias y dentro de éstas, aquellas que implican el uso de la fuerza.

Esto supone que los sujetos destinatarios de esas prácticas ya han sido capturados y por lo tanto, ya han padecido diversas violencias por parte de las fuerzas de seguridad. Hemos escogido el grupo poblacional de los jóvenes comprendidos entre los 15 y los 34 años en situaciones de encierro punitivo (unidades penitenciarias e institutos de seguridad para personas menores de edad) como aquel destinatario de esas prácticas y sobre cuyos cuerpos se ejercen el uso de la fuerza y la violencia institucional. Finalmente, y como nuestros registros proceden de investigaciones concretas, hemos elegido circunscribirnos a la Provincia de Buenos Aires, jurisdicción en donde habita el 39% de la población de la República Argentina.

Nilia Viscardi e Ricardo Fraiman com Entre fierros e plata dulce: consideraciones acerca de las trayectorias de adolescentes privados de libertad, apontam las actuales dinámicas económicas, familiares y comunitarias de los barrios pobres y asentamientos irregulares de la ciudad de Montevideo, arrojan a muchos adolescentes al mercado informal de trabajo y a otros a mercados ilegales en los que el robo, la distribución minorista de drogas y la prostitución son fuentes de provisión de dinero. La contracara institucional de este mundo no es



el Estado que protege por vía del amparo, la escuela, la vivienda o el reaseguro del contrato salarial, sino el Estado que castiga: para muchos adolescentes y jóvenes, los programas de privación de libertad y la cárcel constituyen el vínculo más duradero y vivido con el Estado. En estas condiciones se consolidan relaciones fuertemente estructuradas en torno al delito y al uso de la violencia como bien intercambiable por parte de adolescentes vulnerables. El artículo analiza los intercambios de dones y contra-dones, los procesos de reclutamiento, prestigio y membresías que se dan en los barrios, familias y economía del delito y la infracción adolescente y juvenil, a partir del estudio de las trayectorias infraccionales de adolescentes privados de libertad.

O texto de Gadrás participa do capítulo “Resposta a violência” a través da estratégia de resistência atuada pelo grupo os “Black Dragons”, reunindo jovens de origem africana, em Paris, numa atitude defensiva em relação com atos racistas e violentos de skinheads que ocorrem em Paris na década de 80. O autor explora os motivos e os recursos de jovens em situação de racismo a través de mecanismo de resistência e/ou ofensiva a partir da prática das artes marciais e a relação que se opera então entre o social e o político.

Eduardo Paes Machado e Ana Márcia Nascimento Este artigo contrasta conjuntos de práticas de segurança, examinando as conexões entre eles a as redes nodulares de taxistas em Salvador, Brasil. Utiliza dados extraídos de entrevistas, observação direta e matérias jornalísticas. Aponta a influência da diferenciação sociocupacional nas práticas acionadas pelos taxistas. Argumenta que estes procedimentos constituem e são constituídos pelas redes nodais. Demonstra o papel decisivo destas últimas na geração, operação e articulação das práticas de segurança individuais e coletivas. Conclui que as redes nodais influenciam o imaginário e construção social dos motoristas como comunidades ofensivas que precisam ser compatibilizadas com uma governança da segurança mais ampla, justa e democrática.

Editoras Márcia Esteves de Calazans
Julie Sarah Lourau-Silva



EIXO TEÓRICO- TEMÁTICO:



1

Apontamentos para uma sociologia da juventude*

Nilson WEISHEIMER

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS/UFRB).

* Artigo originalmente publicado na Revista Cabo-Verdiana de Ciências Sociais Ano 1, Número 1, Jan- Jun 2013.



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Resumo O presente ensaio aborda a juventude como categoria sociológica. Discorre sobre o advento da juventude no contexto da modernidade; aponta as mudanças em diferentes âmbitos da existência humana que marcam a entrada na fase juvenil e suas fronteiras; discute a abordagem da juventude como faixa etária que permite definir subgrupos de idade; apresenta resumidamente o enfoque teórico geracional; abordamos a juventude como representação social. Ao final propõem definições para as categorias juventude(s), jovens, condição juvenil e situação juvenil.

Palavras-chave Juventude(s). Jovens. Condição juvenil. Situação juvenil.

Abstract This essay focuses on youth as a sociological category. Discusses the advent of youth in the context of modernity; indicates changes in different spheres of human existence that mark the entry into the juvenile phase and its borders; discusses how to approach the youth age group that is defined subgroups of age; summarizes the focus generational theory; addressed the youth as social representation. At the end propose definitions for the categories youth (s), young, juvenile condition and situation juvenile.

Keywords Youth(s). Young. Juvenile. Condition. Situation juvenile.



Toda ciência tem sua especificidade definida por seu objeto. No caso da Sociologia da Juventude podemos dizer que este objeto é constituído por diversos processos sociais protagonizados por sujeitos jovens. Definimos a Sociologia da Juventude como uma área especializada da Sociologia que se dedica ao estudo da juventude como um fenômeno social, cultural e histórico. Isto implica em reconhecer que a juventude não é um dado natural, mas sim, uma construção social. Todavia as dificuldades de uma Sociologia “específica” que toma como objeto a juventude, suas relações sociais, processos de estruturação e suas ações sociais, reside justamente nas dificuldades de conceituação deste objeto. Neste sentido, um dos principais desafios a que se propõem estudar tais fenômenos é dotar sua categoria central – a juventude – de maior precisão conceitual e analítica. A pesar da complexidade dos processos sociais que envolvem este objeto, no presente ensaio aventuramo-nos a tentar contribuir para sua reconstrução analítica como categoria sociológica. A linha argumentativa inicia pelo advento da juventude no contexto da modernidade; prossegue apontando as mudanças em diferentes âmbitos da existência humana que marcam a entrada na fase juvenil e suas fronteiras; recorremos as abordagens da juventude a partir do critério etário que permite definir subgrupos de idade; discorremos sinteticamente sobre enfoque teórico geracional; abordamos a juventude como representação social e; finalmente proporemos algumas categorias presentes nos estudos deste campo buscando desfazer possíveis confusões entre os termos juventude(s), jovens, condição juvenil e situação juvenil.

JUVENTUDE E MODERNIDADE

A juventude é uma categoria social que passa a se constituir e adquire o sentido atual a partir do advento da modernidade. Deste modo, cabe salientar que as percepções correntes sobre ela são, necessariamente, sociais, culturais e historicamente determinadas. Isto implica reconhecer que, mesmo que já existissem jovens nos períodos históricos anteriores, seus significados, características e papéis sociais eram bastante diversos do que se atribuem recentemente.

A modernidade corresponde ao período histórico inaugurado pelo desenvolvimento do capitalismo e a ascensão política da burguesia, que rompeu, definitivamente, com os laços do tradicionalismo. Entre as principais características da modernidade, destacam-se as contínuas, rápidas e intensas transformações sociais, culturais e econômicas; a ampliação da diferenciação social; da especialização e da relativa autonomia das instituições; assim como a crescente racionalização, burocratização e secularização da vida. Estas características encontram-se relacionadas com o surgimento da juventude.



Nota-se que não é sem justificativas que os jovens são frequentemente adjetivados como modernos, como diferentes ou inovadores.

Partindo de uma abordagem histórica, o francês Philippe Ariès (1981) relacionou a emergência da categoria juventude com o desenvolvimento do capitalismo e as novas relações sociais daí resultantes. Em sua obra, demonstrou que as noções de infância e juventude foram longamente construídas social e historicamente. Para este autor, a juventude é uma noção que emerge na modernidade com base em dois processos fundamentais, distintos, simultâneos e inter-relacionados. Vejamos cada um deles.

Conforme Ariès (1981), o primeiro corresponde às mudanças ocorridas nas formas da organização familiar a partir do século XII. Neste período, processa-se uma diferenciação entre as esferas pública e privada que se institucionalizariam com a tomada do poder político pela burguesia. Remonta a esta época uma mudança de orientação no âmbito do grupo doméstico. A família passa a voltar-se cada vez mais para si mesma, passando a organizar-se em torno da criança e erguendo entre ela mesma e a sociedade o muro da sociedade privada. Isto se reflete, também, na composição do grupo doméstico que vai deixando de ser caracterizado por laços amplos e voltando-se ao convívio mais estreito e íntimo. Passa a ser processada uma importante transformação na forma de organização do grupo parental da família extensa à família nuclear – esta última formada pelo casal e seus filhos. “A família tornou-se um lugar de uma afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos, algo que não era antes” (ARIÈS, 1989, p. 11). A juventude assume então, no interior de uma família nuclear, um novo e diferenciado papel social, uma vez que passa a ser responsabilidade dos pais a preparação das condições de existência e sobrevivência futura dos filhos.

O segundo processo, não menos importante, apontado por Ariès (1989), consiste no surgimento da juventude como um fenômeno social moderno basicamente entre os setores da burguesia e da aristocracia. Estas classes sociais podiam manter seus filhos longe da vida produtiva e social enviando-os para escolas e liceus para prepará-los para funções futuras. Foi justamente esta segregação das novas gerações nas instituições educacionais que substituiu a aprendizagem privada da família por um sistema de educação via escolarização que acaba por conferir visibilidade ao fenômeno juvenil. Posteriormente, com a institucionalização e universalização do processo educacional, como etapa preparatória para a inserção das novas gerações no mundo do trabalho, tornou-se cada vez mais visível a especificidade da etapa intermediária entre a infância e a fase adulta, configurada pela adolescência e a juventude (ARIÈS, 1981). Este é um processo típico da modernização que cria instituições de novo



tipo, a instituição burocrática, como expressão dos processos de racionalização das práticas sociais. Tal como a industrialização do processo de trabalho tem em vista os objetivos da atividade econômica capitalista, a escolarização como forma de educação das novas gerações orienta-se pelo mesmo princípio. Por meio da institucionalização burocrática do ensino, é possibilitada a reprodução das hierarquias sociais formando os gestores da indústria capitalista e do Estado burguês.

Em síntese, pode-se dizer que o aparecimento da noção de juventude – como a conhecemos hoje – resulta de processos iniciados pela modernidade e que implicaram uma crescente racionalização e individualização das práticas sociais, promovendo a distinção entre a esfera privada (família) da pública (escola). A modernidade ocidental que corresponde ao período de ascensão do modo de produção capitalista resultou numa crescente institucionalização das fases da vida humana promovida sob a perspectiva dos interesses da classe burguesa e de sua direção sobre o Estado, a escolarização e a industrialização capitalista. Deste modo, a juventude, que se diferencia dos demais grupos etários, inicialmente no âmbito das elites entre os séculos XVII e XVIII, expandiu-se como fenômeno social via nuclearização das famílias e universalização do ensino para todas as classes sociais.

FRONTEIRAS E CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO JUVENIL

A juventude representa uma fase da vida situada entre a infância e vida adulta. Seu marco inicial coincide com a conclusão do desenvolvimento cognitivo da criança. Conforme a psicologia genética de Jean Piaget (2007), isto corresponde à capacidade de realizar operações formais cujo processo de estruturação se conclui por volta dos 15 anos de idade e confere ao indivíduo uma nova capacidade, a execução de operações mentais próprias do pensamento abstrato e hipotético-dedutivo¹.

Do ponto de vista das práticas sociais o início da juventude é representado pelo surgimento da puberdade. Esta é marcada pelo desenvolvimento de um novo porte físico e por novas exigências de disciplinamento dos corpos. Estas mudanças biológicas são acompanhadas pela incorporação de novos papéis sociais que acentuam, entre outras coisas, as distinções entre os sexos. De modo geral, podemos dizer que a

¹ Segundo o modelo do equilíbrio proposto por Piaget (2007), o desenvolvimento cognitivo humano é marcado por um processo contínuo de equilíbrio (passagem da gênese à estrutura) que dá origem a estados de equilíbrios sucessivos e essencialmente descontínuos, ou seja, de sistemas de ações organizadas que marcam os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo: sensorio-motor; pré-operatório; operatório concreto; operatório formal que marcam as etapas cada vez superiores de adaptação via interação entre sujeito e mundo exterior.



entrada na fase juvenil da vida é marcada por múltiplos critérios que expressam as transformações vividas pelos indivíduos no plano biológico, psicológico, cognitivo, cultural e social.

Por sua vez, o término da juventude é definido por critérios eminentemente sociológicos. O fim da juventude aparece relacionado à progressiva autonomia nos planos cívico (maioridade civil) e ligado à conjugação de responsabilidades produtivas (um status profissional estável); conjugais (um parceiro sexual estável assumido como cônjuge); domésticas (sustento de um domicílio autônomo); e paternal (designação de uma prole dependente). Desta forma, as fronteiras que demarcam o início e o término do período do ciclo de vida caracterizado como “juventude” envolve um conjunto de fenômenos objetivos e subjetivos, sociais e individuais que tendem a variar de sociedade para sociedade.

Podemos compreender o processo juvenil enquanto um conjunto de mudanças em diferentes âmbitos da existência humana. Estas diferentes alterações foram descritas pelo antropólogo chileno John Durston (1997) e sistematizadas no Quadro 1.

Quadro 1: Características do Processo Juvenil.

Âmbito	Processo
Biológico – Fisiológico	Inicia-se e desenvolvem-se mudanças fisiológicas da puberdade e se adquire capacidade reprodutiva.
Psicossexual	Há o desenvolvimento da aprendizagem do cortejo e do descobrimento sexual.
Cognitivo	O processo de aprendizagem formal e informal chega a seu auge.
Interpessoal	As pessoas definem sua identidade juvenil diante de seus pares de idade. Alcançam certo grau de autonomia em relação às figuras paternas, tão importantes na infância.
Social	Aumenta progressivamente a presença do trabalho produtivo em sua vida cotidiana. A pessoa desenvolve gradualmente sua subjetividade social como um novo adulto, assumindo uma maior responsabilidade econômica e autoridade de voz na sociedade.

Fonte: WEISHEIMER, 2004, adaptado de DURSTON, 1997.

No âmbito biológico-fisiológico, são produzidos processos descritos como puberdade que marca o início da capacidade reprodutiva. Dá-se o nome de puberdade às modificações biológicas e à maturação sexual. Conforme os estudos no campo da endocrinologia pediátrica, este processo ocorre entre as meninas cerca de dois anos antes do que entre os meninos (SETIAN, 2002).

No âmbito psicossexual, surgem as primeiras descobertas dos jogos sexuais, as práticas do cortejo, a atração e o desejo sexual. Este processo não é vivido sem angústia e inquietação por jovens adolescentes, gerando sentimentos ambíguos e comportamentos pendulares manifestados hora



pelo desejo de voltar à pureza das relações infantis, hora pelo desejo da experimentação sexual diante da dúvida se este é o momento adequado, ou ainda, se está com o parceiro (a) certo (a) para viver esta experiência.

No âmbito do desenvolvimento cognitivo, como mencionamos anteriormente, o processo de aprendizagem formal e informal chega a seu auge. Isto se deve ao amadurecimento do córtex pré-frontal e de outras regiões corticais. Possibilita tanto a evolução da memória quanto o aprofundamento do raciocínio abstrato, a maior capacidade de atenção e gerenciamento das emoções (IZQUIERDO, 2002).

No âmbito interpessoal, os sujeitos passam a construir suas identidades na interação com seus pares de idade, produzindo e incorporando uma identidade tipicamente juvenil. Esta construção social das identidades (DUBAR, 2005) sintetiza atos de pertencimento a novas esferas de ação social ao mesmo tempo em que expressa certo grau de autonomia em relação às figuras paternas, tão importantes na infância.

No âmbito social, o processo juvenil vai ser caracterizado por uma progressiva inserção nas esferas produtivas que passam a compor parte significativa do tempo cotidiano dos jovens. Simultaneamente, eles buscam construir, via ingresso no mercado de trabalho, as condições necessárias para a conquista de autonomia em relação aos pais, principalmente no quesito financeiro, mesmo que de modo parcial. Esta inserção no mercado de trabalho parece ser a chave para o reconhecimento social de que o jovem está incorporando uma nova subjetividade, tida como típica dos adultos, que é frequentemente atribuída à maior responsabilidade econômica e completada com maior direito de opinião e voz na família e na sociedade.

Novamente chamamos a atenção para a complexidade do processo juvenil no qual as maturidades físicas, sexuais, intelectuais, civis e profissionais não necessariamente coincidem. Destaca-se que, nesta fase, as potencialidades humanas encontram-se plenamente desenvolvidas. O indivíduo, como um ser social, passa a ser mais reflexivo do que em etapas anteriores, sua concepção de mundo e sua própria identidade vão se consolidando, e suas projeções em direção ao futuro tornam-se mais realistas. Neste processo, a afirmação social de sua individualidade é vivenciada na busca de autonomia por meio da progressiva inserção no trabalho, passando a incorporar novas responsabilidades no âmbito jurídico, familiar e social.

A JUVENTUDE COMO FAIXA ETÁRIA

A noção de juventude está intimamente ligada a um critério de medição cronológica da existência individual, o que



permite o estabelecimento de diferentes faixas etárias. Esta abordagem frequentemente recorre a indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais para definir os limites de quem é ou não considerado jovem.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico abrange as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos); a juventude se iniciaria nessa faixa etária como uma categoria essencialmente sociológica e “indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos”. (WAISELFISZ, 2002, p. 18). Por sua vez, a Organização Ibero-americana de Juventude trabalha com a faixa entre os 14 e os 30 anos de idade. Na pesquisa espanhola Informe Juventude em Espanha e na pesquisa realizada pelo Instituto Mexicano de La Juventud intitulada Encuesta nacional de Juventud 2000, foi utilizado o intervalo entre 15 a 29 anos de idade (UNESCO, 2006). Alguns países, como o Japão, classificam como jovens os indivíduos com idades até 35 anos (WAISELFISZ, 2002). No Brasil, a abordagem demográfica do IBGE classifica o “grupo jovem” entre 15 a 24 anos, por sua vez o Estatuto da Juventude reconhece como sendo jovens as pessoas com idades entre 15 a 29 anos. Estes exemplos demonstram que há vários critérios para se definir a faixa etária que compreende a juventude.

A definição de faixas etárias é, obviamente, arbitrária e não dá conta das diferenças entre idade biológica e idade social². Seguindo a proposta de Emile Durkheim, considera-se indispensável ao método sociológico estabelecer, de modo sistemático, rupturas com as pré-noções, não apenas as originadas no senso comum, mas também, aquelas presentes nas instituições oficiais. Desta maneira, a juventude não pode ser tratada como uma unidade social relacionada apenas com estes critérios de enquadramento. É neste sentido que Pierre Bourdieu enfatiza que a juventude é apenas uma palavra, lembrando que “[...] a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (BOURDIEU, 1983, p. 113). O autor chama a atenção para o fato de que esta demarcação etária corresponde, necessariamente, a um jogo de lutas pela imposição de sentido que demarca quem é incluído e quem é excluído da categoria. Com efeito, deve-se estar atento ao jogo de manipulações destas construções normativas, visto que as divisões entre idades são arbitrárias e a fronteira que separa a

² Van Gennep (1977), em seu texto clássico sobre os ritos de passagem, demonstra que a puberdade social não coincide, necessariamente, com a identidade biológica.



juventude e a velhice é um objeto de disputa que envolve a dimensão das relações de poder (BOURDIEU, 1983). Logo, buscaram-se evidenciar as associações cronológicas simplistas como manipulações de linguagem que encobrem, sob uma mesma categoria, realidades sociais que conservam pouca similaridade.

Para o processo de pesquisa, é mais instigante à imaginação sociológica ir além da aparência do fenômeno e buscar compreender como as faixas etárias são socialmente constituídas; como estas podem constituir-se em parâmetros para posicionar os sujeitos num espaço de relações sociais. O que está em jogo aqui é a noção de estratificação etária associada à atribuição de papéis sociais específicos, implicando certa escala de posição na hierarquia social. Tendo isto em conta, poder-se-á identificar que esses padrões etários, tal como propõe o sociólogo José Mauricio Domingues (2004), são sempre mediados pela dimensão hermenêutica da vida social, o que se torna importante à definição geral do universo simbólico, assim como, à mediação entre as diversas perspectivas que constituem os diversos grupos etários e suas diferentes situações de geração. Este posicionamento apresenta a vantagem de superar a imprecisão dos limites que demarcam as gerações.

A abordagem cronológica que estabelece as faixas etárias torna-se importante para a pesquisa social empírica, principalmente para a definição precisa dos critérios de inclusão e exclusão de indivíduos na categoria juventude. Isto exige do pesquisador, como qualquer outra forma de classificação, a explicitação dos parâmetros teóricos que definem a construção operacional da categoria analítica. Levando-se em consideração os diferentes processos de maturação social que envolve o processo juvenil, assume-se, neste estudo, a faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade para demarcar, operacionalmente, a juventude, estabelecendo-se ainda, com base na análise psico-social desenvolvida pelo cubano Lucio Domingues (2003), a seguinte estratificação etária interna:

a) Jovens adolescentes (de 15 a 19 anos): Nesta etapa, juventude e adolescência se interpõem na superação progressiva da primeira pela segunda, uma vez que as mudanças fisiológicas se completam, suas capacidades cognitivas encontram-se plenamente desenvolvidas. O processo de socialização os leva a uma constante interação social possibilitando a incorporação de atividades diversas. Estabelecem-se condutas mais autônomas, assumem-se novos papéis e novas responsabilidades desenvolvendo-se habilidades produtivas e o futuro passa a ocupar um lugar mais importante. O presente passa a ser cada vez mais influenciado por objetivos conscientemente planejados. Neste sentido, o começar a pensar sobre o que se deseja ser no futuro, a escolha



da profissão e a projeção geral da vida tomam o centro dos interesses e das ações fundamentais que se realizam nesta etapa, informando a construção reflexiva da autoidentificação dos sujeitos.

b) Jovens (de 20 a 24 anos): Este grupo se caracteriza pela maturidade biológica, que geralmente não está acompanhada ainda da maturidade social. Desenvolvem e adquirem categorias que lhes permite refletir sobre realidades sociais mais amplas e seus juízos de valor tornam-se mais críticos e objetivos. Em geral, gozam de mais liberdade e menor dependência em relação aos pais. Ao mesmo tempo, a imposição social de assumir novos papéis de adulto muitas vezes torna-se conflitiva, porque os jovens nesta fase tendem a não se identificar com eles. A definição de um projeto profissional mais do que uma possibilidade passa a ser uma exigência social. Nesta fase, a personalidade já se encontra consolidada e as decisões sobre a carreira profissional impõem-se com todo o peso da coerção social. Trata-se de um período em que a inserção profissional se generaliza, a partir das experiências acumuladas, da sua concepção de mundo e da consolidação que vai adquirindo sua auto-avaliação.

c) Jovens adultos (de 25 a 29 anos): Nesta fase, os jovens já alcançaram seu nível de plena maturidade psicológica. Consolida-se a formação profissional. Amplia-se o desempenho social e os papéis na sociedade passam a serem mais diversificados. O âmbito profissional adquire importância central na vida social, servindo de suporte à consolidação identitária. Verifica-se um distanciamento dos grupos de idade e a tendência para estabelecimento de uma relação conjugal mais estável e uma nova família passa a ser construída. Nesta idade, a maioria já assumiu responsabilidades familiares, e os que se encontram na condição de pai ou mãe passam a desempenhar papéis mais complexos. Nesta etapa, os jovens tendem a refletir mais intensamente sobre seus sucessos e avanços pessoais. A auto-avaliação é mais profunda e efetiva. Busca-se corrigir os rumos com a tendência de procura de alternativas que favoreçam a reorientação dos planos futuros que se tornam mais objetivos e complexos e em relação mais estreita com as esferas profissionais e familiares.

Estas características gerais das faixas etárias juvenis não são homogêneas a toda a juventude nem mesmo ocorrem simultaneamente dentro da mesma faixa etária. Teoricamente, é possível suscitar a hipótese de que os jovens agricultores familiares, em certos aspectos, amadureçam socialmente mais cedo do que outros jovens que se inserem em atividades produtivas mais tardiamente, devido à incorporação de certas responsabilidades vinculadas ao processo de trabalho que realizam. Porém, por outro lado, tendem a ter postergado suas condições de autonomia social, por conta do caráter patriarcal que marca esta atividade. Estes aspectos inscrevem-se como



pistas para explicar as diferenças em relação à construção dos projetos entre as faixas etárias, ou mesmo, à ampliação temporal da transição da dependência à autonomia.

Assume-se a posição de que a abordagem da juventude como um recorte etário deve ser utilizada com cautela, evitando-se a naturalização de um fenômeno eminentemente sociológico. Além disto, esta abordagem marcadamente empírica não é suficiente para forjar uma categoria teórica; entretanto, esta posição não implica negligenciar a importância desta variável para a compreensão do fenômeno juvenil e para a delimitação do universo de pesquisa.

O ENFOQUE GERACIONAL

A questão das gerações figura como um dos dilemas centrais da vida social ganhando força nas pesquisas e nos debates das Ciências Sociais. Como enfoque teórico constituiu-se, principalmente, a partir das formulações do sociólogo Karl Mannheim (1968, 1982). Ele parte das características fundamentais da sociedade que são: a) o surgimento contínuo de novos participantes no processo cultural, enquanto; b) antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo; c) os membros de quaisquer gerações podem participar de uma sessão temporalmente limitada do processo histórico; d) é necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada; e) a transição de uma para outra geração é um processo contínuo através da série ininterrupta das gerações (MANNHEIM, 1982, p. 74). Tais aspectos impõem-se como condições estruturantes das relações entre indivíduo e sociedade assim como a transmissão e adaptação da herança cultural nas sociedades. Como a criação e a acumulação cultural nunca são realizadas pelos mesmos indivíduos, cada geração tem, a seu tempo, um contato original com a herança cultural acumulada (MANNHEIM, 1982). Este aspecto é absolutamente central para a compreensão do conceito de geração e de sua relevância à compreensão dos impasses atuais na reprodução social da agricultura familiar.

O conceito sociológico de geração busca romper com resquícios naturalistas da explicação do fenômeno, definindo-o como uma condição situacional frente ao processo histórico e social. Assim, uma geração é constituída por aqueles que vivem uma “situação” comum perante as dimensões históricas do processo social, o que caracteriza uma “situação de geração”. De acordo com Mannheim, “para se participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural” (MANNHEIM, 1982, p. 85). A situação de geração corresponderia a certos locais geracionais que estruturam



posições sociais compartilhadas por indivíduos de um mesmo grupo etário, mas que não se reduz à idade dos mesmos. Deste modo, compreende-se que geração é um conceito situacional.

Sucedendo-se no tempo, as gerações se apresentam como a não-simultaneidade do simultâneo, o que significa que cada ponto do tempo é um espaço de tempo que não se reduz a uma única e homogênea relação com o tempo histórico. Ou seja, indivíduos de gerações diferentes experienciam de modos diferenciados os processos históricos simultâneos. Os membros de uma mesma geração também podem atribuir significados distintos ao mesmo contexto histórico. Com efeito, a geração, assim como a classe social, apresenta-se mais como uma potencialidade do que um grupo concreto que resultaria da transformação dialética do grupo em si em um grupo para si. Mannheim (1982) produz então uma importante distinção entre geração enquanto realidade e unidade de geração.

Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas (MANNHEIM, 1968, p. 87).

A geração enquanto realidade implica algo mais que co-presença em uma tal região histórica e social, implica a criação de um vínculo concreto entre os membros de uma geração, através da exposição deles aos mesmos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica. Por sua vez, a unidade de geração implica um vínculo ainda mais concreto do que o verificado na geração enquanto realidade, ela se refere a um compartilhar de experiências comuns que lhe confere unidade. Esta unidade de geração ocorre quando os jovens compartilham conteúdos mais concretos e específicos formados por uma socialização similar e desenvolvem, em função disso, laços mais estreitos, levando à identificação e ao reconhecimento mútuo devido às similaridades das situações e das experiências constituindo uma comunidade de destino (MANNHEIM, 1968).

Uma unidade de geração não é um grupo concreto, embora possa ser acompanhada de grupos concretos nos quais a similaridade de situação possibilita atividades integradoras que provocam a participação e capacita-os a expressarem exigências desta situação comum. Os grupos concretos das novas gerações encontrariam no movimento juvenil a expressão de sua localização na configuração histórica prevalecente (MANNHEIM, 1968).

Percebe-se que esta abordagem confere importância central às experiências dos jovens, apontadas como fator propulsor da dinâmica da sociedade e identificadas como importantes veios de mudanças e transformações culturais e de



relações sociais. Isto porque uma nova geração “não esta completamente enredada no status quo da sociedade”, (MANNHEIM, 1968, p. 73). Sob este aspecto, os jovens de uma época estão sujeitos a contradições próprias frente ao estágio referente do desenvolvimento capitalista. Emergem conflitos dos jovens com a ordem social já estabelecida; estes revelam as contradições mais agudas da própria organização social, uma vez que, do ponto de vista sociológico, a juventude e a sociedade encontram-se em reciprocidade total (MANNHEIM, 1968). Conforme o autor:

O fato relevante é que a juventude chega aos conflitos de nossa sociedade moderna vinda de fora. É esse fato que faz da juventude o pioneiro predestinado de qualquer mudança da sociedade. [...] Na linguagem sociológica, ser jovem significa, sobretudo, ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo (MANNHEIM, 1968, p. 74-5).

Este estranhamento, possibilitado pelo contato original das sucessivas gerações com a cultura criada e acumulada socialmente permite que novos valores e comportamentos sejam facilmente incorporados pela juventude. Deste fato, podem ser obtidas duas possibilidades de equação das relações intergeracionais.

A primeira tenderá a enfatizar o potencial conflito entre as gerações, entre os jovens e a ordem social estabelecida ou mesmo entre os próprios jovens. A partir desta perspectiva, podem ser extraídos dois tipos de posicionamentos sobre a juventude: um, de caráter voluntarista, baseia-se na ideia ingênua de que os jovens são inerentemente contestadores; outro, num pólo mais conservador, apresenta uma postura cética de que esta “rebeldia” é necessariamente transitória como a juventude.

Na segunda, a juventude passa a ser vista a partir de seu potencial de mudança, enfatizando-se sua capacidade criadora e inventiva. Ela passa a ser percebida como parte dos recursos latentes de que a sociedade dispõe e de seu engajamento depende a vitalidade da própria sociedade. Como destaca Mannheim a este respeito, “a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade” (MANNHEIM, 1968, p. 74-5). Nesta última abordagem, o maior ou o menor grau deste potencial de mudança é atribuído às sociedades dinâmicas, enquanto as que buscam conter a juventude podem ser entendidas como sociedades estáticas (MANNHEIM, 1968).

Os jovens, como parte dos “recursos latentes” de que dispõem as sociedades, aparecem como grupo estratégico não apenas na reprodução das relações sociais como também para a sua transformação. Como mencionado, as gerações são ainda “uma potencialidade”, sem que a elas corresponda uma



consciência, tal qual às classes que não se tornam para si. O potencial transformador da juventude, para ser exercido em toda sua potencialidade, necessita que ela se constitua em “geração para si”, com alto nível de identidade e capacidade de organização. Isto só ocorre quando a juventude se encontra ciente de si mesma, percebendo sua unidade de geração e avançando na direção da construção de grupos concretos. Mannheim (1982, p. 71), em uma nota de rodapé, sugere que uma questão para a pesquisa social possa ser identificar em quais condições os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de sua situação comum e fazem desta consciência a base da solidariedade grupal³.

A abordagem das gerações, por sua dimensão dialética, permite perceber que, sociologicamente, a juventude é um veículo de ligação entre o passado e o futuro; por meio dela, a sociedade se renova permanentemente. O instigante é que este processo de transição ininterrupto das gerações estabelece-se por meio das interações constantes entre jovens e adultos. Por conta dessas interações intergeracionais, os mais velhos se tornam cada vez mais receptivos às influências dos mais novos, resultante da dialética entre as gerações a partir do caráter dinâmico da própria sociedade⁴. Além disso, o caráter experimental do “contato original” dos jovens permite a atribuição de novos sentidos às práticas sociais e o surgimento de um novo quadro de antecipações. Devido a isto, as juventudes não são suscetíveis de comparação, pois, ao viverem épocas históricas diferentes, têm definidos seus conflitos e sua vivência social de maneiras também diferentes (SOUSA, 2006). Logo, não é de estranhar-se a tendência ao distanciamento de projetos entre as gerações.

Entende-se que o enfoque geracional aporta questões importantes à análise dos processos de reprodução e transformação do processo de trabalho familiar agrícola por chamar atenção às alterações na situação dos padrões históricos e culturais que diferem pais e filhos neste contexto. Para compreender em profundidade o impasse atual da reprodução social da agricultura familiar, é necessário analisá-la no quadro das transformações de referências históricas, sociais, culturais e econômicas a partir das quais recebem sua forma e informam seu conteúdo. As formas socialmente estabelecidas para interpretar tais conteúdos serão sempre e necessariamente reapropriadas e resignificadas pelo contato

³ No Brasil, o principal esforço para responder à questão proposta por Mannheim foi desenvolvido por Maria Alice Foracchi (1965, 1972 e 1982).

⁴ Isto se evidencia através da mudança de paradigma que coloca a centralidade do conhecimento como motor do crescimento o que faz dos jovens agentes de propagação de novos saberes uma vez que possuem maior facilidade para o aprendizado e disposição para inovação. Como exemplo, atualmente os mais jovens passam a ensinar os mais velhos como fazerem uso das novas tecnologias e dos recursos informacionais, como no uso de caixas eletrônicos, da telefonia móvel e da Internet, que estão cada vez mais presentes na vida cotidianos dos agricultores familiares.



original da nova geração. Entende-se que os impasses na reprodução social da agricultura familiar apresentam-se como objeto de estudo que requer esta abordagem por serem justamente as relações familiares e de parentesco os elementos decisivos para se pensar a conformação e sucessão das gerações. Estas só se configuram através das vivências individuais e coletivas dos agentes e dos processos reflexivos associados a essas vivências, às experiências que constituem a própria vida social (DOMINGUES, 2004).

JUVENTUDE COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O enfoque centrado nas representações enfatiza que a noção de “juventude” aparece como uma expressão discursiva de uma realidade objetiva. O termo designa um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade. Deste modo, a categorização desloca-se da faixa etária para enfatizar as relações sociais de poder e dominação que configuram a condição juvenil, ou seja, esta posição na hierarquia social que dá sentido às representações sociais. Busca-se apreender os significados que são acionados na definição de quem é e quem não é considerado jovem em um dado contexto sócio cultural, abrindo-se, assim, a possibilidade de relativização entre os diversos sentidos atribuídos a esta categoria. Estes critérios de inclusão e exclusão são socialmente construídos, tornando-se móveis suas fronteiras. Um exemplo deste enfoque encontra-se na publicação intitulada *História Social dos Jovens*, organizada por Levi e Schmitt (1996). Conforme salientam estes autores:

Na juventude encontra-se ainda um conjunto de imagens fortes, de modos de pensar, de representações de si própria e também da sociedade como um todo. Estas imagens constituem um dos grandes campos de batalha do simbólico. A sociedade plasma uma imagem dos jovens, atribui-lhes caracteres e papéis, trata de impor-lhes regras e valores e constata com angústia os elementos de desagregação associados a esse período de mudança, os elementos de conflito e as resistências inseridas nos processos de integração e reprodução social. Portanto, para além das taxinomias mais consolidadas (as referentes à época da vida, da maioridade do ponto de vista dos direitos civis ou políticos, ou da responsabilidade penal), vamos então interrogar-nos sobre as representações mais vagas, e quem sabe mais esclarecedoras, dos papéis sociais da juventude (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 12).

Percebe-se que esta abordagem retém a ideia de que os jovens estariam sujeitos à incorporação de uma série de papéis sociais, ou funções socialmente atribuídas através dos



processos de socialização. A alternância de papéis sociais e de processos de socialização que marcam a condição juvenil está voltada a assegurar a reprodução ou a continuidade social. Esta abordagem permite entender a constituição de diferentes culturas juvenis, uma vez que percebe a juventude enquanto realidades múltiplas, fundadas em representações sociais diferenciadas.

Entre as diferentes representações acerca da juventude, aparecem aquelas elaboradas pelos próprios jovens. Nas sociedades contemporâneas, há uma crescente diferenciação e diversificação das experiências dos jovens, o que resulta em suas múltiplas filiações identitárias e que corresponde à necessidade de dar sentidos às vivências numa multiplicidade de mundos sociais. A singularização das experiências colabora para a emergência de representações, próprias dos contextos de interação social e oportunidades de individualização. Assim, os jovens tendem a perceber a juventude como um tempo de relativa liberdade de escolhas e experimentação, de vivência do presente mais plenamente possível, e com importância em si mesmo. Percebe-se que esta forma de categorizar torna-se importante por dar ênfase às experiências dos próprios jovens, para os quais a experimentação é o elemento definidor da sua condição social e formadora de suas identidades, sejam elas coletivas ou individuais.

Com efeito, a juventude como uma representação científica, não poderia ser construída a partir de uma substantividade inerente aos atores; ao contrário, propõem-se compreendê-la relacionalmente, ou seja, por meio da análise dos processos interacionais nos quais os sentidos atribuídos à juventude são construídos e suas fronteiras são demarcadas. Dito de outro modo, a abordagem das representações enfatiza a determinação sociocultural da juventude, superando-se as abordagens pautadas por uma natureza biológica. Ou seja, o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a uma faixa etária ou período de transição.

ALGUMAS CATEGORIAS TEÓRICO-OPERACIONAIS DA SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

É possível perceber neste debate que a juventude como categoria social é uma construção social, cultural e histórica bastante complexa. Em termos sociológicos, podemos dizer que ela reflete os processos de individualização e racionalização crescentes iniciados na modernidade. O fundamental para sua construção como categoria sociológica é ter presente que a juventude não se constitui, e nem se explica, simplesmente por meio de princípios naturais ou determinações biológicas.



Como expressão da vida social, a juventude aparece como uma categoria complexa que não pode ser definida em função de um único aspecto ou característica. Podemos recorrer às observações de François Dubet (1996) que considera a própria categoria juventude como portadora de uma ambiguidade intrínseca, pois seria, ao mesmo tempo, um momento no ciclo de vida, experimentando as características socioculturais de uma determinada historicidade; simultaneamente, um processo de inserção social ou ainda uma experiência delimitada pela estrutura social.

Reconhecer a complexidade de um fenômeno sociológico não equivale a negar sua possibilidade de compreensão e sistematização por meio de conceitos gerais e válidos para múltiplas realidades. Deste modo, não podemos nos furtar de sistematizar as categorias de análise necessárias ao estudo dos fenômenos juvenis. Para tanto, um primeiro procedimento necessário é considerar que a juventude é uma categoria sociológica; por isto mesmo, seu significado é necessariamente relacional, de tal modo que, assim como afirmou o sociólogo Pierre Bourdieu (1983), sempre somos jovens ou velhos em relação a alguém. Neste sentido, devemos pensar os sentidos da juventude como algo que é produzido em determinados contextos de interação social. Ou seja, tal como propõe Bourdieu, (1998 a, p. 28) para conceber a juventude como categoria sociológica é importante “pensá-la como forma de um espaço de relações sociais”. Busca-se imprimir contornos nítidos no campo teórico-operacional a esta tomada de posição epistemológica com o estabelecimento de definições sintéticas para as categorias: Juventude, Jovens, Condição Juvenil; Situação Juvenil.

Entende-se por juventude uma categoria relacional fundada em representações sociais, tais como as que conferem sentidos ao pertencimento a uma faixa etária, que posiciona os sujeitos na hierarquia social a fim de promover a incorporação de papéis sociais através dos diferentes processos de socialização que configuram as transições da infância à vida adulta. Parafrazeando Mannheim (1982), podemos dizer que a juventude é antes de tudo um signo das relações que a sociedade estabelece, simultaneamente, com seu passado e seu futuro. Entre as características dessa categoria, destaca-se a ambivalência típica de sua situação liminar e transitória; a posição subalterna aos adultos na hierarquia social; a conflitividade originada pelo processo de individualização nesta situação liminar e subalterna; a criatividade e capacidade de inovação própria do contato original das novas gerações com a cultura pré-estabelecida.

Por jovens são designados os indivíduos concretos que vivem os processos de socialização específicos. Constituem-se em sujeitos históricos cujas trajetórias implicam a transição da condição social de criança à vida adulta. Em outras palavras,



os jovens constituem a unidade de análise por excelência dos estudos da sociologia da juventude. Estes podem ser definidos como “agentes”, isto é, como indivíduos socialmente constituídos na totalidade de suas determinações e dotados de poder de produzir impactos significativos na ordem social, quanto como “atores”, ou seja, aqueles que desempenham papéis específicos e pré-estabelecidos.

Além das categorias já citadas, outras duas se impõem. Seguindo a trilha de Miguel Abad (2002) e Marília Sposito (2003), buscamos explicitar as diferenças entre condição e situação juvenil.

A condição juvenil corresponde ao modo como a sociedade constitui e atribui significados às juventudes em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, implicado um modo de ser jovem determinado por estruturas sociais mais amplas. Desta maneira, busca-se destacar que, mais do que uma faixa etária, a condição juvenil é uma posição na hierarquia social. No caso dos jovens, corresponde a uma posição subordinada aos adultos. Lembrando que esta é, por definição, uma condição transitória que se perde com a passagem dos anos, os pesquisadores da UNESCO como WAISELFISZ (2004) argumentam que a superação da subordinação e a conquista de autonomia constituem o eixo central da trajetória que os jovens deverão percorrer.

Por sua vez, “a situação juvenil” diz respeito aos diversos percursos experimentados pela condição juvenil, ou seja, traduz as suas diversas configurações. Esta última categoria é utilizada então para referir-se aos variados processos empíricos, condições conjunturais e particularizadas das múltiplas juventudes.

Estes dois últimos conceitos nos remetem ao fato de que estas primeiras definições seriam incompletas se não incorporassem a multiplicidade destas representações sociais. Isto é, implicam a necessidade de pensarmos mais em termos de juventudes no plural do que no singular, uma vez que estas vivem realidades sociais diversas, construindo experiências e identidades juvenis distintas (WEISHEIMER, 2005). “Ou seja, a juventude só pode ser entendida em sua especificidade, em termos de segmentos de grupos sociais mais amplos” (CARDOSO; SAMPAIO, 1995, p. 18). Esta postura conduz à necessidade de qualificá-la, percebendo-a como uma categoria social complexa e heterogênea, na tentativa de evitar simplificações e esquematismos (VELHO, 2006).

Para efeito de análise, entende-se que a especificidade das juventudes pode ser estabelecida através do exame dos processos de socialização nos quais os jovens estão inseridos (WEISHEIMER, 2004, 2009). Ao serem consideradas, por exemplo, as diferenças de classe social, etnia e gênero, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais por estes jovens e conseqüentemente distinções



relativas aos respectivos processos de socialização. Ou seja, para conferir maior precisão analítica à juventude como categoria sociológica é necessário relacioná-la aos processos de socialização predominantes entre os jovens estudados.

Este posicionamento rompe com as definições de caráter substancialista sobre a juventude, possibilitando construir a categoria analítica de modo relacional, isto é, em termos de sua posição num espaço de relações (BOURDIEU, 1989) sociais. Com efeito, a reconstrução sociológica da condição juvenil, com base no processo de socialização confere maior coerência à proposta de privilegiar as noções de juventudes (representações) e jovens (sujeitos/atores/agentes) no plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. *Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. Última Década*, Viña del Mar, CIDPA, mar., 2002.

ARIÈS, Philip. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DOMINGUES, Lúcio. *Psicología del Desarrollo: adolescencia y juventud. Selección de Lecturas*. La Havana: Felix Varela, 2003.

DUBAR, Claud. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, François. *Des jeunesses et des sociologies: lê cãs fançais. Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 28, n. 1, 1996.

DURSTON, John. *Juventud rural excluída em America latina Reducindo la invisibilidade*. Congresso Latino Americano de Sociologia, 11, 1997, São Paulo.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. (orgs) **A história dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO Sulamita de. **Sociologia da Juventude**



I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

MANNHEIM, Karl.. O problema sociológico das gerações. In. FORACHI, Maria Alice (org). **Mannheim, Grandes Cientistas Sociais**. n. 25. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

PIAGET, Jean, **Epistemologia Genética**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

SETIAN, Nuvarte. **Endocrinologia Pediátrica**. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2002.

SOUZA, Janice Tirrelli Ponte de. Apresentação do dossiê A sociedade vista pelas gerações. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 9-30, 2006.

SPOSITO, Marília. Trajetória na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: **Políticas públicas: juventude em pauta**. FREITAS, Maria V. et al. (org). São Paulo: CORTEZ, 2003. p. 57-74.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência III**. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília: UNESCO, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. **Os Jovens Agricultores e seus projetos profissionais**: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS). Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.



2

Resistance au recit, recite de resistance L'accompagnement au recit de vie em situation extreme

Christine DELORY-MOMBERGER: christine.delory@lesujetdanslacite.com

Professeur en sciences de l'éducation, Université Paris 13 Sorbonne Paris Cité, Membre du Centre de recherche interuniversitaire EXPERICE. Présidente du CIRBE (Collège International de Recherche Biographique). Fondatrice de l'Université Ouverte du Sujet dans la Cité. Directrice de la revue Le sujet dans la Cité. Revue internationale de recherche biographique.



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Résumé Quelles sont les conditions de possibilité et quels sont les enjeux du « récit de la vie » dans les situations extrêmes de souffrance physique, psychique ou morale ? Pour les hommes et les femmes blessés par la vie et par le monde, en quoi le récit peut-il être un lieu de résistance et de reconstruction de soi et du monde autour de soi ? Interrogeant les contextes sociétaux et les dimensions tant personnelles que sociales et politiques de la parole biographique, la contribution se donne pour objet d'examiner les effets de reliance du récit en situation extrême et les conditions de son accompagnement.

Mot-clés Récit de soi. Situation extreme. Accompagnement.

Abstract Which are the possible configurations and what is at stake for "the narrative of life" in situations of extreme physical, psychological and moral suffering? For the men and women hurt by life and the world, in what ways narratives can be a place for resistance and reconstruction of one's self and one's world? By questioning the societal contexts as well as the personal, social and political dimensions of the biographical expression, this paper aims to explore narrative's reconstruction effects within extreme circumstances and the conditions of its accompanying.

Keywords Self-narrative. Extreme situation. Accompanying.



L'objet de cette contribution est d'interroger ce qu'il advient du récit de la vie et du récit de soi dans les situations extrêmes. Comment les situations de marginalité, de précarité, de violence, de souffrance peuvent-elles encore être racontées, alors qu'elles défont les ressources même du « vouloir vivre » ? Et quelles conditions particulières ces situations extrêmes imposent-elles aux pratiques qui visent à accompagner les personnes qui en sont victimes, en particulier pour leur permettre de mettre en mots et en récit ce qu'elles ont vécu ?

Ces questions sur la parole et le récit en situation extrême ne peuvent pas être posées en termes uniquement psychologiques, elles demandent que l'on prenne en compte la dimension de l'espace social et politique dans lequel de tels récits sont produits et reçus, dans lequel ils sont ou non rendus possibles. Elles s'inscrivent par ailleurs dans le cadre plus général des usages contemporains du récit biographique et de ce qu'ils indiquent du rapport de l'individu au social dans les sociétés actuelles.

LE RECIT DE SOI ENTRE AFFIRMATION INDIVIDUELLE ET INSTRUMENT DE RECONNAISSANCE SOCIALE

Lieu réputé privilégié de la subjectivité et de la réflexivité, le récit de soi connaît en effet une révolution de son statut parallèle à celle qui touche la relation de l'individu et du social. Cette mutation prend effet dans un large mouvement d'« individualisation du social » (Rosanvallon, 1995) entamé dès les années 1970, dont le trait fondamental est celui de la massification ou si l'on préfère de la démocratisation des processus qu'il engage. Ce sont en effet des populations entières qui accèdent à ces formes d'individualisation sociale, même si à l'évidence cet accès est variable et inégal selon les positions occupées. On pourrait parler ici d'« individualisme sociétal » pour signifier que cette forme du rapport des individus au social concerne les membres d'une société tout entière et qu'elle est le produit d'une genèse particulière liée aux conditions même de la vie dans une société où les grandes institutions régulatrices (la famille, l'école, l'entreprise, les syndicats, etc.) sont moins prégnantes, où les assignations sociales et professionnelles s'assouplissent, où les existences et les parcours individuels sont moins strictement et moins directement déterminés de l'extérieur et acquièrent une dimension de singularité.

De tels phénomènes sociétaux ne sont évidemment pas sans conséquence sur les représentations que les individus se font d'eux-mêmes et du déroulement de leur existence, sur le degré d'initiative et d'autonomie qu'ils se reconnaissent dans l'exercice de leurs activités sociales, sur le sentiment qu'ils ont de pouvoir agir sur eux-mêmes et sur leur vie. C'est là le deuxième sens que l'on peut donner à la notion d'«



individualisme », celui d'un retour que les individus accomplissent sur eux-mêmes et qui les constitue en sujets capables, par leur activité réflexive et interprétative, de donner une forme personnelle à leurs inscriptions sociales et au cours de leur existence. Cet individualisme « qualitatif » ou « réflexif » se traduit par une aspiration à la réalisation personnelle et par un regard autre porté sur le déroulement et sur le sens de l'existence : les individus considèrent de moins en moins leur propre parcours comme le développement linéaire d'une identité prédéterminée ; ils envisagent au contraire les multiples possibles identitaires que leur ouvre leur ancrage dans des milieux sociaux pluriels et variés comme le matériau d'une découverte expérimentale de soi-même (Martuccelli, 2002).

Mais le véritable renversement auquel on assiste aujourd'hui consiste dans la récupération par les institutions, par les instances et les organisations qui encadrent la vie sociale et économique, du principe d'autoréalisation de l'individualisme « qualitatif ». Il existe désormais une injonction sociale à la réalisation individuelle véhiculée par toutes les instances porteuses de discours collectifs, qu'il s'agisse de l'école, de l'entreprise, des médias. Chacun est sommé d'affirmer sa subjectivité et sa singularité, d'être l'auteur et l'acteur de sa vie, de développer un projet de vie, en se fixant à soi-même ses principes d'action et d'évaluation. Dans le monde du travail et de l'entreprise, cette intimation collective à être « l'acteur de sa vie » se transforme en injonction au management de soi : il revient désormais à chacun de trouver en soi-même les ressources de son intégration sociale, de son employabilité, de sa réussite professionnelle ; il revient à chacun d'être le meilleur et le plus performant, de se faire « l'entrepreneur de soi-même », selon l'expression d'Alain Ehrenberg (1991), ou, comme le dit encore Ulrich Beck développant la formule allemande du « Ich-AG » (littéralement et significativement : « Entreprise-Moi »), d'être « le bureau d'étude de sa propre existence » (Beck, 2003, p. 291).

Ce management de soi n'épargne pas ceux qui, à la marge du monde du travail, grossissent les cohortes des demandeurs d'emploi (jeunes en recherche de premier emploi, chômeurs de plus ou moins longue durée, seniors victimes de « restructuration économique », etc.), tous ceux qui souffrent de précarité sociale et économique et qui forment la cible des politiques sociales d'insertion. À ceux-là qui quelquefois ne peuvent se prévaloir d'aucune expérience ou d'aucune compétence professionnelle, qui connaissent pour certains l'échec de l'intégration sociale après avoir subi l'échec scolaire, l'on demande d'apporter la preuve personnelle – non de leur capacité effective et immédiate d'insertion, non de leur employabilité, puisque précisément celle-ci leur fait défaut – mais de leur volonté d'entrer dans une démarche d'élaboration d'un projet d'insertion, de leur capacité à engager sur eux-mêmes un travail de (re)construction, en un mot de leur



disposition à agir sur eux-mêmes et à se transformer personnellement pour s'adapter et s'ajuster aux contraintes du système économique et du marché du travail.

Au sein de ce que certains ont appelé « la société biographique » (Astier, Duvoux, 2006), cet impératif de l'autoréalisation individuelle s'accompagne d'une forte injonction à se dire, à exprimer son individualité, à formuler ses désirs et ses besoins, ses attentes et ses projets. Dès lors, les formes biographiques selon lesquelles les individus travaillent à leur socialisation et participent à la production des espaces et des rapports sociaux se chargent d'une signification sociale nouvelle (Delory-Momberger, 2009). Le récit de soi n'est plus seulement une forme de l'expression personnelle, un lieu d'exploration de l'intimité et de l'intériorité, un support de connaissance ou de découverte de soi-même ; il passe résolument dans la sphère publique, il devient un instrument essentiel de la médiation, de la reconnaissance sociale. Devenu public et institutionnalisé, le récit de soi entre dans un système contractuel où il acquiert un statut de contrepartie et de monnaie d'échange (Astier, 2007) : donne-moi ton récit et je te donnerai de la formation, des stages, une allocation d'aide à l'insertion, un emploi-jeune, une reconnaissance de niveau ou de diplôme, etc. Donne-moi ton récit et je te donnerai de la solidarité et de la reconnaissance sociale. À la « police des corps », souligne Dominique Memmi (2003, p. 146), a succédé une « police des récits ». La « société biographique » veut tout savoir des singularités de l'existence et du parcours de chaque individu ; non seulement, elle reconnaît ces singularités individuelles, mais elle incite à leur publicité en développant une très forte demande biographique et en faisant du récit de la vie un matériau institutionnel et un outil de la décision publique.

RECIT DE SOI EN SITUATION EXTREME ET DIMENSION SOCIALE ET POLITIQUE

C'est dans le contexte constitutivement ambivalent de cette double polarité du récit de soi dans les sociétés contemporaines – dans cette tension entre assujettissement et subjectivation, entre bio-politique comme administration des corps et gestion de la vie, (Foucault, 1976) et auto-bio-graphie comme effort du sujet de se constituer lui-même et de donner une forme à son existence – que prend effet notre questionnement sur le récit de soi en situation extrême. À l'occasion d'un colloque puis d'un ouvrage collectif (Delory-Momberger, Niewiadomski, 2009), nous nous étions interrogés sur les conditions de possibilité et la dimension de résistance du récit de soi lorsque les forces même de la vie et de l'être sont atteintes d'un point de vue physique, psychique, moral. Pour les hommes et les femmes blessés par la vie et par le monde, en quoi le récit peut-il constituer le fil d'une re-prise de soi et de



son existence, en quoi peut-il être un lieu et un acte de résistance, de reconstruction de soi et du monde autour de soi ?

Il faut redire ici que les seuls facteurs psychologiques ne suffisent pas à rendre compte de la complexité de telles situations et des processus de déconstruction et de (possible) reconstruction de la personne qui s'y jouent. S'agissant du récit personnel, il tire son éventuelle capacité de résistance et de reprise, non de l'absolue singularité et de l'indicible misère, souffrance, horreur, etc. de l'expérience qu'il rapporte, mais du recours que fait le narrateur, pour dire cette expérience extrême, à des signes et à un langage communs, à une parole partageable et partagée.

D'où la nécessité de revenir à la dimension de l'espace social et politique dans lequel est produit et reçu le récit personnel : cet « espace du récit », c'est assurément d'abord l'espace de l'interlocution entre un narrateur et un ou des narrataires, des relations et des positions respectives dans lesquelles une parole est produite, adressée et reçue. Cet aspect intéresse particulièrement les pratiques d'accompagnement, et j'y reviendrai plus longuement plus avant.

Mais cet espace social et politique du récit, c'est aussi, plus largement, celui du contexte qui détermine les conditions et les formes de l'interlocution, et sans doute également en partie ses contenus. Sans qu'il faille remonter, comme on peut le faire pour toute forme de pratique sociale et culturelle, à l'ensemble des traits sociohistoriques et sociopolitiques qui la situent dans le temps et l'espace des cultures, il s'agit de reconnaître que l'espace du récit (l'espace dans lequel le récit est produit et reçu) n'est jamais un espace neutre : ni pour celui ou celle qui raconte, ni pour celui (ceux) ou celle (celles) qui accueillent le récit. L'« espace du récit » est traversé par des questions de savoir et de pouvoir, de langage et de compétence discursive, d'autorisation et de légitimité. La compétence de récit, à l'égal d'autres biens symboliques, est très inégalement partagée : elle est liée à la capacité des individus d'élaborer et de faire entendre sur eux-mêmes un langage recevable, d'accéder aux moyens d'expression et d'affirmation qui les feront socialement reconnaître. Le pouvoir de tenir un discours sur soi relève d'un capital très inégalement réparti (Bourdieu, 1982). Et bien souvent ce capital fait défaut à ceux qui en auraient précisément le plus besoin, parce qu'ils sont dans la situation de ne plus pouvoir faire autre chose que de livrer l'histoire de leur misère et de leurs malheurs.

Il y va également du retentissement personnel qu'entraîne la réception du récit biographique. Le récit de soi n'est pas un objet que son narrateur (qui en est en même temps le personnage) peut facilement tenir à distance : pour celui-ci – et d'autant plus s'il en a un usage premier et naïf – il ne fait qu'un avec sa vie et avec lui-même : dans le moment où je le tiens, le récit est ce que je suis pour moi-même et ce que je fais



paraître de moi aux autres. Le récit de la vie soumet donc au regard et au jugement public (et donc potentiellement à la méfiance et à la suspicion) cette dimension de la personne dans son rapport à elle-même et aux autres.

Ainsi, au titre de tout ce qu'il cristallise et dont il est lui-même l'enjeu, le récit de soi est exposé à toutes les inégalités sociales et à toutes les blessures personnelles : le récit des uns n'a pas la même valeur que celui des autres, le récit de la vie peut intégrer ou au contraire exclure, il peut signifier écoute ou indifférence, reconnaissance ou dédain, estime ou mépris.

Dans ce cadre général – qui peut valoir pour toutes les situations de récit de la vie –, le propre des situations extrêmes est de pousser à leurs limites les enjeux sociopolitiques qui traversent l'espace du récit et les rapports de pouvoir, de hiérarchie et d'ordre social qui ne peuvent manquer à chaque fois de s'y rejouer. Force est malheureusement de constater que le plus souvent « le plus fort gagne », et que cette domination de l'ordre ou cette conformation à l'ordre se traduisent par le silence, le mutisme, l'enfermement dans la solitude de soi, l'empêchement et l'impuissance à dire. Ou, si des mots sont prononcés, ils le sont dans des réponses contraintes, des canevas tout faits, des récits « prêts-à-dire », conformes aux attentes sociales et institutionnelles. L'anthropologue Michel Agier (2009), qui a mené de nombreuses enquêtes dans les camps de réfugiés et de déplacés au Moyen-Orient et en Afrique, a montré que le récit des victimes ne peut être « entendu » – autrement dit ne peut valoir contrepartie en termes d'assistance, de droit, de protection, de réparation – qu'autant qu'il est recevable dans sa forme et ses contenus par les autorités administratives ou humanitaires des camps. Et pour donner un témoignage professionnel personnel, faisant moi-même partie d'un groupe de recherche sur les migrants clandestins en France, je sais quelles difficultés il faut traverser pour établir un espace de confiance et permettre à nos interlocuteurs – des migrants africains pour la plupart – de sortir du silence d'abord, et ensuite des « récits empruntés », des éléments convenus de récits collectifs auxquels ils ont dans un premier temps le plus souvent recours pour pallier une forme de paralysie à raconter leur histoire.

Contrepartie de ces enjeux forts du récit en situation extrême : lorsqu'il est rendu possible, lorsqu'il est véritablement tenu, le récit de survie ou de résistance (celui de l'exclu, du marginal, du prisonnier, celui du colonisé, du déporté, du réfugié, mais aussi celui du malade, du grand blessé, de la femme violée) a un pouvoir de subversion des pouvoirs et des légitimités et remet en cause les agencements de « l'ordre et du désordre » ; il fait entendre les contre-discours et les contre-récits de celles et de ceux dont la survie (physique, psychique, sociale) tient à la capacité d'opposer à « l'ordre des choses » le contre-ordre d'un sujet ou du moins la tentative d'un « devenir-



sujet », en tenant une parole qui, contre la violence du monde (violence des pouvoirs, violence des choses, violence de l'autre), prend le parti violent de soi et s'essaye à dire, malgré tout et après tout, ce « je suis », s'éprouvant (se prouvant) à dire « je suis ».

Que le récit de soi dans les situations extrêmes s'accompagne de telle violence, il n'en faut pas douter : violence d'un sujet empêché, entravé, qui n'a d'autre choix qu'entre l'oubli et le deuil de lui-même, son abandon aux récits de l'autre, et le geste forcément transgressif qui l'arrache à la violence qui lui est faite et lui fait prendre ce violent parti de lui-même. Le récit est à la fois le moyen et le lieu de cet arrachement et de cette re-prise de soi, de cette recomposition du sentiment de soi-même et de son existence.

Or, cette violence du récit de soi est le prix à payer de la subjectivation d'un monde qui exclut et qui oppresse, qui affame et qui humilie, qui enferme et qui violente, d'un monde qui précisément dénie et détruit le vouloir-être du sujet, au nom de supériorités supposées (de classe, de race, de religion, de savoir, etc.), au nom de dominations de fait se faisant passer pour des dominations de droit (celle du fort sur le faible, du riche sur le pauvre, de l'homme sur la femme, du bien portant sur le malade, du sachant sur l'ignorant, etc.), quand ce n'est pas au nom de l'acceptation du destin ou de la fatalité. Le parti (pris) de soi que met en intrigue le récit de survie, le récit de résistance, est un acte de reconstruction de soi et un acte de subjectivation politique : le narrateur ne peut s'y dire en tant que « sujet » ou « devenir-sujet » qu'autant qu'il subvertit les forces qui l'ont violenté, les pouvoirs qui l'ont opprimé, les discours qui l'ont humilié.

ACCOMPAGNER LES RECITS DE VIE EN SITUATION EXTREME

Cette scène que je persiste à penser comme sociopolitique du récit de soi en situation extrême sera aussi celle qui prévaut dans les pratiques d'intervention visant à accompagner les personnes victimes de violence dans le récit de leur expérience.

On le sait, les démarches d'autoformation reposent sur cette conviction qu'un processus d'exploration personnalisée permet de mettre à jour des savoirs, des acquis, des compétences. À côté d'autres formes d'exploration, le récit de vie joue un rôle particulier, en ceci qu'il donne une forme aux expériences individuelles, qu'il permet de constituer son existence en une « histoire » et en un « projet » et que, ce faisant, il ouvre un espace de formation et d'action qui va permettre à l'auteur du récit de déployer ses compétences et ses capacités d'action (Delory-Momberger, 2005).



L'accompagnement au récit de vie en situation extrême pose évidemment des problèmes particuliers qui sont liés aux forts enjeux à la fois personnels et sociopolitiques qui ont été évoqués plus haut. Et ces enjeux, au niveau de l'accompagnement, il faut les entendre, me semble-t-il, en termes de déliance et de reliance, c'est-à-dire en termes de capacité pour la personne de retrouver les voies d'un vouloir et d'un pouvoir vivre, de retrouver le lien avec elle-même et avec le monde social qui l'entoure, le lien entre elle-même et le monde social.

Je voudrais insister à ce propos sur ce que j'ai appelé la fonction socialisante du récit, sur les relations qui se jouent à travers le récit entre l'individu et le social. Ce n'est pas le lieu de faire ici de longs développements sur les formes sociohistoriques du récit personnel, sur les modèles et les programmations qui conditionnent nos « mises en récit » et nos modes de biographisation selon les époques de l'histoire, les cultures, les milieux et les groupes sociaux (Delory-Momberger, 2004). Mais dans ce cadre je voudrais souligner combien le récit biographique est un puissant facteur de socialisation, dans la mesure précisément où il permet aux individus de raconter leur histoire dans les formes qui sont celles des collectivités auxquelles ils appartiennent, et de mêler, d'entremêler leur histoire personnelle aux histoires de la société. Je suis pour ma part assez fortement convaincue que nous ne faisons jamais que raconter personnellement des histoires de société, et qu'une grande part de l'efficacité du récit dans les démarches de formation et d'accompagnement tient précisément dans sa dimension de construction et d'affirmation socio-individuelle. L'espace de reprise de soi, de pouvoir d'agir, de changement ouvert par le récit est un espace avec les autres, avec la collectivité, c'est constitutivement un espace social.

Affirmer cela n'est en rien contradictoire, comme on pourrait peut-être le penser, avec ce qui a été développé plus haut à propos de pouvoir, de légitimité, d'ordre social, etc. Il ne faut pas confondre la « nature sociale » de l'être humain, de l'espèce humaine, le fait que nous n'existons qu'en société, que nous sommes des « sujets de société » avec les formes de gouvernance, les modalités du pouvoir, les hiérarchies et les légitimités instituées, à quelque niveau qu'elles s'exercent, État, entreprise, école, famille, etc. C'est précisément parce que cette nature sociale est blessée chez les personnes, parce que cette « confiance sociale », comme dit Georg Simmel (1996), est trahie, que les victimes de situations extrêmes souffrent non seulement dans leur chair, non seulement dans leur psychè, mais dans le rapport aux autres et dans le lien social qui est constitutif de leur humanité. Dans la majeure partie des cas, c'est ce rapport à la « chose commune des hommes », à la « collectivité », à la « société » humaine qui a été profondément ébranlé, perturbé, défait, en raison même de l'expérience vécue et de la nature des



événements et des situations subis : guerres, meurtres, persécutions, tortures, viols, emprisonnements, destructions, etc.

On peut observer d'ailleurs que ce facteur de la confiance/défiance sociale et ses répercussions sur la psyché individuelle sont certainement déterminants dans la capacité à tenir un récit. Pour illustrer ce propos, on pourrait comparer et distinguer deux types de situations, dont je dirai d'une manière un peu schématique que, dans l'une, le récit de la vie est la seule chose qui reste, et que dans l'autre, le récit de la vie apparaît impossible.

La première catégorie de situations concerne les personnes en situation de précarité ou même de marginalisation : travailleurs précaires, chômeurs en fin de droit, familles vivant dans des conditions très défavorisées, jeunes en errance, personnes âgées laissées à leur solitude, SDF (sans-domicile-fixe), etc. Bien souvent, on s'aperçoit que, dans de telles situations, le récit biographique est une des choses qui résiste le mieux, qui tient le mieux, sans doute parce qu'il fait tenir, qu'il est un dernier rempart, un dernier refuge quand tout fiche le camp. Quand le couple, la famille, le travail et quelquefois même le logement ont disparu, on peut encore raconter, expliquer, commenter, on peut encore tenir le fil de sa vie dans le fil de sa parole. Cela paraît dérisoire et même désespéré, et c'est pourtant essentiel : on est encore, sinon dans l'estime de soi, du moins dans la reconnaissance de soi ; on est encore, tout précaire et marginalisé que l'on soit, dans un espace social intériorisé où un récit peut se tenir, où il peut encore jouer ce rôle de soutien, de liant de la vie, et où il est effectivement et vitalement ce qui reste.

Par contraste, on remarque qu'à un stade extrême de perturbation ou de destruction du rapport à soi et du lien social, il devient difficile de nouer les fils d'un récit de vie. Les personnes – humanitaires, personnels soignants, etc. – qui ont l'occasion d'intervenir sur des terrains de misère extrême, de famine, de violence, de guerre, ont pu faire l'expérience de cette impossibilité du récit quand il devient justement impossible de « relier les bouts », c'est-à-dire à la fois de mettre en cohérence les moments de son existence, mais aussi de relier son existence à un extérieur de soi qui vous contient et dans lequel vous vous sentez contenu, qui vous donne une forme (une place, une identité, etc.) et dans lequel vous vous reconnaissez à vous-même une forme (une place, une identité, etc.). Lorsque les repères et les règles de cet extérieur de soi – c'est-à-dire toutes les formes d'organisation sociale : la famille, le groupe social, l'État, etc. – sont troublés et détruits, ce sont tous les repères et toutes les règles du rapport aux autres et du rapport à soi qui sont en même temps troublés et détruits.

Qu'en est-il de l'accompagnement au récit de vie dans de telles situations ? Je pense qu'il consiste d'abord, comme j'ai commencé à l'évoquer, à retrouver les voies d'une reliance entre



les individus et le monde social extérieur, à tenter de restaurer dans les représentations personnelles les premiers éléments d'un espace social qui soit de nouveau orienté, qui donne de nouveau des repères, dans lequel le rapport aux autres soit de nouveau réglé. Les conditions d'une telle restauration individuelle sont à l'évidence largement dépendantes du rétablissement objectif de l'espace social extérieur, mais elles supposent également un travail biographique individuel qui peut être favorisé par certaines formes d'accompagnement. Or cet accompagnement ne peut pas être seulement conçu comme une forme d'écoute empathique et purement compassionnelle, attitude dans laquelle celui ou celle qui reçoit le récit risque d'« être pris » soi-même au récit de l'autre, d'entrer dans une relation fusionnelle qui interdit toute distance de celui qui écoute à celui qui raconte et de chacun des deux à lui-même. Non seulement le souci de l'autre ne doit pas s'exercer aux dépens du souci de soi de l'« accompagnateur », mais ce souci de soi qui doit inciter l'accompagnateur à préserver une distance et à se préserver lui-même est très certainement une condition d'un véritable travail avec l'autre. Ce travail, pour être efficient, doit être conçu sur la base de relations interpersonnelles clairement socialisées : je veux dire par là qu'il ne s'agit pas du face à face de deux personnes en dehors de tout contexte, d'une relation en quelque sorte immanente, absolue de personne à personne, mais que ces personnes sont situées, inscrites socialement, y compris dans la situation de production/réception du récit, qu'elles ont chacune une tâche à accomplir dans une visée qui leur est commune mais qui engage de la part de chacune d'elles une position différente. Il paraît d'ailleurs tout à fait souhaitable pour de telles situations de mettre en place des formes d'élaboration collective de récits, réunissant une pluralité de narrateurs et où chacun participe, chacun donne et prend sa part, pour constituer un récit sinon commun, du moins construit en commun. Ce récit construit « ensemble » permettra, beaucoup mieux que le récit monologique (que le récit d'un seul), d'abord de faire entendre entre les narrateurs eux-mêmes des expériences partagées et, même si celles-ci sont immensément douloureuses, de leur donner une forme collective et socialisée ; ensuite de poser ensemble – à travers les inquiétudes, les appréhensions, les angoisses des uns et des autres – la question d'un avenir possible, d'une vie qui continue ou qui recommence, du rétablissement des liens familiaux, des solidarités de voisinage, des formes de la vie sociale. La restauration du vivre ensemble, la restauration de la croyance à la possibilité d'un vivre ensemble sont des préalables nécessaires à la reconstruction personnelle et, dans les situations extrêmes que nous évoquons, à un vouloir-vivre et à un pouvoir-vivre individuel. Si les démarches d'accompagnement par les récits de vie peuvent pour une part contribuer à une telle renaissance, c'est sur le terrain de cette reconstruction socio-individuelle qu'elles peuvent y parvenir.



Le cadre d'un article ne peut guère éviter l'écueil d'évoquer trop vite et de façon sans doute trop simple des situations extrêmement complexes qui doivent appeler des réponses elles-mêmes complexes et très difficiles à mettre en œuvre, qui exigent beaucoup de temps et de compréhension, de méthode et en même temps de sens de l'improvisation, d'attention et en même temps de recul. Je crois que c'est cette attitude de distance impliquée ou de proximité travaillée qui permet de trouver le bon rapport, la relation convenante de soi à l'autre, et de soi à soi dans le rapport à l'autre. Et lorsque je parle de « bon rapport de soi à l'autre », je ne pense pas seulement à la nécessité qu'il y a à se préserver soi-même, à ne pas « être captif » de l'histoire de l'autre, à ne pas s'y trouver « englué » ; je pense bien sûr à la nécessité d'un espace à maintenir entre soi et l'autre, qui est l'espace dans lequel un travail peut se faire, qui est l'espace de travail du récit de vie. Et pour que cet espace puisse exister, il est essentiel que l'accompagnateur ne se déleste pas de sa propre histoire comme pesant de trop peu de poids devant la misère, la souffrance, l'atrocité ; il est essentiel que l'accompagnateur soit en puissance de sa propre histoire et de son propre récit, continue à « être dans » son histoire et son récit, et qu'il puisse parler, si je peux m'exprimer ainsi, depuis son histoire et son récit.

Les situations extrêmes évoquées au cours de cette contribution posent à l'évidence de redoutables questions à la recherche biographique. Elles nous interrogent de manière particulièrement aiguë sur les conditions et les environnements de nature sociétale et politique dans lesquels sont produits et reçus les récits de la vie, sur les usages et les fonctions qu'ils peuvent prendre, sur les effets individuels et collectifs dont ils sont le lieu. Et elles contribuent à interpellier la recherche biographique sur ses propres positionnements : comment peut-elle revendiquer une posture de recherche, une posture scientifique, qui lui ouvre en même temps une perspective d'intervention et une perspective critique ? De telles questions renvoient la recherche biographique à ce qui constitue la dimension éthique de sa démarche, à savoir la préoccupation d'éclairer les conditions sous lesquelles la parole de soi peut constituer pour le sujet un vecteur d'appropriation de son histoire et de son projet et contribuer ainsi à une perspective supposée « émancipatrice ». La nature et les moyens de cette « émancipation » restent cependant, et sans doute pour longtemps encore, à interroger.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

Agier, M. (2009). Pour une anthropologie des prises de parole. Entretien avec C. Delory-Momberger. In C. Delory-Momberger, C. Niewiadomski (dir.). *Vivre/Survivre. Récits de résistance* (pp. 179-186). Paris : Téraèdre.



Astier, I. (2007). *Les nouvelles règles du social*. Paris : Presses Universitaires de France.

Astier, I. Duvoux, N. (dir.) (2006). *La société biographique : une injonction à vivre dignement*. Paris : L'Harmattan.

Beck, U. (2003). *La Société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Paris : Champs Flammarion.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris : Fayard.

Delory-Momberger, C. (2004). *Les histoires de vie. De l'invention de soi au projet de formation*. Paris : Anthropos. (2014) *Histórias de vida. Da invenção de si ao projeto de formação*. Natal:EDUFRN ; Porto Alegre : EDIPUCRS; Salvador : EDUNEB.

Delory-Momberger, C. (2005). *Biographie et éducation. Figures de l'individu-projet*. Paris : Anthropos. (2008) *Biográfica e Educação. Figuras do individuo-projeto* (trad. en portugais par Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto & Luis Passegi). Sao Paulo-Natal : éd. EDUFRN-Paulus/Brésil. (2009) *Biografía y educación. Figuras del individuo-proyecto* (trad. en espagnol par Alejandro Fernando Gomes). Buenos Aires : LPP-CLACSO/Argentina.

Delory-Momberger, C. (2009). *La condition biographique. Essais sur le récit de soi dans la modernité avancée*. Paris : Téraèdre. (2012) *O condição biográfica. Ensaio sobre a narrativa de si na modernidade avançada* [trad. en portugais par Carlos Eduardo Galvão Braga, Maria da Conceição Passeggi, Nelson Patriota]. Sao Paulo-Natal : EDUFRN-Paulus/Brésil

Delory-Momberger, C., Niewiadomski, C. (dir.) (2009). *Vivre/survivre. Récits de résistance*. Paris : Téraèdre.

Ehrenberg, A. (1991). *Le Culte de la performance*. Paris : Hachette Littérature.

Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité. Tome I : la volonté de savoir*. Paris : Gallimard.

Martuccelli, D. (2002). *Grammaires de l'individu*. Paris : Gallimard Folio Essais.

Memmi, D. (2003). *Faire vivre et laisser mourir. Le gouvernement contemporain de la naissance et de la mort*. Paris : La Découverte.



Rosanvallon, P. (1995). *La Nouvelle question sociale. Repenser l'État providence*. Paris : Seuil.

Simmel, G. (1996 [1908]). *Secret et sociétés secrètes*. Strasbourg : Circé.



3

Dynamiques spatiales et mécanismes de contrôle à Salvador de Bahia

Julie Sarah LOURAU-SILVA: juliesarahba@gmail.com

Docteur en Anthropologie sociale et Ethnologie (EHESS/UFBA) et actuellement post-doctorante à l'Université Catholique de Salvador (UCSAL) au sein du groupe d'Études et de Recherches Interdisciplinaires sur la Violence, Démocratie, Contrôle Social et Citoyenneté (NEVIDE) ; groupe dont elle est la vice-directrice.



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Résumé Les homicides touchant la population jeune des quartiers périphériques de Salvador ne cessent d'augmenter. Les discours qui associent ces jeunes et les quartiers périphériques au trafic de drogue sert de justificatif aux mesures de répression violentes menées par la Police. Cet article propose une réflexion sur les manières de penser la ville et les conséquences que cela peut avoir en termes de contrôle social et de répression. Dans quelle mesure, les découpages administratifs renforcent et/ou participent à la formation des stigmates à l'égard des populations ? Dans quelle mesure les moyens de répression sont influencés par une lecture socio-normalisatrice de la ville ? Dans quels termes pouvons-nous penser la ville pour échapper à ces découpages qui créent des zones de non droit où la violence poussée à son extrême se déploie?

Mots-clés Violence. Contrôle social. Territoires urbains. Ville Salvador de Bahia.

Abstract Data on the youth homicide rates in boroughs outside of the center of Salvador, Bahia are troubling. The information that associates these youngsters and their neighborhoods to drug trafficking are continually used to legitimize violent enforcement measures taken by the police. This article aims to reflect on the thoughts about the city and the consequences in terms of public oversight and police crackdowns. To what extent does this information reinforce and/or play a part in the formation of prejudices against this population? How much sway does this information have over the enforcement measures taken by the police? In what way can we think about the city outside of this data that will not cause the violence to worsen?

Keywords Violence. Social control. Urban areas. City Salvador da Bahia.



Les chiffres⁵ sont alarmants lorsque l'on parle d'homicides intentionnels à Bahia ; cet état occupe la troisième place nationale. La population jeune, noire, et majoritairement masculine des quartiers périphériques de Salvador⁶ est la principale victime, ce qui pousse certaines associations militantes à parler de génocide des noirs de Salvador. Les médias quant à eux alimentent les bases d'un discours sur le manque de sécurité et les proportions alarmantes de bandits ; allant parfois jusqu'à étiqueter « le peuple » de voleur (comme cela a été le cas lors de la dernière grève de la Police Militaire en avril 2014 durant laquelle de nombreux pillages de boutiques ont eu lieu à Salvador)⁷.

Le Secrétariat de la Sécurité Publique dessine des frontières urbaines dans lesquelles les forces policières interviennent et dans lesquelles les gestionnaires produisent des chiffres. Cela se fait au nom de la sécurité nationale et de la pacification de zones dans lesquelles il y a trafic de drogue et bandits. Dans ce sens, furent créés en 2007 les Aires Intégrées de Sécurité Publiques⁸ (AISP) afin d'orienter les politiques publiques en fonction de territoires spécifiques correspondants à des noyaux de haute criminalité. A l'intérieur de ces AISP, des polices de proximité sont censées rétablir un climat de paix et participer à la baisse de la criminalité (la gestion des chiffres étant, d'après Foucault (2008), la base des mécanismes de sécurité).

A partir de la production de chiffres officiels (site du Secrétariat de Sécurité Publique⁹), sont produits les territoires de violence de Salvador. Les deux territoires les plus violents correspondent à deux AISP¹⁰: AISP 13 Tancredo Neves¹¹, avec

⁵ En effet, selon le Secrétariat de Sécurité Publique de Bahia, le numéro de morts augmente dans le profil en question : En 2007, il était de 1.333 et en 2011 de 1.524 avec des pics en 2008 et 2009 de, respectivement, 1.733 e 1.736 cas d'homicides.

⁶ Le groupe d'Études et de Recherches Interdisciplinaires sur la Violence, Démocratie, Citoyenneté et Contrôle Social (NEVIDE) affilié à l'université Catholique de Salvador effectue un relevé systématique des morts publiées dans le journal A Tarde, d'avril à juin de 2010 et 2011 et des bulletins publiés par le Secrétariat de Sécurité Publique, et dresse ainsi le profil type des victimes.

⁷ Les vols concernaient surtout des chaînes de boutiques d'électroménager et d'ameublement et donnaient plutôt l'impression d'une très grosse misère de par la marchandise volée (matelas, télévisions, machines à laver, téléphones portables) plutôt que d'un peuple ayant des prédispositions au vice. La grève qui a duré 48 heures a fait plus de 50 victimes, en grande majorité des jeunes de la périphérie, traités en dangereux bandits.

⁸ "Áreas Integradas de Segurança Públicas" (AISP).

⁹ www.ssp.ba.gov.br

¹⁰ Il est intéressant de noter que le Secrétariat de Sécurité Publique a modifié la numérotation des AISP sans prévenir, ce qui peut créer des erreurs importantes. Par exemple, l'AISP 16 de Peri Peri est devenue l'AISP 5. Un journaliste peu scrupuleux peut se référer sans faire attention aux données de l'ancienne AISP et informer des mouvements de réduction de la criminalité totalement fictifs, dus aux changements stratégiques (?) de numérotation des AISP. En effet, l'AISP 16 se réfère aujourd'hui à Pituba, soit un des quartiers de la classe moyenne – haute qui accuse peu de criminalité. Je garde dans cet article la numérotation des AISP en fonction de la date de prélèvement des données, soit pour 2011, l'ancienne numérotation.



pour 2011¹², 206 homicides enregistrés et, en seconde position, l'AISP 16 Peri Peri¹³ avec 205 cas d'homicides en 2011. La liste des quartiers inclus dans chacune de ces AISP nous permet de constater l'énorme étendue de ces territoires administratifs qui, à partir des techniques statistiques, deviennent des tous homogènes. Ils sont intégrés dans des recensements qui n'entrent pas dans le détail. Ces territoires deviennent indistinctement territoires de danger et de violence.

Le NEVIDE, en revanche, réalise un travail¹⁴ qui permet de rendre compte de la diversité de ces quartiers prenant en compte la densité de population, les infrastructures publiques disponibles (écoles, dispensaires, commissariats, établissements culturels), ou encore la répartition des homicides dans ces quartiers. Ainsi, par exemple, dans l'AISP 16, 3 quartiers (CAB, Granjas rurais Presidente Vargas et Resgate) n'ont enregistré aucun homicide, alors que le quartier de Tancredo Neves concentre à lui seul 49 des 213 homicides de l'AISP toute entière. Ces quartiers figurent pourtant de forme indistincte dans l'AISP qui enregistre le plus d'homicides dans la ville. Comment penser tous ces quartiers autrement que dans les termes de ces chiffres alarmants?

Nous souhaitons alerter sur le danger présent dans cette dimension territoriale car l'instauration de frontières instrumentales autorise des répressions à échelles variables en fonction du taux de criminalité enregistrée. Ainsi, les mesures ne sont pas les mêmes dans les quartiers de classe moyenne-haute qui affichent des taux d'homicides bas et dans des quartiers populaires dont les AISP semblent respecter en grande part les contours.

Calazans (2013.a) démontre une manipulation des données officielles. Le site de la Sécurité publique change sans prévenir les numéros des AISP, ce qui crée des variations énormes de chiffres et permet de croire que des AISP ont des taux d'homicides en nette baisse, justifiant ainsi la présence policière et l'efficacité des forces policières, alors qu'il s'agit en réalité des chiffres concernant d'autres quartiers, avec un niveau social nettement supérieur et des taux de violence très bas. Pour reprendre les termes de Foucault (2008), la gestion

¹¹ Cette AISP comprend les quartiers de Granjas Rurais, Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, São Gonçalo, Engomadeira, Arenoso, Cabula VI, Cabula, Resgate, Saboeiro, Doron, Narandiba, Pernambués, Saramandaia et CAB.

¹² La recherche en cours du NEIV concerne les années 2010 et 2011. Pour comparaison, nous indiquons que les deux AISP présentant le moins de cas d'homicides sont les AISP 01 et 08 avec respectivement 13 et 10 cas d'homicides.

¹³ Cette AISP intègre les quartiers de Periperi, Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alta da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia et Boa Vista de São Caetano.

¹⁴ CALAZANS, M. ESTEVES (de), Relatório de pesquisa do Núcleo de Estudos Interdisciplinar em Violência, Democracia, Cidadania e Controle social, Relatório dos PIBICS, Salvador, UCSAL, 2013(b).



de la criminalité épouse ainsi dans les formes les mécanismes de sécurité, donnant la part belle aux données chiffrées, de leur production à leur gestion en passant par leur modelage. La pratique, elle, est plus proche des mécanismes disciplinaires qui punissent les corps (et les âmes) des dits criminels à partir de mécanismes de répression qui côtoient souvent la mort.

Cet article propose de tracer une cartographie historique de Salvador. Les lectures de la ville doivent permettre d'échapper aux frontières administratives et d'atteindre la dimension de l'urbain vécu (le point de vue de l'individu, du sujet). Comment l'espace se façonne-t-il ? Que représente-t-il du point de vue *etic*, des concepteurs et dirigeants, et du point de vue *emic*, des usagers de ces espaces ? Sur quelle base morale les mesures des pouvoirs publics reposent-elles ?

PENSER L'ESPACE URBAIN

L'idée qui retient particulièrement notre attention est celle d'une lecture à partir de considérations morales des espaces ; non pas à cause d'un goût démesuré pour la moralité, mais plutôt pour rendre compte des profondes empreintes morales présentes dans les représentations spatiales de la ville. Il s'agit de dévoiler, mettre à jour, un aspect souvent occulté par des considérations plus techniques et objectives. Une telle lecture qui parle de la formation de la ville à travers ses représentations spatiales et symboliques dans le temps permet de comprendre les processus d'exclusion en œuvre aujourd'hui. En d'autres termes, nous cherchons à de mettre à nu les systèmes de valeurs qui ont laissé leur marques ou stigmat spatial dans la ville et qui sont toujours actifs aujourd'hui de manière plus ou moins visible.

Les mécanismes mis en œuvre dans la perspective administrative des AISP, peut, dans une certaine mesure, être mise en lumière par cette lecture historique et valorative de la ville. Reprenant les termes d'Agier (2009, p. 40), *c'est à partir d'une configuration particulière de critères moraux que la ville comme ensemble se fait miroir d'identités.*

D'après Souza e Hoellinger (2000), faisant une lecture de l'œuvre de Gilberto Freyre¹⁵, il existe 2 systèmes de valeur dans la société brésilienne. Le premier remonte au temps de la colonie et établit une relation autoritaire et paternaliste entre le maître et ses esclaves ou le maître et sa famille. Ce système patriarcal, bien que de forme archaïque est toujours en vigueur aujourd'hui. Il est, d'après les auteurs, un signifiant puissant pour les classes les plus défavorisées et les moins instruites de la société qui cherchent un bienfaiteur plutôt que des droits civiques, politiques ou sociaux. Ce système de valeur, nous

¹⁵ Dans un premier moment ils se réfèrent à *Casa grande e senzala* et dans un deuxième moment à *Sobrados e mucambos*.



souhaitons l'associer à la configuration historique de Salvador telle que décrite par Pierson (1971) au début des années 1940. Le deuxième système de valeur correspond à ce que Souza e Hoellinger (2000) appelle la réeuropéisation, dans laquelle l'influence anglaise est importante (alors que dans le modèle colonial le Portugal sert de support). Ce modèle correspond à une nouvelle configuration urbaine que nous présenterons à partir d'Agier (1999). D'un point de vue physique, ces moments historiques¹⁶ (datables) découpent et façonnent la ville en « régions morales¹⁷ » distinctes.

La naissance du premier découpage « moral » de la ville suit la première configuration spatiale de Salvador ; il est vertical, il prend forme autour de la séparation ville haute / ville basse ou encore autour de celle décrite par Pierson (1971) entre « les vallées » et « les hauteurs ». D'après lui, la ville suit la géographie naturelle du site. Il reprend ainsi une description de la topographie de Salvador faite un siècle avant lui par Darwin pour montrer que celle-ci est restée identique à peu de choses près, sous-entendant que le mode de l'habiter l'est aussi resté. Cette topographie se distingue par le caractère vallonné de la Baie. Une suite de collines constitue la ville et ses alentours. Pierson remarque:

qu'en réalité, à première vue, Bahia rappelait – comme d'ailleurs l'avait observé le Professeur Robert E. Park – “une ville médiévale entourée de villages africains”. (p. 105.)

La ville médiévale se réfère aux fortifications. Il ajoute que toutes les hauteurs et les flancs de collines étaient occupés par les populations aisées qui disposaient là d'un système de transport efficace. Les artères de circulation (bus, tramways, voitures) étaient toutes situées à flanc de montagne et se rejoignaient au sommet formant ainsi le centre ville. Sur les hauteurs, la brise marine assainissait l'air rendant agréable la vie dans les immeubles modernes et les maisons de la classe aisée. Cette dernière était constituée par

¹⁶ Je renvoie ici à ma Thèse de Doctorat qui décrit en détail ces ères morales et leurs enchevêtrements (LOURAU, 2013).

¹⁷ A l'origine de ce concept, dans les années 1920, l'école de Chicago qui regroupe un certain nombre de chercheurs dont Agier (2009, p. 32) dit qu'ils étaient d'abord des « journalistes » ou « experts municipaux ». Eux-mêmes se définissent comme des « ethnographes-sociologues ». Ils partagent la même préoccupation, celle de voir grandir un grand nombre de problèmes sociaux dans la ville de Chicago qui dans les années 1930 est la cinquième ville la plus peuplée de la planète avec 3 millions d'habitants. S'y côtoient diverses immigrations qui s'organisent en ethnies et autour desquelles se développent de nombreux mécanismes d'exclusion et de ségrégation ainsi que la montée des gangs de jeunes délinquants. La mission première de ce groupe de chercheurs est de trouver des solutions pour organiser la ville à travers un « contrôle social » (2009, p. 32). Ce courant de recherche est reconnu comme jouant un rôle fondateur à la naissance de l'anthropologie urbaine (HANNERZ 1980) ou à l'anthropologie de la ville (AGIER 2009). Hannerz souligne que Park avait comme thématique principale celle des minorités et des problèmes urbains. Il indique également l'intérêt de Park pour « l'ordre moral », tout en rappelant que ce concept a été plus souvent utilisé que défini. Park parlera également d'« aires de ségrégations naturelles » pour indiquer que même en absence de ségrégation formelle il peut y avoir des espaces de concentration ethnique.



(...) les descendants de la vieille aristocratie, les grands propriétaires, les intellectuels de la ville et autres figures importantes de la société : les avocats, médecins, ingénieurs et politiciens ; les gradés de l'armée, poètes et journalistes, professeurs des universités, et les quelques industriels que compte Bahia. (p. 100.)

Dans cette partie de la ville, se concentraient également

les cinq journaux municipaux, les dernières modes de Paris ou Hollywood connues et généralement adoptées. (...) Là se trouvaient les propriétaires de presque tous les 3 855 téléphones, des 1 028 voitures, et des radios et bibliothèques privées de la ville. (p. 100.)

Pierson ajoute que « c'est là que vivaient ceux que le peuple appelait "les riches" ». (p. 100). Ils les nomment également « chefs », « maîtres », « grosses coupures », « richards » ou simplement « Blancs » (p. 102). De fait, la société coloniale respecte un ordre racial implacable dans lequel les dirigeants sont blancs et les esclaves ou subalternes sont noirs ou métisses (d'Africains ou d'indiens).

En opposition, dans la ville des vallées, suivant une « ségrégation naturelle¹⁸ » pour reprendre le terme de Park, les routes se font sentiers de terre et les demeures sont des cabanes de bois et d'argile avec un toit en feuilles de palmier et un sol en terre battue recouvert de sable de la plage. Ceux qui en ont les moyens rajoutent une couche de peinture couleur pastel sur les murs de la maison. Le mobilier y est très simple:

Le mobilier consiste en général en tabourets ou tambours rudimentaires, parfois une chaise bon marché, une table rustique, une couche ou, plus communément, une natte pour dormir. Une boîte de Standard Oil, sans couvercle au fond servait souvent de réchaud. Le mobilier comprenait également un simple autel avec la petite statue du Saint protecteur de la famille, un bougeoir, peut-être un calendrier, un pied de fer rugueux pour supporter la bassine de toilette. Le récipient était généralement en argile cuite et de forme très simple. (p. 101.)

« La population constituant la classe inférieure est analphabète. Ils sont désignés comme *le peuple* et se désignent comme *pauvres*. » (p. 102.)

Leurs attitudes sont celles des Africains : l'auteur décrit longuement le défilé des hommes, des femmes et même des enfants transportant de lourds poids sur leur tête. Leur Portugais est rudimentaire et mêlé à de nombreux mots

¹⁸ Ce terme fait référence à l'absence d'une ségrégation formelle, officielle.



africains ou indiens. Dans les vallées, la religion pratiquée est le candomblé avec ses croyances, pratiques, et festivités d'origine africaine. De fait, la répartition sociale suit bien une répartition raciale qui a été induite par le système colonial. Au bas de l'échelle sociale, une population noire aux manières africaines.

Dans cette première configuration, la ville se calque sur le modèle de la centralité unique, typique de la ville médiévale européenne¹⁹. Dans ce schéma, les hauteurs qui dominent le port, l'actuel quartier du Pelourinho concentrent le pouvoir municipal, le centre administratif et les habitations des riches propriétaires terriens. Ces dernières sont d'ailleurs plutôt des pieds-à-terre urbains pour régler les affaires de la fazenda et non la résidence principale qui se trouve au cœur de la grande propriété terrienne dans le Recôncavo bahianais. Dans la ville basse se trouve le port et son activité grouillante, puis la ville active avec ses bureaux et ses commerces. Aux alentours de ce centre sur deux niveaux (ville haute/ville basse), apparaissent les premiers quartiers périphériques (les vallées décrites par Pierson). Ils abritent la main-d'œuvre lorsque l'esclavage est aboli et que celle-ci n'est plus logée par le maître de maison.

Cette organisation spatiale suit le dispositif de contrôle de la classe dominante sur la classe pauvre à travers une centralité et des richesses concentrées à ses alentours immédiats. Autour, dans les périphéries et zones de second ordre, les populations pauvres peuvent s'entasser à loisir, souvent dans des conditions d'accès à la terre informelle, sans titre de propriété.

Dans ce modèle, la ségrégation naturelle semble avoir des frontières nettes et les différentes strates sociales (qui suivent la logique coloniale de domination raciale) ne partagent pas les mêmes espaces de résidence. De plus ces espaces possèdent des références culturelles différentes et souvent opposées. La distance spatiale garantit la distance sociale.

Le deuxième système de valeur décrit par Souza et Hoellinger (2000) correspond à une individualité accrue qui épouse les lignes du capitalisme sur le plan économique et de la démocratie au plan politique (bien qu'entrecoupée de coups d'Etats militaires tout au long du XXème siècle). Ce système est adopté par les classes hautes de la société qui se distinguent ainsi des autres classes à travers des valeurs européennes et capitalistes et du système patriarcal énoncé plus haut. Les pauvres n'ont pas, d'après Souza et Hoellinger (2000), accès à ce système de valeur et donc aux « bonnes manières » et se trouvent de ce fait enfermés dans des références culturelles négatives. Les villages africains de Park sonnent pour l'élite

¹⁹ Dans les années 1950, Thales de Azevedo compare encore l'organisation spatiale de Salvador aux villes européennes tant le modèle colonial y est encore prépondérant : « À cause de son style architectural et urbanistique, de son air d'antiquité et du rythme modéré de vie de sa population, Bahia est aujourd'hui considérée comme étant la ville la plus européenne du Brésil. » (1996, p. 34.)



comme un retard culturel qui associe la population pauvre à dominante noire à des non civilisés. Le deuxième schéma urbain²⁰, épouse les lignes de cette nouvelle dualité morale à travers une configuration horizontale de la ville.

À partir des années 1960, une nouvelle scission urbaine apparaît, non plus entre la ville basse et la ville haute, mais entre les quartiers de la Baie (qui sont abandonnés aux pauvres et petits employés des nouvelles industries) et la *Orla* (le nouvel Eden urbanistique où la spéculation immobilière fait des miracles). La répartition de la population telle que décrite par Pierson demeure, mais la distribution spatiale change. Le déclin des activités portuaires entraîne l'abandon progressif de l'ancien centre de la colonie surplombant le port. L'industrialisation de la ville ouvre de nouveaux horizons, notamment au nord de la Baie, le long du littoral et au-delà de la ville. Des hautes tours colorées et modernes surplombent le littoral atlantique et participent du nouvel idéal social du modernisme et du capitalisme. La sécurité se renforce ; l'éducation et les types d'habitations se ferment et se privatisent.

Suivant la logique horizontale, les classes moyennes de Salvador fuient le centre historique qui bénéficie de cet attribut négatif pour s'installer le long de la *Orla*. Au modèle européen d'urbanisation dans lequel on se promène dans l'espace public, modèle sur lequel avait été construite la ville coloniale, elles préféreront le modèle américain des grandes tours et des centres commerciaux ayant en leur sein différentes options de loisirs : cinémas, restaurants, boutiques, allées pour se promener, ères de jeux pour les enfants, etc. Ainsi, elles délaissent le centre malfamé à ceux qui en sont les voisins (les quartiers périphériques, ceux de la Baie) et dont les habitants privilégient, par habitude, et peut-être par manque de moyens l'option du vieil urbanisme suivant le modèle européen. Nous retrouvons ici les deux systèmes de valeur décrits par Souza e Hoellinger. Il est cependant indéniable que le modèle sécuritaire à l'américaine séduit de plus en plus toutes les populations, sans distinctions de classe. La ségrégation se fait à partir du critère économique (tout le monde n'a pas les moyens d'aller au shopping dans ses moments de loisir). Le problème ne se pose pas seulement sur la base du choix du système de valeur en tant qu'idéal de vie, mais de condition d'accès. Comme Souza et Hoellinger l'indiquent, la réeuropéization correspond avant tout à un statut qui ne peut être accessible à tous puisqu'il sert de marqueur social.

Selon Agier (2009, p. 36-40), la « Baie » devient un pôle négatif indifférencié composé des anciens quartiers délaissés, avec des habitations en auto-construction, parfois des invasions, habités par une population noire ou métisse.

²⁰ Proposé par AGIER (1999).



Cette région est alors associée à la marginalité et à la périphérie. Elle concerne l'ancien centre-ville et ses périphéries, autour de la Baie de Tous les Saints. La Orla, en revanche, bénéficie d'un imaginaire positif, elle est aux antipodes de la Baie dans l'espace et dans l'imaginaire. Elle est constituée des nouveaux quartiers qui suivent le bord de l'océan, ils sont récents et composés de grands ensembles de buildings, de résidence ou de bureaux, l'architecture est uniformisée et moderniste. Les shopping-centers, clubs et plages aménagées y sont concentrées. Les résidences sont des condominiums fermés et gardés. La population est plus blanche que dans la Baie, seuls les employés sont plus foncés de peau et résident en grande partie dans les quartiers de la Baie. Les médias emploient régulièrement le terme d'« apartheid social » pour décrire cette répartition « raciale » de l'espace à Salvador. Les aires naturelles de ségrégation se déplacent mais ne disparaissent pas. L'ordre social continue à être assimilé à un ordre racial dans lequel une classe moyenne métisse fait son entrée. Cela est le fait de la démocratie raciale²¹, une discussion entre intellectuels basée sur l'absence de préjugé racial²² qui participe à la constitution d'une identité brésilienne autour de la figure du métisse. Cette discussion est assimilée par la population et devient une croyance collective. Elle sera dénoncée par la suite comme un mythe d'harmonie raciale qui aura permis d'occulter tous les mécanismes sociaux qui ont permis d'alimenter l'inégalité sociale issue du système colonial.

Si l'on se réfère à l'attribut « périphérique » employé pour désigner les quartiers de la Baie, on se rend compte qu'il est plutôt signifiant de la distance sociale que spatiale car ces quartiers sont centraux (en relation avec le premier ordre moral), plus centraux que d'autres qui, par leur statut moral, ne sont pas considérés comme périphériques car au centre de la nouvelle configuration de la ville. Les déplacements moraux du centre et de la périphérie mettent en évidence le fait que la périphérie est formée par le regard de ceux qui jugent du dehors. Celle-ci est ensuite reprise par les gestionnaires. De fait, nous trouvons les AISP 13 et 16 au cœur de ces périphéries morales. C'est donc la vision de ceux qui sont extérieurs qui donne une identité unifiée et indifférenciée à une région de la ville, et qui en fait une « région morale ». La charge négative qui pèse alors sur elle doit être pensée comme un système de valeurs morales et non une réalité purement spatiale. Les AISP 13 et 16 reprennent ce principe d'identités produites par les agents externes – ici les pouvoirs publics au nom de la sécurité. Elles se voient assimilées au préjugé de

²¹ À ce sujet, je renvoie à Guimarães (2002).

²² Voir à ce sujet, Azevedo (1996), Pierson (1974).



l'insécurité fourni par les statistiques, et renforcé par le découpage moral de la ville.

Pour sortir de ce type de vision, Agier (2009) propose de retourner les analyses ci-dessus exposées en prenant le point de vue *emic* des habitants de la Baie, et non plus le point de vue de ceux qui sont du dehors. Ainsi, il souligne que les habitants de la « Baie » distinguent plusieurs régions dans cet ensemble unifié. Par exemple, le quartier de Liberdade se distingue des autres et gagne une identification raciale, sociale et culturaliste. L'image négative est renvoyée vers d'autres territoires, ciblés au niveau micro. Des frontières posées par les habitants délimitent des zones de risque sur lesquels le stigmatisme négatif du point de vue *etic* peut s'appliquer. C'est le cas de l'Avenida Peixe, une longue ruelle sans issue de Liberdade, qui retient toute la mauvaise réputation du quartier en elle : c'est le quartier « noir », « prolétaire », « misérable » et « dangereux ». De ce fait, le reste du quartier peut jouir d'une image plus valorisante, du moins d'un point de vue *emic*, celui de l'auto-estime. Depuis les années 1970, Liberdade compte parmi les « plus grands quartiers nègres hors d'Afrique » (p.38) grâce aux groupes carnavalesques qui revendiquent une identité noire relevant de la terre mère africaine, « mamãe Africa ». Le quartier se voit attribuer des lieux d'aspect ethnique : « la Senzala do barro preto » une salle de spectacle du groupe carnavalesque Ilê Aiyê dont la maison mère se trouve dans une rue adjacente, la rue Kingston, la Place Nelson Mandela ». A partir de ces nouvelles références identitaires, piochées dans la panoplie imaginaire de l'identité afro, le quartier se fait alors « prolétaire », « populeux » et « animé », soit une image qui tend à se libérer de la charge négative des quartiers de la Baie.

Des lectures similaires²³ peuvent être faites dans les AISP 13 et 16 qui sont pointées du dehors comme territoires de violence mais qui, du dedans, ont des articulations qui permettent de valoriser certains sous-quartiers. Je pense par exemple à un centre culturel (le seul de l'AISP 16) dans le quartier de Plataforma qui ouvre ses portes aux groupes culturels des alentours pour présenter leurs créations, alors que d'autres sous-quartiers gardent le stigmatisme négatif.

J'aimerais ajouter à ces deux systèmes de valeur décrits par Souza e Hoellinger (2000) que j'ai illustré du point de vue spatial avec Pierson (1971) et Agier (1999), une lecture personnelle de la configuration actuelle de la ville qui du point de vue spatial ne suit plus le système binaire des précédents (ville haute/ville basse ; Baie/Orla). J'aimerais ainsi rendre compte d'une série d'intersections des espaces, ou d'interstices urbains.

²³ Nous laissons ce type d'exercice pour le futur, lorsque la recherche de terrain aura déjà porté ses fruits.



Dans cette troisième configuration, l'expansion de la ville à travers l'extension de la Orla se poursuit hors de Salvador jusque dans la ville voisine de Lauro de Freitas avec de nombreux condominiums fermés en bord de mer et même parfois, les pieds dans l'eau. L'extension se fait également autour de la Paralela, une artère reliant le centre de Salvador à l'aéroport et aux nouveaux quartiers qui se situent derrière, en dehors des frontières de Salvador. Le long de l'avenue Paralela, à proximité du centre moderne, se sont d'abord installés des résidences, des universités privées et des magasins type enseigne de voitures, puis des centres commerciaux et maintenant de nombreux immeubles de type condominiums fermés. Ces quartiers sont situés dans une zone de *Mata Atlantica* qui n'a pas résisté au poids des promoteurs immobiliers et à la faiblesse des politiciens qui privilégient l'intérêt personnel et immédiat à des plans écologiques portant leurs fruits sur le long terme.

Pour rendre compte de cette configuration, j'emprunte le concept de « ville archipel » à Olivier Mongin (2005). Plutôt que ville avec un centre ville de référence nous avons une ville avec de nombreux centres de référence déclinés et hiérarchisés selon leur fonction principale : centres résidentiels ; centres de travail, centres de commerces ; centre administratif, centre historique. Chaque centre tend à avoir son propre réseau de commerce et de travail et ainsi à être indépendant du reste de la ville tout en maintenant des échanges assidus. Chaque maillon est à la fois unité autonome et condition du maillage global dans lequel il est un élément récepteur. Ce phénomène est expliqué par la fragmentation des lieux et des espaces urbains, supprimant la notion de continuité qui était contenue dans les projets urbanistiques lorsque ceux-ci considéraient la ville comme un tout constitué d'un centre et d'une périphérie.

D'une part, la mise en réseau des lieux participe d'une "économie d'archipel" renvoyant à différents niveaux hiérarchisés entre eux. (...) D'autre part, l'urbain généralisé et continu produit en retour des discontinuités qui pèsent sur la configuration des lieux. S'il faut prendre en considération la forme spécifique des "villes globales", il faut observer simultanément le processus de reterritorialisation en cours. Un processus qui se traduit par un triple phénomène : la fragmentation et l'éclatement qui affecte les métropoles, le maillage lié à la réticulation et à la multipolarisation. (MONGIN 2005, p. 177.)

Ce concept permet de penser les AISP en terme de centres et périphéries et ainsi de comprendre les interconnexions entre les quartiers qui les constituent en termes d'habitants, d'infrastructures, et même d'homicides). Plutôt que des espaces homogènes, commence à se dessiner un



maillage urbain fait de lieux de passage, de lieux de résidence, de lieux à charge positive et d'autres à charge négative, permettant aux individus de se construire des parcours dans la ville qui prennent en compte ces différents systèmes de valeurs à l'intérieur d'un jeu d'échelle entre des centres ville, et les centres de vie.

Dans cette configuration, les vallées décrites par Pierson sont substituées par des échangeurs qui relient les nouveaux quartiers de la Orla à la vieille ville (soit une connexion entre l'ancien et le nouveau centre). Des quartiers résidentiels et des grands centres commerciaux y sont créés. Les populations des vallées se trouvent donc chassées vers de nouvelles périphéries. Ces nouveaux axes de circulation permettent des nouvelles centralités et renforcent l'abandon de l'ancien schéma urbanistique de la Baie. Au village africain est préféré le « non lieux »²⁴, qui est par essence le lieu de la circulation et non de la résidence.

Le non-lieu, participe à la marginalisation spatiale et sociale des populations pauvres. Spatiale à cause du déplacement des populations qui y résidaient, et sociale à cause de l'éloignement des centres actifs, par le fait d'être toujours repoussé vers les marges, devenant ainsi un marginal (du point de vue spatial pour le moins). Dans certains cas, l'urbanisme planifié, finit par encercler des quartiers entiers, installant (par exemple) des tours entre les vallées et donnant l'impression d'une ville patchwork entre auto-construction, et urbanisme moderniste.

Les populations pauvres dans la grande majorité des cas s'installent sur des terres dont ils n'ont pas la propriété. Elles le font parfois d'un commun accord avec le propriétaire dans la continuation du système paternaliste, en contrepartie de leur entretien ou de leur garde. Sinon, le fait d'occuper des terres sans autorisation, est une « invasion » ; c'est une forme courante d'occupation des terres à Salvador. L'informalité en matière de propriété est tolérée, tant que les terres en question n'intéressent personne ; en revanche lorsqu'il s'agit de gros intérêts, l'occupation informelle est perçue comme un crime, et est traité en tant que tel. Les habitants sont alors chassés et, dans le meilleur des cas, quand ils sont installés depuis longtemps et n'ont nulle part où aller, bénéficient de dédommagements souvent minimes. Ils vont occuper des espaces souvent encore plus distants, recréant de nouvelles marges.

C'est ce qui s'est produit avec une partie de la vieille ville haute réhabilitée dans les années 1980 pour devenir le centre historique et touristique de Salvador. Dès les années 1950, le centre ville historique tombe à l'abandon alors que les

²⁴ « Les non-lieux, ce sont aussi bien les installations nécessaires à la circulation accélérées des personnes et des biens (voies rapides, échangeurs, aéroports) que les moyens de transport eux-mêmes ou les grands centres commerciaux, ou encore les camps de transit prolongé où sont parqués les réfugiés de la planète. » (AUGÉ, 1992, p. 48.)



populations riches quittent Salvador pour le Sud poussées par des intérêts économiques. Il est repris par les populations pauvres qui occupent les anciennes demeures et construisent dans les arrières-cours pour se loger dans ces *cortiços*, transformant ces espaces en *avenidas*²⁵.

Après un long moment d'abandon, les vestiges de la grandeur passée de l'ancienne capitale sont mis en scène pour les touristes dans un centre commercial à ciel ouvert vendant souvenirs et artisanat à des prix adaptés leurs porte-monnaie. Ce quartier vitrine regorge d'églises et d'histoire. Il est ainsi classé bien matériel de l'humanité à l'UNESCO à cette même période. Les populations qui occupaient ce vieux centre étaient pauvres et sont déplacées vers des quartiers distants du centre. À la place, des boutiques et des hôtels sont établis, à la manière d'un village touristique qui peut être rapproché de la définition du non – lieux d'Augé qui incluse dans sa définition le centre commercial, un lieu de consommation concentré dans l'espace qui, dans l'optique touristique constitue un lien direct avec l'aéroport : de l'aéroport au village vacances, à la fois lieu de consommation et d'hôtellerie deux espaces clos en dehors des centres de vie (professionnelle, résidentielle, etc.) urbains.

Dans ce nouveau schéma urbain il est important de voir l'abandon du centre ville en tant que centre urbain, du moins pour les populations locales. Il remplit désormais le rôle de centre historique et de vitrine touristique. Il devient lieu de travail pour les commerçants (souvenirs, restauration, hôtels) et lieu de survie pour une population marginale constituée de prostituées et de drogués qui trouvent dans le tourisme un moyen de survie et dont ils cherchent à rester proche en utilisant les interstices oubliés de la ville, le vieux centre de Salvador qui n'attire plus personne. Le Pelourinho s'érige comme un îlot dans un vieux centre qui a perdu toute sa dynamique commerciale et administrative. Les alentours immédiats du périmètre réhabilité se marginalise et tombe à l'abandon (immeubles abandonnés, délabrés).

Dans le modèle sécuritaire, l'unité autonome rompt avec le schéma du centre et de la périphérie. C'est le cas des monades urbaines. Des espaces autonomes qui remplissent à eux-seuls plusieurs fonctions : résidences, commerces, écoles, loisirs, par exemple.

Les monades sont des unités autonomes qui se replient sur elles-mêmes en proposant toujours plus de services en leur sein sans que ses habitants aient à en sortir. Silverberg (1974) produit dans ce sens un roman de science-fiction où l'urbain n'existe plus en dehors des limites des monades, des tours de

²⁵ « Dans le centre historique de la ville au XIX^e siècle, les *avenidas* étaient les couloirs d'habitations dépendantes situées à l'arrière des maisons aisées qui avaient pignon sur rue. Le terme est resté en usage pour désigner les ruelles piétonnières d'habitation. (...) Dans les quartiers populaires, elles dessinent une toile dense de pauvreté dans un cadre humide et souvent insalubre. » (AGIER 1999, p. 52.). Sur les *Avenidas*, voir aussi AGIER 1999 p.51 à 53 et 2009 p. 68 à 74.



mille étages abritant 85 000 personnes et qui recouvrent tout ce que peut avoir besoin un homme. Le seul problème est que ces tours dorées, bien qu'offrant confort et sécurité, sont aussi les geôles de l'humanité qui ne peut pas en sortir sous peine de mort car en dehors d'elles, plus personne ne sait ce qu'il y a, mis à part un danger menaçant et un puissant interdit. Lorsqu'à la fin du roman un personnage s'aventure au dehors, il découvre qu'à part ces mégatours, subsiste un monde agricole destiné à approvisionner le monde des monades. Ces peuples sont maintenus à distance et vivent selon d'autres règles, sans rapport avec celles des monades. L'urbain vertical fait place dans ce monde à des maisons et à des places de villages. Le règne de la technique est ici remplacé par des rites primitifs. Dans les monades, l'union libre et la reproduction est une condition du bonheur et la réalisation de l'idéal de liberté qui y règne en maître ; dans les contrées agricoles, on voue des cultes de stérilité aux dieux afin de ne pas dépasser les quotas autorisés et ne pas empiéter sur les ressources destinées aux monades. L'excès de liberté dans le monde totalement clos des monades devient, pour certains individus, impossible à vivre. Nous pouvons lire ici une métaphore de la menace d'un monde totalitaire contenu dans le projet de repli sur soi. À l'extérieur, la menace est celle de la récession et du manque liés à frénésie de consommation du premier monde. Mongin rejoint ce propos lorsqu'il dit :

Aujourd'hui il n'y a guère d'autre choix que d'être déterritorialisé ou surterritorialisé, prisonnier d'un dehors sans dedans ou otage d'un dedans sans dehors.
(p. 176.)

À Salvador, toute bonne famille se doit d'avoir au moins une employée domestique pour les tâches ménagères. Ces employés habitent les quartiers adjacents qui sont aussi ceux qui nourrissent la peur de l'autre, du pauvre, ce qui renforce leur enfermement. De même que le condominium a besoin de se fournir en main-d'œuvre pour la maintenance et la sécurité, piochant toujours dans le même réservoir des quartiers « périphériques ». Ce terme de « périphérie » est à comprendre dans l'acception spatiale que nous avons donnée de ville archipel. Il existe plusieurs centres, chacun avec un rayonnement et une périphérie propres. Cette périphérie n'est plus synonyme de distance spatiale, mais de distance sociale. Les quartiers périphériques sont ceux qui abritent les « pauvres » et les centres sont ceux de la classe supérieure, comme dans la première configuration urbaine de Pierson qui divisait la ville entre monts et vallées. Le repli sécuritaire existe dans tous les quartiers mais il est plus accru dans les poches les plus riches. Les frottements entre quartiers accentuent la peur de l'autre et finit par se répéter aux différentes échelles de la ville.



Les chiffres produits par les pouvoirs publics et les découpages administratifs de la ville en AISP ne font qu'accroître les dynamiques spatiales de relégation qui existent depuis toujours à Salvador mais qui se trouvent d'autant plus marquées dans l'époque contemporaine qu'elles correspondent à une réaction presque épidermique aux zones de frottements provoquées par l'expansion de la ville. Cependant, plus encore que ces logiques de frottement, il semble que les régions morales entendues dans les perspectives à la fois spatiales de Park et temporelles de Souza e Hoellinger restent le facteur de relégation le plus important. Ce qui explique que les zones les plus touchées par la violence soient celles de la Baie. Comme si les zones qui partagent le système de valeur relatif à la société patriarcale décrite par Freyre *apud* Souza e Hoellinger pouvaient être traitées de manière autoritaire avec un usage démesuré de la force policière, puisque le modèle implique une relation de ce type. Ce qui peut par ailleurs nous amener à questionner ce modèle. Est-il vraiment choisi par ces populations, sur un mode nostalgique des relations paternalistes, ou bien lui est-il imposé du dehors ? La barrière économique pèse sur ces populations comme une frontière non franchissable vers le système de valeur démocratique adopté par les classes dirigeantes. Ainsi, les plus pauvres n'ont pas accès à l'Etat de droit non tant par goût pour l'archaïsme mais à cause de mécanismes de contrôle qui décident à leur place. Les AISP étant l'un d'eux.

BIBLIOGRAPHIE :

AGIER, Michel, **L'invention de la ville, Banlieues, townships, invasions, et favelas**, Paris, éditions des archives contemporaines, 1999.

AGIER, Michel, **Anthropologie du carnaval, La ville, la fête et l'Afrique à Bahia**, Marseille, éditions Parenthèses, 2000.

AGIER, Michel, **Esquisses d'une anthropologie de la ville. Lieux, situations, mouvements**. Academia Bruylant, Anthropologie prospective n°5, Louvain-La-Neuve, pp. 152, 2009.

AUGÉ, Marc, **Non-lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité**, Paris, éditions du Seuil, 1992.

AZEVEDO, Thales de., **As elites de cor numa cidade brasileira : um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio**. Apresentação e prefácio de Maria de Azevedo Brandão. – 2ème édition – Salvadore : EDUFBA:EGBA, pp.186, 1996.



CALAZANS, M. ESTEVES (de), **Homicídios de jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades**, documento interno ao Núcleo de Estudos Interdisciplinar em Violência, Democracia, Cidadania e Controle social, sistematização dos dados da pesquisa, UCSAL, 2013(a).

CALAZANS, M. ESTEVES (de), **Relatório de pesquisa** do Núcleo de Estudos Interdisciplinar em Violência, Democracia, Cidadania e Controle social, Relatório dos PIBICS, Salvador, UCSAL, 2013(b).

FREYRE, Gilberto, **Maîtres et esclaves : la formation de la société brésilienne** [1934], Paris, Gallimard, 1974.

FOUCAULT, Michel, **Segurança, território, população, cursos dados no Collège de France (1977-1978)**, Martins Fontes ed., São Paulo, 2008.

GRAFMEYER, Yves et JOSEPH, Isaac, **L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine**. Champs Flammarion. 1^{ère} édition : Les Editions du Champs urbains, CRU, [1979], 2004.

GUIMARÃES, Antônio, Sergio, Alfredo, **Démocratie raciale**, in Cahier du Brésil Contemporain, « Les mots du discours afro-brésilien en débat », n°49-50, p11 à 37, 2002.

HANNERZ, Ulf, **Explorer la ville**, Paris, (1980), Les Editions de Minuit, 1983.

LOURAU, Julie, **Fêtes, tourisme et identités à Salvador de Bahia, Les « pauvres » du commerce de rue dans la « fête monde » carnaval : population noire et informalité**, tese em cotutela em antropologia social e etnologia pela EHESS (França) e em Ciências Sociais pela UFBA, defendida em janeiro de 2013 na Escola de Altos Estudos em ciências sociais, 2013.

MONGIN, Olivier, **La condition urbaine – La ville à l'heure de la mondialisation**. Paris, Editons du Seuil, La couleur des idées, 2005.

PIERSON, Donald, **Branços e prêtos na Bahia : estudo de contacto racial**; introdução de Artur Ramos e Robert E. Park, 2^a edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasiliana, vol. 241, pp. 430, 1^{ère} édition en 1944. Egalement publié par University of Chicago Press, 1967 [1942], 1971.

SILVERBERG, Robert, **Les monades urbaines**, Le livre de poche, Science-fiction, Laffont, Paris, 1974.



SOUZA, Jessé, HOELLINGER, Franz, **Modernização diferencial e democracia no Brasil: uma tentativa teórico/empírica de interpretação**, in ARAÚJO, C. E. Pereira (de), SANTOS, E. G. C. (dos), SOUZA, J., COELHO, M. F. Pinheiro, (Orgs.), Políticas e valores, Brasília, UNB, 2000.



ESTUDOS DE CASO: Juventudes, violências e políticas de segurança públicas





4

La gestion de la « racaille ». Éléments de
compréhensions d'un acte criminel dans un quartier
populaire français

David PUAUD

Est doctorant en anthropologie à l'EHESS (LAU-IIAC) sous la direction de Michel Agier. Il exerce également en tant qu'éducateur de rue dans un service de prévention spécialisée depuis 2005.



ABSTRACTRESUMOABSTRACTRESUMOABSTRA

Résumé Comment un jeune homme issu d'un quartier populaire français peut-il en venir à commettre un homicide resté à l'issue du procès en assises sans mobile apparent ? Cet article vise à mettre en évidence quelques éléments d'analyses liés à son parcours institutionnel, sa relation aux services sociaux ayant pu influencer sur son devenir criminel.

Mots clés Jeune. Crime. Procès. Quartier populaire. Travail social.

Abstract How can a young man from a French popular area can he come to commit homicide remained at the end of the trial sitting without apparent motive? This article aims to highlight some elements related to its institutional career, his relationship with social services have affected its becoming criminal.

Keywords Young-Crime. Trial. Neighborhood popular. Social-work.



Du 16 au 25 mars 2010 eut lieu à Tours (France), le procès en cour d'assises de Jean Ouvrard et Julien Lidy . Ils comparaissaient avec cinq autres personnes pour le meurtre avec acte de barbarie de Michel Firmin qui eut lieu en 2007. En amont de ce procès, je menais depuis août 2005, un suivi éducatif avec Jean Ouvrard dans le cadre de ma fonction d'éducateur de rue au sein d'un service social de prévention spécialisée. Je fus donc amené durant le procès d'assises à témoigner du parcours éducatif mené par le service social avec J. Ouvrard.

En amont de ce procès, dans le cadre de mon travail de thèse, je débutais un travail réflexif autour des conditions de production de cet acte criminel. Une question se posait : comment ce jeune homme issu de Châteauneuf, un quartier populaire défavorisé de la ville de Châtellerauld en était arrivé à commettre un acte criminel avec barbarie ? Un homicide qui resta à l'issue du procès sans mobile apparent ?

DES DÉTOURS : « CAS SOCS » VERSUS « RACAILLE »

La notion de détour vise la recombinaison d'un processus sociohistorique, ceci dans l'objectif de complexifier une somme de données bien souvent décontextualisées. Le « détour » permet de démultiplier le point de vue unidimensionnel, il vise à fracturer le point fixe de l'idée. Sa fragmentation entraîne le détournement des sens constitués, ouvre des champs de réflexion au-delà du principe de l'idée immanente. L'objectif du détour ici est de recontextualiser en partie l'histoire de vie du sujet-criminel pour en saisir la complexité au-delà de la figure du « monstre humain » isolé anhistorique décrite par les acteurs du procès d'assises.

Le quartier populaire de Châteauneuf, d'où sont originaires J. Ouvrard et sa famille, a subi depuis quelques décennies une véritable déstructuration de son tissu industriel, ouvrier. La Manufacture d'armes de Châtellerauld a fermé en 1968. Durant 150 ans elle avait contribué à créer une véritable « condition ouvrière » dans ce quartier populaire. Bien plus qu'une fermeture d'usine en 1968, c'est la conscience d'une « classe ouvrière » au niveau local qui, au fil du temps, s'est désagrégée. En effet, la décentralisation de l'activité ouvrière du « cœur de la cité » vers des zones d'activités, d'entreprises privées situées à la périphérie du quartier a notamment entraîné une rupture de transmission d'un « éthos » ouvrier. Même si sur le terrain, une « culture ouvrière » continue de subsister, l'accès à la propriété de certaines familles issues de l'ancienne « classe ouvrière » a eu pour conséquence la concentration des familles les plus paupérisées dans l'hypercentre du quartier. Aujourd'hui le « leitmotiv » global lié aux développements des politiques néolibérales est de tendre à la « classe moyenne ». L'ascension socio-économique d'une partie de l'ancien groupe



ouvrier démontre en conséquence que les individus du groupe « restant » n'ont pas les moyens de cette ascension, des défauts individuels comportementaux ne leur permettent pas d'assurer leur intégration sociale.

Depuis la fermeture de la Manufacture en 1968, le quartier de Châteauneuf s'est considérablement paupérisé. Selon un rapport de la Mission locale daté de 2009, un jeune châtelleraudais sur 6 âgé entre 18 et 25 ans n'a pas acquis le diplôme du Certificat d'aptitude professionnelle (CAP) ou du Brevet d'Études professionnelles (BEP). De plus il y aurait eu cette année-là une hausse de plus de 54,1% de la demande d'emploi pour cette catégorie d'âge. A l'échelle de la ville, au fur et à mesure du temps, la figure de l'ouvrier représentatif du quartier de Châteauneuf a laissé place à celle du « cas-socs » représenté de par des traits comportementaux spécifiques. Par exemple la famille de Jean Ouvrard était perçue par de nombreux professionnels du travail social comme une caricature du roman « Germinal » d'E. Zola. C'est-à-dire que la famille était notamment distinguée par des traits comportementaux négatifs : l'impropreté, l'exiguïté du logement, la propension à l'alcoolisme, à l'oïveté, mais également le fait de profiter des aides sociales.

Cependant, depuis les années 2000, une autre figure s'est ajoutée à celle du « cas socs ». Fin octobre 2005, N. Sarkozy, alors ministre de l'Intérieur fit une visite dans le quartier de la « Grande Dalle » à Argenteuil dans le Val d'Oise. Il fut interpellé par une habitante qui du haut de son balcon exprima son mécontentement en désignant un groupe de jeunes (qui avait accueilli le ministre de l'Intérieur par des insultes et des jets de divers projectiles). N. Sarkozy prononça alors ces paroles :

« Vous en avez assez, hein ! Vous avez assez de cette bande de racailles ! Bien, on va vous en débarrasser. On est là pour éradiquer la gangrène... On va faire que ces quartiers puissent vivre, que les gens qui travaillent et qui se lèvent tôt le matin puissent vivre sans avoir la vie empoisonnée par les voyous, par les trafiquants et par tout un tas de gens qui n'ont rien à faire ici. Oh bah, les mesures c'est très simple, je suis venu voir les équipes de CRS... Et par ailleurs maintenant les renseignements généraux vont faire des enquêtes sur les trafiquants et les trafics » .

Quelques jours plus tard, en novembre 2005, durant trois semaines, des émeutes urbaines importantes eurent lieu dans les banlieues françaises . Bien que dans une moindre mesure comparée à d'autres quartiers des grandes agglomérations, quelques dégradations eurent lieu dans le quartier de Châteauneuf (feux de poubelles, voitures brûlées). Depuis 2005 cette « sémantique guerrière » visant une partie de la jeunesse des quartiers populaires s'est diffusée de manière exponentielle dans les discours politiques, médias



français. A un niveau local, durant les mois qui suivirent cet événement, je notai à plusieurs reprises l'usage du terme « racaille » par des membres de la municipalité citant notamment certaines familles, des jeunes désocialisés et revendicatifs du quartier. De plus, certains travailleurs sociaux locaux se mirent à utiliser ce terme pour désigner le groupe de jeunes adultes « oisifs » du quartier (dont faisait partie J. Ouvrard). Les membres de ce groupe étaient perçus comme les « pires du quartier », qui n' « accrochaient » à aucune mesure éducative ».

Ce changement subtil du curseur tend à « réifier » certaines familles et/ou individus des quartiers populaires sous l'angle unique des « problématiques délinquantes ». À la dimension assistancielle relative aux « prises en charge » des « cas socs » par les travailleurs sociaux et judiciaires tend à se substituer un traitement pénal lié à des logiques sécuritaires .

Globalement le terme « racaille » désigne une partie du peuple considérée comme méprisable, la plus vile en opposition à un groupe dominant. Cependant l'usage de ce terme par les pouvoirs publics n'est pas anodin, il tend à « réifier » toute une partie de la population des quartiers populaires et plus particulièrement les « jeunes des cités » perçue en opposition aux « vrais jeunes non-violents » intégrés socialement. Aujourd'hui, selon F. Jobard , le terme racaille peut être perçu comme un mot qui est plus qu'une insulte, qui construit un mur entre des groupes sociaux. Le jeune des banlieues françaises serait rusé et fourbe. Il aurait une propension à être violent, à avoir des consommations toxicomaniaques. L'usage du terme « racaille » par un ministre d'État en 2005 a « performé » le potentiel injurieux de celui-ci. Cet événement a favorisé la résurgence de ce terme et sa diffusion sur le terrain notamment auprès de certains responsables liés aux pouvoirs publics locaux.

La catégorisation politicomédiatique d'un groupe particulier renvoie les membres de celui-ci à leur étrangeté. À travers la surmédiatisation de faits divers liés aux quartiers dits « sensibles », les ritournelles identitaires, politiques, puis les réformes qui s'ensuivent, il se construit à travers la diffusion de ce mythe une « condition racaille » désignant une frange de la population française essentialisée, méprisée socialement. Les individus et les familles ayant les caractéristiques de la « condition racaille » sont perçus comme « classe dangereuse » et où en « difficultés sociales ». Certains habitants témoignent que ces dispositifs et les discours politiques les réifient comme « indésirables », et diffusent l'idée que leur condition sociale précaire est étroitement liée à des défauts individuels, à des choix rationnels.

De manière parallèle, ce processus de formation d'une « condition racaille » a réorienté de manière dense le dispositif



du travail social et judiciaire dans ce quartier populaire de plus en plus lié à la question sécuritaire.

LE TRAVAIL SOCIAL ET JUDICIAIRE AUPRÈS DE JEAN OUVRARD

J. Ouvrard fut suivi par les services sociaux et judiciaires de cinq à dix-neuf ans, l'âge de son interpellation pour le crime. Lors de mon arrivée sur le terrain en 2005, je fus véritablement surpris de constater que la famille Ouvrard faisait l'objet de multiples suivis d'ordre sociaux, médicaux et judiciaires réalisés par une dizaine de services différents. La situation de J. Ouvrard fut l'objet d'un premier signalement en 1994 de par l'intermédiaire de l'assistante sociale de secteur. Il s'ensuivit un suivi social et judiciaire qui s'étala durant quatorze années pour J. Ouvrard . On peut évoquer en ce sens la mise en place d'une logique de « protection rapprochée » réalisée par les différentes structures . Les rôles de chaque service social et judiciaire s'avèrent hétérogènes, cependant ils agissent de concert autour d'une mission similaire, celle relative à « la protection de l'enfance en danger ». Ces différentes institutions sont donc complémentaires, imbriquées entre elles, formant un continuum de protection rapprochée englobant le parcours de vie des individus de la famille placée sous protection administrative et/ou judiciaire.

Quant à moi, en tant qu'éducateur de rue, je débutais un suivi social avec Jean Ouvrard à partir de 2005. Dans un premier temps, ce dernier désirait « travailler ». Je l'accompagnai donc à un rendez-vous d'inscription à l'Agence Nationale pour l'Emploi (ANPE).

Un accompagnement social à l'ANPE

L'employé du guichet demande à J. Ouvrard son "identifiant". Au bout d'une demi-heure, nous sommes reçus dans un bureau par une conseillère. Après une brève présentation, celle-ci demande à J. Ouvrard s'il a pu préparer cet entretien avec le « dossier préparer un emploi ». Ce dernier me regarde (paniquée) puis répond qu'il n'a pas eu connaissance de ce document. La conseillère rétorque ironiquement : « Bon, OK, d'accord on va faire sans ! Bon vous avez 17 ans, OK, j'appelle donc la Mission locale » (elle saisit le téléphone). Le regard rivé sur son ordinateur (situé face à un mur), elle procède à l'enregistrement des données administratives sur la situation de J. Ouvrard. Suite à cela, elle lui demande de patienter dans la salle d'attente. Après vingt minutes d'attente, nous sommes invités à entrer dans un second bureau où une seconde conseillère nous reçoit. Celle-ci consulte le dossier rempli par la première conseillère, puis indique : « Bon je vois que vous souhaitez faire une formation Peintre en bâtiment ! C'est un job alimentaire ou pour vous former ? » J. Ouvrard répond en bafouillant qu'il souhaite : « travailler » la conseillère rétorque : « OK, bon vous avez dix-huit ans, j'appelle donc la Mission locale (elle saisit le téléphone sans nous regarder). Oui bonjour c'est Katya du Pôle Emploi, je voulais savoir s'il te reste de la cotraitance ? Il en reste un ? Ah bon vous connaissez M. Ouvrard Jean, OK je consulte son

dossier ». Elle raccroche le combiné puis s'adresse à J. Ouvrard tout en étant rivé sur son écran d'ordinateur : « Nous, le Pôle Emploi, on est des généralistes, la Mission locale se sont des spécialistes de l'accompagnement des jeunes, et ils ont l'air de vous connaître... On leur délègue donc le travail, après avoir vu votre projet aujourd'hui. » Jean hésite (silence) puis répond : « Oui, j'y suis allé il y a pas longtemps ! » Surpris, je demande à la conseillère comment cela se fait qu'elle puisse consulter un dossier informatique provenant de la Mission locale. Elle me répond laconiquement : « En effet, on peut consulter les informations des jeunes suivis par la Mission locale dans le cadre du Dossier Unique du Demandeur d'Emploi (DUDE), nous avons accès aux données relatives à l'orientation... » Elle poursuit son propos en se parlant à elle-même : « OK vous êtes dans mon fichier, ah vous étiez en Contrat d'Insertion à la Vie Sociale (CIVIS) renforcé, et vous vouliez faire une formation de Maître chien... Mais ce n'est pas du tout la même chose cela ! » J. Ouvrard répond : « Je veux travailler, je suis motivé... » La conseillère répète : « Nous on est des généralistes. On est là pour un premier entretien de cotraitance, vous verrez donc cela avec la Mission locale, le problème des jeunes, c'est que cela doit aller vite ! Le problème c'est que vous n'êtes pas employables tout de suite. C'est comme un gâteau, il faut faire la pâte, puis la cuisson avant de la manger ! Vous devrez faire sans doute un parcours découverte des métiers, faire de l'immersion en entreprise. Cela peut paraître long pour des Impatients ! » La conseillère lui pose ensuite différentes questions : « Maîtrisez-vous les langues étrangères, le traitement de texte, tableur ? » J. Ouvrard répond par un signe négatif de la tête. La conseillère (sans un regard envers J. Ouvrard), enchaîne : « Avez-vous de l'expérience professionnelle ? » Il hésite, puis réponds : « J'ai commencé un apprentissage en mécanique, mais je ne m'entendais pas avec le patron, enfin j'ai fait quelques jours d'essai. » La conseillère lui adresse un regard, en lui stipulant : « C'est bien dommage, la mécanique c'est un métier porteur. » Vous êtes déscolarisé depuis plus d'un an ? » J. Ouvrard précise : « J'ai été dans une école spécialisée, mais j'avais un suivi extérieur ». La conseillère tout en pianotant sur son ordinateur, affirme à voix basse : « Oui, vous êtes donc sorti du système ! » Jean répète sur le même rythme : « Oui je suis sorti du système ! » La conseillère s'adresse à nouveau à Jean (en le regardant) : « Tout est une question de volonté ; on se donne les moyens ! Bon pour terminer, je vous oriente vers un atelier postinscription, c'est tout nouveau, on vous y expliquera vos droits et devoirs et surtout comment gérer votre actualisation. » Puis, elle signale : « Vous devrez sûrement refaire une formation remise à niveau des savoirs de base avant d'envisager toutes formations. Mais ils évalueront votre niveau avant. Quelquefois, on a des bonnes surprises ! » La conseillère lui donne son « profil ». L'entretien se clôt. Au retour, dans la voiture, J. Ouvrard m'indique sa difficulté à se justifier de son absence d'activités durant plus d'une année auprès de toutes les administrations, il m'indique également ses réticences face à l'informatique.

DE LA VIOLENCE « ASEPTISÉE » À LA VIOLENCE CRIMINELLE

Un an plus tard, suite à un énième rendez-vous administratif, J. Ouvrard m'indiqua : « Je suis happé, happé vers le fond je suis ! Tu vois il y a une ligne droite, je zigzag à côté, puis fais des démarches, retourne sur la ligne droite, mais



il y a le mur en face, et lui ça fait mal ! » Ce jour-là, J. Ouvrard perçut que ses désirs professionnels s'avéreraient plus que compliqués à réaliser. Au fur et à mesure du temps, J. Ouvrard malgré ses tentatives de réinsertion se retrouvait de plus en plus mis à l'écart par les institutions sociales et administratives.

La situation de J. Ouvrard démontre la limite d'un projet d'insertion sociale durable dans la société française pour des individus catégorisés dès leurs plus jeunes âges comme « cas-socs et/ou racailles ». Les multiples suivis sociaux et judiciaires ne font bien souvent que maintenir les jeunes en situation de marginalité avancée dans des « sas d'attente ». Ces individus sont « ballotés » de dispositif en dispositif. Par exemple J. Ouvrard participa avec la Mission locale d'insertion à de nombreux ateliers « Curriculum Vitae », fit des stages, fut orienté vers une École dite de la deuxième chance. Cette « deuxième chance » paraît bien illusoire à tous ces jeunes sans diplômes, leur « force de travail » étant elle-même disqualifiée. Ils se retrouvent dans un « no man's land social ». Les conseillers en insertion sociale travaillent en lien étroit avec le monde économique selon les offres d'activités liées au contexte local. Ils sont de plus en plus confrontés à une logique institutionnelle de tri social : les jeunes les plus dociles, ayant pas ou peu d'antécédents judiciaires, ont une propension à bénéficier des meilleures opportunités d'emploi, des dispositifs administratifs pérennes. Les « inemployables » deviennent bien souvent au fur et à mesure des rendez-vous, des numéros de registres informatisés, auxquelles on demande de travailler le « Curriculum Vitae », de rechercher des stages. Le plus souvent ces derniers s'épuisent rapidement, cependant, ils restent comptabilisés dans les statistiques de suivis annuels de la structure.

Le développement récent de l'économie dit des services notamment au niveau européen a ouvert des brèches dans les structures du travail social qui fonctionnaient auparavant quasiment en vase clos avec des budgets annuels renouvelés de manière quasi systématique. Des opérateurs privés, néo managers se sont engouffrés dans ce secteur « porteur » amenant avec eux toute une batterie de logiques relatives au « new public management ». Avec ces logiques gestionnaires, la personne en « difficulté » devient un « client » qui bénéficie d'un service social, judiciaire. L'utilisateur doit donner les « preuves » qu'il « mérite » d'être aidé socialement. L'institution sociale n'est plus uniquement un service de « surveillance et de correction » de l'individu. Elle demande désormais à celui-ci de coconstruire sa « surveillance », de s'« auto corriger » tout en fournissant des « preuves » de sa proactivité. Le travailleur social, quant à lui, « manage » l'expérience du « client » au sens de le guider et d'optimiser son parcours d'insertion sociale en mettant en place des actions éducatives. Dans cette



logique « renversé », l'individu n'est plus un « produit », mais un « coproduit » du dispositif social. Au sein de ce système, les travailleurs sociaux ont pour unique fonction d'administrer temporairement ces individus « vulnérables ». Ces excès d'objectivité, la rationalité abstraite crée des tensions chez les individus auprès desquels ils interviennent. Bien souvent la déroute de l'individu, son parcours chaotique lui est rappelé. Il lui est stipulé qu'il a manqué à ses devoirs. L'administration sociale de la vie d'individu considéré comme des êtres en « difficultés sociales » et/ou « racailles » a pour conséquence de fomenter une violence douce et/ou « aseptisée ». Selon la théorie de la justice, Rawlsienne, le fait de stipuler l'existence d'une « inégalité naturelle », induit que mon statut ne dépend dès lors que de moi. La sélection naturelle s'effectue en fonction des preuves, mérites que l'individu fournit à la société, aux administrations. Les pratiques « proactives » ont pour intention de projeter l'« usager » du service et/ou le jeune dans un à venir figurer et/ou imaginer. En ce sens, contrairement à la gestion par la « surveillance-corrrection », la pro activité s'avèrent être complémentaires des pratiques à proprement remédiatrices. La notion de pro activité sous-tend que le travailleur social suggère à la personne en face de lui de « prendre en main la responsabilité de sa vie ». L'objectif de l'individu « proactif » est de maximiser les bénéfices d'une situation, de se prendre en responsabilité sans chercher de causes extérieures quant aux raisons de son état, en rapport à sa situation .

Durant la guerre froide, la CIA avait rédigé un manuel d'interrogatoire dont le nom de code s'intitulait : « Kubark » . Les responsables de la CIA avaient composé une pratique scientifique de l'interrogatoire lié à des enseignements issus de la psychologie expérimentale. Durant les interrogatoires des suspects, il s'agissait de substituer à la violence physique, une forme de violence « douce ». Ces différentes formes de tortures avaient la subtilité de ne laisser aucune trace physique, comme psychique. De fait, l'individu ne pouvait « prouver » faire reconnaître socialement les violences qu'il a subies.

DES TECHNIQUES « PROACTIVES »

À travers ces techniques de « violence douce » mises en place par la CIA, il est possible d'observer en « intensité basse » (sans comparaison directe), l'application de ces méthodes dans l'action sociale et administrative contemporaine. Les techniques de gestion « proactive » déployées par les travailleurs sociaux relèvent d'un « inconscient institutionnel » plutôt qu'une démarche conscientisée par les acteurs et donc délibérément mise en place. Cependant, la gestion proactive voulue pour le « bien-être » des individus tend à produire par l'incitation permanente, l'injonction à l'autonomie une «



violence » d'autant plus intense qu'elle est aseptisée. En lien avec la gestion proactive, je fais l'hypothèse ici de l'existence de quatre techniques « proactives » principales contribuant à assujettir les individus « aidés » par le travail social. La première est relative à la diffusion de la confusion, elle tend à « bouleverser les attentes et les réactions conditionnées de la personne interrogée. Elle est habituée un monde qui fait sens, tout au moins pour elle ; un monde de continuité et de logiques, prévisible. Et elle s'y cramponne pour préserver son identité et sa capacité de résistance » . Le principe de confusion s'installe par exemple lorsque le travailleur social rappelle à l'individu que son projet n'est pas « réaliste », qu'il lui propose alors d'autres pistes de métiers, formations différentes par rapport à sa demande initiale. La personne s'en retrouve bien souvent déroutée, son désir professionnel étant suspendu, ou bien mis à l'écart. La seconde technique est liée au principe du « rétrécissement du monde », en effet, au fur et à mesure du temps, si l'individu ne répond pas aux sollicitations-sollicitudes des travailleurs sociaux, ce dernier peut se retrouver catégorisé comme « ingérables... ». En effet au fur et à mesure du temps, les travailleurs sociaux reconnaissent ces individus ayant fait le tour des « boutiques », dès lors les professionnels ne prennent bien souvent plus en compte leurs demandes, les renvoyant de rendez-vous en rendez-vous, épuisant les capacités réactives du jeune au fur et à mesure du temps. De par ce procédé, de nombreux individus intègrent qu'ils sont « indésirables », et de fait ils se retrouvent « grillés » auprès d'institutions, travailleurs sociaux. La troisième technique se réfère au principe d'auto prédation, elle est une conséquence indirecte de deux autres. Au fur et à mesure des désillusions subies auprès des administrations, le sujet accumule de la rage envers celle-ci et perd une partie de l'estime envers lui-même. Le sujet développe un contrôle réflexif de « soi par soi », une sorte d'auto surveillance, et d'autopunition du sujet par lui même . La douleur « auto-infligée » à cela de subtile, c'est qu'elle travaille à la fragmentation de l'identité de la personne : « l'auto prédation, correspond au procédé... De l'auto douleur où l'on retourne le sujet contre lui-même “jusqu'à finalement en faire l'agent de sa propre défaite” » .

L'ÉPAISSEUR DE LA FRONTIÈRE

« Je voudrais vivre comme tout le monde, je suis issu d'un univers qui n'est pas le vôtre, je voudrais bien y venir, mais je n'y arrive pas »

Les métiers liés aux services à la personne se caractérisent bien souvent par des liens dissymétriques. L'élève, le patient, l'utilisateur ou l'administré ont un point commun ; celles d'être en situation de subordination via un



agent social qui a pour mission principale : d'enseigner, de soigner, d'aider ou orienter. De manière indéniable, un pouvoir normatif s'imisce dans l'écart maintenu entre ces rapports. Les travailleurs sociaux ont pour fonctions de « re-médier » des connaissances (et non de les médier). En ce sens le professionnel à travers ses paroles, actions envers la personne aidée devient un « signifiant » des normes sociales en vigueur, des valeurs admises dans une société. Il transmet des « signifiés » au demandeur de l'aide sociale. De par son discours, ces professionnels occupent la fonction de maître au sens d'une personne qualifiée pour diriger, mais également surveiller un groupe. On peut ainsi dire que le professionnel de l'insertion sociale par l'acte de communication transmet « des signifiants maîtres qui assemble, tel un patchwork, et maintient le champ symbolique » .

À travers la fonction du travailleur social, les relations éducatives qu'ils nouent avec les personnes que cela soit avec la libre adhésion de ce dernier ou avec un mandat administratif ou judiciaire se reconfigurent, des frontières statutaires, identitaires. En ce sens le travailleur social impose une « place » à l'individu en lui octroyant ou non le passage du « check-point » symbolique.

La puissance normative se diffuse de manière subtile à travers une « pensée du dehors » définissant des individus perçus comme inclus et d'autres comme exclus. Tout ce processus se déroule dans un espace à part entière, une zone de passage symbolique qui est l'épaisseur de la frontière symbolique entre l'exclusion et l'inclusion sociale dans une société donnée. Le travailleur social se situe dans cette épaisseur comme un gardien du seuil, définissant les frontières d'une certaine normalité sociale notamment à travers des discours et des pratiques institutionnalisées. À l'instar de G. Agamben, ce qui est intéressant dans l'analyse de cette situation c'est « d'identifier un modèle du sujet comme ce qui reste entre une subjectivation et une désobjectivation, une parole et un mutisme. » . Ce lieu pour G. Agamben n'est pas un espace à proprement parler, mais un « écart » .

Il est possible d'observer une forme de cet « écart » lors du rendez-vous de J. Ouvrard à l'ANPE. Lors de cet entretien, la conseillère de la Mission locale créa les conditions d'un processus de désidentification-réidentification identitaire chez J. Ouvrard. La demande « égo » de J. Ouvrard de « travailler » n'est pas prise en considération par l'intervenante sociale. Son désir est reconfiguré en une somme de propositions « Alter » . La conseillère délimite les perspectives du sujet « égo » en résignant le projet professionnel de l'individu, mais également en le ré-identifiant numériquement. La conseillère, tout comme l'éducateur de prévention présent durant le rendez-vous conseille à J. Ouvrard de réaliser un stage, refaire un CV. Ce dernier doit prouver son « employabilité » avant



d'envisager tout projet professionnel. Pour cela il doit faire ses « preuves », c'est-à-dire participer au rendez-vous avec les différents éducateurs, réaliser des démarches administratives à la sécurité sociale, « pointer » au pôle emploi, se rendre aux convocations de la justice. Cependant, au fur et à mesure du temps, J. Ouvrard perçoit qu'il devient un « incasable », ses longues périodes d'absences, ses différentes démarches qui n'ont pas abouti, sa situation familiale sont consignées dans les logiciels des différents services sociaux auxquelles il est confronté. En ce sens les logiciels de bio-informatique agissent par réflexion. Ils forment une image numérique reconfigurant l'identité de l'individu à l'instar des miroirs déformants. La retranscription administrative de sa requête induit la création d'un « avatar administratif » figuré par la conseillère à travers lesquels le sujet J. Ouvrard ne se reconnaît pas.

En ce sens je fais l'hypothèse de l'existence d'une forme de « pouvoir alter égoïste » en référence à l'analyse du « bio-pouvoir ». Je développe également cette notion en référence aux réflexions engagées par G. Agamben qui en citant les derniers travaux de M. Foucault y observe un paradoxe dans les énoncés de son travail sur le « souci de soi ». Selon l'auteur, M. Foucault indique que le « souci de soi » doit s'envisager à partir de toutes les formes de pratiques de soi. Cependant, de manière apparemment opposée, M. Foucault stipule à de nombreuses reprises : « On est fini dans la vie si l'on s'interroge sur son identité ; l'art de vivre, c'est détruire l'identité, détruire la psychologie » donc selon l'auteur, le « souci de soi » doit être allié à une déprise de soi constante.

La gestion « proactive » appliquée à la situation de J. Ouvrard favorise chez lui un processus de désubjectivation. En effet, J. Ouvrard ne répondit que très peu aux différentes attentes en terme d'attitudes, dispositions adéquates attendues par les travailleurs sociaux. Pourtant ce dernier participa tout de même à différentes actions d'insertion dites de « remobilisation-redynamisation à l'effort ». Cependant, ces actions à viser « rééducatives » ne correspondirent pas véritablement au projet que J. Ouvrard désirait. Ces actions se référaient non pas aux aspirations relatives au « je J. Ouvrard » mais à un « il » informel de l'individu désiré par les services sociaux : « a savoir c'est un “ je ” qui vaut pour un “ il ”. C'est un “ je ” aligné sur le “ il ” ». Le « je » du sujet est de sorte en désaccord avec le « il » institutionnel, impersonnel, sans lien avec le réel du jeune homme. C'est cette connexion impossible entre le « je » et le « il » qui produit le « pouvoir alter-égoïste ». J. Ouvrard ressentit l'impossibilité de relier son « je-sujet » avec l'« individu-il » configurée par les services sociaux. Au fur et à mesure du temps catégorisé comme « indésirables », il n'y avait plus de passages possibles, il se retrouva face à un mur symbolique. L'autre désiré est irréductiblement « il », dès lors il n'y a pas de « check point »



possible au-delà de la frontière, mais bien formation d'un mur « non-dit » infranchissable pour le sujet J. Ouvrard.

C'est dans ce « no man's land social » (ou lieu de déprise) que se configure l'« alter ego pouvoir ». Il symbolise la frontière entre le dedans et le dehors, la liaison déconstruite entre une identité et une non-identité. J. Ouvrard se retrouvait en sorte suspendue dans l'épaisseur d'une frontière. Son identité figurée par les travailleurs sociaux, fit qu'il restait en suspend comme maintenu dans un « non-lieu ». En clair soit il se conformait à cet « imago » en réalisant les démarches, en tâchant d'intégrer les codes, dispositions pour s'intégrer socialement, soit il restait sur la touche. Son à-venir se retrouvait suspendu, en discordance avec ses désirs réels. Pour reprendre une analyse du sociologue Jean Claude Paye, nous faisons l'hypothèse que ce « pouvoir alter égoïste » occupe une « fonction scopique » au sens « d'enfermer dans le regard du pouvoir, auquel l'individu doit s'identifier afin d'assurer sa protection » . J. Ouvrard se confond avec le regard de cet « alter ego » numérisé dénué de ses particularités propres. Il devient son objet. L'autre-moi même administratif s'impose à l'individu : « Il s'agit même de faire accepter par les citoyens que le pouvoir à la capacité de les nommer » . Dans nos sociétés contemporaines, l'insécurité est d'être en dehors de cette « capture d'écran », de ce regard administratif. Sans cela, pas d'accès aux formations, pas d'aides sociales, ni le sentiment d'une reconnaissance sociale possible à-venir : « L'insécurité : résulte alors d'être en dehors de ce regard comme, par exemple se placer en dehors de l'œil des caméras » .

L'EXPRESSION D'UN DÉSASTRE

« Il a commencé à rendre des coups dès qu'il a pu »

Certes la violence « aseptisée » n'est pas un « tsunami », un « régime concentrationnaire », mais « infusé » quotidiennement chez un individu pendant des années, elle produit des tensions intrinsèques chez le sujet. Celles-ci peuvent s'exprimer au fur et à mesure du temps de manière extrinsèque par des passages à l'acte délictueux sporadiques...où des violences contre soi-même du type consommation toxicomaniaque... Mais également et heureusement beaucoup plus rarement dans des formes de violences beaucoup plus extrêmes.

Dans le crime commis par J. Ouvrard et J. Lidy, on retrouve une dimension propre à la « cruauté ultra subjective » . Ici la violence criminelle « paroxystique » des auteurs, tend de manière parallèle à l'anéantissement de la victime, tout en détruisant également leurs propres identités. Celle-ci s'approche d'une « pulsion suicidaire ». En ce sens, le



processus de désidentification identitaire amorcé (entre autres) par la gestion « proactive » est poussé à son apogée. De manière paradoxale, on peut émettre l'hypothèse que par cet acte, l'individu J. Ouvrard pousse au paroxysme la destruction de sa propre identité d'« inutile au monde », tout en s'affirmant de manière plus que paradoxale comme « sujet-criminel ». Dans cet acte, il se produit un processus de désidentification-réidentification identitaire négatif. Cet « individu négatif » au sens de R. Castel est devenu plus qu'un « hyper individu négatif » catégorisé par le statut de criminel, mais un individu « ultra subjectif » au sens de mêler ce processus d'assujettissement « négatif » à son paroxysme en avilissant la victime, tout en souhaitant stopper les tortures qu'ils infligent à la victime : « Je voulais pas tuer quelqu'un. La preuve, je suis mort. J'aurais préféré mourir que de tuer quelqu'un. On se sent pas un homme, je me prends pour une faute grave. Ça s'arrêtait plus même si dans ma tête je voulais que ça s'arrête ».

Durant le procès, une psychologue expliqua que selon elle, ce qu'il s'était produit durant le crime était un mécanisme : « d'inversion des rôles agresseur victimes... L'acte destructeur apparaît comme un recours contre la dépression ». Dans ce processus d'inversion, l'« individu négatif » intériorisé par J. Ouvrard surgit, ce dernier s'identifie de manière fantasmagorique à la victime, tout en s'en distanciant comme agresseur. Il se joue ici un mécanisme identitaire fort complexe, J. Ouvrard se retrouve en pleine « déprise » de lui-même, les identités victimaires et d'agresseur fusionnent, s'entremêlent. De manière symptomatique, à plusieurs reprises durant la phase d'enquête, J. Ouvrard semble exprimer de manière « irréaliste » que la victime serait son « alter ego », l'image de la victime qu'il est socialement au moment de faits selon ces propos. Il expie cette image en la détruisant de manière inhumaine. Il retrouve ainsi un statut d'« ultra sujet négatif » criminel ayant renversé la victime qu'il était lui-même.

Cette violence paroxystique qui oscille selon la psychologue entre omnipotence et anéantissement est liée selon elle à une décharge « orgastique » à mettre en rapport avec des éléments de l'identité psychologique de J. Ouvrard : son « chaos interne » composé notamment de la solitude, l'isolement et de la désinsertion sociale subis par le passé. En somme, selon C. Zarini, cette violence extrême fut la résultante d'une accumulation pendant des années, de pulsions, rages, « déchargées » sur une personne « désincarnée » perçue comme un objet. F. Emmanuel dans l'ouvrage « La Question humaine » stipule le fait que l'expression d'un désastre peut provenir d'un lien entre une rationalité économique établie et la négation de la condition humaine. Un ordre établi exprimé par des acteurs « économisés » pouvant devenir victimes de cette «



question humaine ». L'auteur indique que le directeur adjoint d'une multinationale dénommé Jüst ne peut plus entendre de musique : « ... Il dit en ressentir de la douleur, des lames tranchantes dans son corps... » . La mise en place d'une politique ultralibérale, hygiéniste : « Ne pas entendre ne pas voir. Prononcer des mots propres, qui ne tâchent pas » se répercute sur son quotidien et le corps social.

L'homicide peut en ce sens être considéré comme un événement relevant de situations de désastres subits, accumulés à un niveau collectif, puis individuel : « ... Placer un événement sous le signe du désastre, c'est donc y déceler quelque chose de plus, un excès, c'est penser que l'événement ne peut se réduire à lui seul. Ou plutôt : ce qui fait événement n'est pas en soi désastre ; il le devient non seulement dans la perception après coup que les humains en ont » . Le désastre est ici premièrement d'ordre collectif en lien avec la déstructuration du tissu ouvrier dans le quartier de Châteauneuf. La catégorisation sociale de toute une partie de la population a conditionné le « devenir » de certains de ces individus. À l'image du jeune qui dans le film « Caste criminelle » de Y. Zauberman stipule : « Puisque vous dites que je suis un criminel ; pourquoi je ne le deviendrais pas. Pas un voleur un mendiant, mais un criminel j'en suis capable. » En ce sens l'acte exprime en partie une « pensée collective ». Un acte antisocial, une violence extrême exprimant un phénomène d'effondrement psychique dû à une accumulation de violences familiales, mais également à des formes de « violences aseptisées » subies durant son parcours scolaire et institutionnel.

Les frustrations accumulées par l'individu au fur et à mesure du temps peuvent laisser place à des passages à l'acte au sens « d'élan impulsif, inexprimable par le biais du langage ou de la pensée, et porteur d'une frustration intolérable » . Le passage à l'acte violent n'est plus envisagé comme quelque chose d'inimaginable, mais il correspond à un état de choses accumulées comme en témoigne la réponse de Wilfried le frère de Jean à l'enquêteur qui lui demandait en commission rogatoire s'il pensait que son frère aurait pu commettre un tel acte, ce dernier répondit : « Ben euh... J'sais pas... Tout le monde peut tuer quelqu'un... ça dépend de l'état qu'on est... » Comme le suggère S. Zizek ces ressentiments peuvent conduire l'individu à se « saboter » lui même à exercer des actes qu'il ne souhaite pas réaliser véritablement . En somme, on peut faire l'hypothèse que de par ce crime, l'individu assigner socialement de manière négative durant l'ensemble de son enfance-adolescence, à effectivement « décharger » un ensemble de pulsions négatives cumulées au fur et à mesure des années. Dès lors l'individu marginalisé perçu comme une personne « non grata » socialement performe l'assignation identitaire négative en un sujet irréductible, inqualifiable



relevant de la monstruosité. En somme cette violence, dépourvue d'un sens apparent, exprime un vœu d'impuissance, une forme de « contre violence » face à son assignation identitaire : « Quand une société fait des choix politiques qui mésestiment, voire dénigrent le pari éducatif, quand une société isole chacun dans ses égoïsmes et ses peurs, elle crée les conditions propices à l'émergence du monstrueux individuel et du monstrueux collectif simpliste. Et les sujets les plus fragiles par leurs histoires personnelles et familiales peuvent s'y perdre » .

Il n'est pas question ici d'expliquer que l'homicide est lié de manière causale uniquement à la violence « aseptisée » subite par le sujet, ni de lier celui-ci à des facteurs historiques, généalogiques. De manières beaucoup plus décousues, discontinues, de multiples éléments d'ordre psychosociaux, historiques, institutionnels, liés aux contextes familiaux en sont venus à se cristalliser dans un acte criminel resté sans mobile apparent.

BIBLIOGRAPHIE

AGAMBEN Giorgio, **Homo sacer. le pouvoir souverain et la vie nue** (1995), Paris, Seuil, Coll. « L'ordre philosophique », 1997.

AGIER Michel, « Penser le sujet, observer la frontière. Le décentrement de l'anthropologie », **L'Homme**, n°203-204, 2012, p. 51-75.

BALIBAR Etienne, **Violence et civilité. Wellek Library Lectures et autres essais de philosophie politique**, Paris, Galilée, 2010.

BEAUD Stéphane et PIALOUX Michel, **Violences urbaines. Violences sociales**, Paris, Fayard, 2003.

CASTEL Robert, **Les métamorphoses de la question sociale : une chronique du salariat**, Paris, Fayard, 1995.

CHAMAYOU Grégoire, Introduction, Kubark. **Le manuel secret de manipulation mentale de torture psychologique de la CIA** traduit de l'anglais par E et J-B. Bernard, 2012, p. 5-49.

CHOBEAUX François, « De la normalité des monstres, de la banalité du mal », **Vie sociale et traitements**, n°115, 2012, p. 3-4.

EMMANUEL François, **La question humaine**, Paris, Stock, 2007.



FOUCAULT Michel, **Sécurité, territoire et population. Cours au collège de France (1977-1978)**, Paris, Gallimard-Le Seuil, 2004.

FOUCAULT Michel, **La pensée du dehors**, Paris, Fata Morgana, 1986.

FRANKL Emil-Victor, **Découvrir un sens à sa vie avec la logothérapie**, Montréal, Actualisation, 1988.

GLOWCZEWSKI Barbara et SOUCAILLE Alexandre, « Présentation », Cahiers d'anthropologie sociale, n°7, Paris, L'Herne, 2011, p. 11-22.

GLOWCZEWSKI Barbara et WOTTON Lex, **Guerriers pour la paix**, Montpellier, Indigène, 2008.

GRELET Stany, POTTE-BONNEVILLE Mathieu, **Une biopolitique mineure**: entretien avec Giorgio Agamben, Vacarmes n°10, 2010, p. 257.

JOBARD Fabien, « La racaille en politique: enquêtes sur les jeunes connus des services de police », **Vacarme**, n°35, printemps 2006, p. 78-81.

PAYE Jean Claude Paye, « Lopssi II : sous le regard du pouvoir », **Le Sarkophage**. Journal d'analyse politique, juillet, 2011, p. 1-3.

RICOEUR Paul, « Préface à Hannah Arendt », **Condition de l'homme moderne** (1961), Paris, Calmann-Lévy, 1983, p. 5-32.

WACQUANT Loïc, « La fabrique de l'état néolibéral : insécurité sociale et politique punitive », in Romuald Bodin (dir.), **Les métamorphoses du contrôle social**, Paris, La Dispute, 2012, p. 243-254.

ZIZEK Slavoj, **Violence. La violence n'est pas un accident de nos systèmes, elle en est la fondation** (2008), Paris, Au diable vauvert, 2012.

Rapports

GOURON Christophe, Les jeunes et leur logement dans la communauté d'Agglomération du Pays Châtelleraudais, Mission Locale d'Insertion de Châtelleraudais, 2009.



Ressources électroniques

BACQUE Raphaëlle, HUGUES Thomas et PAOLI Stéphane, « Azouz Begag : "Les mots "Kärcher" et "racaille" ne sont pas oubliés. Sarkozy aurait dû exprimer des regrets » (En ligne), Le Monde, janvier 2007. Disponible sur : <http://doc.sciencespobordeaux.fr/France.2007/Fr.123.Elections.preisidentielles/Begag.Karcher.m.17.01.07.pdf> (consulté le 28 novembre 2011).

BEAUD Stéphane, PIALOUX Michel, « La "racaille" et les "vrais jeunes" ». Critique d'une vision binaire du monde » (en ligne), Liens socio, Novembre 2005. Disponible sur : http://www.liens-socio.org/article.php3?id_article=977 (consulté le 28 avril 2012).

DELEUZE Gilles, Anti Œdipe et autres réflexions, Université Paris 8 : cours à Vincennes, 3 juin 1980. Disponible sur : http://www2.univ-paris8.fr/deleuze/article.php3?id_article=215 (consulté le 20 janvier 2013).

MOHAMMED Marwan, Les voies de la colère : "violences urbaines" ou révolte d'"ordre politique" ? L'exemple des Hautes-Noues à Villiers-Sur-Marne », Socio-logos. Revue de l'association française de sociologie [En ligne], n°2, 2007. Disponible sur : <http://socio-logos.revues.org/352> (consulté le 18 avril 2012).

TREMBLAY Serge, « La sexualité humaine et ces multiples facettes », Objectif couple. Centre de consultation conjuguale. Disponible sur : <http://www.objectif-couple.com/texte-thematique/001-sexualite-humaine.php> (consulté le 20 juin 2012).

Document audiovisuel

ZAUBERMAN Yolande, Caste criminelle, Bois Colombes, Les films du paradoxe, 1989.



5

Muitas cabeças, muitas sentenças: uma mirada acerca das representações sociais das juventudes do bairro Guajuviras (Território de Paz) na cidade de Canoas/RS

Aline de Oliveira KERBER

Bacharel em Ciências Sociais e Especialista em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ex-Coordenadora Acadêmica do Observatório da Segurança Pública de Canoas/RS. Diretora de Pesquisa do Instituto Fidedigna.

Eduardo PAZINATO

Advogado. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFRGS). Ex-Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania e Ex-Coordenador Institucional do Observatório da Segurança Pública de Canoas/RS. Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do Conselho Nacional de Segurança Pública e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul. Coordenador do Núcleo de Segurança Cidadã da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Diretor de Inovação do Instituto Fidedigna.



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Resumo O presente artigo decorre de produção bibliográfica anterior, a qual procura abordar e analisar, para além de uma ótica tradicional e longitudinal, as representações sociais das juventudes do Guajuviras, primeiro Território de Paz de Canoas/RS, acerca das políticas públicas de segurança levadas a efeito nessa localidade (sua interface com as violências, crimes, drogas, entre outros), durante o período compreendido entre 2009 e 2011. Pretende-se, assim, oferecer alguns elementos metodológicos e analíticos para melhor compreender alguns dos principais impactos dessa política pública voltada à prevenção das violências e à redução da vitimização, notadamente a letal.

Palavras- Chaves Juventudes – Prevenção – Gestão da Informação – Poder Local

Abstract This article follows previous literature production by the authors, which seeks to address and analyze, in addition to a traditional and longitudinal optical, the social representations of youths Guajuviras at the first Peace Territory of Canoas/RS, about public security policies taken effect in this location (its interface with violences, crimes, drugs, etc.) during the period between 2009 and 2011. It is intended, therefore, offer some methodological and analytic elements to better understand some of the major impacts of public policy aimed at preventing violence and reducing victimization, especially lethal.

Keywords Youths - Prevention - Information Management - Local Government



INTRODUÇÃO

Em março de 2007, seguindo a tendência mais ampla de indução da atuação dos municípios no campo da segurança pública, ensejada pelo estabelecimento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e, posteriormente, pela idéia-força do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o Ministério da Justiça lança o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

O então novel Programa, extinto em 2012, por força da Lei que o criou²⁶, reconhecia os avanços dos Planos Nacionais de Segurança Pública (dos anos 2000, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e 2003, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva) que o precederam, ao assumir a complexidade da dinâmica das violências e da criminalidade, no plano local, pelo enfoque das raízes socioculturais e dos agenciamentos e fatores de risco que lhes são subjacentes, propugnava a necessidade de focalizar projetos e ações territoriais integradas e integrais em prol da segurança dos direitos fundamentais, sociais, culturais, ambientais, tais como: educação, saúde, trabalho, desenvolvimento social e econômico, cultura, mobilidade e infraestrutura urbanas.

A destinação de vultosos recursos por parte da União, na ordem de R\$ 6,7 bilhões, de 2007 a 2012, para induzir a participação dos Municípios e dos Estados da Federação na área da segurança pública, por meio da articulação de ações sociais, priorizando a prevenção (situacional e, sobretudo, social) das violências e crimes e, ainda, de repressão qualificada constituiu uma inovação político-institucional relevante na e para política nacional de segurança pública.

Em 2007, o município de Canoas/RS, *locus* deste estudo, assinou o convênio de cooperação federativa para institucionalização do PRONASCI na cidade, tendo iniciado sua implantação efetiva a partir do ano de 2009, já na gestão do Prefeito Municipal Jairo Jorge.

Na oportunidade, o referido Município elaborou um conjunto de projetos e ações sociais e policiais (e de justiça e proteção social), concentradas em um mesmo território, com um público determinado em face de vulnerabilidades sociais e do grau de exposição às violências (com destaque para a vitimização letal), em especial jovens, de 15 a 29 anos, sabidamente as maiores vítimas e perpetradores de violências e crimes, também em Canoas/RS.

Diversos indicadores sociais e criminais apontavam, à época, o bairro Guajuviras como potencial destinatário do

²⁶ O PRONASCI foi criado originalmente por meio de Medida de Provisória e, em seguida, tornou-se Lei Federal, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, com a edição das Leis Federais n.ºs 11.530, de 24 de outubro de 2007 e 11.707, de 19 de junho de 2008. Conforme previsão legal, o Programa foi extinto em 2012 e inscrito no orçamento federal com a rubrica “segurança pública com cidadania” (em patamares orçamentário-financeiros bastante mais diminutos que sua previsão inicial).



Programa subsumido na metodologia do Território de Paz em Canoas/RS.

O bairro Guajuviras configurava-se em um dos dezoito bairros de Canoas/RS, localizado na parte nordeste da cidade. Considerando o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o bairro seria composto por 39.526 moradores, correspondendo a 12,2% da população total da cidade, na ordem de 323.827 pessoas.

A densidade demográfica girava em torno de 4.000 habitantes por km², quase o dobro da densidade populacional verificada na cidade. A maioria da população era formada por mulheres (51,3%), seguindo a distribuição por sexo nacional. No bairro concentravam-se, ainda, 25,1% dos jovens (de 15 a 29 anos) da cidade.

A formação histórica dessa localidade foi marcada por uma grande ocupação urbana ocorrida no dia 17 de abril de 1987. O perfil da ocupação apontava para um aspecto importante da vulnerabilidade social: metade do território situava-se em áreas irregulares, sendo que as pessoas não possuíam documentação oficial que regularizaria as suas propriedades ou posses. A par dos problemas referentes à moradia, existiam fatores socioeconômicos que levavam à precarização das condições de vida da população, tais como: baixa escolaridade, disseminação do subemprego, altas taxas de homicídios, roubos e presença difusa do varejo de drogas.

Nesse contexto, o presente artigo decorre de produção bibliográfica anterior²⁷, a qual procura abordar e analisar, para além de uma ótica tradicional e longitudinal, as representações sociais das juventudes do Guajuviras, primeiro Território de Paz de Canoas/RS²⁸, acerca das políticas públicas de segurança levadas a efeito nessa localidade (sua interface com as violências, crimes, drogas, entre outros), restringindo-se ao período compreendido entre 2009, início da implantação do citado Programa na cidade, e o ano de 2011, marco dos primeiros dois anos de desenvolvimento dessa iniciativa no Município.

A escolha por essa temática se deve ao fato de que, apesar de a SENASP/MJ prever mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do mencionado Programa, passíveis de potencializar a aferição do impacto dessa iniciativa no que concerne ao controle, à prevenção e, eventualmente, à redução dos índices de vulnerabilidades sociais, violências e crimes, poucas ainda são as pesquisas, na literatura especializada nacional, dedicadas a construir

²⁷ Vide nota de rodapé n.º 1.

²⁸ Em 2011, Canoas/RS lançou as bases do seu segundo Território de Paz nos bairros Mathias Velho e Harmonia. A mudança da conjuntura nacional da política de segurança conferiu renovados desafios para o êxito dessa segunda empreitada, motivo pelo qual essa iniciativa ainda carece de maiores pesquisas e estudos mais conclusivos, especialmente nessa localidade, subsequente ao Território do Guajuviras, aqui cotejado.



metodologias para mensurar os resultados mais subjetivos e/ou socioculturais a partir das representações sociais das juventudes acerca da (re)produção das violências e da própria política de segurança pública levada a efeito na época junto a esses atores sociais historicamente alijados do acesso e da segurança dos direitos nas cidades.

A ausência de pesquisas que considerem a “visão” dos que participam dos projetos e ações dessa natureza, *per se*, inovações institucionais relevantes do período em questão, é assumida por representantes institucionais da própria SENASP/MJ como um *déficit* para a compreensão do alcance das *políticas públicas de segurança* consubstanciadas no âmbito PRONASCI, o que reforça a importância de estudos como o aqui proposto. Nesses termos: “(...) há resultados imensuráveis, que são explicitados, em tempo mais imediato ou ainda serão expressos, na atitude e mudança comportamental de quem participou do projeto PROTEJO”. (ARAGON, 2010, p. 147)

Além disso, essa mirada sobre essa problemática também se deve à trajetória pregressa dos autores como gestores públicos de segurança e da elevação da gestão da informação no campo da segurança como um elemento central da então política de segurança pública, melhor nominada por organismos internacionais, de segurança cidadã, de Canoas/RS, de modo que as pesquisas doravante apresentadas neste artigo decorrem de um trabalho coletivo de um grupo de jovens pesquisadores(as) vinculados ao Observatório Local da Segurança Pública. Esse Observatório foi concebido pela gestão municipal com o objetivo, entre outros, de qualificar e aperfeiçoar a tomada de decisão estratégica e tático-operacional dos profissionais do sistema de segurança pública, justiça criminal e proteção social a partir da produção de dados e informações primárias (oriundas de pesquisas de campo junto aos projetos e ações sociais desenvolvidos) e secundárias (advindas de indicadores de criminalidade perquiridos junto à base da Secretaria Estadual da Segurança Pública do Rio Grande do Sul cotejados com a do Sistema de Informações sobre Mortalidade local).

Assim é que este artigo pretende oferecer alguns elementos metodológicos e analíticos para melhor compreender as representações sociais das juventudes do bairro Guajuviras em Canoas/RS, envolvendo participantes e, como se verá, não participantes de um dos projetos sociais do PRONASCI com foco nos-as jovens, acerca das violências, dos crimes e do impacto da então política de segurança pública voltada à prevenção e à redução da vitimização, notadamente a letal.

Para essa análise, optou-se por considerar projeto social do Território de Paz afeto à perspectiva do PRONASCI de Integração do Jovem e da Família. Dentre estes, proceder-se-á



a um recorte teórico-prático do projeto de referência do Programa em questão para as juventudes, qual seja, o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO).

Vale dizer que, seja pela exiguidade de espaço, seja pelos múltiplos e variados agenciamentos e fatores incidentes, não se buscará proceder a uma mensuração do impacto do Programa ou da política municipal de segurança pública de Canoas/RS em sua inteireza e integralidade, mas sim realizar a *avaliação de processo*²⁹ dessa política pública de segurança, destacando-se as representações sociais dos envolvidos e dos atingidos por ela, com os seguintes objetivos: compreender como as juventudes, moradoras do Território de Paz Guajuviras, que, como se afirmou, concentrou, inicialmente, o maior volume de recursos e o maior número de projetos e ações locais do PRONASCI na cidade, *representam e percebem* as violências e os crimes e os sentimentos daí decorrentes (medo e insegurança) e compreendem as políticas públicas de segurança gestadas e implementadas naquela oportunidade.

Acredita-se, pois, que as representações sociais também compõem o fenômeno das violências, na medida em que:

[...] a representação acerca de um fenômeno é parte constitutiva desse mesmo fenômeno, “criando-o”, em certo sentido [...] Ou seja, a violência são os fatos da violência, exemplo, um homicídio, um corpo no chão, o sangue na calçada, mas são também as representações sociais dessa violência. (PORTO, 2006, p. 269)

Dito de outro modo: “Como se sabe, em segurança, não há “importância intrínseca, porque objetividade e subjetividade são indistinguíveis”. (SOARES; GUINDANI, 2005, p. 288) Segundo sugerem esses autores, os gestores públicos que não entenderem o sentido e a relevância da representação social acerca das políticas e serviços públicos capitaneados pelo Estado serão “incapazes de enfrentar, [...] os desafios da segurança pública e correrão o risco de desperdiçar energias preciosas em batalhas inócuas e equivocadas contra a mídia”. (SOARES; GUINDANI, 2005, p. 288)

Por oportuno, neste processo, será cotejada a dimensão geracional, visto que, tanto em virtude da seletividade do sistema penal quanto em face das especificidades que esse segmento social encerra para a compreensão das realidades vividas e representadas no contato cotidiano com o dito sistema de segurança pública e justiça criminal, as identidades das juventudes na exposição e na (res)significação das violências no espaço urbano podem levar a representações sociais distintas sobre suas práticas e acerca da sensação ou do sentimento de (in)segurança experimentado. (GAVIRIA, 2008)

²⁹ Sobre avaliação de processo, ver: RAMOS, Marília; SCHABBACH, Letícia Maria. O Estado da Arte da Avaliação de Políticas Públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Mimeo.



Por conta dos critérios acima explicitados, optou-se por analisar as representações sociais³⁰ dos jovens participantes do PROTEJO, moradores(as) do Território de Paz Guajuviras. Como Grupo de Controle foram entrevistadas pessoas do mesmo perfil dos participantes desse projeto e também que residiam no referido Território, sem, no entanto, dele participar ou com ele diretamente se relacionar.

Para operacionalizar o estudo, foram formados dois Grupos Focais (um com participantes do PROTEJO e outro, com o mesmo segmento social e etário, não participante), ambos os Grupos moradores-as do bairro mencionado. Os Grupos foram planejados contemplando-se homens jovens (de 18 a 24 anos), moradores do bairro há pelo menos dez anos.

A par disso, utilizou-se uma pesquisa de tipo *survey* como instrumento de análise descritiva do perfil dos participantes do PROTEJO, através da qual foi possível conhecer também algumas das suas opiniões sobre as políticas de segurança pública de então, parcialmente incorporadas neste artigo.

O *survey* em questão foi realizado em maio de 2011. Dos 400 (quatrocentos) jovens cadastrados no SISProtejo³¹, procedeu-se à entrevistas pessoais com 138 (cento e trinta e oito) dos 145 (cento e quarenta e cinco) que participaram da formatura e que tiveram frequência acima de 50% nas atividades propostas pela Casa das Juventudes, local onde o projeto estava sediado. Os questionários restaram aplicados próximo ou depois da formatura dos(as) participantes do projeto. Para a tabulação e a análise dos dados utilizou-se o *software* estatístico *Sphinx*.

As questões presentes, tanto no roteiro dos Grupos Focais quanto no questionário, levaram em consideração as seguintes dimensões: resgate histórico do bairro, identidade e representação social do bairro, percepções das violências antes e depois da implantação do Território de Paz, questões relacionadas com a percepção da redução dos homicídios, percepção das tecnologias de controle social (áudio e videomonitoramento em vias públicas), projetos e ações que podem ter contribuído para a segurança do bairro, participação da comunidade, representações sobre o que é o Território de Paz e o PRONASCI, dentre outras.

A seguir passa-se, primeiro, a perscrutar a técnica e os múltiplos usos dos Grupos Focais como metodologia de avaliação processual de políticas públicas, como a de segurança. Posteriormente, procurar-se-á apresentar alguns dos resultados

³⁰ Entende-se que há diferença entre percepção e representação, no entanto, não será possível fazer essa discussão neste trabalho. Para tanto, consultar: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

³¹ O SISProtejo consistia em um sistema de monitoramento e acompanhamento geral dos(as) jovens participantes do PROTEJO. No artigo, serão contemplados somente alguns dados relacionados com o grau de exposição às violências e algumas informações do perfil do público.



desse método de investigação no caso concreto. Afinal, mesmo que de forma perfunctória, serão apontadas as principais conclusões inferidas desde essa dinâmica.

2. TÉCNICA E USOS DOS GRUPOS FOCAIS COMO METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO PROCESSUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EM ESPECIAL DE SEGURANÇA

Os dois Grupos Focais sistematizados, para fins dessa publicação, constituem-se nas fontes centrais da análise que se seguirá. O encontro com cada Grupo durou aproximadamente duas horas, tempo mínimo para promover uma discussão com potencial de troca, compartilhamento e aprofundamento das questões-chave orientadoras da mediação em exame.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e, posteriormente, estudadas no *software* de análise qualitativa *NVivo*, através de nuvem de termos e da contagem de palavras, para a construção inicial das interpretações e correlações potenciais.

Os Grupos Focais contaram com uma mediadora e um pesquisador-observador, que apoiou a mediadora durante a dinâmica com perguntas e dúvidas reportadas em formato “bilhete” somente àquela, e, depois de ocorrido o Grupo, ambos, mediadora e pesquisador-observador, discutiram as principais questões levantadas.

Um elemento importante do Grupo Focal assenta-se na *performance* do(a) mediador(a), que precisa ganhar a confiança do Grupo logo no início do processo, a fim de conseguir se impor para dar consecução ao pretendido, com “*time*” para cortar e definir o rumo da discussão, sem *perder de vista*, junto disso, o roteiro previamente elaborado.

Costumamos sustentar que o(a) mediador(a) deve-se portar como um ator ou uma atriz de teatro em cena e, naquele momento, na mediação do Grupo, precisa ter bem claro o que e como irá conduzir os questionamentos propostos. E, ainda, como estará em interação com determinado público, precisará usar do improviso, criando novas formas de comunicar, de provocar, de conhecer e de envolver os participantes do Grupo entre si e com ele(ela).

A principal vantagem dessa técnica está na possibilidade de os(as) entrevistados(as) falarem, expressarem opiniões, trazendo à tona os fatores críticos da problemática em questão, que dificilmente apareceriam em questionários fechados ou em entrevistas individuais, não obstante as em profundidade³².

³² Estes pontos aparecem em trabalho resumido por Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua e compartilhado solidariamente com o Observatório de Segurança Pública de Canoas/RS, com base nos seguintes livros: BONILLA, Elss; RODRIGUEZ, Penélope. *Más Allá del Dilema de los Métodos*. Bogotá: Editorial Presencia, 1995; KRUEGER, Richard. *Focus Group. A Practical Guide for Applies Research*. London: Sage Publications, 1994; STEWART, David; SHAMDASAMI, Prem. *Focus Group. Theory and*



Segundo BARBOUR (2009), há várias formas de desenvolver um Grupo Focal, na medida em que este depende, fundamentalmente, do tipo de Grupo que se estará entrevistando. Entendemos que há, pelo menos, três definições de Grupos Focais possíveis: Entrevista de Grupo Focal (entrevista de um Grupo que parece ter uma visão homogênea e consensual, no qual as questões são apresentadas para todos, não sendo necessário ouvir todas as opiniões), Discussão de Grupo Focal (um processo que tenta induzir um consenso através da interação entre os entrevistados) e Entrevista de Grupo (entrevista para cada integrante do Grupo a partir da lista de questões do roteiro). Neste estudo, os três tipos de Grupos Focais foram aplicados, como se verificará mais adiante.

Partiu-se do pressuposto de que:

As relações interpessoais numa pesquisa nunca são apenas relações de indivíduos e a verdade da interação não reside inteiramente na interação [...] É a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos trazem consigo em forma de “*habitus*” em todo tempo e lugar, que marca a relação. (BOURDIEU, 1979, *apud* MINAYO, 2011)

O recrutamento dos não participantes do PROTEJO ocorreu no próprio bairro e foi conduzido pelos(as) pesquisadores(as) do Observatório durante, pelo menos, cinco dias. Mais de vinte pessoas foram recrutadas e somente seis pessoas³³, em média, compareceram no Grupo Focal.

Os pesquisadores selecionaram moradores que não conheciam e nem se relacionavam com participantes dos projetos PRONASCI, que residiam há pelo menos dez anos no bairro, no caso, jovens de 18 a 24 anos desempregados.

A mediação desses dois Grupos Focais foi conduzida pela coautora deste artigo e, à época, Coordenadora de Pesquisa do Observatório. O local da mediação aconteceu no mezanino de uma quadra de esportes cedida pelo proprietário, localizada em uma área central do bairro Guajuviras. Cada entrevistado recebeu R\$ 20 (vinte) reais pela participação no Grupo, a partir do entendimento de que é inviável conseguir voluntários para pesquisas que demandam tempo e deslocamento sem uma contrapartida, a exemplo desta.

O recrutamento do Grupo Focal com os participantes do projeto PRONASCI aconteceu a partir de dois critérios: predefinição da pesquisa (no caso, critério etário) expressa aos coordenadores do PROTEJO (como filtro para a participação no Grupo) e adesão voluntária dos participantes convidados pelos(as) educadores e profissionais do projeto em tela.

Practice, London: Sage Publications, 1990; SIMARD, Gisèle. *La méthode du “focus group”* – Animer, planifier et évaluer l’action. Canadá: Mondia, 1989; ANZIEU, Didier; MARTIN, Yves. *La Dynamique des Groupes Restreints*. Paris: PUF, 1976.

³³ Não há na literatura um consenso sobre o número mínimo de participantes de um Grupo Focal, pois essa decisão depende de várias questões, tais como: o assunto (se produz discussão), a faixa etária e o sexo dos participantes.



Esses entrevistados não receberam nenhuma contribuição monetária para estarem ali, diferentemente do outro Grupo, visto que estavam em horário de rotina do PROTEJO e o Grupo aconteceu nesse mesmo local como um tipo de atividade que foi contabilizada como atividade ordinária da Casa das Juventudes, onde ocorre o projeto.

As interpretações dos resultados foram realizadas com base nas técnicas de visualização indicadas por SPINK; LIMA (1999, p. 105), compreendidas “como um processo de produção de sentidos”. Almejou-se, portanto, que os discursos produzidos, que as autoras chamam de práticas discursivas, fossem entendidos à luz de categorias, hipóteses e informações contextuais diversas. Somente com todos esses elementos conseguiu-se percorrer um caminho de interpretação dos dados, “entendido sempre como a objetividade possível no âmbito da intersubjetividade.” (SPINK; LIMA, 1999, p. 105)

A partir disso, foram realizados mapas de associação de idéias, por meio da definição de categorias gerais estabelecidas pelos objetivos da pesquisa, preservando a sequência das *falas*, contextualizando a pergunta com trechos selecionados das entrevistas. Esses trechos foram colocados em colunas a partir da *fala* dos entrevistados, sendo cada Grupo analisado separadamente.

O diferencial, em síntese, dessa técnica em relação à análise de discursos é que nela há um processo iterativo entre as categorias estipuladas previamente e o próprio processo de análise dos dados, o que conduz a uma recriação de categorias e de interpretações, complexificando e aprofundando, por seu turno, o repertório de categorias analíticas.

3. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS JUVENTUDES E AVALIAÇÃO PROCESSUAL DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CANOAS/RS

Existem vários mecanismos e momentos em que se podem analisar as políticas públicas. Em verdade, trata-se de um exame passível de ser empreendido a qualquer tempo, durante o ciclo das políticas públicas, desde que respaldado por alguns critérios, a saber:

[...] sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. (RAMOS; SCHABBACH, 2011, p. 1)

A avaliação das políticas públicas, por consequência, visa embasar a tomada de decisão dos(as) gestores(as) públicos(as), ao passo que promover a *accountability* e o controle social, fornecendo ferramentas técnicas e científicas



para melhor balizar as decisões, através de juízos críticos sobre o alcance e o impacto dos projetos e ações setoriais, a fim de que se possa, no limite, favorecer o aperfeiçoamento e a qualificação das políticas e serviços públicos prestados à população.

No Brasil, no entanto, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas ainda são demasiadamente escassos, apesar de crescentes, e os estudos existentes na área, em sua maioria, concentram-se na produção de dados e informações para subsidiar a formulação e a constituição de uma agenda (de pesquisa e/ou intervenção).

No campo da segurança pública, os mecanismos e os indicadores de avaliação, sobretudo de processo, ainda são secundarizados, dentre outras razões, pelo fato de não se ter constituído um sistema de informação que pudesse unificar os dados e indicadores criminais e as políticas desenvolvidas nos Estados e nos Municípios de modo mais confiável e fidedigno³⁴, acompanhado pelo fato do SUSP não ter sido consolidado, através, entre outros, da estruturação e do acesso aos dados e às informações do campo da segurança pública e da justiça criminal no país.

Nessa perspectiva, as avaliações podem ser de impacto ou de processo. As avaliações de processo pretendem verificar se os projetos e ações estão dando certo e por quê, o que pode mudar, etc., sendo realizadas durante o processo de implementação. As de impacto, por sua vez, tencionam mensurar a eficácia daqueles depois de concluídos, identificando se houve ou não a superação e/ou a mitigação da situação-problema perquirida. Essas aferições demandam maior rigor metodológico, prevendo a dimensão temporal (antes e depois da implementação da política) e a utilização de Grupos de Controle, técnica ainda pouco comum no universo brasileiro.

Por conta disso, este estudo detém-se em novas ferramentas para proporcionar avaliações de políticas públicas, como as de segurança, voltadas a identificar se os objetivos e as metas foram, por exemplo, alcançados, mais ainda, de que maneira foram atingidos e, especialmente, como os(as) gestores(as) e beneficiários(as) das referidas políticas as “representam”.

As avaliações de políticas públicas partem de um escopo político-institucional, que visa, em última instância, como se sustentou alhures, aprimorar e aperfeiçoar as políticas públicas já implementadas ou em processo de implantação. Em síntese:

³⁴ Não se ignora, todavia, a relevância político-institucional da aprovação da Lei n.º 12.681, de 4 de julho de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP), como uma conquista histórica para a efetividade, eficácia e eficiência do sistema de segurança pública e justiça criminal, mais ainda, para a democracia brasileira. Apenas se assinala a necessidade ainda evidente de uma maior difusão das suas aplicações da gestão cotidiana das políticas de segurança pública no país.



Enquanto um momento do processo de análise de políticas públicas, a avaliação incorpora, segundo a literatura anglo-saxã, uma dupla natureza: estudo da política (*of policy*) e para a política (*for policy*). Por um lado, ela representa a atividade acadêmica que visa, basicamente, o melhor entendimento do processo político; por outro, é uma atividade voltada à solução de problemas sociais e, portanto, aplicada. (RAMOS; SCHABBACH, 2011, p. 4)

Para tanto, a ferramenta nova no campo das avaliações de políticas de segurança pública, operacionalizada neste trabalho, são as representações sociais, captadas pela pesquisa de opinião com dados qualitativos, de fonte primária, mais especificamente a partir dos diversos usos da técnica dos Grupos Focais, desta feita aplicada na perspectiva da avaliação processual do PRONASCI e amiúde ao seu projeto com maior incidência junto às juventudes, o PROTEJO.

Assim, é de suma importância pesquisas e estudos de avaliação de políticas públicas de segurança que considerem a dimensão das representações sociais, visto que o que orienta o agir dos atores sociais não são necessariamente os fatos, mas, sim, as representações sociais sobre eles (PORTO, 2009).

MINAYO (2011) sugere que as imagens construídas sobre a realidade são evidenciadas através de palavras, comportamentos e sentimentos, a serem entendidos como categorias do pensamento que expressam a realidade, rompendo com a retórica da verdade e da objetividade, atrelando-se, por conseguinte, às correntes do pensamento que estudam o senso comum.

Howard Becker, no mesmo sentido, aponta que as representações sobre a sociedade devem ser feitas tanto por “produtores” quanto por “usuários” das políticas públicas, na medida em que ambos os modos de representar o social são perfeitos, a depender, unicamente, do ângulo de análise (ou da vista sobre o ponto).

A questão está na definição “para que alguma coisa é boa” (BECKER, 2009, p. 29) e que a resposta para isso é organizacional. Este foi o motivo, aliás, do recorte metodológico aqui empreendido, no qual foram entrevistados usuários(as) e não usuários(as) das políticas públicas em questão, a fim de que pudesse ser feita uma avaliação da política de segurança pública de Canoas/RS, cotejando as visões dos destinatários e não destinatários da mesma. Note-se que:

Uma vez que a organização dessa área da vida social tenha feito um (ou mais) trabalhos, a representação deve fazer aquele(s) que precisa(m) ser realizado(s), e tanto usuários quanto produtores julgarão cada método segundo sua eficiência e confiabilidade na produção do resultado mais satisfatório – ou apenas de um resultado



menos insatisfatório – que as outras possibilidades disponíveis. (BECKER, 2009, p. 29)

Então, para os fins deste estudo, as representações sociais serão tomadas como estratégia metodológica para a compreensão e avaliação da política pública por parte das juventudes, residentes no Território de Paz Guajuviras (participantes e não participantes do PROTEJO, principal projeto focado nesse segmento social e etário do PRONASCI).

Assume-se, portanto, tratar de uma avaliação de processo, e não de impacto, pois se busca, por um lado, compreender, por meio de *falas* e documentos institucionais, como foi desenvolvido o PRONASCI, plasmado na política local de segurança pública em exame, em especial em face do principal projeto com foco nas juventudes do bairro Guajuviras, incluindo também moradores do bairro, de mesmo perfil, não beneficiários(as) deste último, como Grupo de Controle, para dar ensejo a uma avaliação processual de maior fôlego da política pública em questão.

No Plano de Trabalho que sustenta a construção do PROTEJO, o projeto visa à proteção social de jovens de 15 a 24 anos, moradores do bairro Guajuviras, egressos do sistema de justiça criminal, cumpridores de alguma medida socioeducativa, em situação de rua, expostos às violências domésticas e/ou urbanas, tendo como meta implementar um centro de formação e espaço de convivência, “batizado”, em Canoas, como já noticiado, de Casa das Juventudes.

A Casa das Juventudes, como símbolo físico do PROTEJO no Território de Paz Guajuviras, pretendia: estimular os jovens à educação formal, educar os jovens em direitos humanos e cidadania, estimular a produção cultural, fomentar sua inclusão digital, proporcionar projetos ligados à geração de trabalho, renda e economia solidária, articular as atividades do projeto junto à Prefeitura e aos demais projetos e ações sociais capitaneados no local, com o apoio técnico e financeiro do PRONASCI.

Em termos dos resultados almejados, esperava-se a formação de jovens na temática dos direitos humanos e no enfrentamento às violências, em artes e música, em Informática e, ainda, o encaminhamento de para o mercado de trabalho.

Os jovens que tivessem frequência mínima de 50% da carga horária nas atividades propostas recebiam uma bolsa mensal de R\$ 100,00 (cem reais) por um período de um ano.

O PROTEJO contou, ainda, com dois ciclos de atividades, em três diferentes turmas, pois, no seu transcurso, muitos foram desistindo e/ou evadindo, o que fez com que outros projetos sociais do PRONASCI no Território, em especial os projetos Justiça Comunitária e Mulheres da Paz, aqui não abordados, além de equipamento e serviços públicos municipais, tais como: o Centro de Referência de Assistência



Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar, entre outros, empreendessem “busca ativa” por outros jovens do bairro interessados em ingressar no PROTEJO em vagas remanescentes.

Os critérios de seleção dos jovens recrutados foram atrelados ao nível de exposição às violências, com pontuação variando de 7 a 1.000 pontos.

O nível de exposição às violências foi mensurado a partir de uma ficha de inscrição dos jovens, na qual se observavam os seguintes aspectos, posteriormente, quantificados:

- a) Estar cumprindo medidas socioeducativas ou pena - 1.000 pontos;
- b) Ser egressos do sistema prisional ou de medidas socioeducativas – 500 pontos;
- c) Estar respondendo a processo criminal – 250 pontos;
- d) Ter membro da família cumprindo medidas socioeducativas ou pena – 125 pontos;
- e) Ter membro da família que cumpriu medidas socioeducativas ou pena – 62 pontos;
- f) Não estar matriculado no sistema de ensino formal – 31 pontos;
- g) Estiver sendo/já tenha sido atendido pelo Conselho Tutelar – 17 pontos;
- h) Tiver membro da família sendo/que já tenha sido atendido pelo Conselho Tutelar – 07 pontos;

Em casos de empate os critérios previstos foram:

- a) Menor renda;
- b) Maior defasagem escolar;
- c) Maior número de dependentes;
- d) Maior idade.

No total, 829 (oitocentos e vinte e nove) jovens foram inscritos durante o período da pesquisa, 400 (quatrocentos) deles, cadastrados no SISProtejo. Destes, 158 (cento e cinquenta e oito) frequentaram a Casa das Juventudes entre 2010 e 2011, mas não foram cadastrados, ao passo que outros 291 (duzentos e noventa e um) apenas acorreram à Casa das Juventudes para buscarem informações, sem efetivar, no entanto, sua inscrição.

Dos 400 (quatrocentos) jovens cadastrados no período, 143 (cento e quarenta) jovens encerraram com ótima frequência às atividades promovidas pelo PROTEJO e 257 (duzentos e cinquenta e sete) tiveram outros encaminhamentos, já previstos no Plano de Trabalho. Destes, 145 (cento e quarenta e cinco) restaram encaminhados para oportunidades diversas no mercado de trabalho, 24 (vinte e quatro) jovens mudaram-se do território, 10 (dez) estão cuidando de



familiares, fator que impossibilitou a continuidade do vínculo com o projeto, 8 (oito) estão realizando outras atividades não informadas, 27 (vinte e sete) ainda são acompanhados pela Casa das Juventudes e 43 (quarenta e três) deixaram de ter interesse em participar.

O perfil traçado tem como fonte o relatório dos “Resultados Preliminares da Pesquisa de Opinião com os Jovens do PROTEJO Território de Paz Guajuviras”³⁵, na qual foram entrevistados 134 (cento e trinta e quatro) jovens frequentadores assíduos da Casa das Juventudes no período.

A maioria destes (53,7%) era do sexo masculino, sendo a média de idade de 16 anos. A maior parte não respondeu ou não possuía religião. Dos entrevistados, 88,1% disseram estar estudando no momento, a maioria nas séries finais do Ensino Fundamental. A maior parte das famílias era composta principalmente por mães e irmãos, sendo ausente a figura paterna. Somente 6% dos(as) jovens(as) declararam ter filhos.

Analisando-se o universo total de jovens cadastrados, dos 400 (quatrocentos) jovens inscritos no SISProtejo, a maioria era formada por meninas (55,5%), que possuíam a cor/raça/etnia branca, com a média de 18 anos de idade. Esse perfil é um pouco diferente dos que permaneceram na Casa, entrevistados na pesquisa supracitada, mas não há nenhuma diferença significativa.

Em relação ao nível de exposição dos jovens às violências (critério de seleção para ingresso no projeto), a maioria já vivenciou agressão verbal (66,8%) e agressão física (53,8%). 68% são próximos de algum usuário de drogas lícitas ou ilícitas, 41% teve alguém próximo assassinado, 51% teve alguém próximo preso, somente 1,5% é egresso do sistema socioeducativo e apenas 0,3% é egresso do sistema prisional, perfil este que se coaduna com alto grau de exposição às violências (e vulnerabilidades sociais), especialmente no que se refere ao contato com alguém próximo vitimado fatalmente (por causa externa violenta) e, ainda, no caso de a maioria ter declarado possuir alguém próximo, muitas vezes ente familiar, preso.

Tomando-se por base os indicadores criminais, em uma mirada objetiva, foi possível notar uma diminuição de 2009 para 2011 (nos nove primeiros meses, já que o Programa foi lançado em outubro de 2009) do número de homicídios na cidade e que essa diminuição foi ainda mais sensível no bairro Guajuviras.

A redução, à época, atingiu 28,3% em Canoas/RS e 45,4% no Guajuviras, conforme segue.

³⁵ Esta pesquisa pode ser visualizada em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/observatorio-de-seguranca-publica-de-canoas/lista/documentos>>. Acesso em: 05 dez. 2011.



Figura 1 – Gráfico dos homicídios em Canoas/RS e bairros selecionados: comparativo entre janeiro e setembro (2009-2011)

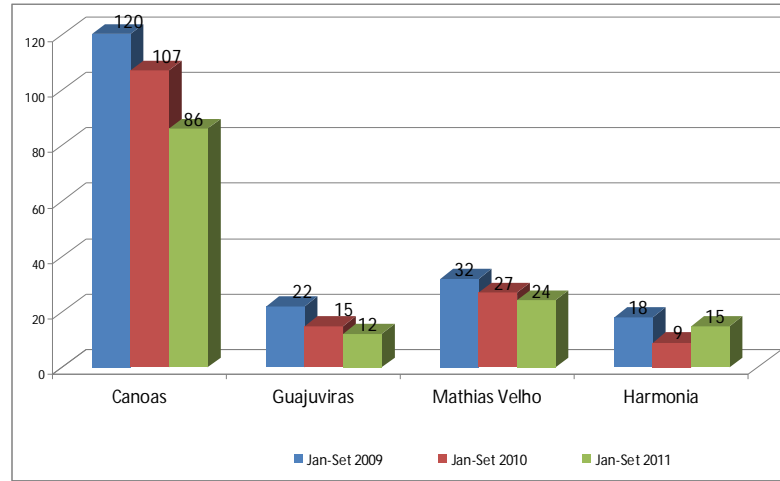
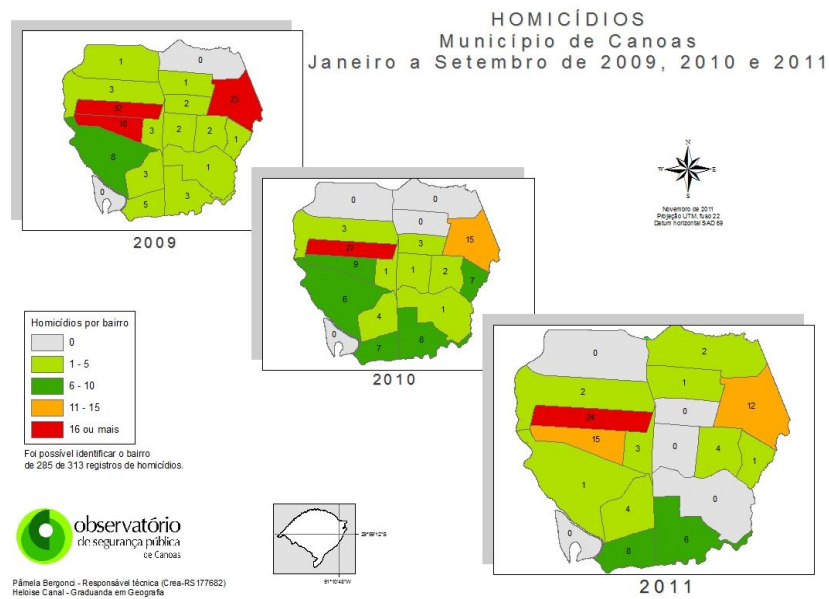


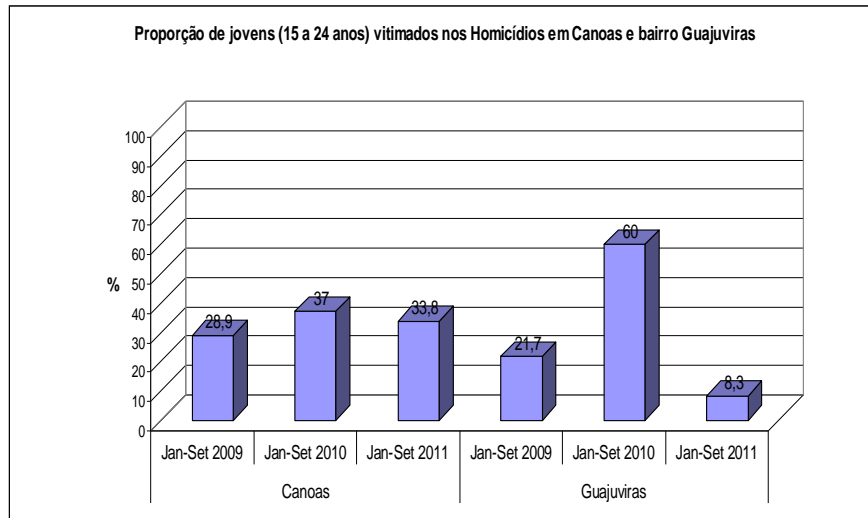
Figura 2 – Nove primeiros meses de homicídios dos anos 2009, 2010 e 2011



Nos três primeiros trimestres de 2011, a proporção de jovens com idade entre 15 e 24 anos vítimas de homicídio diminuiu em 8,6% em Canoas/RS e em 86,1% no bairro Guajuviras, em relação ao mesmo período de 2010. Se compararmos 2011 com 2009, a redução no Guajuviras foi de 57%, consoante representação gráfica abaixo:



Figura 3 – Gráfico da proporção de jovens (15 a 24 anos) vitimados nos homicídios em Canoas e bairro Guajuviras



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Canoas

Em termos das representações sociais, desde uma mirada mais subjetiva e social dessa dinâmica, notou-se um aumento da sensação de segurança de todos os entrevistados, os quais declararam perceber uma diminuição dos homicídios no bairro, bem como de brigas entre jovens e de assaltos ou roubos, os principais problemas que justificaram a implantação do Programa na região *ab initio*.

Acreditavam que o bairro estava mais seguro há dois anos, em média, mas, muitas vezes, afirmavam que o “rótulo” Território de Paz só foi percebido depois de as violências terem diminuído no bairro. Eles não conseguiam definir bem o que veio antes: o Território de Paz e, com isso, as violências diminuíram, ou a diminuição das violências e, por conta disso, o nome de Território de Paz imputado ao bairro, como expressão da metodologia em curso.

Havia, naquela oportunidade, uma incompreensão da política de segurança pública desenvolvida pelo município no âmbito do PRONASCI pelos não participantes dos projetos sociais do Programa. Por parte dos jovens, não participantes do PROTEJO, não houve associação dos projetos sociais como uma ação da segurança pública. Quando estimulados, manifestaram que os projetos sociais poderiam vir a contribuir no futuro (com mais possibilidades de trabalho e emprego, por exemplo) e, no presente, citaram a retirada de jovens da rua, no sentido da ocupação do tempo livre, como uma medida exitosa do projeto, mesmo que não intentada pela gestão diretamente com esse sentido.

Os jovens do PROTEJO falaram da importância da bolsa que recebiam, mesmo que ela não apareça como a determinante para terem aderido ao projeto, mas demonstraram claramente que seria um estímulo importante para sua



permanência e maior envolvimento deles(as) a médio e longo prazos.

Nas *falas* desses jovens entrevistados, talvez por terem entrado recentemente no projeto, ainda apresentavam uma concepção de que o projeto pretendia tirá-los das ruas e ocupar-lhes o tempo livre, mesma percepção de jovens não participantes do PROTEJO. Declararam, no entanto, de que o motivo de estarem no projeto se devia ao fato de acreditarem em um futuro melhor, espelhando-se naqueles que conseguiram emprego depois de terem participado do PROTEJO:

[...] quem veio aqui fazer esse curso [o Protejo] não é porque é vadio, não tá fazendo nada em casa. Pelo contrário, tá procurando ter um desenvolvimento, aprender alguma coisa aqui... tu ser alguém na vida.
(Jovem do PROTEJO)

Para os participantes dos projetos sociais do PRONASCI foi um mérito também do Território de Paz ter melhorado a “imagem externa” do bairro”, vez que isso possibilitou abrir crédito em lojas e conquistar indiretamente (ter mais oportunidade) de empregos, tendo em vista que as pessoas passaram a perceber que no Guajuviras não possuía “só bandidos” e “mortes”.

Os não participantes, diversamente, declararam ser alvo de deboches e chacotas, depois que o bairro passou a ser denominado como Território de Paz, o que, para eles, serviu para os reestigmatizar, de certa forma. Talvez isso se deva ao fato de eles não terem participado da construção do Território de modo mais presente e direto, o que poderia ter ocorrido através de Fóruns Comunitários³⁶ e/ou Conselhos Regionais de Segurança Pública, ou de outros projetos e ações sociais do PRONASCI.

Havia, portanto, uma incompreensão do significado da expressão “Território de Paz”, bem como dos motivos pelos quais o bairro recebeu o nome. Observe-se:

Ó eles falaram pra mim, chegaram ali na entrada, olharam aquele bagulho [o totem do Território de Paz] lá falaram – ó meu, aquilo ali é só coisa que escreveram ali, até vou botar uma cabeça morta ali. É, eles meio que debocham. Porque as vezes aparece no jornal “morreu um” mesmo tendo o sensor de tiros. Mas agora é mais difícil, né? Pra quem mora no bairro tu te sente mais seguro, mas pra quem não mora pensa

³⁶ Depois de implementado o Território de Paz aconteceram dois Fóruns Comunitários com cerca de 200 (duzentas) pessoas envolvidas em cada um. No entanto, a participação desses Fóruns foi majoritariamente de Mulheres da Paz e de lideranças do Núcleo de Justiça Comunitária, o que não favoreceu uma maior democratização da participação social na gestão das políticas de segurança pública em questão.



*que o Guajuviras é a mesma coisa. (Jovem, não participante de projeto social do PRONASCI)
[...] porque tu sabe que o local não é com tanta paz como se diz, tu sabe tudo que acontece no Guajuviras, independente que podem aumentar ou não, né? E de repente colocam aquilo ali, Território da Paz, ah, faça-me o favor, né? Agora só porque aconteceu um, morreu um aqui, toda vez que acontece aí tem que ser aqui? Por isso que eu digo que é um rótulo, é um rótulo que não pertence a nós... Porque a gente não tá nem na paz nem na guerra... No meio termo... A gente tá tentando ter um bairro melhor. (Mulher adulta, não participante de projeto social PRONASCI)*

A educação formal, outra variável relevante nesse processo, acabava por ser vista pelos jovens do PROTEJO como uma obrigação, um meio para se conseguir emprego, algo que para não fazia muito sentido para as suas vidas naquele momento. Mas que era percebida como uma necessidade para se ter mais opções de escolha e não cair sempre na construção civil ou em trabalhos ou empregos informais, precarizados. E o PROTEJO seria um caminho, um meio-termo, pois possibilitava aprender “coisas da vida” e, por isso, eles sentiam vontade de aprender, além de acreditarem que a partir desse “curso” poderiam conseguir empregos de maior qualificação e valorização profissional. Assim é que:

[...] e não consegue também um emprego bom, que nem a maioria das pessoas, aí a gente pensa não é por causa que a gente não quer trabalhar, pela idade da gente, o primeiro serviço da gente é obra, que quem tá começando um emprego primeiro é obra. Todo mundo acha que o primeiro emprego do jovem quando ta iniciando é obra, depois vai mudando, aí cada um tem... se tu não tiver estudo nem educação, tu não vai pra frente, tu vai continuar sempre na obra pro resto da tua vida. (Jovem do PROTEJO)

Para os entrevistados, o momento de transformação do bairro (de virada”), em relação à segurança pública, passou a acontecer depois que foram instaladas as câmeras em vias públicas e os sensores de detecção de tiros, que acabaram incidindo na diminuição de brigas e homicídios, em especial – “Isso era antes [...] quando não tinha sensor, câmera [...] era perigoso e as pessoas não iam.” (Jovem, não participante de projeto social do PRONASCI).

Com isso, as pessoas (famílias com crianças) passaram a ir mais às praças, exceto os jovens (por medo da Polícia), paradoxalmente, passando a perceber mais pessoas circulando nas ruas e comércios locais abertos até tarde – “O mercado aí... o Rocha... vai até as 2h da manhã... Acho que eles querem fazer 24h. É... vai virar 24h...” (Jovem não participante de



projeto social PRONASCI), algo que para eles é inédito, expressão de que o bairro estaria mais seguro.

Além disso, os participantes dos Grupos Focais associavam que a existência das câmeras teria contribuído para a unificação do Guajuviras, bairro dividido em trinta e um setores, que teve ocupações em diferentes momentos e, segundo eles, havia muitas disputas de grupos criminais diversos, indicando que os agenciamentos dos homicídios teriam origem no próprio bairro. E que tais tecnologias conseguiram, pelo menos no início, quando dessa avaliação, mitigar, evitar, diminuir, ou, quem sabe, deslocar, os assaltos e as brigas. Destarte:

Agora é um só [bairro] ...a segurança tudo... antes não podia andar direito na rua, porque tinha muito tiroteio, eles te roubavam. Agora com essas câmeras hoje em dia o cara pode andar tranquilo (Jovem não participante de projetos sociais PRONASCI)

Os jovens não participantes relataram que os sensores de detecção de tiros conseguiram inibir práticas criminosas, mas que isso não resolveria a totalidade dos problemas de insegurança, pois muitos já “*estão usando outros meios*” (como facas) e outros locais (como residências) para cometerem os homicídios. Citaram também o fato de existirem zonas de sombra no bairro e que, por isso, o sistema já teria apresentados falhas operacionais, o que fez com que houvesse certo descrédito.

Junto a isso, percebiam que a “transformação” na segurança do bairro seria fruto de mais Policiais e Guardas Municipais nas ruas e que tal atuação foi estimulada pelas tecnologias. Viam necessidade de a Polícia fazer mais rondas, estar mais presente nas ruas, em todos os lugares e não somente “*nos lugares mais perigosos*”, mesmo dizendo que é da relação, principalmente com a Polícia, que eles (os jovens) deixavam de estar nas ruas a partir de certo horário da noite, suscitando até, pela presença mais ostensiva da Polícia Militar, sobretudo, existir uma “lei” que proibia que menores de 18 anos circulassem nas ruas depois de determinado horário da noite, criando marcas de suspeição (“*é que estar de noite com mochila ou é ladrão ou tá traficando*”) e serviria como justificativa para muitas abordagens policiais (abusivas).

[...] aconteceu uma vez comigo que eu tava vindo do colégio, de noite, e eu passei num amigo meu ali embaixo, na mesma hora que eu desci desceu dois camburão, e os dois pararam nessa esquina aqui do colégio. Desceram todo mundo, com arma e um deles veio pra cima de mim e eu chamando um amigo meu, mas era só porque eu queria falar com ele e ele “mão na cabeça! Mão na cabeça!”, bah botei a mão na



cabeça e dava tapa... e abre as perna e eu abri, e abri a mochila e “o que tem na mochila?”, eu disse “não tenho nada só tenho o meu... só os meus cadernos aqui”. Tá, saí dali fui pra casa quando eu voltei a mesma coisa, numa esquina antes da minha casa, os mesmos caras, tá mas de novo? Mais, não... por nada! Por nada, eu tava fazendo... (Jovem do PROTEJO)

E esse é o maior paradoxo entre os jovens, em especial, o relacionamento das juventudes com as Polícias, leia-se com a Brigada Militar. Em alguns momentos eles diziam que a solução para as violências se localizava na premência de mais Policiais nas ruas (se “amenizassem” a forma de abordagem) e, em outros, diziam que eles são corruptos e acabam se aliando ao tráfico de drogas, o que fazia com que o tráfico e as violências nunca acabassem, pois, segundo eles, “*É mais lucro eles (os Policiais) terem um vagabundo na rua dando R\$ 2000 reais por mês do que botar ele na cadeia e não ganhar nada.*” (jovem não participante de projeto social PRONASCI)

Em outras ocasiões, durante os Grupos, manifestavam que a Polícia abordava demais, em outros acreditavam que ela só fazia isso porque teria motivos para proceder dessa maneira: “*se tu não deve nada, eles não param*”. Ou ainda:

Eu acho que só essa semana foi tranquilo, porque há umas duas ou três semanas atrás eles tavam todo dia me dando blitz na frente do prédio, sabendo que eu moro ali, tá ligado? Assim, oh, 3, 4 blitz por dia, é sagrado. Eu até ficava impressionado o dia que não me davam. (Jovem não participante de projeto social PRONASCI)

Então, os jovens não participantes de projetos sociais tendiam a assinalar que uma das soluções para o problema seria controlar a corrupção policial, motivo da produção de falsas provas (ou suspeitas infundadas) para justificar diversas abordagens, quase sempre com violência, e sugeriam a vinda de “brigadianos mais novos” para o bairro (em tempo de serviço e de idade), que só tivessem trabalhado e residido em outras cidades, por ficar mais difícil se relacionarem com os traficantes locais. De igual modo:

Tem muito brigadiano que começa na Brigada, aí conhece o amigo “ah, aquele ali trafica”, daí prefere pegar dinheiro do amigo dele do que botar o amigo dele na cadeia. Jogam bola junto, fazem churrasco. (Jovem não participante de projeto social PRONASCI)

Para os entrevistados, então, a maior parte dos homicídios estaria relacionada com o tráfico de drogas. Igualmente, parcela significativa das brigas ocorridas na região, tanto nas festas quanto nas escolas e entorno, seriam



motivadas pela demonstração do poder e da influência de traficantes locais. Veja-se: “*Porque tem traficantes que querem ter poder, mais que um mais que outro.*” (Jovem não participante de projeto social PRONASCI).

Nesse particular, elencaram ainda outros fatores para explicar a ocorrência de homicídios no bairro, como também o grande envolvimento das juventudes, seja no polo ativo de autores, seja no polo passivo de vítimas, tais como: consumo (em especial do *crack*) e tráfico de drogas (disputa territorial pelo controle da comercialização da droga e demonstrações de poder com imposição de força e violência) e corrupção policial (profissionais de instituições de Estado aliados com o tráfico de drogas local deixando de punir).

A sedução do tráfico, pelo dinheiro rápido e fácil, constituiria o principal aspecto a justificar a participação massiva de jovens nessa dinâmica delitiva: “[...] *querem vida boa, querem dinheiro, roupas bonitas, de marca [...] tem que ter tudo, mas não é aquela coisa, quero isso... e tem que tá aqui agora, da noite pro dia*” (Jovem do PROTEJO). Mais ainda:

Tu tem um amigo teu que é traficante ele mostra pra ti o que ele ganha num dia... às vezes menos do que tu ganha... o dobro do teu salário num dia... tu tem que trabalhar 30 dias para poder ganhar isso... muitas pessoas caem em tentação... dinheiro fácil... tu fica parado... tu não precisa correr atrás... as pessoas veem até ti... elas que querem. (Jovem não participante de projeto social PRONASCI)

Ainda no que se refere aos homicídios, os jovens afirmavam já ter perdido pessoas bem próximas (amigos e parentes), ou já terem verificado pessoas sendo assassinadas no bairro. Ou seja: “*É que nem comer pão de manhã, todo dia tu vê, antigamente era assim.*” (Jovem não participante de projeto social PRONASCI)

Além disso, muitos deles diziam ter sido alvo de violência policial (especialmente em abordagens) e de violências atreladas ao tráfico de drogas, sendo, por exemplo, “confundidos” como rivais de traficantes. Um deles (jovem não participante de projeto social PRONASCI) narrou, em Grupo Focal, a sua história, em que, por ter sido confundido, foi alvo de disparos de arma de fogo em uma praça, recentemente, em um período em que não havia câmeras nem detector de tiros na vila, considerada por eles, a mais “perigosa”, a Comtel, e cujos ferimentos (marcas da violência) desse atentado o deixaram com deficiências físicas permanentes (dificuldade de locomoção). Verifique-se:

[...] de ladrão... bandidão... mas nada a ver... não era comigo a bronca... e eu tava na hora errada, no lugar



errado... aí fui confundido... tomei dois na cabeça, dois nas costas e um no pescoço de raspão. (Jovem não participante de projeto social PRONASCI)

Outro jovem (do PROTEJO) narrou também a sua história, dando conta de que há cerca de dois anos antes daquela entrevista, ficara por “dois anos e 22 dias em coma induzido”, porque levou cinco tiros em razão de ter sido “confundido” por traficantes (“só que aí os caras queriam pegar ele e o guri era parecido comigo”):

Não, não, me confundiram com outro porque naquele dia ali tinha um gurizão que tava... que morava duas casas antes... naquela casa ali tinha tráfico de droga. Só que uma perfurou o pulmão. Eu perdi o baço. Uma pegou na perna e duas ficou alojada nas costas. Tô com três pino e três platina. (Jovem participante de projeto social PRONASCI)

A relação com a Polícia, para todos os entrevistados, em resumo, depois da implementação do Território de Paz, apesar de testemunharem uma maior aproximação com os(as) participantes dos projetos sociais, continuava a ser um grande desafio, não existindo, segundo eles, evidências de que teria melhorado para o restante da comunidade do bairro Guajuviras.

Relativamente às soluções apontadas pelos jovens participantes dos Grupos Focais, seriam necessários mais e melhores investimentos públicos em áreas de lazer, entretenimento, na legalização da maconha e na retirada de circulação da cocaína e do *crack*, além da mudança dos Policiais Militares no bairro (sugerindo a presença de Policiais mais novos em idade e em tempo de serviço), convergente, novamente, nesse aspecto com os demais jovens entrevistados.

Por fim, os(as) entrevistados(as) mencionaram a importância da (re)criação da identidade dos jovens e do seu vínculo de pertencimento com o bairro, visto que, pelo fato de não terem participado dos processos de ocupação e fundação do território, houve, ao longo do tempo, uma falta de conexão entre parte dos(as) moradores(as) com a comunidade, mais ainda dos(as) jovens.

Para tanto, identificaram também que “*mais lojas (shopping), mais festas, cinema e mais praças*” poderiam fortalecer a circulação e a (re)ocupação do Guajuviras pelos(as) jovens daquela localidade. E que isso, somado às poucas oportunidades de trabalho e emprego no território, seria, para os entrevistados, um dos motivos do ingresso do jovem, primeiramente como usuário de drogas e, depois, como partícipe do pequeno (e difuso) varejo de drogas no bairro. Vale dizer:



Ah, porque se não estuda e não quer ir pra obra vira vagabundo. É... vadio. Vai ficar em casa coçando, olhando televisão o dia todo... vai roubando dentro de casa, daqui a pouco vai pra rua, vai no mercado, como acontece, não é de hoje nem de outros dia, já acontece desde... a pessoa não ter dinheiro e acabar assaltando outras pessoas. Já entra no mundo das drogas, daí ele arruma dinheiro pra querer droga e assim vai... (Jovem do PROTEJO)

4. CONCLUSÃO

A implementação do PRONASCI na cidade de Canoas/RS a partir do ano de 2009, seguindo uma tendência mais geral de indução federativa da atuação dos Municípios no campo da segurança pública, a partir do protagonismo da SENASP/MJ, a despeito dos evidentes refluxos verificados a partir de 2011, no plano nacional, representou uma possibilidade renovada, sem olvidar as insuficiências de gestão do referido Programa, notadamente no campo da gestão da informação (do monitoramento e do acompanhamento de impacto e processual das políticas públicas de segurança que encerrava), de agregar múltiplos olhares e perspectivas de intervenção acerca do complexo fenômeno das violências e crimes nas cidades.

Os moradores(as) do Território de Paz Guajuviras entrevistados, à época, pela equipe do então inédito Observatório Local de Segurança Pública, como aqui demonstrado, sob o enfoque das juventudes locais, passaram a perceber, gradativamente, um maior uso e ocupação dos espaços públicos do Território, a exemplo de praças revitalizadas, o que possibilitou, decerto, com limites inegáveis, uma maior convivência entre as pessoas, favorecida pela maior sensação de segurança e mitigação de indicadores de vitimização, sobretudo letal.

Os investimentos em tecnologias de controle de social, como câmeras e sensores de detecção de tiros, na percepção das juventudes pesquisadas, contribuiu, entre outros aspectos, e paradoxalmente, à luz de uma leitura menos atenta às representações sociais, para um sentimento de maior pertença, circulação e identidade com o bairro, decorrente, na visão deles, gize-se, da unificação do território e da diminuição das disputas entre os traficantes com claros rebatimentos na prática e exposição às violências (como os homicídios) a que estavam submetidos e de uma maior eficiência do trabalho policial, em especial do policiamento ostensivo levado a efeito pela Brigada Militar na região (sem ignorar a violência institucional recalcitrante).

É possível, nessa esteira, perceber, pela *fala* dos moradores, participantes ou não do projeto social tematizado, que as tecnologias de controle social, além de repressivas e



disciplinadoras, desempenharam um papel de prevenção das violências e crimes, possibilitando a circulação dos(as) próprios(as) moradores(as) em áreas (dentro do próprio bairro) nunca antes acessadas pelo medo, pelo sentimento de insegurança e pelos riscos de vitimização potencialmente representados.

Pôde-se perceber também que a autoestima dos participantes dos projetos sociais foi afetada positivamente, fazendo-os acreditar que as pessoas passaram a vê-los com *melhores olhos*, bem como o bairro, colaborando para, pouco a pouco, desconstruir o estigma que recaía sobre os(as) moradores(as) do Guajuviras, então associado a um lugar violento e perigoso.

O Estado, de alguma forma, compreendeu o maior problema daquela comunidade na oportunidade e priorizou, em termos não somente discursivos ou retóricos como práticos (ao nível político e orçamentário-financeiro), as políticas de segurança pública, sob um viés integrado e integral, baseada na *segurança dos direitos sociais fundamentais*³⁷, historicamente sonogados.

Importantes investimentos em melhorias na infraestrutura urbana (revitalização e urbanização de espaços públicos), na qualificação e no aperfeiçoamento de serviços públicos (como saúde, educação, desenvolvimento social, mobilidade urbana, etc.), na criação de oportunidades, sobretudo simbólicas, de inclusão social das juventudes, a exemplo do PROTEJO (e da Casa das Juventudes), e de segmentos vulneráveis, entre outros, configuraram fatores decisivos, em conjunto com investimentos em tecnologias e no fortalecimento das estratégias de interação das Polícias, da Guarda Municipal e das equipes de fiscalização da Prefeitura (com poder de polícia administrativo) com a comunidade, para impactar a sensação de segurança e, no limite, promover a diminuição da vitimização (e da exposição às violências) na região.

Mesmo não identificando uma melhora substantiva da relação entre as Polícias e a totalidade dos(as) jovens residentes no bairro Guajuviras, as juventudes participantes de projetos sociais como o PROTEJO já sinalizavam uma maior aproximação com a Brigada Militar, relação esta que, em Canoas/RS tanto quanto em outras cidades do país, mais ainda de periferia, constitui historicamente o duplo de um dilema e de um desafio para a consolidação da democracia brasileira.

Por isso, iniciativas metodológicas como a descrita e analisada neste estudo apresentam novas oportunidades de monitoramento e de acompanhamento da dinâmica de execução das políticas públicas de segurança, de tal forma que,

³⁷ Para aprofundar essa questão vide: PAZINATO, Eduardo. Do Direito à Segurança à Segurança dos Direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.



desde a mirada e da vocalização das juventudes, consegue-se desvelar que os agenciamentos e os fatores de risco determinantes das violências e dos crimes consubstanciados no bairro Guajuviras têm origens no próprio território. A falta de coesão social e de oportunidades simbólicas e materiais para as juventudes não lhes possibilitava pensar em futuro e criar vínculos de identidade e pertencimento com aquele território, sem que a violência figurasse como baliza e diretriz intrínseca da vida na comunidade.

Nesse particular, apesar de o PRONASCI não ensejar oportunidades concretas de geração de trabalho e renda (em nível material), proporcionou oportunidades reais de (re)significação de sentidos e (re)orientação de trajetórias de vida (em nível simbólico).

O desafio, todavia, continua vivo e presente: dotar as agências e instituições públicas, em suas diferentes instâncias federativas (federal, estadual e municipal), a cidadania e organizações da sociedade civil com condições plenas de dar continuidade a iniciativas como o PRONASCI, aprofundando sua interface, pelo menos, em dois aspectos, com a instituição de uma política sobre drogas fundada em outro paradigma que não no famigerado e falido modelo de “guerra às drogas” e com o estabelecimento de uma política de segurança (e justiça) focada no controle, na prevenção e da redução dos crimes violentos contra a vida (em especial dos homicídios).

Na contramão do que vaticinam os jovens ouvidos neste estudo, todavia, o refluxo do PRONASCI (com seu réquiem entoado em 2012), acompanhado dos atuais retrocessos democráticos no campo da segurança pública do país, aponta para um cenário de maldadas fórmulas e resultados tragicamente anunciados por velhas cabeças e pela mesma e desalentada sentença que tem ceifado a vida (e o horizonte) de milhares de jovens gaúchos, brasileiros e latino-americanos.

REFERÊNCIAS

ANZIEU, Didier; MARTIN, Yves. *La Dynamique des Groupes Restreints*. Paris: PUF, 1976.

ARAGON, Alexandre Augusto (Coord.). *Vade mecum segurança pública*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2010.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BONILLA, Elss; RODRIGUEZ, Penélope. *Más Allá del Dilema de los Métodos*. Bogotá: Editorial Presencia, 1995.



BRASIL, República Federativa do. Lei n.º 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública e dá outras providências. Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2001.

BRASIL, República Federativa do. Lei n.º 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e dá outras providências. Brasília/DF, 24 de outubro de 2007.

BRASIL, República Federativa do. Lei n.º 11.707, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei no 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci. Brasília/DF, 19 de junho de 2008.

BRASIL, República Federativa do. Lei n.º 12.681, de 4 de julho de 2012. Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP; altera as Leis nos 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007, a Lei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994, e o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; e revoga dispositivo da Lei no 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. Brasília/DF, 4 de julho de 2012.

GAVIRIA M., Margarita Rosa. Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. Revista Sociologias, Porto Alegre, n. 20, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000200005 &lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2011.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

KERBER, Aline de Oliveira; PAZINATO, Eduardo. Dossiê 1º Censo sobre Ações Municipais de Segurança Pública. Curitiba: Multideia, 2013.

KRUEGER, Richard. *Focus Group*. A Practical Guide for Applied Research. London: Sage Publications, 1994.

MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

PAZINATO, Eduardo. Do Direito à Segurança à Segurança dos Direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.



PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Revista Tempo social*, São Paulo, v. 21, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702009000200010&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 05 dez. 2011.

RAMOS, Marília; SCHABBACH, Letícia Maria. *O Estado da Arte da Avaliação de Políticas Públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Mimeo.

SIMARD, Gisèle. *La méthode du "focus group" – Animer, planifier et évaluer l'action*. Canadá: Mondia, 1989.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In M. J. P. Spink (Ed.), *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo; GUINDANI, Miriam. Qual o título desse capítulo? In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da Violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Segurança e Cidadania)
STEWART, David; SHAMDASAMI, Prem. *Focus Group. Theory and Practice*, London: Sage Publications, 1990.



6

Cidadanias negadas: os jovens em territórios com unidades de polícia pacificadora – Rio de Janeiro

Miriam ABRAMOVAY: mabramovay@flacso.org.br

Socióloga; pesquisadora; Coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da FLACSO-Brasil, membro do NPEJI (Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Culturas e Cidadanias) - CNPq/UCSAL; Doutora em Educação pela Faculdade de Lyon 2 – França e Pós-Doutoranda da CLACSO; Bolsista da FAPERJ

Mary Garcia CASTRO: castromg@uol.com.br

Socióloga; professora da Universidade Católica de Salvador-Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea e no Mestrado em Política Social e Cidadania; Pesquisadora da FLACSO-Brasil e do CNPq; bolsista da FAPERJ; co-coordenadora do NPEJI (Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Culturas e Cidadanias) - CNPq/UCSAL.



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Resumo Revisita-se estudo que realizamos em 2011 com jovens em favelas com UPPs- Unidade de Polícias Pacificadoras, programa de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro em que se pretendia, segundo documentos oficiais, substituir as incursões bélicas nas favelas em nome do combate do tráfico de drogas, por instalação de batalhões.

O objetivo deste artigo é explorar como as favelas em que vivem os jovens são por eles retratadas, cidadanias vividas e negadas, considerando condições de vida como escolaridade, trabalho, nível sócio econômico das famílias, percepções sobre as UPPs, o que eles indicam como principais problemas das áreas em que vivem, expectativas quanto ao Governo-retorno da Copa e das Olimpíadas para as suas 'comunidades'- e, em especial, como as violências se fazem presente de forma latente e manifesta em seus relatos.

Explora-se dados de um survey com jovens em comunidades com UPPs, discutindo singularidades e comunalidades de percepções e situações quando se controla sexo/gênero; ciclos etários quinquenais na coorte de 15 a 29 anos; 'classe social'; rendimento médio familiar e escolaridade. Acessa-se representações sobre violências em especial institucionais e sentidos do programa policial para os entrevistados.

Palavras-chave Juventudes, violências, favela, Política de segurança, UPPs

Abstrac We revisit study we developed in 2011 with young people in slums with a Security Rio de Janeiro Government Program called UPPs-Peacekeeping Police Unit. In this program, police battalions are based in slums, intending, according to official documents, to avoid violence related to drug trafficking. However, an institutional violence is set, an occupation that does not take into account people's will and social needs.

The purpose of this article is to explore how young persons represent the slums where they live and the UPPs. The concept of denied citizenship is proposed considering living conditions, schooling, work, social economic family level, perceptions about the UPPs, as well as about national projects as the World Cup and the Olympics.

Data from qualitative research and from a survey with young people in communities with UPPs are analyzed, taking into account socio demographic variables such as sex/gender; age cohorts; social class'; family income and education.

Keywords Youth, violence, life conditions in Rio de Janeiro slums, security program, UPP



APRESENTAÇÃO

Este artigo decola de estudo que realizamos (Abramovay e Castro-coord.) em 2011 com jovens em favelas com UPPs- Unidade de Polícias Pacificadoras³⁸, programa de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro em que se pretendia, segundo documentos oficiais, substituir as incursões bélicas nas favelas em nome do combate do tráfico de drogas, por instalação de batalhões.

Pretendia-se a retomada de territórios do tráfico de drogas, mas não necessariamente seu combate, e garantir a presença do Estado nesses, por uma tática de “polícia por aproximação” (ver site mencionado na nota 2) e que teria contato mais direto e menos hostil com a população local assim como a instalação de equipamentos e serviços urbanos nessas favelas.

O objetivo deste artigo é explorar como as favelas em que vivem os jovens são por eles retratadas, cidadanias vividas e negadas, considerando condições de vida como escolaridade, trabalho, nível sócio econômico das famílias, percepções sobre as UPPs, o que eles indicam como principais problemas das áreas em que vivem, expectativas quanto ao Governo-retorno da Copa e das Olimpíadas para as suas ‘comunidades’ - e, em especial, como as violências se fazem presente de forma latente e manifesta em seus relatos.

Embora a referência da pesquisa seja 2011, pouco mudou no cenário urbanístico social dessas favelas e, quadro similar ao registrado em termos de equipamentos e serviços, predominando paisagens dominadas pelo lixo, insalubridade, difícil circulação para os não iniciados na convivência com o íngreme, o escuro, o desrespeito cotidiano e a negação ao direito democrático básico, de circular em áreas sem riscos. Entre os possíveis riscos, o Estado, que continua se fazendo presente pelo seu braço armado, a polícia. É comum nos enfrentamentos com o tráfico ou na busca por suspeito, morrerem tanto militares como civis, moradores das favelas. A polícia no Rio de Janeiro, como se registra quase diariamente nos jornais do país, volta aos métodos tradicionais, pautados em violências, combinando agora ‘ocupação’, expressão de

³⁸O Programa do Estado do Rio de Janeiro “Unidades de Polícia Pacificadora” consiste na instalação de unidades policiais em comunidades tidas como violentas e ‘dominadas’ pelo tráfico de drogas, é assim descrito em site oficial desse governo: “Inspirado numa experiência bem-sucedida na área de Segurança Pública em Medellín, na Colômbia, o programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que deu origem às UPPs, começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul. Desde então, 37 UPPs já estão implantadas e, ainda em 2014, a previsão é de que sejam mais de 40. Em junho de 2013, a Polícia Pacificadora contava com um efetivo de 9.293 policiais. Esse quantitativo deve chegar a 12,5 mil até 2014.

As UPPs em operação abrangem 257 comunidades e beneficiam mais de 1,5 milhões de pessoas das áreas pacificadas. Até 2014, serão beneficiadas outras comunidades, abrangendo mais 860 mil moradores das Zonas Norte e Oeste do Rio, Baixada Fluminense e outras cidades com grande concentração urbana” In UPP - Unidade de Polícia Pacificadora - www.upprj.com/index.php/faq, consultado em 19.4.2014



moradores das favelas, ou seja batalhões estacionados nas favelas e rondas cotidianas ostensivas com incursões bélicas, inclusive em alguns casos com apoio de forças auxiliares.

Por exemplo, em 21.3.2014, em jornal de ampla circulação no país, “O Globo” se lê: *Sete favelas com UPPs sofreram ataques em 2014. Deste total, seis comunidades fazem parte de complexos de favelas. Somente nos Conjuntos da Penha e Alemão, quatro PMs [policiais militares] morreram.* E em 21 de abril o corpo de um jovem dançarino é encontrado morto na favela de Pavão- Pavãozinho:

Policiais da 23ª BPM (Leblon) foram acionados nesta terça-feira (22) para uma confusão na Unidade de Polícia Pacificadora do Pavão-Pavãozinho, na Zona Sul do Rio. Segundo a Coordenadoria de Polícia Pacificadora, moradores fizeram um protesto após o corpo do dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, de 26 anos, conhecido como DG, do programa “Esquentar” [da TV Globo], ser encontrado na comunidade.

Moradores das favelas mencionadas na nota acima afirmam que o jovem trazia marcas de espancamentos e tiros, e que teria sido assassinado por policiais das UPPs quando confundido com traficante. No enfrentamento que se seguiu entre moradores e policiais morre por “bala perdida” mais um jovem morador da favela.

Note-se que a partir de dezembro de 2008, o programa UPP viria sendo instituído no Rio de Janeiro como uma experiência militar, com proposta de restituição do controle social e político, econômico de áreas, principalmente na Zona Sul e em bairros de classe média da Zona Norte. Para vários pesquisadores não ao azar as UPPs seriam implantadas em áreas que rodeiam o circuito de megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, o que é compartilhado por depoimentos de vários moradores das favelas.

A seguir se discute cenários ideológicos que segregam áreas, como no caso do Brasil, as favelas e periferias, ou seja o estigma espacial de componentes do urbano. sua relação com violências, aterrizando em outro capítulo no caso da cidade do Rio de Janeiro, antes de adentrar especificamente na Pesquisa base deste artigo, ou seja como os jovens retratam sua comunidade, o Estado, e seu aparato mais próximo, a polícia e as UPPs, entrelaçando vivências e idealizações.

Como no teatro grego, ao se montar esta peça sobre ambiências sociais vividas por jovens e retratações sobre as favelas em que vivem, no fundo o coro ironiza “mas o que são violências, e qual o lugar do Estado como agente dessas?” Ao leitor, a resposta.



1.1. O ESTIGMA ESPACIAL DOS GRANDES CENTROS URBANOS, CIDADANIAS E VIOLÊNCIAS.³⁹

O estigma territorial no cotidiano traz marcas indelévels. O preconceito em relação ao local de moradia produz uma generalização em relação aos moradores do bairro, da favela. O discurso político e da mídia engendra uma imagem negativa de determinadas localidades, que macula também seus habitantes.

Para Loic Wacquant (2008) a fixação e estigmatização territoriais, são características dessa pseudo “marginalidade urbana”, construtos que servem para compreender a dimensão espaço. O estigma territorial incita o Estado a adotar políticas específicas, derogatórias do direito comum e da norma nacional, que na maior parte das vezes reforçam a dinâmica de marginalização que pretendem combater, em detrimento dos habitantes. A carga simbólica que pesa sobre esses locais, conhecidos e difamados, distorce e distende as relações sociais cotidianas. As reverberações territoriais são claras pela concentração espacial da pobreza, conjugando as exclusões de classe e de raça. As classes populares são condenadas cada vez mais às áreas degradadas e desatendidas e sobrevivem lidando com diversos tipos de problemas. Contudo, uma perversa dialética se realiza como mais se demonstra no plano do empírico, da Pesquisa, a defesa do seu território, do que denominam a “comunidade”.

Silva (2010) reforça a questão das consequências da segregação espacial, apontando que as favelas, são geralmente áreas públicas abandonadas, onde o Estado não assumiu suas funções. E esse descaso do Estado pode resultar na cooptação e aproximação, por parte de segmentos da população a grupos criminosos, considerando que muitas vezes, esses grupos são reconhecidos por alguns moradores como a autoridade reguladora da ordem local naquele território. Desta forma, para a autora a ausência do Estado possibilita o desenvolvimento do tráfico de drogas.

A relação entre Estado e tráfico de drogas no Brasil é discutida por Benevides (2011), que afirma que o Estado, como política de segurança pública, no combate ao tráfico de drogas, não resultou na modificação da realidade do tráfico, mais reforçando a lógica da discriminar e criminalizar a pobreza.

1.1.1. CIDADANIA

O conceito de cidadania se confunde com o de direitos humanos, passando pelo direito à cidade. Reconhece-se hoje que no plano de direitos há muitos tipos de cidadania,

³⁹ Esta seção contou com a colaboração de Marisa Fefferman



considerando avanços democráticos e o reconhecimento de múltiplos sistemas que colaboram para as desigualdades sociais além dos referidos a classes sociais, como o racismo, o sexismo, o ‘adultismo’, ou poder dos adultos em relação aos jovens, e outros, como a segregação sócio-espacial, exclusão a possibilidades de expressões culturais e de participação. Por outro lado vale também o reconhecimento da importância dos tipos de cidadania referidos na obra clássica de T.H. Marshall em 1949 “Cidadania e Classe Social” como à cidadania civil, com ênfase em direitos e leis, à cidadania política, ou seja por participação no jogo político e à cidadania social. Por tal cidadania, social, todos os indivíduos teriam garantidos os direitos à segurança econômica e social, e à participação na riqueza acumulada pela nação.

Os tipos clássicos constituintes do conceito de cidadania são singularmente importantes quando se tem referência os jovens, como o direito à educação e ao trabalho e não ao azar hoje a ênfase a trabalho decente e educação de qualidade que no caso dos jovens pede operacionalização específica tendo em vista que os tempos de juventudes reúnem necessidades no hoje e o investimento em formação para o amanhã, o que não pode ser deixado às leis de mercado. Caberia, portanto apreender formatos existenciais e em momentos e espaços históricos específicos o que se entende por direitos e necessidades, além de discutir o acesso ao acervo dos serviços urbanos, desvendando desigualdades sociais e culturais ou o lugar de jovens nos aparatos educacionais e oportunidades de trabalho. Insiste-se que a relação juventude, cidadania e o ‘direito à cidade’ pede que se discuta necessidades que são priorizadas pelos jovens em específicas ambiências, como o caso dos jovens em favelas. Nesse caso as violências institucionais, as cidadanias que lhe são negadas, cobram sentido, considerando vivências e expectativas. O termo cidadania negada é tomada de empréstimo de Gentili e Frigotto (2001), contudo tais autores mais se referem a exclusões em relação a educação e trabalho. Já neste artigo ampliam-se referências, indagando diversas dimensões sobre níveis de vida dos jovens, violência e percepções sobre o Estado, em suas comunidades, via as UPPs., indiretamente acercamo-nos da interação entre cidadania e alteridade. Assim Holston (2013) enfatiza do conceito de cidadania um elemento que bem se aplica quando se focaliza uma população que vive desigualdades e violências várias e tem o sentido da sua distância em relação a outras:

[...] cidadania [pode ser] uma medida de diferença e uma forma de distanciar as pessoas, umas das outras. O termo lembra as pessoas do que elas não são- embora paradoxalmente, elas próprias sejam cidadãos – e define os cidadãos como outros... [É] a cidadania diferenciada. (HOLSTON, 2013: 23)



Subliminarmente ao interesse em como os jovens retratam suas comunidades, violências e cidadanias negadas, a intenção de perceber em que medido os jovens favelados têm consciência do seu direito à cidade. Mas não se aprofunda neste artigo o debate que aqui se anuncia, qual seja o direito à cidade, como tal conceito foi desenvolvido por Henri Lefebvre em seu livro de 1968 *Le droit à la ville*. Lefebvre discute segregação socioeconômica no urbano. Discute a “tragédia dos banlieusards”, pessoas forçadas a viver em guetos residenciais longe do centro da cidade. “Perante este cenário, ele exige o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade. Na década de 90 as idéias de Lefebvre foram retomadas nas áreas de geografia e planejamento urbano, e se tornou o slogan de muitos movimentos sociais.” (in *Blog Action Day 2013*)

1.2. A ESPECIFICIDADE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E AS UPPS

O Estado do Rio de Janeiro desde final da década de 1980 investiu principalmente em armas para combater o tráfico de drogas nas favelas e, os traficantes também aumentaram o seu armamento. Pereira (2011) reforça esta posição afirmando que a explosão de violência, fruto da expansão e intensificação do tráfico de drogas na cidade (e mais recentemente das milícias), desde a década de 1980, trouxe uma nova roupagem para a falsa associação entre favela e marginalidade no imaginário da população. Muito explorada e alimentada pela mídia.

Soares (2011) discute o modelo tradicional do tráfico do Rio de Janeiro, apresentando-o como fruto de uma história sem bandidos e “mocinhos”. A geografia social, com as favelas em morros de difícil acesso para os que não a conhecem, e a aliança entre segmentos policiais e os traficantes propiciaram que o tráfico de drogas se fortalecesse naqueles territórios, combinando disputas internas entre as facções do tráfico pela hegemonia do negócio e um jogo de alianças e enfrentamentos entre polícia e tráfico. O poder do tráfico nas favelas foi garantido por um lado, pela intimidação pela força (armas, a organização militar) e a ambígua relação com a polícia.

A política/ação governamental, conhecida como UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), insiste-se, teria como foco comunidades que concentram historicamente a população pobre e que vinham sendo vitimizadas por ações do tráfico de drogas, do crime organizado, além de serem palco de inúmeras violências, acumulando, portanto, vulnerabilizações sociais. As UPPs foram anunciadas como uma nova forma de fazer



políticas no campo da segurança pública. Em princípio seria uma polícia que teria elo com as populações das comunidades, mais qualificada e supervisionada, a fim de evitar seu envolvimento em situações de corrupção e desrespeito aos direitos humanos. Essa política pretendia, também, abranger melhorias nas condições de vida das populações dessas comunidades.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, do Governo do Estado do Rio de Janeiro haveria uma combinação entre segurança pública e segurança social na proposta das UPPs, quando um novo tipo de polícia, não corrupta e não violenta, ‘próxima’ da comunidade se associaria à presença de um Estado de bem estar social:

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. [...] As UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Hoje, cerca de 280 mil pessoas são beneficiadas pelas unidades.

Criadas pela atual gestão da secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. O governo do Rio está investindo R\$ 15 milhões na qualificação da Academia de Polícia para que, até 2016, sejam formados cerca de 60 mil policiais no Estado (in www.upprj.com) - consultado em 24.10.2011.

Veloso e Werckmeister (2011) afirmam que o uso de “caveirões” (veículos blindados), tropas de elite simbolizadas pela “faca na caveira”, a premiação “faroeste” (comissão recebida pelos policiais diante das baixas causadas na criminalidade), o estímulo pela ‘guerra’ entre as forças de segurança pública e os traficantes encastelados nas comunidades carentes - “áreas quentes” ou “áreas de risco” (onde estão os inimigos) -, com a “incursão de tropas que mais se faziam assemelhar à deslegitimadas forças de ocupação” (p.02), e desta forma, as UPPs teriam como proposta contrapor estes modelos.

É lugar comum o reconhecimento de que sem investimentos em equipamentos e serviços públicos e sociais e na ampliação de oportunidades no campo da educação, do trabalho, da cultura e do lazer, entre outros, em particular para os e as jovens, estaria se reproduzindo um modelo que vem historicamente demonstrando sua falência, pelo qual segurança



e combate a violências se resumiria a um caso de polícia pautado pela repressão.

O quadro 1, sintetiza justificativas para uma ação integrada, considerando os jovens de favelas, no Estado do Rio de Janeiro, que acionaram o Banco Interamericano de Desenvolvimento em cooperação com o Governo do Estado para dar chão social às intenções das UPPs e do Governo quanto a importância de serviços e equipamentos nessas favelas, de acordo com posições dos jovens nessas áreas⁴⁰:

Quadro 1 - Extratos dos termos de referência inclusão social e oportunidades para juventude no Rio de Janeiro (BR - 11287) - mapeamento das demandas por serviços sociais de jovens moradores de áreas com unidade de polícia pacificadora e/ou áreas de vulnerabilidade econômica e social no estado do Rio de Janeiro – 2011

O Brasil possui, hoje, a terceira maior população habitante de favelas no mundo. Segundo projeções da ONU, se a atual taxa de expansão for mantida, 55 milhões de brasileiros serão favelados em 2020, o que equivale a 25% da população do país. Somente na cidade do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2000, a população residente em favelas cresceu 24%, superando 18% da população total, que cresceu a taxas de 7% no mesmo período; O contexto da favela ou de áreas de vulnerabilidade social é caracterizado pela escassez da presença do Estado, tanto em termos físicos como simbólicos. Na prática, isso se traduz na falta de serviços básicos como educação, saúde, habitação e segurança. Dados demonstram que, dentre as áreas da cidade do Rio de Janeiro consideradas pouco violentas, em que há boa oferta de serviços de infraestrutura, como os bairros de classe média da Zona Sul e da Zona Norte, apenas 1% é composto por favelas. Por outro lado, entre as regiões consideradas muito violentas, marcadas pela precariedade de serviços públicos, 82% são favelas⁴¹; [...]. O público-alvo prioritário da estratégia do Estado em áreas pacificadas [com UPPs] e/ou de vulnerabilidade social são os jovens entre 15 e 29 anos. Com efeito, sua vulnerabilidade social não é demonstrada apenas pelos indicadores de violência. Eles ficam claros na saúde, com prevalência de 26% de gravidez na adolescência entre jovens de 15 a 19 anos, e também na educação e no mundo do trabalho, em que 25% dos jovens da mesma faixa etária no estado do Rio de Janeiro não estudam nem trabalham. (BID e SEASDH-2011 – s.r.b.).

2. A PESQUISA⁴²

Dois caminhos metodológicos foram combinados: um quantitativo, por um *survey* com jovens em comunidades com UPPs; e, outro, qualitativo, por grupos focais e entrevistas em profundidade para conhecer histórias de vida dos jovens, circulação por diferentes instituições, como a família, a escola e os grupos de pares, percepções e projetos, enfatizando singularidades de acordo com as seguintes variáveis de controle, usadas nas tabulações do *survey*: sexo/gênero; ciclos

⁴⁰ Note-se que a Pesquisa que dá chão a este artigo (ABRAMONAY e CASTRO (coord) (2012) teve apoio do BID e foi realizada neste marco, ou seja a identificação de acordo com as falas dos jovens que tipos de equipamentos e serviços queriam para suas áreas de residência

⁴¹ Pesquisa disponível no site: http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=4946.

⁴² Extratos de ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; MACHADO DA SILVA, L. A.; PEREIRA LEITE, M.; FRIDMAN, L.C.; FARIAS, J.; VITAL, C.; ALMENDRA, D e SANTOS MATTOS, C. (2011) **Juventudes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs):** Perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: FLACSO/ BID. Não publicado.



etários quinquenais na coorte de 15 a 29 anos; ‘classe social’⁴³; rendimento médio familiar e escolaridade. Neste artigo vamos explorar de forma mais aprofundada os dados do *survey*.

A pesquisa quantitativa analisa posições, diversidade entre os jovens quanto a perfis e percepções e tem perspectiva extensiva, ou seja, busca explorar uma série de dimensões, no plano de grandes números já que, recorre-se a uma amostra probabilística representativa do universo explorado, dezessete comunidades com UPPs.

A amostra⁴⁴ e o trabalho de coleta, bem como a tabulação dos dados, de acordo com modelagem sugerida pela Coordenação da Pesquisa foram desenvolvidos pelo IBOPE Inteligência, empresa de pesquisa de opiniões e comportamento⁴⁵.

O universo é composto por jovens entre 15 e 29 anos moradores das 17 comunidades com UPPs do município do Rio de Janeiro em setembro de 2011. O dimensionamento amostral compõe-se de 700 entrevistas, sendo 100 entrevistas em cada comunidade sorteada. A amostra foi selecionada em dois estágios: 1) No primeiro estágio, foi realizado um sorteio sistemático das comunidades, sendo que cada uma teve a mesma probabilidade de ser selecionada; 2) No segundo estágio, a seleção dos entrevistados, dentro da comunidade, foi feita utilizando-se cotas proporcionais, em função das seguintes variáveis: Sexo/gênero, idade e grau de escolaridade.

Note-se que se utilizou o método PPT (probabilidade proporcional ao tamanho), o que indica que resultou uma amostra com uma quantidade maior de UPPs de grande porte, mas que representam bem o perfil médio das 17 UPPs.

2.1 - PERFILHANDO JUVENTUDES EM TERRITÓRIOS COM UPPS, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE SUAS COMUNIDADES.

As análises seguintes se orientam pela perspectiva de que para melhor conhecer quem são os jovens em foco, no caso, residentes em comunidades com territórios em que foram implantadas as UPPs no Rio de Janeiro, há que se explorar o que seria comum a todos jovens e suas singularidades, considerando alguns marcadores como sexo/gênero, escolaridade e inserção no sistema de ‘classes sociais’ (ver

⁴³ O índice ‘classe ’ segue o ‘ Critério Brasil’, recorrendo aos seguintes indicadores: nível de escolaridade do chefe de família e elenco e número de eletro domésticos existentes no domicílio e outros bens. Ver sobre ‘ Critério Brasil’ www.abep.org.br/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf-consultado em 20.10.2011. Na Pesquisa correlaciona-se tal índice com renda familiar dos jovens, o que mais robustece a medida.

⁴⁴ Parte elaborada pela equipe do IBOPE Inteligência.

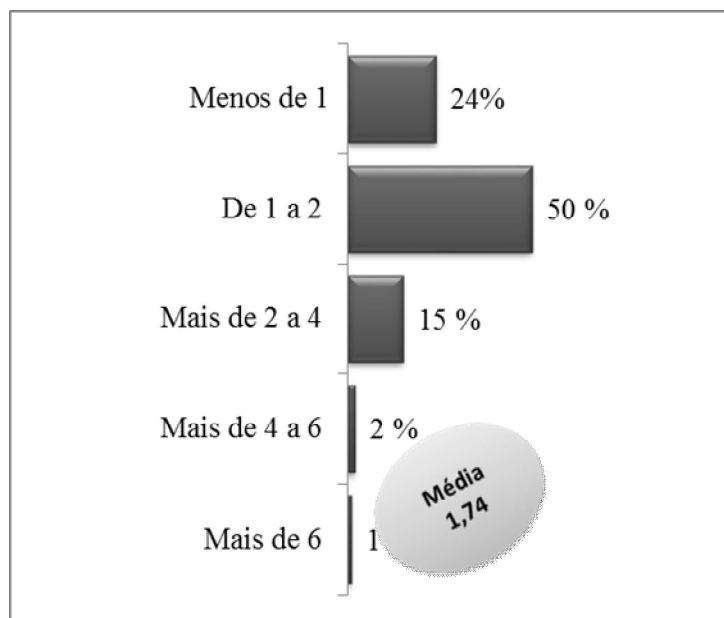
⁴⁵ Ver <http://www.ibope.com.br/pt-br/ibope/quemsomos/unidadesnegocio/Paginas/Ibope-Inteligencia.aspx>

nota 7) e renda familiar. A diversidade entre os jovens foi também analisada, distinguindo-se, os jovens adolescentes (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens adultos (25 a 29 anos).

A distribuição por sexo/gênero dos jovens entrevistados se alinha ao esperado: um ligeiro predomínio de mulheres. Entre os jovens nos territórios com UPPs, 48% são do sexo masculino e 52% do sexo feminino. Já na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o censo de 2010, no total da população, chega a 47% a proporção de homens. A distribuição etária dos jovens (coorte entre 15 a 29 anos) também se alinha ao encontrado em várias pesquisas sobre juventudes (ver entre outros, Abramovay et al, 2006): A média é de 22 anos.

Mesmo em comunidades em que predominam pessoas de baixa renda, como os territórios focalizados, favelas com UPPs no Rio de Janeiro, com a maior probabilidade, pretos e pardos sobressaem mais que os brancos quanto à concentração nos estratos de baixa renda familiar (27% entre os de cor preta estão em famílias que perfazem menos de 1 salário mínimo; 26% entre os de cor parda, enquanto entre os brancos, esses não chegam a 20%). Considerando os jovens de mais baixa renda familiar, tem-se que 40% são de cor preta, 37% de cor parda e 20% brancos. No grupo de acima de dois salários mínimos, as diferenças não são tão marcantes, já que aí estão 33% dos de cor preta, 29% dos de cor parda e 35% dos que se classificam como brancos. O nível de pobreza dos jovens nessas comunidades é corroborado quando se recorre à variável renda familiar, segundo o salário mínimo. (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição dos jovens (15 a 29 anos) nos territórios com UPPs, segundo a renda familiar (salário mínimo), Rio de Janeiro - 2011.



Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades –(Abramovay e Castro-coord) FLACSO 2011.



Note-se que a média é de 1,74 salários, sendo que quase 25% vivem em famílias que estão no patamar de menos de 1 salário mínimo e que o nível de renda familiar em que cerca da metade dos entrevistados se concentra em 1 a 2 salários mínimos. Entre aqueles cujo grupo familiar se situa no nível de 2 a 4 salários mínimos, estão cerca de 15%. Vale notar que muitos jovens, principalmente os adolescentes não sabem informar sobre a renda familiar, principalmente os de 15 a 17 anos.

2.1.1. ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO DOS JOVENS

Quanto ao nível de escolaridade, observa-se, a maioria dos jovens se concentra no ensino fundamental II, independentemente do sexo/gênero e da idade, o que já alerta para defasagens idade e série. Assim, estão nesse nível de ensino: 31% do total de jovens; quase a metade dos adolescentes (15-17 anos) e cerca de um terço entre os jovens-jovens (18-24) e entre os jovens adultos (25-29 anos), respectivamente, 27% e 26%.

Mais da metade dos jovens interrompeu os estudos pelo menos uma vez em suas vidas. O ensino fundamental seria um ponto de corte de vida escolar nítido, já que 39% deixaram a escola nesse nível; sendo que 15% abandonaram os estudos no ensino médio, e no ensino superior 1%. Dos que deixaram a escola, 74% não voltaram, o que alerta para importância do abandono escolar na história de vida desses jovens, tolhendo seus futuros. A passagem mais difícil parece ser do ensino fundamental para o ensino médio. Com maior probabilidade, os que interromperam os estudos, o fizeram quando no ensino fundamental: 21% entre os de 15 a 17 anos; 40% entre os que têm entre 18 a 24 e 48% entre os de 25 a 29 anos.

As principais razões de porquê os jovens abandonaram a escola são bem diferentes por sexo/gênero. Enquanto entre os homens, 59% deixaram de estudar porque precisaram trabalhar ou por falta de tempo, entre as mulheres, tal categoria concentra 23% das respostas. Entre as mulheres 51% deixaram de estudar porque ficaram grávidas ou tiveram filho. A falta de atrativos que exerce a escola entre os jovens é ilustrada pelo fato de que 25% afirmam ter abandonado a escola por cansaço ou desânimo. Tal motivo se destaca entre os adolescentes ao se comparar com jovens em outros ciclos etários. Entre aqueles, 38% selecionaram tal razão para indicar porque abandonaram a escola, enquanto entre os de 18 a 24 anos, 24% e entre os de 25 a 29 anos, 25%.

São muitas as razões relacionadas com a qualidade do ensino, citadas como impedimento para se continuar os estudos: não conseguiam entender (4%); o que a escola ensina não é útil (3%); não conseguiam acompanhar e entender/foi



reprovado (4%); o ensino é fraco (2%). A violência também aparece como fator que afasta os jovens das escolas: brigas e expulsão (2%); medo e violência (2%); envolvimento com drogas (1%); ter sofrido preconceitos e discriminações (1%).

A gravidez como causa de abandono escolar é destacada principalmente pelas mulheres: 37% de tal resposta foi selecionada pelas jovens, enquanto 18% entre os jovens. Achado comum entre outras juventudes no Brasil (ver entre outros estudos Castro e Abramovay 2004).

Chama a atenção que a maioria dos jovens que deixaram a escola, não voltou a estudar (74%) e são os das 'classes' D e E os que menos retornam (90% entre esses).

Quanto à condição de ocupação, os dados também alertam que se trata de uma juventude diversificada, mas em situação de vulnerabilidade social: 55% estão ocupados e 45% desocupados.

A situação de precariedade, entre os que trabalham, varia quando se controla a escolaridade e a renda familiar dos jovens em territórios com UPPs. Contudo, mesmo entre os de mais alta escolaridade e em famílias com renda familiar acima de 2 salários mínimos, a proporção dos que trabalham e não têm carteira assinada não está tão distante daqueles com mais baixa escolaridade e renda familiar: 24% entre os que têm até a 4ª série do ensino fundamental e 15% entre os que têm até o curso médio completo ou superior.

A maior parte dos jovens que trabalham, o fazem fora da comunidade (67%). Mas os dados da Tabela 1 chamam a atenção para a importância da comunidade como local de emprego ou bico, principalmente para os jovens de famílias das 'classes sociais' D e E (51%) e para os adolescentes (48%).

Tabela 1- Distribuição dos jovens (15-29 anos), nos territórios com UPPs, segundo local do emprego/bico, considerando sexo/gênero, idade e 'classe social', Rio de Janeiro – 2011.

LOCAL DO EMPREGO	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			'CLASSE SOCIAL'(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(379)	(217)	(162)	(29)	(336)	(147)	(45)	(249)	(85)
Fora da comunidade	67%	67%	67%	52%	68%	69%	76%	71%	49%
Dentro da comunidade	33%	33%	33%	48%	32%	31%	24%	29%	51%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades --(Abramovay e Castro-coord) FLACSO/BID 2011

(*) 'classe social' segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver nota 7

P. O emprego/ bico fica na comunidade ou fora da comunidade?

Quando se analisa a relação entre estudo e trabalho e nível socioeconômico, os que não estudam e não trabalham estão mais em destaque entre os jovens em famílias mais pobres. Entre aqueles cujas famílias recebem menos de 1 salário mínimo, 46% dos jovens não estudam e não trabalham.

Já entre os que estão em famílias acima de 2 salários mínimos, esses chegam a 14% .(Ver Tabela 2 a seguir).

Tabela 2 - Distribuição dos jovens (15-29 anos), nos territórios com UPPs, segundo a situação quanto a trabalho e estudo, considerando escolaridade e renda familiar -, Rio de Janeiro – 2011.

SITUAÇÃO QUANTO A TRABALHO E ESTUDO	TOTAL	ESCOLARIDADE				RENDA FAMILIAR		
		Até 4ª Série	5ª a 8ª Série	Médio Incompleto	Médio Completo + Superior	Menos de 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos
Bases	(700)	(148)	(215)	(173)	(164)	(167)	(347)	(127)
Só trabalho	44%	55%	36%	32%	55%	34%	50%	53%
Só estudo	19%	7%	21%	35%	11%	16%	18%	21%
Estudo e trabalho	11%	3%	13%	15%	13%	5%	13%	12%
Não estudo e não trabalho	26%	34%	30%	17%	20%	46%	19%	14%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades —(Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/BID 2011.

P.: Em quais destas situações você se encaixa?

2.2. - PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE VIOLÊNCIAS E AS UPPS. RIO DE JANEIRO, 2011

Note-se que, na pesquisa em pauta, se lida com uma peculiar juventude, com vivência em cotidianos de violência, em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e violência policial. Portanto, suas percepções sobre tal tema e, em especial, sobre o sentido adquirido pela intervenção da chamada UPP adquirem importância.

Segundo os jovens de territórios com UPPs, as violências percebidas em suas comunidades de residência se destacam de forma impressionante, já que, deles, 97% se referem a algum tipo de violência: tráfico de drogas (28%); violência, sem especificar que tipo (26%); polícia violenta (21%); violência contra a mulher (12%); milícias⁴⁶ (1%) e racismo (8%).

Considerando tipos de violência, os jovens selecionam principalmente a que os têm, quer como protagonistas, quer como vítimas, ou seja, briga entre jovens (49%). Os seguintes tipos de violências galvanizam a atenção de pelo menos 10% dos respondentes: agressão física (44%); ameaças (36%); violência policial (27%); lesão por bala perdida (17%); assassinato (14%) e violências de traficantes (12%). Note-se que não chegam a 10% os jovens que declaram que nunca

⁴⁶ Grupos de policias ou ex policias que atuam nas favelas, expulsando os traficantes e oferecendo 'proteção' aos moradores que por sua vez têm que pagar por tal proteção. As milícias vendem seus serviços, tanto de segurança como de prestação de utilidades, como gás, luz e transporte, entre outros, por coerção, obrigando os moradores a adquiri-los e por outro lado sendo os únicos fornecedores, por omissão do Estado.

sofreram ou presenciaram algum tipo de violência na comunidade, conforme o Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo tipos de violência mais frequentes na comunidade. Rio de Janeiro – 2011



Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: –(Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/ BID, 2011.

P.: 'Pelo que você sabe ou ouviu falar, qual destes tipos de violência é o mais frequente na sua comunidade?'

Considerando a complexidade das UPPs no cenário das comunidades analisadas, sendo essas codificadas por divergentes parâmetros, focalizam-se perspectivas dos jovens sobre essa política, destacando-se o caso da apreciação sobre a polícia, em tempos pré e pós-UPPs. Contudo, para evitar reificações, amplia-se o elenco de perguntas, já que as UPPs são consideradas não somente pelo aspecto da segurança policial.

A Tabela 3, a seguir, corrobora a assertiva comum na literatura brasileira, de que a relação entre juventude e polícia não é simples e se apresenta, por vezes, ambígua. Somente 6% dos jovens consideram que o serviço das UPPs é ótimo, sendo que, entre as jovens mulheres (8%), a representação proporcional é maior que entre os homens (4%). Para 29% dos respondentes, o serviço é bom e um pouco mais de um terço o considera regular. A tendência oposta teria uma representação similar, pois, entre os jovens, 13% classificam o serviço das UPPs como ruim (13%) e 17%, como péssimo. Os dados indicam, portanto, uma divisão clara de posições frente às



UPPs, já que 36% consideram tal serviço como ótimo ou bom, 33% como regular e 30% como ruim ou péssimo. (Ver Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo opinião sobre UPPs na comunidade, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’. Rio de Janeiro – 2011.

AVALIAÇÕES SOBRE AS UPPS NA COMUNIDADE	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	700	336	364	129	336	235	76	472	152
Ótimo (5)	6%	4%	8%	5%	7%	5%	4%	7%	6%
Bom (4)	29%	32%	27%	36%	26%	31%	36%	30%	26%
Regular (3)	33%	32%	33%	24%	35%	34%	28%	32%	37%
Ruim (2)	13%	13%	13%	12%	14%	12%	17%	12%	14%
Péssimo (1)	17%	18%	16%	20%	17%	16%	14%	18%	16%
Não sabe	1%	0%	1%	2%	0%	0%	0%	1%	1%
Não respondeu	2%	1%	2%	1%	2%	2%	1%	2%	1%
TOP BOX (*)	6%	4%	8%	5%	7%	5%	4%	7%	6%
TOP 2 BOXES	36%	36%	35%	41%	33%	36%	39%	36%	32%
BOTTOM BOX	17%	18%	16%	20%	17%	16%	14%	18%	16%
BOTTOM 2 BOXES	30%	31%	29%	33%	31%	28%	32%	30%	30%
Média	2,94	2,91	2,98	2,94	2,93	2,97	2,97	2,95	2,91
Desvio Padrão da Média	1,17	1,16	1,18	1,24	1,18	1,13	1,13	1,19	1,14

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: –(Abramovay e Castro-coord) FLACSO/BID 2011.

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7

(**) Top Box, Top 2 Boxes/ Bottom Box, Bottom 2 Boxes: nas perguntas em que usamos uma escala, como, por exemplo, de ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo, o *top box* é o % de respostas para a opção “ótimo”. O Top 2 Boxes é a soma de “ótimo” e “bom”. Já o Bottom Box é a % de respostas para a alternativa “péssimo”, e Bottom 2 Boxes é a soma das opções “ruim” e “péssimo”. O objetivo de tais categorias é agregar essas alternativas e facilitar a análise.

P.: “Agora, para cada serviço da sua comunidade que eu citar, por favor, diga-me se você acha que ele é...”

Perguntados sobre a abordagem policial nas comunidades antes da implantação das UPPs e após, ou ‘atualmente’ (2011), identifica-se que, no período da Pesquisa, havia uma proporção maior daqueles que já foram abordados pela polícia (42%) do que antes da chegada das UPPs (33%). Mas não é claro visualizar mudanças no tipo de abordagem. Há um aumento, daqueles que quando entrevistados consideraram que estariam sendo abordados de forma desrespeitosa: 20% por policiais das UPPs; contra 16% por policiais, antes da chegada das UPPs.

De acordo com a Tabela 4, ‘classe social’ mais distancia os jovens quando se lhes pergunta sobre abordagem desrespeitosa pela polícia antes da chegada das UPPs: 22% daqueles na classe D e E; 16% dos jovens na classe C e 9% dos

enquadrados como da classe B dizem que eram abordados de forma desrespeitosa pela polícia antes da chegada das UPPs. Ou seja, quanto mais pobre, maior era a possibilidade de serem abordados de forma desrespeitosa na comunidade.

Tabela 4 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs segundo suas avaliações sobre o tipo de abordagem pelos policiais na comunidade antes da chegada das UPPs, considerando sexo/gênero, idade e 'classe social'. Rio de Janeiro – 2011

AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM POLICIAL NA COMUNIDADE ANTES DA CHEGADA DAS UPPS	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			CLASSE SOCIAL(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
JÁ FOI ABORDADO	33%	56%	10%	24%	34%	38%	24%	33%	37%
Foi abordado(a) de forma respeitosa	14%	23%	5%	11%	15%	14%	14%	14%	12%
Foi abordado (a) de forma desrespeitosa	16%	28%	5%	10%	15%	23%	9%	16%	22%
NUNCA FOI ABORDADO(A)	67%	43%	89%	76%	67%	62%	75%	67%	63%
NÃO SABE	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
NÃO RESPONDEU	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: –(Abramovay e Castro-coord) FLACSO/BID 2011.

(*) 'classe social' segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7.

P.: 'E antes das UPPs, você já tinha sido abordado pela polícia na comunidade? Se sim, como foi a abordagem?'

O quadro sobre os sujeitos jovens que veem sendo abordados pela polícia em comunidades com UPPs hoje segue a mesma tendência do que foi antes descrito, ainda que variem alguns níveis em cada caso. Assim, hoje, como antes, com maior probabilidade são abordados pela polícia: os homens (32%, enquanto entre as mulheres 8%); os de mais baixa escolaridade (32% entre aqueles que estudam ou estudaram até a 4ª série e 12% entre os que possuem ensino médio completo ou superior) e os de renda familiar mais baixa (22% entre os que são de famílias com renda inferior a menos de 1 salário mínimo, enquanto o foram assim abordados, 17% entre aqueles acima de 2 salários mínimos), como mostram as tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo avaliação do tipo de abordagem policial hoje em suas comunidades, considerando sexo/gênero, idade e 'classe social'. Rio de Janeiro – 2011

AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM POLICIAL HOJE NAS COMUNIDADES	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			'CLASSE SOCIAL'(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E

Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
JÁ FOI ABORDADO	42%	72%	15%	50%	38%	44%	46%	41%	44%
Foi abordado (a) de forma respeitosa	20%	35%	6%	22%	18%	22%	25%	19%	22%
Foi abordado (a) de forma desrespeitosa	20%	32%	8%	23%	18%	20%	17%	21%	18%
Foi agredido (a)	2%	4%	1%	4%	2%	2%	4%	2%	3%
NUNCA FOI ABORDADO(A)	57%	27%	85%	50%	61%	55%	54%	58%	55%
NÃO SABE	0%	0%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	1%
NÃO RESPONDEU	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: –(Abramovay e Castro-coord) FLACSO/ BID, 2011.

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7.

P.: ‘Já foi abordado pelos policiais da UPP? Se sim, como foi a abordagem?’

Tabela 6 - Distribuição dos jovens (15 -29 anos) nos territórios com UPPs, segundo abordagem pelos policiais da UPP, considerando escolaridade e renda familiar. Rio de Janeiro – 2011

TIPO DE ABORDAGEM PELA POLÍCIA NA COMUNIDADE – DEPOIS DA CHEGADA DAS UPPS - PERCEPÇÃO DOS JOVENS	TOTAL	ESCOLARIDADE				RENDA FAMILIAR		
		Até 4ª Série	5ª a 8ª Série	Médio Incompleto	Médio Completo + Superior	Menos de 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos
Bases	(700)	(148)	(215)	(173)	(164)	(167)	(347)	(127)
Foi abordado(a) de forma respeitosa	20%	22%	17%	21%	22%	17%	21%	20%
Foi abordado(a) de forma desrespeitosa	20%	32%	20%	17%	12%	22%	20%	17%
Foi agredido(a)	2%	2%	4%	1%	2%	2%	2%	4%
Nunca foi abordado(a)	57%	43%	59%	61%	64%	58%	57%	58%
Não sabe	0%	0%	0%	1%	0%	1%	0%	0%
Não respondeu	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: –(Abramovay e Castro-coord) FLACSO/ BID, 2011.

P.: ‘Já foi abordado pelos policiais da UPP? Se sim, como foi a abordagem?’

Durante a Pesquisa, provocamos os jovens com uma frase crítica sobre as UPPs e lhes solicitamos que concordassem ou não, a fim de se ter parâmetros sobre sentidos dessa política para os respondentes: 55% dos jovens concordam com a frase-estímulo, ou seja, ‘que as UPPs não vão dar em nada e tudo voltará a ser como antes’. É importante chamar a atenção que desde o início da implantação das UPPs a proposta era de uma ocupação permanente do território, no entanto a população nunca acreditou nessa possibilidade, afirmando que as UPPs durariam até terminar a Copa e que depois, a situação voltaria a ser como antes.

Tal posição independe do sexo/gênero, idade e ‘classe social’ dos respondentes. Encontram-se outras posições entre os jovens, 21% nem concordam, nem discordam e 22% discordam, como se observa na tabela 7.

Tabela 7 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo opinião sobre a frase estímulo apresentada – “Essas UPPs não vão dar em nada, qualquer dia volta tudo como era”, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’. Rio de Janeiro – 2011

‘ESSAS UPPS NÃO VÃO DAR EM NADA, QUALQUER DIA VOLTA TUDO COMO ERA’	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
Concordo	55%	53%	57%	52%	55%	56%	51%	56%	54%
Nem concordo, nem discordo (2)	21%	22%	21%	28%	19%	21%	22%	22%	18%
Discordo (1)	22%	23%	21%	19%	23%	23%	24%	21%	25%
Não sabe	1%	2%	1%	0%	3%	0%	3%	1%	2%
Não respondeu	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	1%
Média	2,33	2,30	2,36	2,33	2,34	2,33	2,28	2,35	2,30
Desvio Padrão da Média	0,82	0,83	0,81	0,78	0,83	0,82	0,83	0,81	0,85

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: –(Abramovay e Castro-coord) FLACSO/ BID, 2011.

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7

P.: ‘Agora vou ler algumas afirmações e gostaria de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas’.

O caminho qualitativo da Pesquisa, realizado via grupos focais com os jovens, tende a corroborar que são diversos os tipos de percepções sobre a entrada das UPPs nas favelas, como observam jovens entrevistados na Cidade de Deus, considerando que houve melhorias na comunidade, em termos de garantir a circulação:

Você passa assim para ir a um posto de saúde, você tinha que passar no meio [dos traficantes armados] E a questão que queimavam as pessoas no meio da rua? Parecia que estavam fazendo uma fogueira com um tronco... Às vezes botavam até a pessoa dentro de pneu. Quando eu vinha sempre para a escola, lembra, de manhã, sempre tinha pessoa morta ali no rio, na beira do rio, pelado. Aí, muito esquisito, tudo branco, pálido, eu fiquei cheia de medo, nunca mais eu passo por ali. Teve uma vez que um bandido deu um tiro na cabeça de um cara e ela voou no chão. E aí que o cara foi lá, pegou com a mão assim, ó, o miolo, da cabeça. Minha mãe sabe disso. Pegou o miolo da cabeça, correu e jogou dentro do bueiro. Ai pegou o corpo do cara, jogou em cima de um sofá e tocaram fogo, na [rua] 13. “Toda



sexta-feira tinha corpo queimado” (Grupo focal, jovens).

Também são vários os depoimentos críticos, inclusive colhidos no âmbito de outra pesquisa realizada em favelas, no caso Pavão Pavãozinho, com outro objetivo, como discutir convivência escolar (ABRAMOVAY, 2011b), quando, de forma espontânea mencionam as UPPs. Sublinha-se a tutela exercida pelos policiais das UPPs, imposta de diversas formas, como controlar os espaços, a circulação dos jovens, realizar revistas violentas e outros abusos de poder: *A gente quer comer um lanche e não pode, porque eles fecham tudo no bairro; Eu também fui parado por policiais, tava vindo do bar porque tinha ido comprar bala que eu tinha tomado uma caipira, aí eu não tinha nada, o policial me deu um chute e a gente não pode agredir ele, só pode apanhar.*

Na mesma pesquisa, os depoimentos de pais corroboram as observações dos jovens:

Eu tenho 30 anos aqui no morro. Acho que as UPP têm que sair, porque está demais. Não respeita ninguém, até tiro semana passada eles deram, eles não queriam saber nem se tinha criança e ninguém. Sorte que bateu na birosca da moça, e o polícia foi esperto, pegou a cápsula da bala e desceu correndo. Isso que a gente chega em cima do major e ele não resolve. Aí, a gente pega pedra e pau e taca em cima deles, a gente é abusado. Não é, é que eles batem também, eles têm que apanhar. (Grupo focal, pais).

Nada disso sai no jornal? Até o tiro que eles dão eles pegam a cápsula e leva. Quando os repórteres sobem no morro e o capitão já conversa com eles por ali. Não pode ter pagode, você quer fazer uma festa e não pode, eles mandam abaixar o som. Eles entram na festa armado e manda parar tudo. (Grupo focal, pais).

Na Pesquisa base para este artigo, também são vários os depoimentos destacando críticas ao comportamento da polícia, que se materializa tanto por violências nas abordagens quanto no abuso de poder, desrespeitando códigos de vida das comunidades:

Aí o cara que vai para a comunidade para oferecer segurança está debochando da cara do morador e querendo esculachar o morador, por isso que eu achava que quando tinha a bandidagem era bem melhor. (Grupo focal, jovens).

[...] depois de tantos anos, você convivendo com o risco em sua comunidade, o risco do tráfico, você acaba se habituando a certas regras, a certos cotidianos. E, de repente, essa mudança é radical, é bruta... Até onde isso



é bom ou ruim? Sem fazer apologia ao crime, quando havia o poder paralelo dentro da comunidade, quando acontecia qualquer problema, tipo furto... essas coisas, você sabia a quem recorrer e você sabia que seu produto ia ser recuperado... Hoje, com a UPP, aí você chega para reclamar. Faz um registro de ocorrência e ninguém está nem aí. Parece que estão aí para dar uma resposta social. Mas, aqui dentro, a gente vê a grande dificuldade que é. Eles abusam do poder que têm, achando-se superiores a tudo. Pedem pra você se identificar. Nasci e fui criado aqui e, ainda que não fosse, é o direito de ir e vir.

Eles precisam aprender a abordar os jovens, porque eles batem de frente mesmo [...]. O problema é bem isso. Polícia permanente no morro. Ninguém tinha esse hábito. Forçaram sem diálogo. (Grupo focal, jovens)

A Pesquisa nos sugere que os jovens residentes em favelas, por suas histórias de vitimização, por convivência cotidiana com distintos tipos violências, e principalmente pela participação da polícia nestas, e por sua distância e tratamento discriminatório não desconstroem o sentido de insegurança, de não cidadania com a chegada da Lei, via a UPP, que não necessariamente se lhes configura como uma nova polícia.

Segundo a percepção dos jovens, em particular pelo histórico de indiferença do Estado, se a favela é referida como a nossa comunidade, o governo e a nação são estranhos, são o outro.

Cidadania requer reconhecimento de ter direitos, inclusive o de pleiteá-los, ter a quem se queixar e exigir cumprimento de leis. Não é este o substrato material e simbólico que caracteriza a percepção dos jovens. Se a polícia, o Estado são o outro, ganha sentido de porto, a comunidade, como mais se explora na seção seguinte.

2.3. PERCEPÇÕES SOBRE A COMUNIDADE

Explora-se na Pesquisa uma série de questões que indicam como os jovens percebem a comunidade de residência, seu sentido de pertença, apreciação sobre serviços e um tema estratégico para essa geração, o lugar onde eles são sujeitos, aqueles que organizam suas formas de diversão, festas e atividades lúdicas.

É expressiva a proporção de jovens que declaram que não têm vontade de mudar da comunidade, sugerindo sentido de pertença. Esses se destacam entre os jovens de sexo masculino e os das 'classes' D e E, contudo, também são muitos nas demais categorias identitárias. Mas não é para desprezar o contingente que sim, tem vontade de mudar da comunidade (quase um terço). Com maior visibilidade entre esses, as mulheres, os mais velhos e os de famílias



enquadradas como de ‘classe B’ (34%; 34% e 36% respectivamente). (Ver Tabela 8). Mas é entre os mais escolarizados que é maior a expressão dos que gostariam de se mudar: 40% entre os jovens de curso médio completo ou cursando o superior; enquanto entre aqueles com fundamental incompleto a proporção é bem menor, 20% (ver Tabela 9). Já o efeito renda familiar se alinha ao encontrado quando se discute a relação entre ‘classe’ e vontade de mudar da comunidade, ou seja, é um pouco mais alta a proporção dos que gostariam de se mudar entre os que estão em família com mais de 2 salários mínimos de renda familiar, 31%, comparados aos outros coortes por renda, por exemplo, 24% dos jovens em famílias com menos de um salário mínimo de renda familiar estariam nesse grupo (Tabela 9).

Tabela 8 - Distribuição dos jovens (15-29 anos), em territórios com UPPs, segundo a vontade de mudar-se ou não da comunidade, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’, Rio de Janeiro – 2011.

VONTADE DE MUDAR OU NÃO DA COMUNIDADE	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
Sim	29%	23%	34%	26%	27%	34%	36%	29%	24%
Não	70%	76%	65%	73%	72%	66%	63%	70%	75%
Não sabe/Não respondeu	1%	1%	1%	2%	1%	0%	1%	1%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades –(Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/BID 2011.

(*) ‘classe social’ segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Nota 7.

P. “Atualmente, você gostaria ou não gostaria de mudar desta comunidade?”

Tabela 9 - Distribuição dos jovens (15-29 anos), nos territórios com UPPs segundo a vontade de mudar-se ou não da comunidade, considerando escolaridade e renda familiar, Rio de Janeiro – 2011.

VONTADE DE MUDAR OU NÃO DA COMUNIDADE	TOTAL	ESCOLARIDADE				RENDA FAMILIAR		
		Até 4ª Série	5ª a 8ª Série	Médio Incompleto	Médio Completo + Superior	Menos de 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos
Bases	(700)	(148)	(215)	(173)	(164)	(167)	(347)	(127)
Sim	29%	20%	30%	25%	40%	24%	31%	31%
Não	70%	80%	68%	74%	60%	75%	68%	67%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/BID 2011.



P. “Atualmente, você gostaria ou não gostaria de mudar desta comunidade?”

Um valor caro aos jovens é a liberdade de ir e vir, o que mais modela o conceito de comunidade, por apropriação do espaço. A tabela 10 sugere que os entrevistados não tendem a críticas, já que 57% consideram como ótimo ou boa a possibilidade de circulação pela comunidade.

Mas é significativa também a proporção de jovens que avaliam como regular tal possibilidade (30%), assim como não há que desprezar o fato de que 12% selecionaram a alternativa “ruim ou péssima” quando lhes foi perguntado como avaliavam tal dimensão.

Note-se que nas exposições de motivos sobre a importância do Programa UPPs, as autoridades costumam frisar que com a presença do Estado nas favelas se estaria possibilitando os moradores circularem sem medo, o que no caso dos jovens, não parece ser tão privilegiado.

Tabela 10 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs segundo avaliações sobre possibilidade de circulação pela comunidade, considerando sexo/gênero, idade e ‘classe social’, Rio de Janeiro – 2011.

AVALIAÇÕES SOBRE POSSIBILIDADE DE CIRCULAÇÃO PELA COMUNIDADE	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			‘CLASSE SOCIAL’(*)		
		Masculino	Feminino	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(152)
Ótimo	14%	14%	15%	16%	14%	14%	17%	15%	9%
Ótimo e Bom	57%	57%	57%	61%	57%	54%	62%	58%	49%
Regular	30%	29%	31%	29%	29%	34%	28%	28%	38%
Ruim e Péssimo	12%	13%	11%	10%	14%	10%	9%	13%	11%
Não se aplica	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro-coord.) FLACSO/BID 2011.

(*) classe social segundo o critério de classificação econômica Brasil, ver Metodologia.

P.: ‘Agora, para cada serviço da sua comunidade que eu citar, por favor, diga-me se você acha que ele é ...’

Para melhor dimensionar como os jovens se sentem ou não parte de um projeto de nação e a inclusão de suas comunidades em tal projeto, se lhes perguntou sobre eventos que vinham, em 2011, como ainda veem, mobilizando o país, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Indagados sobre ‘como se situam em relação à Copa do Mundo e as Olimpíadas’, mais da metade (64%) afirmam que esses eventos trarão desenvolvimento para o Rio de Janeiro. No entanto, chegam a 15% os que discordam de tal afirmação, e 20% nem concorda e nem discorda.



Mas o sentido de exclusão e de reconhecimento de desigualdades sócioespaciais é claro, uma vez que mais da metade (54%) dos jovens concordam com a expressão de que tais eventos beneficiarão apenas as áreas mais ricas. Os que discordam somam 19% e chegam a 25% os que não concordam nem discordam.

Especificamente, quando o foco é a comunidade, tende-se a alguma polarização, já que um pouco mais de um terço concordam (37%) que as Olimpíadas e a Copa do Mundo trarão desenvolvimento para a comunidade, enquanto um pouco menos de um terço (26%) tende à indiferença, já que não concordam nem discordam, enquanto 35% discordam. (Ver Tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo opinião sobre a Copa do Mundo e as Olimpíadas, Rio de Janeiro – 2011.

ORIENTA-ÇÕES SOBRE AS FRASES ESTÍMULO	“A COPA DO MUNDO E AS OLIMPÍADAS NO BRASIL TRARÃO DESENVOLVIMENTO PARA O RIO”	“A COPA DO MUNDO E AS OLIMPÍADAS NO BRASIL TRARÃO DESENVOLVIMENTO APENAS PARA AS ÁREAS MAIS RICAS”	“A COPA DO MUNDO E AS OLIMPÍADAS NO BRASIL TRARÃO DESENVOLVIMENTO PARA A COMUNIDADE”
Concordo (3)	64%	54%	37%
Nem concordo, nem discordo (2)	20%	25%	26%
Discordo (1)	15%	19%	35%
Não sabe	1%	1%	2%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades –(coord. Abramovay e Castro) FLACSO/BID 2011.

P.: “Agora vou ler algumas afirmações e gostaria de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas.”

Quando a referência é a comunidade, amplia-se o horizonte crítico e proativo dos jovens, considerando que ‘o governo se quisesse mudaria para melhor as condições de vida da comunidade’. Mas se posicionam pela expressão de que ‘cabe à juventude exigir tal querer e alavancar mudanças na comunidade, mas se for unida e exigente’. Desta forma uma cidadania ativa (ver Benevides 1991) é anunciada, aquela em que o sujeito considera que há que conquistar seus direitos por sua união e ação (Segundo a Tabela 12, abaixo, 77% dos jovens concordam com a frase estímulo ‘é possível melhorar a condição de vida nesta comunidade, é só o governo querer’, e proporção próxima também concorda que ‘as coisas aqui na comunidade só mudam se o pessoal jovem se unir e exigir’. Então, se cabe ao governo querer, cabe aos jovens se mobilizar para que mudanças na comunidade ocorram, sugerem as respostas da Tabela 12. Mas se alerta- para a presença de um sentido de “apatia” e desencanto inclusive com a possibilidade dos jovens favelados virem a ser sujeitos de uma outra história:



15% e 19% nem concordam nem discordam das frases estímulos.

Tabela 12 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo opinião sobre mudança na comunidade e papel do governo e da juventude, Rio de Janeiro – 2011.

TIPO DE ORIENTAÇÃO SOBRE A FRASE ESTÍMULO	FRASES ESTÍMULO	
	“É POSSÍVEL MELHORAR A CONDIÇÃO DE VIDA NESTA COMUNIDADE, É SÓ O GOVERNO QUERER”	“AS COISAS AQUI NA COMUNIDADE SÓ MUDAM SE O PESSOAL JOVEM SE UNIR E EXIGIR”
Concordo (3)	77%	70%
Nem concordo, nem discordo (2)	15%	19%
Discordo (1)	7%	11%
Não sabe	0%	1%

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (Abramovay e Castro, coord.) - FLACSO/BID 2011.

P.: ‘Agora vou ler algumas afirmações e gostaria de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma dela.’

3. SEM FINAL, CIDADANIAS POR AINDA CONQUISTAR

No corpo do artigo se destaca cidadanias negadas de vários tipos, por uma população jovem que se caracteriza por exclusões no plano da educação, do trabalho, por convivência com violências, como atores e vítimas e por circulação em territórios de distintas carências quanto a serviços e equipamentos. Era de se esperar o encontrado, a baixa adesão ao que se lhes apresenta como segurança pública, o programa de UPPs, para muitos uma roupa nova para a repressão policial histórica.

Mas nem por isso se lhes codifica como vítimas inertes, sem possibilidades de algum tipo de cidadania ativam ainda que não claro com qual projeto coletivo. São comuns manchetes as manifestações de revoltas nas favelas contra abusos da polícia, assassinatos de moradores da comunidade.

Quando se lhes pergunta na Pesquisa ‘o que propõem como melhoria na comunidade e nas suas vidas’, considerando o elenco de opções sugeridas houve poucas negativas de respostas e a hierarquia de suas seleções bem indicam orientação por melhoras e o desconforto com as violências. Há, portanto consciência de cidadanias negadas e uma sutil afirmação de que têm direitos a uma comunidade/cidade e a serem cidadãos.

Eles e elas propõem principalmente investimentos para que não se tenha na comunidade violência (42%); que se venha a ter escolas profissionalizantes (31%); melhores postos de saúde e lugares de diversão para os jovens (26%); que as casas sejam melhores (25%) e que não haja venda de drogas e bocas

de fumo (24%). Entre 10 a 14% dos jovens indicaram a importância de que as ruas sejam mais bem iluminadas e que haja bailes funk (14% para cada tipo de melhoria); melhor serviços de coleta de lixo e policiamento respeitoso (13% em cada caso); ter mais escola de ensino médio (12%) ter ruas pavimentadas (11%). Já 10% propõem que as UPPs continuem. Mas, nota-se que 6% sugerem que não tenha mais UPPs na comunidade. (Ver Gráfico 12).

Gráfico 12 - Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo o que consideram importante para melhorar a vida na comunidade e na vida deles, Rio de Janeiro – 2011



Fonte: Juventudes em Comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – (coord. Abramovay e Castro)-FLACSO/BID 2011.

P.: ‘O que poderia ser feito, na sua opinião, para melhorar a sua vida e a comunidade?’

Os estudos sobre juventudes insistem na vontade como um fator impulsor de trajetórias juvenis. Para que esses se sintam como atores e atrizes de mudança, quer em nível coletivo, quer em nível pessoal faz mister acreditar em um projeto. ‘Qual?’, perguntaria o coro grego.

Costuma-se alertar de que esses são tempos de desencanto e de descrédito, o que possivelmente mais se aplique a uma população que vem há muito sofrendo injustiças e é vitimizada por diversos tipos de violências, além de estigmatizada, como é o caso da população em áreas de favela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; MACHADO DA SILVA, L. A.; PEREIRA LEITE, M.; FRIDMAN, L.C.; FARIAS, J.; VITAL, C.; ALMENDRA, D e SANTOS MATTOS, C. **Juventudes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): Perfil, expectativas e**



projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro: FLACSO/BID. Não publicado, 2011

ABRAMOVAY, M. (coord.) **Conversando sobre Violência e Convivência nas Escolas**. Rio de Janeiro, FLACSO, OEI, MEC, 2011b.

ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. Garcia (Coords.) ; Sousa (Org.) ; ALVES DE SOUZA, A. N.; SOUZA LIMA, F. e PINHEIRO, L . **Juventude, Juventudes: O que Une e O que Separa**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2006

BENEVIDES, L. G. et. al. **Segurança Pública e Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Direito e Práxis, v. 03, n. 02, 2011.

BENEVIDES, M. V. de M. **A Cidadania Ativa. Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**, Ed Ática, São Paulo, 1991

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. e SILVA, L. B. **Juventudes e Sexualidade**. UNESCO, Brasília, 2004
GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. A Cidadania Negada. Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho. São Paulo, Cortez, 2001.

HOLSTON, James **Cidadania Insurgente. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. Cia das Letras, São Paulo, 2013.

MARSHALL, T., **Citizenship and Social Class**, ed Paper Back, London, 1949.

PEREIRA, L.A.S. **As Recentes Políticas Públicas Nas Favelas Cariocas: Mais Do Mesmo?** Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica: II Semestre 2011. p. 1-13.

SILVA, F.M. **Unidade de Policiamento Pacificadora – UPP: um processo de democratização dos espaços favelados no Rio de Janeiro?** Revista Democracia Viva n. 45 Julho/2010 – IBASE.

SOARES, L.E. **Além do bem e do mal na cidade sitiada**. In Caderno Aliás, Jornal Estado de São Paulo, em 20.11.2011.

VELOSO, F. G.; WERCKMEISTER, A. P. **Unidade de Polícia Pacificadora: Um breve panorama a partir da primeira experiência**. Revista de Estudos Jurídicos, Ano IV- Nº 02 – 2011.



WACQUANT , L **As Duas Faces do Gueto** Ed Boitempo, São Paulo, 2008.

Sites consultados

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora - www.upprj.com/index.php/faq, consultado em 19.4.2014

Blog Action Day 2013 - O que é o Direito à Cidade?
<http://rioonwatch.org.br/?p=7921> consultado em 23.04.2014
www.abep.org.br/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf-consultado em 20.10.2011

<http://www.ibope.com.br/pt-br/ibope/quemsomos/> unidades negocio/Paginas/Ibope-Inteligencia.aspx



7

Homicídios de jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades

Márcia Esteves de CALAZANS

Doutora em Sociologia – UFRGS. Professora no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador – Bahia. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles INCT-CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania UCSAL/CNPq.

* Este trabalho contou com a valorosa colaboração de Paula Melo e Rafael Casais, bolsistas de Iniciação Científica junto ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania UCSAL/CNPq



BSTRACT **RESUMO** ABSTRACT **RESUMO** ABSTRACT

Resumo O presente artigo se propõe analisar as taxas de homicídios em Salvador no período de 2010-2011, partindo dos indicadores apresentados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, considerando as áreas integradas de segurança pública. E, como as transformações das cidades para o século XXI e a nova política de segurança pública através do PRONASCI e PLANESP estão imbricadas. E como a dimensão territorial articula estas relações materializadas nas áreas integradas de segurança pública. Nesse sentido as atividades de representações apontam que os espaços adquirem não apenas qualidades materiais, mas adquirem também valor simbólico. Portanto materialidade, representação e imaginação não são mundos separados. Há um complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades.

Palavras-chave Homicídios, Juventudes, Cidades, Política de Segurança Pública

Abstract This article analyze the homicide rates in Salvador in the 2010-2011, based on the indicators presented by the Secretariat of Public Security of the State of Bahia, considering the integrated public safety areas. And as the transformations of cities to twenty-first century and the new politics of public safety through the PRONASCI and PLANESP are embedded. And as the territorial dimension articulates these relations materialized in integrated public safety areas. In this sense the activities of representations show that the spaces acquire qualities not only materials, but also acquire symbolic value. Therefore materiality, representation and imagination are not worlds apart. There is a complex exchange between the material transformation and cultural symbolism, between the restructuring of seats and the construction of identities.

Keywords Homicide, Youth, Cities, Politics of Public Safety



É indiscutível a centralidade e relevância da questão da violência e segurança pública no Brasil contemporâneo. Ainda que os homicídios não expressem a criminalidade urbana em sua totalidade, apontam significativos contornos desta. Os números são elevados, os jovens, sobretudo, são atores principais, ou seja, atingem uma categoria bem definida – jovens negros – e localizam-se em determinadas áreas integradas de segurança pública. Ou seja, ao mesmo tempo em que dão visibilidade à desigualdade no que diz respeito ao acesso desta população a serviços, também o fazem quanto à forma como a violência é distribuída na metrópole e como a política pública de segurança intervém no território. Se por um lado a violência letal aponta uma categoria social bem definida, levando ao risco de uma associação à imagem da periferia, por outro é importante pensarmos que se trata de uma temática urbana, da vida nas cidades, como a garantia de direitos fundamentais, o acesso a serviços tais como saúde, educação, saneamento, cultura, esporte e lazer.

Em recente estudo, Waiselfisz (2013) aponta que as causas externas na população jovem são responsáveis por 73,6% das mortes. Em alguns Estados como Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e no Distrito Federal, mais da metade das mortes de jovens foi provocada por homicídio. Além dessas mortes, acidentes de transporte são responsáveis por mais 19,3% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,9%.

Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase dois terços (62,8%) das mortes dos jovens brasileiros. Segundo o autor, o jovem do Norte e Nordeste do país colocase em proporções bem mais elevadas, não somente por causas externas, mas também por causas naturais, o que pode evidenciar o acesso e precariedade do sistema de saúde nesta região. Respectivamente, são 77 e 23% na população jovem, ficando os homicídios com 50,7% na morte por causas externas.

Conforme o autor, esse diferencial nos ritmos de evolução da mortalidade indica a existência de processos diversos. Isso se deve ao fato de as características da mortalidade juvenil não terem permanecido congeladas ao longo do tempo, mas mudado radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar “novos padrões da mortalidade juvenil”. Esse novo padrão evidencia a morte por causas externas e o maior responsável são os homicídios.

A Bahia está entre os cinco Estados que mais sofreram com o aumento da violência na década, sendo um dos que apresentou as mais altas taxas de homicídios, com 195% – entre os anos 2000 e 2010.

Reconhecendo a centralidade desta temática no cenário atual, o presente artigo se propõe a analisar o significado das novas políticas públicas de segurança centradas na questão do



território, a partir dos primeiros resultados de uma pesquisa em curso na cidade de Salvador: *Organização Social do Território: Homicídios de Jovens em Salvador*.

Refletir, sobretudo, em que medida os novos padrões da mortalidade juvenil, que vêm se desenhando em Salvador, têm sido impactados pelas novas políticas públicas de segurança.

Assim, este capítulo se propõe analisar as taxas de homicídios em Salvador no período de 2010-2011, partindo dos indicadores apresentados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, considerando as áreas integradas de segurança pública.

Na Portaria nº 184, de 21 de março de 2007, o secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia fixa as áreas integradas de Segurança Pública para atuação das unidades operacionais da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Considerando a necessidade de dar consecução aos trabalhos de integração operacional entre os órgãos que compõem o Sistema Estadual da Segurança Pública; Considerando que o aumento e migração populacional geram problemas de ordem estratégicas, táticas e operacionais; Considerando que o geoprocessamento dará maior visibilidade ao processo de integração entre os órgãos e em consequência melhores resultados; Considerando que o controle da violência e da criminalidade por meio da soma de esforços, prescinde de atuação planejada e integrada; Considerando a deliberação de ampliar a eficiência policial; Considerando a necessidade de se reduzir a criminalidade, em todas as suas formas. R E S O L V E:
I – Fixar (21) vinte e uma Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) na cidade do Salvador, que serão compostas pelas localidades inseridas em cada área e limitadas pelos logradouros abaixo da forma que se segue [...].

A partir de então a cidade passa a ser dividida em áreas integradas de segurança pública (AISP), definindo a inclusão de bairros e delimitando os limites territoriais dessas para as competências da Polícia Civil e da Polícia Militar e é lá onde se materializa a política pública de segurança.

Como em outras metrópoles brasileiras, as taxas de homicídios vêm se mostrando crescentes em determinadas AISP da cidade de Salvador.

Escolhemos as áreas AISP 13 e AISP 16 pelo fato de estas apresentarem no período 2010-2011 taxas elevadas. E considerando que houve alteração na base da metodologia, sobretudo quanto à circunscrição do campo – mas considerando tais alterações – levamos em conta as regiões e bairros que as definiam para 2012. E estas também apresentaram elevação. Em que pese, grosso modo, apresentar redução no cômputo geral das taxas para a cidade e em uma



AISP, não podemos interpretar tais reduções necessariamente como impacto da política pública de segurança e das bases comunitárias de segurança. E, ainda, podemos afirmar que há concentração de homicídios em determinadas áreas integradas de segurança pública, como no caso das AISP em questão.

No entanto, devemos considerar a fragilidade da fonte, pois a Secretaria de Segurança do Estado da Bahia vem, sistematicamente, alterando o desenho das AISP, o que resulta em um “embaralhar as cartas” quando se trata de analisar a evolução dos dados, pois há uma troca sistemática na base da circunscrição, a saber, a circunscrição territorial das áreas integradas e o número correspondente as AISP. Destacamos que no período de 2010-2011 identificam-se como AISP 16 os bairros Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande, mas em 2012 passa a ser o bairro da Pituba⁴⁷.

Portanto, se o leitor consultar a base de dados disponibilizada no site da Secretaria de Segurança Pública da Bahia do ano de 2012, deve tomar cuidado e considerar que atualmente a AISP 11 (2012) Tancredo Neves corresponde à antiga AISP 13 (2010-2011). E hoje a AISP 5 (2012) Periperi corresponde à antiga AISP 16 (2010-2011). Desta forma, se utilizarmos a fonte da Secretaria de Segurança Pública sem esta informação (a qual não está no site da mesma, ainda que os dados lá estejam), à primeira vista parecerá que houve significativa redução nas taxas de homicídios dolosos, o que não é verdade. Considerando esta informação, observar no quadro a seguir as AISP 11 (TANCREDO NEVES: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Arenoso, Engomadeira, São Gonçalo, Cabula, Cabula VI, Resgate, Narandiba, Doron, Saboeiro, Pernambués, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia) e AISP 05 (PERIPERI: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia) para o ano de 2012.

Ao observarmos as tabelas da distribuição dos homicídios em Salvador, é possível asseverar que os crimes contra a pessoa estão sobremaneira concentrados na periferia da cidade.

⁴⁷ Importante observar que para os anos de 2010 e 2011 a AISP 13 corresponde a TANCREDO NEVES: Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro. E AISP 16 – PERIPERI: Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande. No novo desenho das AISP para 2012, a AISP 13 – CAJAZEIRAS corresponde a Águas Claras, Cajazeiras II, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras XI, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe e Boca da Mata. Já a AISP 16 – PITUBA: Pituba, Caminho das Árvores e Itaigara.

Vejamos os homicídios dolosos em Salvador, referente ao ano de 2012⁴⁸:

Tabela 1: Homicídios dolosos em 2012

HOMICÍDIOS DOLOSOS 2012																	
	AISP 01	AISP 02	AISP 03	AISP 04	AISP 05	AISP 06	AISP 07	AISP 08	AISP 09	AISP 10	AISP 11	AISP 12	AISP 13	AISP 14	AISP 15	AISP 16	TOTAL
JANEIRO	7	10	9	13	23	4	5	6	9	17	14	16	11	1	0	0	145
FEVEREIRO	5	11	14	10	22	9	1	11	10	24	25	12	19	1	4	1	179
MARÇO	4	15	14	16	18	3	1	8	5	10	20	9	10	1	2	0	136
ABRIL	4	11	14	11	24	2	2	4	6	19	15	15	11	1	1	1	141
MAIO	4	14	10	11	13	5	5	3	0	10	20	13	7	0	1	0	116
JUNHO	4	8	6	10	15	4	3	1	7	1	20	13	7	0	1	0	100
JULHO	2	12	9	13	18	8	2	4	3	6	28	5	13	1	1	1	126
AGOSTO	8	10	8	11	24	11	0	3	3	9	14	16	12	0	2	0	131
SETEMBRO	3	9	10	9	24	8	4	2	7	6	23	11	11	0	5	0	132
OUTUBRO	5	7	10	10	20	2	0	3	4	7	20	13	10	0	3	1	115
NOVEMBRO	3	9	6	13	21	2	1	7	2	15	17	20	5	0	5	1	127
DEZEMBRO	6	11	6	9	21	7	0	5	1	11	20	15	14	1	0	1	128
TOTAL	55	127	116	136	243	65	24	57	57	135	236	158	130	6	25	6	1.576

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

Para 2010 e 2011 podemos observar as AISPs 13 (Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro, Resgat) e AISP 16 (Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande), pois, conforme referido, nestas circunscrições a delimitação territorial compreende os mesmos bairros. Optamos trabalhar com 2010-2011 tendo em vista que há maior qualidade corresponde ano/espaco territorial.

⁴⁸ **AISP 1** – BARRIS: Barris, Centro, Canela, Garcia, Centro Histórico, Santo Antônio, Tororó, Nazaré, Saúde, Macaúbas, Barbalho e Baixa de Quintas. **AISP 2** – LIBERDADE: Liberdade, Curuzu, Santa Mônica, Pero Vaz, IAPI, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas, Cidade Nova. **AISP 3** – BOMFIM: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comercio, Santa Luzia. **AISP 4** – SÃO CAETANO: Retiro, Fazenda Grande do Retiro, Bom Juá, São Caetano, Capelinha, Boa vista de São Caetano, Campinhas de Pirajá, Marechal Rondon, Pirajá. **AISP 5** – PERIPERI: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia. **AISP 6** – BROTAS: Brotas, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Candeal, Santo Agostinho, Cosme das Farias, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo. **AISP 7** – RIO VERMELHO: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho. **AISP 8**: Moradas da Lagoa, Valéria, Palestina. **AISP 9** – BOCA DO RIO: Pituaçu, Imbuí, Boca do Rio, STIEP, Jardim Armação, Costa Azul. **AISP 10** – PAU DE LIMA: Castelo Branco, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Vila Canária, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, Trobogy, Vale dos Lagos, São Rafael. **AISP 11** – TANCREDO NEVES: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Arenoso, Engomadeira, São Gonçalo, Cabula, Cabula VI, Resgate, Narandiba, Doron, Saboeiro, Pernambuco, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. **AISP 12** – ITAPUÁ: Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristovão, Mussurunga, Aeroporto, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Bairro da Paz, Patamares. **AISP 13** – CAJAZEIRAS: Águas Claras, Cajazeiras II, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras XI, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Boca da Mata, Jaguaripe I. **AISP 14** – BARRA: Vitória, Graça, Barra. **AISP 15** – NORDESTE AMARALINA: Chapada do Rio Vermelho, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina, Amaralina. **AISP 16** – PITUBA: Caminho das Árvores, Itaigara, Pituba.

HOMICÍDIOS DOLOSOS EM SALVADOR – 2010⁴⁹

Tabela 2: Homicídios dolosos em 2010

HOMICÍDIOS DOLOSOS 2010																	
	AISP 1	AISP 2	AISP 3	AISP 4	AISP 5	AISP 6	AISP 7	AISP 8	AISP 10	AISP 12	AISP 13	AISP 16	AISP 17	AISP 18	AISP 19	AISP 20	TOTAL
JANEIRO	1	7	4	7	8	6	11	0	8	6	23	30	13	10	11	10	155
FEVEREIRO	1	2	3	11	0	1	14	0	10	2	17	21	21	13	5	4	125
MARÇO	1	1	4	13	14	8	20	0	26	4	10	29	12	13	11	12	178
ABRIL	0	2	5	10	2	0	11	1	15	1	15	27	13	15	8	11	136
MAIO	0	2	1	13	4	6	14	1	16	7	20	27	25	15	10	10	171
JUNHO	1	4	3	8	7	6	8	0	13	8	20	26	6	14	14	14	152
JULHO	0	0	1	8	12	5	2	2	10	7	18	17	21	8	7	4	122
AGOSTO	0	3	3	12	5	4	12	0	14	4	5	7	14	4	12	3	102
SETEMBRO	0	2	4	7	6	4	7	1	9	3	12	13	11	14	6	7	106
OUTUBRO	0	0	4	7	7	7	5	0	13	4	12	11	11	13	8	6	108
NOVEMBRO	2	6	4	7	5	4	10	1	9	5	13	18	10	15	6	12	127
DEZEMBRO	1	3	4	2	10	6	9	1	15	4	18	25	13	19	7	20	157
TOTAL	7	32	40	105	80	57	123	7	158	55	183	251	170	153	105	113	1639

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

⁴⁹ **AISP 1** – BARRA: Barra, Graça e Vitória. **AISP 2** – BARRIS: Barris, Canela, Garcia, Centro, Centro Histórico, Santo Antônio, Barbalho, Baixa de Quintas, Macaúbas, Saúde, Nazaré e Tororó. **AISP 3** – RIO VERMELHO: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina. **AISP 4** – BOMFIM: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comércio, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. **AISP 5** – BROTAS: Santo Agostinho, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo, Cosme de Farias, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Brotas e Candeal. **AISP 7** – LIBERDADE: Liberdade, Curuzú, Santa Mônica, Pero Vaz, IAPI, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas e Cidade Nova. **AISP 8** – PITUBA: Pituba, Caminho das Árvores e Itaigara. **AISP 10** – SÃO CAETANO: Pirajá, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, São Caetano, Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro e Retiro. **AISP 12** – BOCA DO RIO: Costa Azul, STIEP, Jardim Armação, Boca do Rio, Imbui, Pituauçu. **AISP 13** – TANCREDO NEVES: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, São Gonçalo, Engomadeira, Arenoso, Cabula VI, Cabula, Resgate, Saboeiro, Doron, Narandiba, Pernambuco, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. **AISP 16** – PERIPERI: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alta da Terezinha, Itacarânia, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. **AISP 17** – CIA: Moradas da Lagoa, Valéria e Palestina. **AISP 18** – PAU DA LIMA: Castelo Branco, Vila Canaria, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, São Rafael, Vale dos Lagos, Trobogy. **AISP 19** – CAJAZEIRAS: Águas Claras, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras II, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras IX, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe I, Boca da Mata. **AISP 20** – ITAPUÁ: Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristóvão, Mussurunga, Aeroporto, Bairro da Paz, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Patamares.

HOMICÍDIOS DOLOSOS EM SALVADOR – 2011⁵⁰:

Tabela 3: Homicídios dolosos em Salvador – 2011

HOMICÍDIOS DOLOSOS 2011																	
	AISP 1	AISP 2	AISP 3	AISP 4	AISP 5	AISP 6	AISP 7	AISP 8	AISP 10	AISP 12	AISP 13	AISP 16	AISP 17	AISP 18	AISP 19	AISP 20	TOTAL
JANEIRO	4	1	3	7	8	5	12	1	15	4	11	19	15	10	7	11	133
FEVEREIRO	1	4	2	9	6	7	10	2	15	1	13	17	12	17	11	10	137
MARÇO	0	1	7	15	3	3	15	0	13	6	13	10	12	11	5	8	122
ABRIL	0	3	0	5	10	2	12	1	10	5	17	28	6	14	6	16	135
MAIO	3	2	5	9	4	0	10	0	11	2	30	27	10	8	8	9	138
JUNHO	0	2	4	7	6	1	9	0	9	2	20	22	5	18	6	15	126
JULHO	1	6	6	8	5	2	10	3	10	1	18	16	5	16	12	14	133
AGOSTO	3	3	3	6	4	5	6	0	16	4	28	16	10	15	9	4	132
SETEMBRO	0	2	1	5	3	0	6	1	10	4	13	18	15	19	9	12	118
OUTUBRO	0	4	4	7	1	0	9	1	20	12	16	14	9	10	11	6	124
NOVEMBRO	0	7	2	5	2	2	8	0	14	2	17	12	9	20	10	6	116
DEZEMBRO	1	1	2	10	5	2	14	1	12	4	10	6	12	14	6	10	110
TOTAL	13	36	39	93	57	29	121	10	155	47	206	205	120	172	100	121	1524

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública da Bahia

CONSIDERAÇÕES SOBRE 2010 E 2011

A AISP 13 (Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro, Resgat), nos anos de 2010-2011 teve um aumento de 58 homicídios, e a AISP 16 (Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande) uma redução de 46 mortes por homicídio.

⁵⁰ **AISP 1** – BARRA: Barra, Graça e Vitória. **AISP 2** – BARRIS: Barris, Canela, Garcia, Centro, Centro Histórico, Santo Antônio, Barbalho, Baixa de Quintas, Macaúbas, Saúde, Nazaré e Tororó. **AISP 3** – RIO VERMELHO: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina. **AISP 4** – BOMFIM: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comércio, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. **AISP 5** – BROTAS: Santo Agostinho, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo, Cosme de Farias, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Brotas e Candéal. **AISP 7** – LIBERDADE: Liberdade, Curuzú, Santa Mônica, Pero Vaz, IAPI, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas e Cidade Nova. **AISP 8** – PITUBA: Pituba, Caminho das Árvores e Itaigara. **AISP 10** – SÃO CAETANO: Pirajá, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, São Caetano, Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro e Retiro. **AISP 12** – BOCA DO RIO: Costa Azul, STIEP, Jardim Armação, Boca do Rio, Imbui, Pituauá. **AISP 13** – TANCREDO NEVES: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, São Gonçalo, Engomadeira, Arenoso, Cabula VI, Cabula, Resgate, Saboeiro, Doron, Narandiba, Pernambues, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. **AISP 16** – PERIPERI: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alta da Terezinha, Itacarânia, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. **AISP 17** – CIA: Moradas da Lagoa, Valéria e Palestina. **AISP 18** – PAU DA LIMA: Castelo Branco, Vila Canária, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, São Rafael, Vale dos Lagos, Trobogy. **AISP 19** – CAJAZEIRAS: Águas Claras, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras II, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras IX, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe I, Boca da Mata. **AISP 20** – ITAPUÁ: Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristóvão, Mussurunga, Aeroporto, Bairro da Paz, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Patamares.



Em que pese a redução na AISP 16, a primeira hipótese alternativa que surge é que essa evolução poderia simplesmente acompanhar a tendência geral na cidade que apresenta redução. Isto é, se a violência letal estiver caindo na cidade, a redução dos homicídios nas AISP seria também esperada na ausência do programa e, portanto, não poderia ser atribuída a ele. Para poder concluir pelo impacto positivo de uma política pública, seria preciso evidenciar uma queda nas AISP e nas bases comunitárias superior à obtida na população em geral.

Considerando as alterações das AISP observamos que de 2010 a 2012, nessas localidades, as taxas de homicídios vêm aumentando. A AISP 13, de 2011 para 2012, teve um aumento de 30 mortes por homicídio doloso, e a AISP 16 um aumento de 38 mortes por homicídio doloso.

Portanto, ampliando a análise dos dados apresentados e considerando que a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia altera os territórios e as circunscrições das AISP, verificamos um aumento do número de homicídios nos territórios onde se situam os bairros considerados populares em contraponto aos espaços elitizados como, por exemplo, os bairros Caminho das Árvores e Graça. Localidades onde há maior densidade demográfica naturalmente tendem a sofrer com a abstenção do Estado, demonstrada na ausência de serviços básicos como direito à educação de qualidade, acessibilidade, habitação, segurança, etc. Essa população, não obstante os problemas popularmente conhecidos, é submetida a um processo de estigmatização, marginalização e criminalização através dos mais variados mecanismos de poder impostos muitas vezes por uma cultura do medo, que centraliza discursos discriminatórios, materializando a exclusão social.

Através das tabelas apresentadas percebemos a concentração de homicídios no subúrbio ferroviário. Distante do centro, essa zona, composta pelos bairros de Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena e Praia Grande, sofre com o processo de periferização, comum às cidades que se projetam como grandes centros urbanos. Esses bairros estão localizados nas extremidades da zona urbana, numa tentativa de distanciar suas realidades e problemáticas do modelo civilizatório, marcado pela especulação imobiliária que atua a serviço do neoliberalismo e da lógica do capital.

A taxa de homicídios em Salvador leva-nos à hipótese de que a ausência de garantia dos direitos fundamentais propicia um cenário favorável às novas modalidades de relações sociais engendradas em um contexto de precariedade material e submissão simbólica. E uma vez que a política pública de segurança se materializa nas áreas integradas de segurança pública, podemos afirmar que ela não alcança o processo de desigualdade social, tampouco tem produzido impacto positivo na taxa de homicídios nesses territórios.



O Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil, segundo Waiselfisz (2013), cujos dados dialogam com informações coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde que seguem as orientações da Organização Mundial de Saúde quanto à forma de mensurar e ranquear os diversos países, Estados e municípios, tem como aceitável a taxa de dez mortes para cada cem mil habitantes.

As informações presentes colocam-nos em alerta uma vez que podemos observar que os dados de violência letal têm atingido majoritariamente homens, jovens, negros, pouca escolaridade e que vivem, em sua maioria, nas zonas periféricas de áreas integradas de segurança pública. E mais, observamos uma tendência de queda no número absoluto de homicídios na população branca e de aumento no número da população negra, compartilhada entre a população geral e a população jovem.

Entre 2002 e 2010 há uma evolução do número de homicídios no Brasil, passando de 45.997 casos para 49.203, em 2010, e as informações da raça/cor desses casos é, respectivamente, 41% branca e 58,6% negra (2002) e 28,5% branca e 71,1% negra, o que confirma a tendência já sinalizada anteriormente.

Observando os dados da Bahia no mapa da Violência 2012, constatamos que a cor e os índices dos homicídios no Brasil, em 2010, são os seguintes: 361 (branca) e 5.069 (negra), o que corresponde, respectivamente, a uma taxa de 11,7 e 47,3% da população branca e negra, que no Estado da Bahia relaciona-se a 22 e 78%. Isso demonstra o processo de desigualdade o qual a política pública de segurança não alcança, tampouco tem produzido impacto positivo nessas taxas. O poder estatal que deveria por atribuição do soberano – o povo – garantir os direitos fundamentais resguardados pela Constituição se expressa nesse campo de ação problemático com intervenções, na maioria das vezes, centradas na coerção, visando a estabelecer apenas os limites necessários à manutenção de sua legitimidade e confinamento desses atores em zonas periféricas de fácil manipulação. Segundo Costa, o Estado dribla suas responsabilidades concernentes à criminalidade, utilizando de discursos em que são relacionados intrinsecamente pobreza (causa) e criminalidade (efeito). Dessa forma, ainda segundo o autor, na estrutura urbanística da cidade, essas contradições são evidenciadas pela: (1) lógica das áreas homogêneas, explicitadas pela segregação evidente no espaço urbano da cidade, e (2) pela ausência de operações públicas municipais de urbanização (COSTA, 2004).



A CIDADE E A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA

Esta seção se propõe a analisar como as transformações das cidades para o século XXI e a nova política de segurança pública através do Pronasci e Planesp⁵¹ estão imbricadas. E, ainda, como a dimensão territorial articula essas relações materializadas nas áreas integradas de segurança pública.

Na virada do século assistimos a mudanças impulsionadas pelo fenômeno da globalização. Nos resultados iniciais desta pesquisa percebemos que a classe, idade, sexo, cor e a raça dos sujeitos estão imbricados na produção das taxas de homicídios e têm articulação direta com o território em questão. E tais territórios, AISP, sofrem intervenções espaciais distintas da própria política pública de segurança, assim essas áreas têm seus controles radicalmente separados e se encontram opostos uns aos outros. Esta oposição dá-se como uma fratura que assume a forma de antagonismo social, assim os defeitos estruturais do sistema de metabolismo social do capital, manifestam-se de várias formas. Dito de outra forma, como um instrumento da modernidade, as chamadas “cidades-modelo” são representativas da coerção estatal, trazendo consigo a burocracia e a racionalidade instrumental características do modo de produção capitalista, funcionando como um modelizador da subjetivação, enquanto dispositivo estratégico de um discurso dominante ocupa-se da sujeição subjetiva das próprias pessoas que a compõem, no intuito de prepará-las para o novo século XXI. E isso nos leva a refletir em que medida os novos padrões de mortalidade juvenil estão imbricados com a produção das novas cidades.

As chamadas “cidades-modelo” são imagens de marca construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades. A partir de alguns centros de decisão e comunicação que, em variados fluxos e interações, parecem conformar um campo político de alcance global, os atores que participam desse campo realizam as leituras das cidades e constroem as imagens, tornadas dominantes mediante estratégias discursivas, meios e instrumentos para sua difusão e legitimação em variadas escalas. (Sánchez, 2001, p. 31).

Ainda segundo a autora, quando tomadas isoladamente, as imagens das “cidades-modelo” parecem, para o senso comum, apresentar dito estatuto de “modelos” como resultado apenas do desempenho dos governos das cidades que, através de “boas práticas”, conseguiram destacar-se na ação urbanística, ambiental ou nas práticas de gestão das cidades.

⁵¹ PRONASCI: Programa Nacional de Segurança com Cidadania; PLANESP: Plano Estadual de Segurança Pública.



Essa aparência constrói a representação do processo de transformação de determinados projetos de cidade em “modelos”, como processo que se dá de dentro para fora, como se fosse construído apenas e essencialmente a partir da ação local dos governos e cidadãos e, posteriormente, descoberto por agentes externos, difundido em outros âmbitos e escalas. E assim tem sido na esfera da política pública de segurança em que seus programas, sobretudo o Pronasci tem obtido reconhecimento por organismos internacionais nas avaliações das “boas práticas” – pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em que pesem as altas taxas de homicídios presentes em determinados territórios urbanos, observamos que, no contexto da reinvenção das cidades em “cidades-modelos”, destinou-se a esses espaços principalmente a intervenção da política de segurança pública, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

O Pronasci foi instituído em outubro de 2007 e começou a ser implementado em 2008, é recém-nascido. Seu objetivo é articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. O principal impacto esperado com o Pronasci é a redução da violência letal no país. E tem quatro focos prioritários. O primeiro foco é o etário: jovens de 15 a 24 anos; segundo foco é o social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; terceiro foco é o territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos, e o quarto foco é o repressivo: combate ao crime organizado.

O impacto da inclusão de intervenções na dimensão espacial, através dos programas locais no interior do Pronasci, traduz e dá visibilidade às ações do urbanismo contemporâneo nas políticas de segurança pública. Já é conhecida a intervenção espacial e política pública de segurança em determinados territórios, pois, em certa medida, podemos observar nos projetos de requalificação urbana nos anos 1970, por exemplo, os quais tratavam de estratégias de gentrificação, o chamado Projeto Renascença. E mesmo nas décadas de 1990/2000 observamos intervenções deste tipo em algumas cidades impulsionadas pela especulação imobiliária. Nesse sentido não há uma linearidade, o que temos observado no país são diferentes lógicas de intervenções na dimensão espacial, com a política pública de segurança. Cabe ressaltar que é no segundo governo Lula que o uso racional dos conceitos típicos de intervenção na dimensão espacial coloca-se como indissociável à estruturação de novos contornos para a política pública de segurança e reafirma e oficializa a inclusão da



dimensão espacial na Política Nacional de Segurança Pública, através dos Programas Locais (Território de Paz; Integração do Jovem e da Família; Segurança e Convivência), os quais se materializam nas AISP e nas Bases Comunitárias de Segurança, e das ações estruturais: modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários; enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado, sobre a vitimização e letalidades policiais. As bases comunitárias de segurança pública podemos dizer que estão imiscuídas entre os Programas Locais e Ações Estruturais.

Segundo Dias, Silva e Cordeiro (2011), na Bahia o Pronasci, enquanto nova forma de tratar a segurança pública, se dá, primeiramente, com a eleição do então governador Jacques Wagner (PT) em 2007, a criação do Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP 2008-2011) e, posteriormente, com o lançamento do Programa Pacto pela Vida em 2011 (que irá reverberar nas mais diversas ações). Ainda segundo os autores, o Planesp “apresenta a política de segurança pública do atual governo, consolidando suas diretrizes e principais ações até 2011, que já vêm sendo implantadas desde o início desta gestão” (PLANESP, 2008, p. 2).

Assim, a estratégia definida no programa nacional de segurança cidadã para se combater a violência se faz presente no Estado da Bahia através do Plano Estadual de Segurança Pública:

[...] Implementação de ações preventivas intra e interinstitucionais e ações repressivas, que considera também as diretrizes do Governo Federal através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, reveladas, neste plano, em duas diretrizes: Modernização do Sistema de Segurança Pública e valorização do servidor policial e redução da violência e da insegurança. (PLANESP, 2008, p. 2).

O Pacto pela Vida faz a interlocução do Programa Nacional de Segurança Cidadã e o Plano Estadual de Segurança Pública.

Conforme Dias, Silva e Cordeiro (2011), o Pacto pela Vida é um Programa de Estado lançado, oficialmente, em seis de junho de 2011, pelo governo da Bahia, inserindo-se em um pacote de ações na área da Segurança Pública, “que envolve a articulação entre sociedade, Ministério Público, Defensoria Pública e poderes Judiciário, Legislativo e Executivo Estadual, Federal e Municipais” (SECOM, 2011).

A liderança do Pacto “é feita diretamente pelo governador da Bahia, que dirigirá esforços de 13 Secretarias de Estado, com o objetivo principal de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida e



contra o patrimônio” (PACTO PELA VIDA, 2011, p. 2). E este se materializa através das AISP.

O Programa persegue os princípios do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Pronasci e, ainda, as resoluções das conferências estaduais.

Portanto, é nas AISP que se materializa a política pública de segurança, é onde serão realizados os projetos e ações do Programa como: prevenção social; ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas; meritocracia para as polícias e, finalmente, as Bases Comunitárias de Segurança. Ou seja, as AISP são o aspecto mais visível da política de segurança pública nacional e estadual. E agregam-se a essas intervenções na dimensão espacial, a saber: as bases comunitárias de segurança pública. Portanto, como dito anteriormente a recente política, possui conotação espacial, não se coloca como novo.

Conforme prescrito pela Política Pública de Segurança, a base comunitária de segurança tem como representação um equipamento de policiamento comunitário, cuja função dentro da política pública de segurança é promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, visando à integração das instituições de segurança pública com a comunidade local, além de reduzir os índices de violência e criminalidade.

Na Bahia, já foram instaladas seis, a saber: Base Comunitária de Segurança do Calabar (27/04/11), Bases Comunitárias de Segurança do Complexo de Amaralina: Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas (27/09/11); Base Comunitária de Segurança de Fazenda Coutos (16/01/12); Base Comunitária de Segurança de Itinga (Lauro de Freitas) (15/08/12). Mas se os indicadores estão apontando o crescimento do índice de violência letal nas áreas estudadas, sugere que tais programas e política não estão se mostrando suficientes. E por não serem suficientes trazem ainda novos elementos, pois o processo de produção do espaço social é objetivo e subjetivo e as novas cidades-modelos têm priorizado a reorganização territorial. Segundo Sánchez (2001), como parte da racionalidade do capitalismo, potencializador desta reorganização territorial, com vistas à eficiência econômica –, introduz formas modernas de dominação. E, assim, a dimensão espacial ganha forma de representação de imagens adequadas, o que corrobora para percebermos a importância que tem adquirido a dimensão espacial através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania no contexto das “novas cidades”, a *city marketing* enquanto ferramenta de política pública.

Portanto, pensar as taxas de homicídios nas áreas integradas de segurança pública, sobretudo o crescimento destas taxas e quem está sob o risco maior de compor tais estatísticas, nos leva a pensar que as intervenções na dimensão



espacial realizadas pela política pública de segurança compõe a eloquente oratória dos atores hegemônicos (agências multilaterais) ao que vem a ser um “governo mundial” e favorece a realização dos imperativos do capital.

Como afirma Sánchez:

Trata-se de uma retórica persuasiva que, em sua vertente urbana, configura uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas para ações e programas, em uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades. Como instrumento de consolidação dessa agenda urbana, são desenvolvidas políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade. Esses projetos são difundidos como emblemas da época presente. Sua imagem publicitária são as chamadas “cidades-modelo” e seus pontos de irradiação coincidem com as instâncias políticas de produção de discursos: governos locais em associação com as mídias; instituições supranacionais, como a Comunidade Europeia e agências multilaterais. (2001, p. 32).

Desta forma, assistimos a um fenômeno recente (Sánchez, 2001), que é a transformação das cidades em mercadorias, o que aponta que a mercantilização do espaço alcança outro patamar da realização do capitalismo. Enquanto orientação estratégica está além da importância que a simples venda de parcelas de espaço, uma vez que busca realizar a reorganização da produção subordinada às cidades e aos centros de decisão. E a segurança é um ativo desta escala de valor que evidencia um novo fenômeno do mercado de cidades, que é a produção global do espaço social.

A identificação desses elos políticos entre as agências multilaterais de cooperação e alguns dos principais ideólogos encarregados da difusão do “novo modelo de gestão urbana” (constitutivamente vinculado às representações e práticas da Cidade-mercadoria), permite-nos o entendimento das conexões entre o chamado “pensamento global” e a ideologia neoliberal. (Sánchez, 2001, p. 32).

Segundo a autora (2001, p. 32), a fase atual do capitalismo só se realiza produzindo um novo espaço, pressionado pelas novas exigências da acumulação, mediante suas lógicas e estratégias à escala mundial. Na produção desse espaço operam agentes e interesses combinados em diferentes campos políticos e arranjos territoriais para cada caso. Sujeitos, instituições, práticas e produtos circulam, de maneira relacionada, no âmbito de diferentes mercados, materiais e símbolos. Efetivamente, a análise do mercado de cidades permite identificar a produção, circulação e troca de bens



materiais junto à produção, circulação e troca de imagens, linguagens publicitárias e discursos. Assim, o mercado mundial de cidades é movido e, ao mesmo tempo, movimentando outros mercados, mercado de empresas com interesses localizados, empresas e corporações; mercado imobiliário; mercado de consumo; mercado do turismo; mercado de consultoria em planejamento, e ainda o chamado mercado das boas práticas.

O mercado das chamadas “boas práticas”: as agências multilaterais, sob manifestos objetivos técnicos, têm implícitos interesses político ideológicos na promoção e difusão internacional de imagens de “cidades-modelo”. Mediante a legitimação de “administrações urbanas competentes”, “gestões competitivas” ou “planejamento urbano estratégico”, as agências perseguem a reformatação do campo da administração pública e do Estado. (Sánchez, 2001, p. 34).

Aqui evidencia o valor simbólico do espaço através de atividades de representações. Portanto, é importante compreendermos que os espaços adquirem não apenas qualidades materiais, mas também valor simbólico. Cabe ressaltar que as representações simbólicas têm impacto sobre as avaliações e *rankings* de lugares e determinam parte considerável das escolhas locacionais. Estudos têm apontado a valorização do mercado imobiliário em regiões onde as bases comunitárias e ou as UPPs foram instaladas. Portanto, materialidade, representação e imaginação não são mundos separados. Há um complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades. Desse modo, a cultura é o meio que relaciona a textura da paisagem ao texto social (Sánchez, 2001, p. 35).

Esta seção apresenta os resultados iniciais da pesquisa: *Organização Social do Território: Homicídios de Jovens em Salvador*.

O levantamento realizado através dos boletins de ocorrência confirma que há concentração de homicídios nas regiões citadas na primeira seção deste artigo, sendo esta a periferia, subúrbio da cidade.

A Baixa do Fiscal – região que, segundo o IBGE, pertence ao bairro Calçada – é a localidade que apresenta considerável violência letal na cidade do Salvador. Em 2012, foram registrados oito dos dez homicídios de Calçada. Se considerarmos a população de todo o bairro, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes ao ano (referência utilizada pela ONU para medir a violência) chega a exorbitantes 526 – a média em toda a capital baiana para este ano foi de 65.

Observamos a diferença entre as taxas de homicídios, as mais baixas nos bairros nobres, em contraponto a uma alta



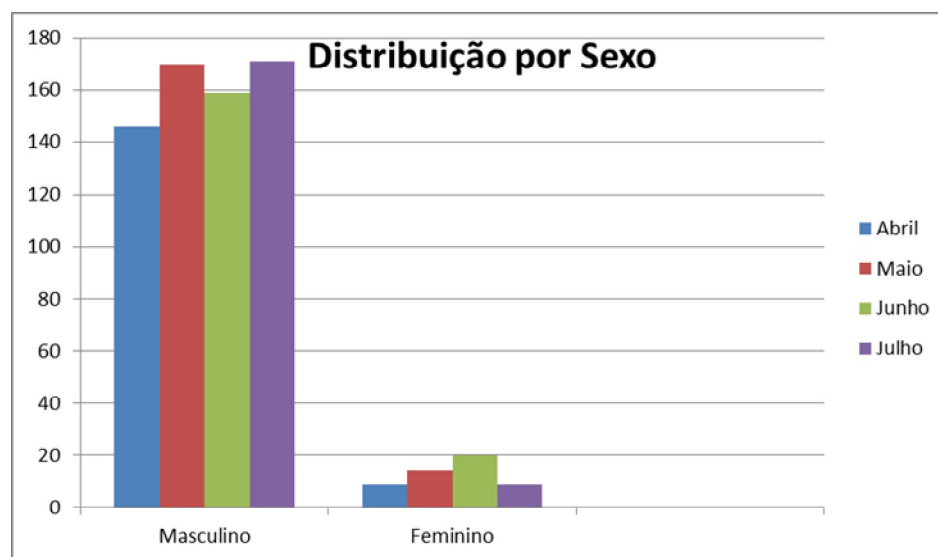
violência na periferia e no subúrbio Ferroviário, onde fica a Baixa do Fiscal.

A 2,5 km dali, o bairro Lobato registrou o maior aumento no número de vítimas da violência. Passou de 11 homicídios na mesma quantidade de dias de 2011 para 22 mortes violentas em 2012, um aumento de 100% com relação ao ano anterior.

Se por um lado as cidades no século XXI, ou as cidades mercadoria, colocam em xeque a cidade democrática, a qual favorece os fluxos sobre os lugares, a privatização em detrimento do espaço público, pensar os homicídios de jovens na cidade de Salvador é reconhecer sobremaneira o divórcio da *urbs* e da *civitas*⁵². Nesta perspectiva, a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras afeta a maneira de ser da sociedade e de uma categoria social, como a juventude. E mais, se a privatização sobrepõe-se ao público, o mercado ao Estado, e se a tendência é que os fluxos sobreponham-se aos lugares produzindo desterritorialização, por outro a política pública de segurança, com suas intervenções na dimensão espacial, sugere um esforço de reterritorialização. Ou seja, as novas conflitualidades e os novos padrões de mortalidade juvenil sugerem que nessas novas cidades, nas cidades mercadorias, coabitam desterritorialização e territorialização.

Apresentamos neste gráfico o levantamento dos Boletins de Ocorrências, correspondente aos meses de abril a julho de 2011, considerando a variável sexo.

Gráfico 1: Homicídios x Sexo



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013.

⁵² Neste sentido ver: Mongin, O. (2009). A condição urbana: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade.



Para os referidos meses abril, maio, junho e julho de 2011, a taxas assim se apresentaram: 155, 184, 179 e 180.

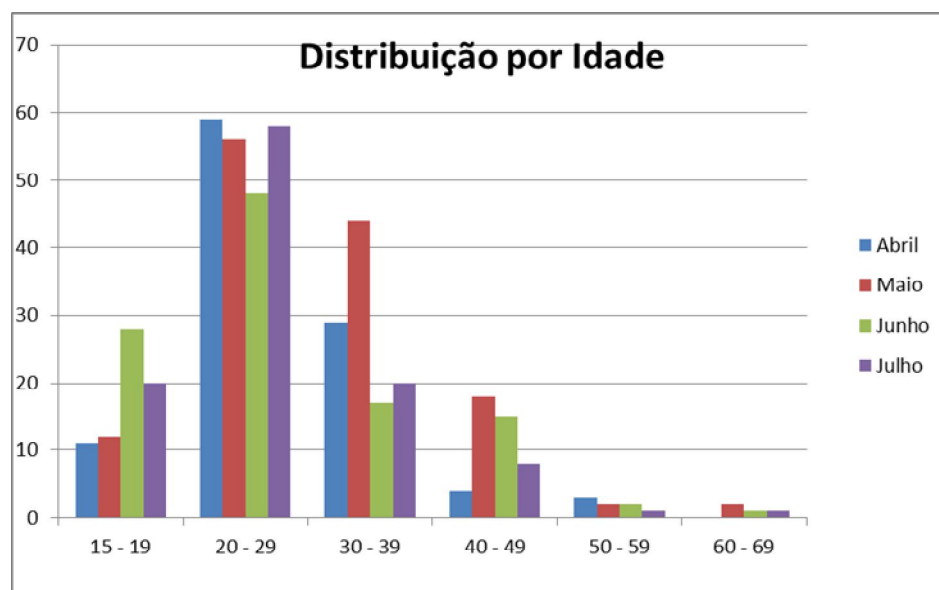
Verificamos que homens são as maiores vítimas de homicídio na cidade de Salvador e região metropolitana. No mês de abril, 146 homens foram mortos, para 9 mulheres no mesmo período. Maio registrou números maiores, com 170 homens e 14 mulheres; junho com 159 homens e 20 mulheres, e julho com 171 homens e 9 mulheres.

A juventude não se representa como uma categoria social apenas pelo atributo de idade; é, também, uma característica sociocultural. O jovem se assemelha a outros pelas condições socioeconômicas em que vive em determinada área de segurança pública, inclusive. Portanto, a juventude é uma categoria social que considera o fator biológico etário, e as condições sociais nas quais vive esse jovem. Neste sentido, os dados alarmantes apresentados ao longo deste trabalho apontam que os homicídios na cidade de Salvador estão colocando em risco determinada categoria social.

Os resultados da pesquisa apontam que a categoria social juventude é a maior vítima de homicídio. Neste sentido, há atributos que conferem maior vulnerabilidade: jovem, homem, negro e determinadas áreas integradas de segurança pública. Em que pesem os boletins de ocorrência não possibilitarem identificar a cor da vítima, a pesquisa de Wiselfisz (2012, 2013) aponta que são os jovens negros as maiores vítimas de homicídios no Brasil.

No gráfico a seguir, sobre homicídios na cidade de Salvador, Bahia, apresentamos os números distribuídos por faixa etária, conforme levantamento realizado em boletins de ocorrência no período de abril a julho de 2011.

Gráfico 2: Homicídios x Idade x Período



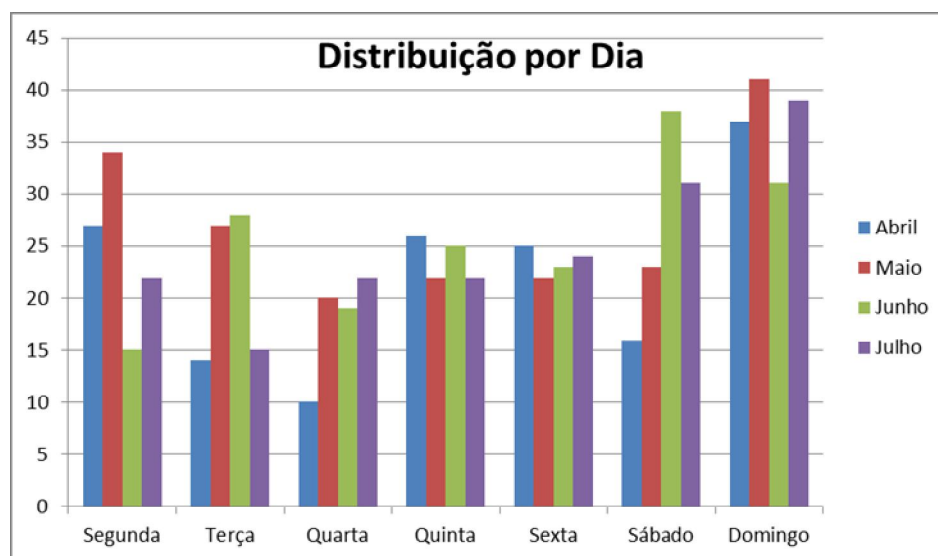
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013.



Com base no levantamento dos boletins de ocorrências, observa-se que jovens entre 20 e 29 anos são as principais vítimas de homicídios, no período considerado. Na cidade, durante o mês de abril, foram 59 mortos; maio registrou 56 óbitos; 48 vítimas em junho e 58 mortes em julho. O gráfico mostra também as outras faixas etárias e os respectivos meses. De certa forma, podemos dizer que no levantamento realizado no mesmo período pelo *Jornal A Tarde* a incidência recai sobre a mesma faixa etária observada nos boletins de ocorrência.

A seguir, apresentamos a distribuição dos dados sobre homicídios, considerando os dias da semana. Mostramos os dias de maior incidência das mortes.

Gráfico 3: Homicídios x dia da semana x mês



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013. Levantamento em boletins de ocorrência; abril a julho de 2011.

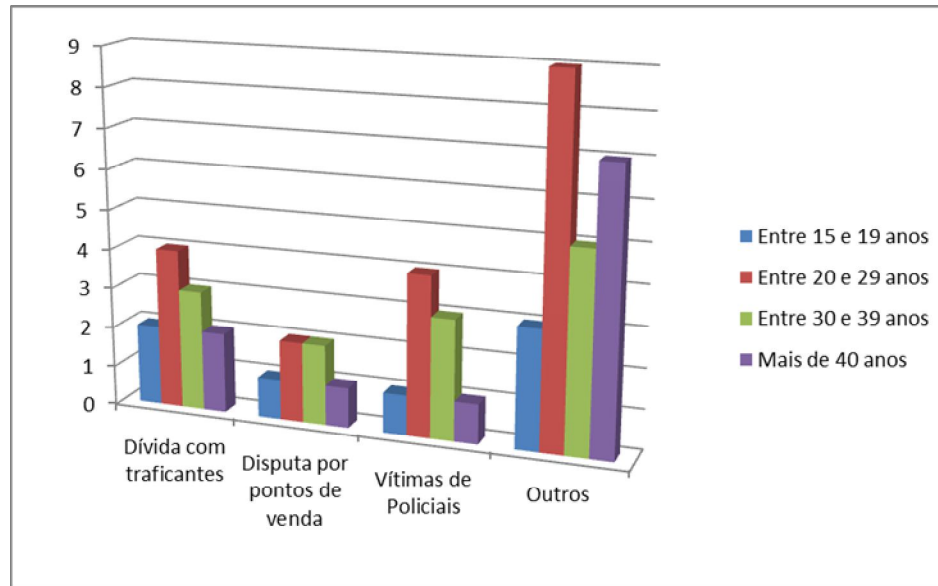
Assim, com base na análise dos resultados apresentados, no levantamento realizado nos boletins de ocorrência, identificamos que os crimes predominam nos finais de semana em relação aos outros dias. Nos domingos do mês de abril encontramos números expressivos com 37 homicídios; em maio foram 41 mortes; em junho foram registrados 31 casos aos domingos e em julho foram 39 vítimas. Conseguimos observar, ainda, que, além de maior incidência em finais de semana (sábado e domingo), há prevalência no horário entre 18 e 23h59 min. Ou seja, sobretudo no final da tarde de sábado e ao longo dia de domingo.

Ainda que possamos observar o período, incidência de dias da semana e horário, a fonte Boletim de Ocorrências,



conforme dados lançados no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, não possibilita identificarmos as motivações. Já a fonte *Jornal A Tarde* evidencia em algumas matérias sobre homicídios a motivação para os mesmos. Portanto, na sequência, apresentaremos os números de homicídios na capital baiana, considerando o período de abril a julho de 2011, identificando as idades da vítima e suas motivações.

Gráfico 4: Homicídio, as vítimas são homens, correlacionados com a idade e motivações



Fonte: *Jornal A Tarde*, de abril a julho 2011.

Com relação a dívidas com traficantes, notamos que quatro jovens entre 20 e 29 anos foram mortos. Três entre 30 e 39 anos, dois entre 15 e 19 anos e com mais de 40 anos. A dificuldade de escolha entre os motivos a serem explicitados no gráfico foi solucionada com ideia de representar os mais comuns e elucidativos, isso fica claro quando observamos os números das mortes sem identificação, classificados aqui como “outros”.

Podemos iniciar a análise do gráfico estabelecendo questões sobre sua legitimidade por conta do elevado número de casos sem a necessária identificação de seus motivos. Dessa forma, partimos para a análise dos dados relativizando-os com a intenção de possibilitar a relação com noções cotidianas de fácil alcance, na tentativa de exercitarmos uma abordagem axiológica que permita uma correlação inequívoca com as variáveis motivacionais desses crimes.

Conseguimos verificar facilmente no gráfico que há relativa proximidade dos números de vítimas de traficantes com as vítimas de agentes do Estado.



Jovens entre 20 e 29 anos, segundo o gráfico, são as principais vítimas de homicídios, dado que encontra correspondência com outras pesquisas quantitativas.

No Brasil, a falta de progresso na solução das problemáticas e preenchimento das lacunas no modelo atual de segurança pública serve para comprovar o gradativo aumento da mortalidade dos jovens vítimas de homicídios no país (Waiselfisz, 2012). Isso não seria diferente em Salvador marcada pelos seus altos índices de violência letal entre a população jovem.

Num contexto de segregação socioespacial encontrado em Salvador e região metropolitana, podemos identificar variáveis responsáveis pela emergência de “ilhas urbanas” marginais e criminalizadas: frágil intervenção do Estado no equacionamento da expansão espacial urbanística da cidade; desigualdade de oportunidades para ascensão socioeconômica de categorias menos privilegiadas (como o acesso dos jovens aos bens de consumo que são impostos pela sociedade); estagnação de políticas públicas que priorizem a qualificação profissional dos setores mais pobres e vulneráveis da população; redução dos postos de trabalho e sua estratificação. Esses são alguns dos elementos que reconstróem uma conjuntura formada nas metrópoles e que produzem consequências tanto no plano material quanto no plano simbólico (Carvalho; Souza; Pereira, 2004).

As cidades brasileiras, em especial as que possuem maiores potenciais turísticos, estão sendo projetadas mundialmente como mercadorias a serem consumidas por um mercado cada vez mais exigente. Como afirma Sánchez (2001), as cidades sofrem um processo de reestruturação urbanística voltada para a satisfação de uma política mundial que exige através de cidades-modelo um discurso local em consonância com a mídia e instituições supranacionais.

Esse paradigma que a cidade de Salvador adotou reflete diretamente na forma de relacionamento entre cidade e população. Delimitando seus espaços e reestabelecendo novas formas de convivência sempre voltada para a imagem que visa a sustentar, refletindo de forma direta em maior distanciamento social entre os grupos, acentuando a desigualdade e a segregação socioespacial responsável pelo aumento de comunidades marginalizadas e estigmatizadas.

REFERÊNCIAS

Borges, D. C. A. (2009). A pobreza como foco da desordem e da violência. Artigo não publicado, Unesp.

Carvalho, I. M. M., Souza, A. G. & Pereira, G. C. (2004). Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. Caderno CRH, 17(41):281-297.



Costa, F. (2004). O lugar da violência: tipologias urbanas e violência em Salvador. In: O lugar da violência. Editais temáticos – segurança pública.

Dias, C., Silva, M. A. & Cordeiro, P. R. O. (2011). Segurança pública com cidadania e a base comunitária de segurança, do que se trata. In: A produção da cidade e a captura do público: que perspectivas urb. BA.

Mongin, O. (2009). A condição urbana: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade.

Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada do século; agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista Sociol. Polít. 16, 31-49.

Secretaria de Segurança Pública. (2008). Plano Estadual de Segurança Pública. Bahia.

Secretaria de Comunicação Social da Bahia. (2011). Governo da Bahia lança oficialmente o Programa Pacto pela Vida. Salvador. [Acesso em: 15/03/2013]. Disponível em: <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/06/06/governo-da-bahia-lanca-oficialmente-oprograma-pacto-pela-vida>. Secretaria de Segurança Pública. (2011). Pacto pela vida. Bahia.

Sposito, M. E. B. (2010). Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto.

Waiselfisz, J. J. (2010). Mapa da violência. Anatomia dos homicídios no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos e FLACSO Brasil.

Waiselfisz, J. J. (2011). Mapa da violência. Os jovens do Brasil: homicídios de mulheres no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos e Flacso Brasil.

Waiselfisz, J. J. (2013). Mapa da violência: mortes matadas por armas de fogo. Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos e Flacso Brasil.



8

Jovens, gênero, mídia e violência em contexto de “pacificação na cidade do Rio de Janeiro”

Maria Luiza HEILBORN: heilborn@ims.uerj.br

Antropóloga, professora associada do Instituto de Medicina Social. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Autonomia e Saúde do Instituto de Medicina Social (NAUS/IMS/UERJ). Procientista UERJ/FAPERJ e bolsista de Produtividade IC do CNPq.

Alfonsina FAYA: afaya@univ-tlse2.fr

Socióloga, pós-doutoranda e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Autonomia e Saúde do Instituto de Medicina Social (NAUS/IMS/UERJ). Doutora em Sociologia pela Université de Toulouse II. Bolsista PDJ pelo CNPq.

Ana Paula DAMASCENO: pauladms@hotmail.com

Mestre em Saúde Coletiva, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Autonomia e Saúde do Instituto de Medicina Social (NAUS/IMS/UERJ).

Josué de SOUZA: josuefdesouza@gmail.com

Bacharel em Ciências Sociais, assistente de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Autonomia e Saúde do Instituto de Medicina Social (NAUS/IMS/UERJ).



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Resumo Este artigo detém-se sobre o tema da violência e juventude em territórios de conflito armado na cidade do Rio de Janeiro em razão da presença ou da tentativa de controle do narcotráfico. Está baseado em duas investigações qualitativas em favelas cariocas que contam com unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). As características particulares de cada favela imprimem à violência e o modo da mesma ser retratada pela mídia, traços específicos de lidar com a população jovem, sobretudo a de sexo masculino, que é simultaneamente autora e vítima de violência. A realização do trabalho de campo e de entrevistas em profundidade permitiu descrever alterações das dinâmicas sociais introduzidas, em especial na sociabilidade juvenil, pela presença ostensiva da polícia segundo as narrativas dos moradores de cada localidade. As pesquisas demonstraram de que modo a mídia ajudou a sustentar a implantação desta política pública através da adoção da dicotomia guerra/paz e pelo modo de apresentação dos eventos ligados à criminalidade nas áreas investigadas.

Palavras-chave Juventude; mídia; Sociabilidade; Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs

Abstract This article discusses the question of violence and youth taking place in areas of armed conflict in Rio de Janeiro where the State's intervention is trying to restrict or abolish the organized drug crime. The text is based upon two qualitative researches conducted in favelas (shanty towns) which have Pacifying Police Units (UPPs). The specificities of each favela is crucial in the way the media pictures the place and conceive the young and poor men, who are the main target of violence as the major actor of it. Through fieldwork and in-depth interviews with *favela* inhabitants, we were able to describe the changes in social dynamics (juvenile sociability) brought on by the Police ordinary presence. The researches show how the media supported the implementation of this public police by the stressing the dichotomy between war and peace within the circumstances of urban armed conflict.

Keywords Youth; Media; Sociability; Pacifying Police Units – UPPs



INTRODUÇÃO

Este artigo traz reflexões de duas pesquisas conduzidas sobre a temática da juventude e políticas de segurança na cidade do rio de janeiro. A primeira investigação “Sociabilidades juvenis, relações de gênero e políticas sociais em uma comunidade em processo de pacificação – o caso do Complexo do Alemão”⁵³ contou com o trabalho da equipe de pesquisadores do Laboratório Juventudes e Políticas Sociais do Instituto de Medicina Social/UERJ, no período de 13 meses no Complexo do Alemão⁵⁴. A segunda investigação “Violência de gênero e pacificação: entre as leis do Comando e o comando da Leis” é o trabalho realizado pela terceira autora como dissertação de mestrado, tendo como o objeto de análise quatro favelas cariocas: duas na Zona Norte –Formiga e Complexo do Alemão -, e Babilônia e Chapéu Mangueira na Zona Sul, que contam com unidades de polícia pacificadora.

A metodologia de ambas investigações foram o trabalho etnográfico, via observação participante de diferentes espaços das referidas comunidades, bem com realização de entrevistas em profundidade com roteiro semi-estruturado.

O refrão de um rap carioca de vinte anos atrás " eu só quero ser feliz, andar tranquilamente na favela em que eu nasci" traduz de modo contundente as condições de cidadania de segunda classe destinadas aos moradores de favelas cariocas, em particular os jovens do sexo masculino.

O Estado do Rio de Janeiro até cinco anos atrás ficou marcado por uma concepção de segurança pública na qual a polícia era incentivada a controlar a criminalidade de forma ostensiva , com franca tolerância para a execução quase sumaria de suspeito (RAMOS E MUSUMECI, 2013). Houve momentos em que policiais chegavam a ganhar remuneração extra pela morte de pessoas classificadas como bandidos (SOARES, 2000). A violência não é um apanágio do Rio de Janeiro, mas a cidade, desde os anos 90, ficou internacionalmente conhecida por sua altíssima taxa de homicídio. Em 1994, a cidade tinha uma taxa de 74 homicídios para cada 100.000 habitantes. Nos últimos anos esse cenário melhorou e, em 2012, a cidade teve a sua menor taxa de homicídios em 20 anos, equivalente a 19 mortes por 100 mil habitantes (MONTEIRO, 2013). O decréscimo ainda que deva ser saudado, não permite uma leitura ingênua, uma vez que o

⁵³ O projeto de pesquisa foi agraciado com auxílio à pesquisa (APQ1) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

⁵⁴ O Complexo do Alemão é um conjunto de 13 favelas localizado na Serra da Misericórdia, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. As favelas que o compõem são: o Morro do Adeus, o Morro do Alemão, a Alvorada, o Morro da Baiana, o Canitar, as Casinhas, a Nova Brasília, a Fazendinha, a Grota, os Mineiros, as Palmeiras, a Pedra do Sapo e o Reservatório de Ramos. Apesar de ser oficialmente um bairro da cidade, ele ainda é referido na mídia como parte dos bairros de Bonsucesso, de Inhaúma, de Olaria, da Penha e de Ramos.



número de desaparecimentos aumentou drasticamente: 212 para 249 entre 2011 e 2012 e já somam 278 casos nos últimos 12 meses (CERQUEIRA, 2012).

O homicídio é hoje a principal causa de morte não natural de jovens brasileiros. No que concerne à juventude carioca, o relatório produzido pela UNICEF intitulado *Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas* (2009) coloca em evidência índices alarmantes de mortalidade. A taxa de homicídios de jovens do sexo masculino do Rio de Janeiro é 4 a 5 vezes maior que a taxa média do Estado, que é uma das mais altas do Brasil, sendo o país um recordista mundial, em assassinatos. O documento salienta que as maiores vítimas de homicídios entre os jovens da cidade são aqueles identificados como negros e pardos. Ademais, quando olhamos os homicídios segundo os dados da polícia pelas áreas Integradas de Segurança Pública do Rio de Janeiro, temos taxas de 5 a 12 homicídios por 100 mil habitantes em bairros da Zona Sul da cidade e de 40 a 60 por 100 mil em bairros da Zona Norte e Zona Oeste. Isto é, nas zonas periféricas da metrópole os homicídios tendem a ser até cinco vezes mais frequentes que nas áreas com maior renda per capita. Nesse sentido, a ordem social e a violência é incorporada nos corpos e traduz problemáticas específicas de saúde individual e coletiva (Fassin, 2000).

HETEROGENEIDADE EM COMUNIDADES FAVELADAS: O PRISMA DA GERAÇÃO.

Diferentemente do que o senso comum imagina, comunidades faveladas são muito heterogêneas. Se as condições de acesso a serviços de saneamento e ordenação do território possam assemelhar-se, as configurações sociais, dadas pela história de ocupação, tamanho da comunidade e trajetória de relacionamento com a vizinhança mais ou menos abastada fazem toda a diferença. Afora isso, a composição demográfica e as relações sociais existentes em cada um desses espaços sociais fazem de cada favela uma realidade singular, com características próprias, o que dá ensejo a modalidades muito diversificadas com o projeto de pacificação em andamento.

O conjunto de 13 comunidades denominada complexo do Alemão tem sua história marcada pela própria origem da facção de narcotráfico mais notória da cidade: o Comando Vermelho (CV). Em 2012, a região ficou conhecida pela fuga em massa de bandidos, que televisionada, ganhou grande repercussão nacional e internacional. Depois de 23 anos da presença da UPP, as unidades têm sofrido ataques à por parte de grupos avessos à presença da polícia naquele território. Já as comunidades da Formiga, Chapéu Mangueira e Babilônia possuem dimensões bem mais reduzidas, são de



ocupação mais antiga na cidade e no caso das duas últimas passaram por diversas etapas na relação como narcotráfico, isto é, foram comandadas por diferentes facções. Esta situação introduz modulações muito contrastantes entre as 4 comunidades. A recepção às UPPs é distinta; as unidades são bem vistas em geral por moradores mais velhos ou há mais tempo ali instalados. O prisma de geração introduz variações intensas no modo de avaliar a nova política de segurança. No Complexo do Alemão, sobretudo os jovens reagem de maneira quase hostil aos policiais; as moças não cumprimentam os militares, pois temem que no retorno dos traficantes poderão ser punidas pelos mandantes do morro. No Chapéu Mangueira ocorre o envolvimento amorosos entre moças e policiais e até mesmo entre uma “upepete” e um rapaz local. A avaliação mais ou menos consensual é de que a UPP foi uma conquista para a localidade, que a “vida na comunidade” melhorou e as benfeitorias representam possibilidade de emprego ou de exploração de atividades para turistas.

JOVENS E VIOLÊNCIA

A “juvenilização da violência” é um fenômeno de ampla discussão internacional. Os jovens, em geral de sexo masculino, são as principais “vítimas” da violência como também os que as perpetraram, seja por lógicas de engajamento em “condutas de risco” ou por uma precoce entrada na criminalidade (Peralva, 1996). Diversas perspectivas detêm-se sobre as formas de sociabilidades juvenis que, a partir de certas lógicas sociais conduziram ao desenvolvimento de “condutas de risco”. Está proposição ancora-se na ideia de que diante de um quadro de dificuldades encontradas pelos jovens - relativas à inserção no mercado de trabalho, ao acesso a bens de consumo e à imersão em contextos de risco de morte onipresente há certa “familiaridade com o risco” -. O contexto de violência a que estão expostos avulta-se no trato com a instituição policial em cenário marcado pela violência resultante da comercialização ilegal de drogas:

No seio da juventude, e mais particularmente da juventude pobre, o sentimento de que as condutas de risco talvez constituíssem, elas próprias, uma modalidade eficaz de resposta ao risco. Tratar-se-ia de antecipar o risco, de se apropriar dele, para melhor subjugar-lo. (Peralva, 2000: 127).

A “socialização à violência” (Fachinetto, 2010) dos jovens apresenta um claro recorte de gênero, tal como mostra o Mapa da violência de 2013. A violência em mulheres jovens ocorre, em sua maioria, no âmbito doméstico. A taxa de homicídio feminino representa aproximadamente



8% do total de homicídios⁵⁵. Observa-se, não apenas uma taxa maior para o gênero masculino por homicídios, mas diferenças referentes ao local de ocorrência. Os homicídios masculinos prevalecem no espaço público e estão fortemente relacionados à criminalidade; já os homicídios femininos acontecem em geral no espaço privado, e estão atrelados às relações familiares e privadas (Schraiber, Gomes, Couto, 2005). Assim, a “casa” seria o espaço típico da violência contra a mulher, diferenciando-se da “rua”, espaço de sociabilidade e por consequência, de relações que se objetivam na violência contra os rapazes.

Esses polos da violência segundo o sexo das pessoas contudo, podem ser relativizados, pois novas modalidades de violência urbana começam a serem associadas às mulheres jovens. Como demonstra o trabalho precursor de Tatiana Moura (2007) sobre mulheres e violência armada no Rio de Janeiro. A autora salienta que o argumento, amplamente difundido, de que os homens são as principais “vítimas e algozes” da violência urbana legitima a ausência de mulheres e meninas nas pesquisas sobre violência urbana, e em particular sobre a violência armada (MOURA, 2007).

A pesquisa de Paula Damasceno em territórios pacificados no Rio de Janeiro demonstra de que modo a recepção e às expectativas em tornos das UPPS diferem de acordo com o histórico da favela, suas dimensões territoriais e histórico de convivência com o narcotráfico. O complexo do Alemão, berço da facção C.V. e sempre por ela dominada, representa entre as favelas investigadas por Damasceno (2014) a que apresenta maior resistência à permanência da UPP em seu território e na qual os jovens apostam que a sua existência está determinada pelo término dos grandes eventos esportivos que ocorreram no Rio de Janeiro entre 2014 e 2016.

Alguns estudos que analisaram a repercussão de intervenções sociais promovidas por organizações não-governamentais no aumento das perspectivas de vida de jovens que vivem em áreas pobres ou de risco revelaram que os “jovens de projeto” apresentavam maior capital simbólico, traduzido pela postura assertiva e uma linguagem mais ampliada sobre os direitos sociais, em comparação aos seus pares do mesmo círculo social sem essa vivência.

Ao longo de décadas, a privação em distintos níveis de direitos de cidadania como parte de um processo de desqualificação moral e política da população favelada, colocou esses grupos em uma posição de vulnerabilidade social e intensa sujeição diante dos agentes do Estado. Vários pesquisadores já demonstraram que certas formas de gestão

⁵⁵ Apesar dessa baixa proporção, vale salientar que no ano de 2012 acima de 4,5 mil mulheres foram vítimas de homicídio. Nos últimos 32 anos – de 1980 a 2011, morreram assassinadas 96.612 mulheres. Nos últimos dez anos, morreram praticamente a metade desse total.



pelo Estado desses territórios marginalizados implicaram tolerância e naturalização de práticas que em outros territórios da cidade seriam altamente condenáveis e, até mesmo, inconcebíveis (Machado, 2004; Leite, 2007; Ribeiro, Dias e Carvalho, 2008; Leeds, 2009). Ao analisar as estratégias de visibilidade e atuação política de moradores de favelas cariocas contra a violência policial, Farias (2007), por exemplo, propõe pensar a representação dos favelados como "população matável" (sobretudo desde a década de 1990). A proposta teórica da "Antropologia das Margens" (Das e Poole, 2004) argumenta que as populações que se configuram como marginalizadas em diferentes contextos constituem-se dessa forma por meio de um envolvimento com o Estado caracterizado pela transformação de exceções em regras. Farias (2007) aponta que essas configurações específicas podem envolver a percepção das margens como espaços ocupados por populações "insuficientemente socializadas"; como espaços em que dinâmicas variadas de interação entre os indivíduos e o Estado (seja por documentos, práticas e/ou discursos) os tornam espaços de tolerância a violações de direitos; ou ainda, como um território "localizado entre corpos, leis e disciplinas" (2007:61). Essas representações sobre os moradores de favelas parece cristalizar-se sobretudo nos homens jovens.

Alba Zaluar (1994, 1999 e 2001), alerta sobre as associações deterministas entre desigualdades sociais, pobreza e violência recusando as explicações reducionistas da "carência". Segundo Zaluar, (2004), o aumento da violência nos últimos anos não pode ser devidamente analisado caso se ignore os mecanismos institucionais e do crime organizado postos em marcha no período, sobretudo em grandes cidades como o Rio de Janeiro. Este aumento conferiu às favelas o rótulo de focos irradiadores da violência e da criminalidade (Leite, 2007). Tal percepção acerca da violência urbana implicou a noção de ser preciso construir políticas de segurança pública mais eficientes. De um lado, surgiram propostas que defendiam uma combinação de políticas de promoção de cidadania como alternativas mais eficazes de atuação em segurança pública; de outro, havia defensores da ideia de excepcionalidade e radicalidade da situação da violência na cidade enquanto uma situação de "guerra", excluindo da agenda a problemática dos direitos humanos e civis dos favelados. Com o apoio ostensivo da grande mídia a "metáfora da guerra" teria prevalecido Leite (2007).

Na configuração de atores sociais do tema que lidam com a violência juvenil no cenário brasileiro, encontra-se uma peça fundamental: a mídia. As informações veiculadas pela mídia (escrita ou televisionada) redundam em imagens que estampam os jovens negros e pobres como altamente violentos e principais autores dos diversos tipos de violências (moral, sexual, simbólica, física, etc.); tais imagens produzem efeitos



sociais consideráveis. Elas reiteram a imagem de uma favela controlada pelo tráfico, e portanto anula outras perspectivas possíveis no debate político (Peralva, 2000). Legitimam-se ações violentas da polícia nesses locais a partir da “metáfora da guerra”.

Apesar de o jornalismo recorrer ao discurso de ser um “retrato da realidade”, “quarto poder” que publiciza a realidade que de outro modo seria de conhecimento restrito para o público, ele veicula interesses e valores relacionados aos detentores dos meios de comunicação (Barros, Marques e Santos, 2010). O jornalismo funciona como um filtro para a exposição da “realidade” e, dessa maneira, a mídia não informa sobre os fatos, mas constrói uma versão sobre os mesmos. Esse perfil pode ser observado na escolha das questões veiculadas, que confere atenção a alguns temas em razão de outros. Essa atenção, naturalizada ou proposital, aponta para que partes do cotidiano se deva enxergar.

A mídia simplifica os acontecimentos ao retratá-los, eliminando a complexidade dos fatos e criando uma imagem dividida em categorias polarizadas. Tal simplificação não considera os diversos fatores que compõem os acontecimentos, nem as diversas leituras que são deles feitas. As categorizações de acontecimentos e atores – divididos em “bem” e “mal”, “herói” e “bandido”, “guerra” e “paz” - legitimam um tipo de discurso em detrimento de todos os outros, a mídia acaba por firmar-se como detentora da verdade. As informações e opiniões formuladas nesse meio muitas vezes não estão em consonância com as opiniões e informações passadas por outros atores sociais.

A PACIFICAÇÃO E OS JOVENS

A política das UPPs se divide em duas formas de atuação: as UPPs militares (que são seu carro-chefe) e as UPPs Sociais. As UPPs Sociais correspondem a um pacote de políticas sociais coordenadas pelo governo do Estado com vistas à promoção do desenvolvimento social das áreas ocupadas pelas UPPs militares, com o objetivo de atenuar a precariedade de serviços públicos essenciais nestas localidades. O fenômeno da “pacificação” de áreas antes dominadas por facções criminosas, através de uma reconfiguração de suas relações com o Estado e de uma tentativa de resignificação de seu lugar na cidade, colocam questões acerca de possíveis transformações nas formas de sociabilidade juvenil, as dinâmicas de violência, bem como nos modos de ser jovem nesses espaços.

Tendo em vista esse cenário, o processo recente de “pacificação” oferece uma rica entrada para refletirmos sobre as relações entre violência e juventude. Neste artigo, buscamos uma análise cruzada das representações veiculadas pela mídia



com as observações da pesquisa etnográfica realizada no Complexo do Alemão, bem como nas comunidades da Formiga, Chapéu Mangueira e Babilônia a partir de um prisma de geração. O tema da violência será abordada em articulação com as transformações na sociabilidade dos jovens, impulsionadas pela nova política de segurança.

Ademais, analisaremos, depois de uma breve nota metodológica, as representações veiculadas na mídia do momento chave da “ocupação” - a entrada das forças da ordem no território – como momento cristalizado na memória dos moradores do qual emergem diversas questões que ainda hoje estão presentes nas falas e práticas dos habitantes. Em seguida, trazemos para o bojo da discussão as representações dos jovens na mídia, onde se encontra um eco nas relações da Upp com os moradores dessa faixa etária e as novas violências que emergiram. Por fim, discutiremos mudanças importantes que a instalação das Upps produz nos territórios e nas sociabilidades de seus moradores mais jovens.

Ao longo de 12 meses de investigação, entre junho 2012 e junho 2013, a equipe de pesquisa desenvolveu um trabalho de campo etnográfico no *Complexo do Alemão*, em particular em três comunidades: Canitar, Casinhas e Grotá. Nossos interesses de investigação e a viabilidade metodológica da pesquisa conduziram a delimitação dessas áreas como lócus de pesquisa. Há um número reduzido de estudos sobre as comunidades que compõem o Complexo do Alemão ao mesmo tempo que existe grande visibilidade atribuída.⁵⁶

A nós, interessava, nos afastar de pontos de vista maniqueístas acerca dos novos e complexos fenômenos em curso nas comunidades do Alemão (“UPP”, “turismo na favela”, etc.) para compreender a perspectiva dos jovens moradores sobre os acontecimentos. Foram realizadas observações sistemáticas em diversos espaços de sociabilidade dos jovens (ONGs, praças frequentadas, saídas noturnas, nas proximidades de escolas e clubes, etc.) durante o período. Foram entrevistados 15 jovens, entre 15 e 24 anos, recrutados em diversos espaços pelos quais os pesquisadores circularam⁵⁷.

Fizemos um acompanhamento de matérias jornalísticas sobre os diversos discursos e enfoques a partir da entrada das forças de segurança no Complexo do Alemão e no período posterior, durante a realização da pesquisa, buscando compreender quais as visões inseridas na abordagem da

⁵⁶ Desde a construção do teleférico, o Complexo do Alemão se tornou um ponto turístico da cidade, como sinalam várias notas em jornais de grande circulação (ver, por exemplo, o artigo “Favelas com UPP são pontos turísticos da vez” do dia 3/12/11 (em <http://oglobo.globo.com/rio/favelas-com-upp-sao-pontos-turisticos-da-vez-3378301#ixzz2Ws51r1tV>). Esse dado foi constatado por nossa pesquisa. As visitas turísticas parecem, contudo, concentrarem-se no próprio teleférico, reforçando uma visão de “fora” e de “longe” sobre o cotidiano do bairro.

⁵⁷ De acordo com as exigências do Comitê de Ética em pesquisa do IMS/UERJ, foi apresentado para todos participantes da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando os objetivos gerais da investigação e garantindo o sigilo dos dados coletados e anonimato dos informantes.



imprensa sobre os temas escolhidos e qual a relação com a visão dos moradores sobre tal perspectiva.

Dada a visibilidade gerada pela mídia ao processo de pacificação registramos 157 artigos publicados entre Junho de 2012 a Fevereiro de 2013. Nos primeiros meses, 20 portais foram acompanhados por dois pesquisadores da equipe; selecionamos depois 5 portais de notícias a partir da constatação do maior alcance de leitores: *R7*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Dia* e *GI*. Um dado bastante relevante é que esses portais apresentam pontos de vista diferentes acerca dos eventos noticiados. A partir do mês de agosto de 2012, as reportagens foram divididas em categorias que contemplavam diferentes aspectos do modo como a comunidade é retratada nos meios de comunicação, com foco nos discursos sobre os jovens.

O MOMENTO DA PACIFICAÇÃO – OCUPAÇÃO. DIVERSAS MANEIRAS DE FALAR SOBRE “A VIOLÊNCIA”

Durante o mês de novembro de 2010, a mídia deu enfoque a uma onda de crimes orquestrados por uma organização criminoso que culminou na ocupação dos complexos do Alemão e da Penha pelas forças de segurança do Estado. Segundo as fontes analisadas, a partir do dia 20/11/2010 diversos crimes aconteceram na cidade do Rio de Janeiro e na região metropolitana em reação à implantação de Unidades de Polícia Pacificadora em comunidades da cidade. O portal R7, em matéria publicada em 24/11, relata os crimes acontecidos naquela semana como parte de uma “guerra do Rio contra o Tráfico”:

Em resposta à implantação das UPPS (Unidades de Polícia Pacificadora), a onda de violência no Rio começou no fim da noite de sábado (20), com ataque na rodovia Rio-Magé (BR-116), na altura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Desde então, os moradores do Rio de Janeiro não tiveram mais paz. O terror continuou no domingo e se intensificou nos dias seguintes. Na quarta-feira (24), os bandidos passaram o dia espalhando medo pela cidade. Veículos foram queimados e cabines da polícia metralhadas.⁵⁸

A partir do dia 25 de novembro de 2010, os meios de comunicação intensificaram a justificativa da ocupação de comunidades devido aos ataques ocorridos. No UOL, uma matéria aponta que especialistas afirmam a necessidade da implantação de UPPs nos subúrbios da cidade, como nas

⁵⁸ <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/veja-a-cobertura-completa-da-onda-de-crimes-no-rio-20101124.html>



favelas do Complexo do Alemão, Maré, Juramento, Mangueiras, entre outras⁵⁹.

Várias matérias (24 a 26/11/2012) detiveram-se sobre o porquê da “onda de violência”, recorrendo a breves entrevistas com autoridades da segurança pública no Rio, contendo falas do Secretário de Segurança do Rio e de comandantes da PM. Os entrevistados alegavam ser a “onda de violência” : uma ação planejada por vários chefes de facções de grandes comunidades do Rio com o intuito de retardar o projeto de pacificação de comunidades dominadas por facções do tráfico de drogas não. As matérias que se seguiram relatavam as ações da força de segurança pública contra as ações criminosas, e as da entrada efetiva das forças de segurança públicas no Alemão. Notícias frequentes seguem dos dias 26/11 até as primeiras semanas de dezembro, acompanham passo-a-passo as ações da secretaria de segurança pública.

O discurso da “onda de violência” legitimou a ocupação dos Complexos do Alemão e da Penha, transformando o ocorrido numa disputa entre lados polarizados. Como analisado por Pechêux (1997), as palavras e expressões assumem diferentes sentidos segundo as posições sustentadas por aqueles que as utilizam. Nesse sentido, ao analisar as reportagens publicadas na revista *Veja* antes e durante a ocupação das comunidades, Affonso (2012) expõe os discursos bélicos da mídia relacionados à UPP. Devido a este discurso, no contexto da pacificação, expressões como “cidade libertada”, “batalha do bem contra o mal” e “guerra contra o crime” denotam o sentido que o veículo busca dar, legitimando a violência policial para combater a violência do crime organizado. Segundo a autora, essas notícias promovem o silenciamento das resistências, conflitos e contradições existentes nos discursos destacados.

Das 157 reportagens recolhidas durante a pesquisa, 51% delas fazem referência a crimes e conflitos armados, além da intervenção dos policiais da UPP no dia-a-dia da comunidade. Essa porcentagem denota o grande interesse midiático nas relações de poder dentro do Complexo do Alemão. Porém, essas relações são simplistas e implicam a luta de policiais e traficantes, sem indagar as relações entre policiais e diversos segmentos de moradores, nem as mudanças de interação entre os próprios habitantes nesses momentos de reorganização da vida quotidiana no território..

Essa polarização pode ser observada no material recolhido sobre a ocupação do Complexo do Alemão. A palavra violência repete-se 18 vezes a cada 10 matérias. A força com que o vocábulo violência é empregado para caracterizar as situações que ocorrem antes e durante o

⁵⁹ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/11/25/armas-e-soldados-do-traffic-estao-no-suburbio-e-upps-precisam-ir-para-la-diz-especialista.htm>



processo de ocupação do Complexo do Alemão é de medo do crime – da violência que a população sofre decorrente das ações criminosas – e de esperança – da ação violenta de repressão por parte do Estado. Assim, um dos jornalistas da Globo dizia:

“Naquela hora, eu só ficava pensando nos moradores: antes ali não era o Rio de Janeiro, era uma cidade paralela, com as suas leis, com as suas ordens impondo todo tipo de terror àqueles moradores”.

Não somente o discurso sobre a violência na favela legitima a entrada da política pública de segurança, mas, sobretudo ela cria um tipo de política baseada na utilização da repressão e da força. Produz-se um consenso que os moradores são vitimizados e que devem ser “libertados”. Assim, a ação policial aparece como uma ação integradora das populações. A imagem da favela como “uma cidade paralela” e como uma população morando no “terror” reificam as representações de um “outro” dentro da cidade, um outro que pode também se tornar “contra” a cidade (Peralva, 2000). Neste sentido, ora o “outro” é vítima, ora é tratado como algoz. A partir da vitimização legitimam-se as estratégias políticas e militares de intervenção, como algoz justificam-se a repressão e a “invasão” do território.

No trabalho de campo com os moradores, encontramos posições diversas em relação ao “domínio” do território pelo tráfico e, se várias pessoas valorizavam o fato de se sentir mais tranquilos desde a pacificação, eles geralmente desconstróem o paralelo entre “pacificação” e “liberação”.

Uma moradora diz: *“todo mundo lá fora pensa que aqui dentro morávamos dominados pelo crime, que tínhamos que dar dinheiro para eles” (...)* *“aqui ninguém era dominado por ninguém, aqui sempre fomos livres” (5/10/12).*

A mídia atua na construção da figura de vítima para os moradores das favelas, e assim o fazendo extirpa-lhes os direitos humanos e de ação. Ficam confinados a um único papel e identidade de vítima. Assim, o poder de ação e de intervenção recai em outro ator - a polícia militar -, que possui direito absoluto, baseado em “razões humanitárias” (Fassin, 2010).

Ao relatar os procedimentos da polícia no Complexo do Alemão, os meios de comunicação optam por utilizar a palavra “pacificação”⁶⁰. Esse termo, oriundo da política de Policiamento Comunitário, faz oposição ao período anterior ao

⁶⁰ Esse termo, como observado por Orlandi (2008), é utilizado desde o início do século XX. Àquela época, foi utilizado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão responsável por conter a resistência dos índios à tomada de suas terras. O discurso paternalista que excluía os indígenas buscava apagar a memória da resistência e pacificá-los.



da entrada das forças de segurança na comunidade, que é retratado como um momento de total ausência do Estado, dominado pela violência e o “terror”. Ao utilizar o termo “pacificação” em oposição à “violência”, a mídia considera que a entrada dos policiais instaura certa harmonia na localidade. No entanto, os relatos de entrevistados durante a pesquisa mostram outro ponto de vista sobre a atuação dos sujeitos locais:

“A UPP pra mim não é pacificação, é uma ocupação. (...) com esses dois anos que vem ocorrendo de ocupação na Vila Cruzeiro, a segurança do Estado, ela vem chegando com uma força grande dentro da comunidade. Sendo que não é a segurança que a comunidade quer, porque o que acontece, dentro da comunidade o morador é abordado de formas agressivas, de formas absurdas.” (Elton, 20 anos)

Dentre as reportagens recolhidas, 42 falam sobre conflitos armados ocorridos na comunidade. O caso mais divulgado foi o da morte da policial Fabiana Aparecida de Souza, em julho de 2012, um mês após a instalação da primeira UPP no Alemão. Na matéria publicada pelo Jornal do Brasil sobre o ocorrido⁶¹, moradores relataram o clima de insegurança.

“Moradora na Nova Brasília desde que nasceu, a dona de casa Mariana Vaz de Sousa, de 28 anos, lembrou dos momentos de pânico que viveu ao lado do filho, de 3 anos, durante o tiroteio. “Faz muito tempo não ouvia tantos tiros aqui na favela, foi uma coisa horrível. Me joguei no chão e deitei sobre meu menino”, recordou. “Mas pior do que os tiros é a volta desse monte de policial armados até os dentes, revistando todo mundo, e nem sempre da forma mais educada”.” (Jornal do Brasil, 24/07/2012)

Esses fatos demonstram uma visão alternativa ao termo utilizado pela imprensa e a percepção de parte dos moradores do Complexo do Alemão, sobretudo os jovens, sobre as Unidades de Polícia Pacificadora. A atuação dos agentes de segurança é indicada como violenta e abusiva e o processo de “pacificação” é identificado como um processo de “ocupação”. Os moradores distinguem os dois termos por acreditar que apesar da reconfiguração do território ocorrida após a entrada da polícia, certas características do antigo momento ainda permanecem. Elas se referem a maneira como a polícia se impôs na localidade, mantendo a estrutura de verticalização do poder expressa pelo tráfico, reprimindo e contendo os habitantes, e na persistência de práticas que deveriam ter sido

⁶¹

<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/07/24/morte-de-pm-em-upp-devolve-medo-e-tensao-ao-complexo-do-alemao/>



ser abolidas como o tráfico de drogas e os constantes conflitos armados.

Em um dos meios selecionados, o *Jornal do Brasil*, é possível observar uma diferente postura na abordagem dos acontecimentos e da atuação da UPP. Denominado como veículo formador de opinião, possui um histórico de cobertura e análises críticas, utilizando-se mais comumente de dados estatísticos do que os jornais tidos como populares, como o *O Dia*. (RAMOS; PAIVA, 2005). Essa postura é observada em reportagens como a publicada no dia 21/08/2012, com o título “*Novo ataque na UPP da Nova Brasília mostra tráfico de drogas enraizado*”.⁶² A reportagem chama atenção para os casos de violência ocorridos no Complexo do Alemão após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora e conta com a entrevista de um policial militar da região, que afirma que:

"O próprio Beltrame [Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro] sabe, e diz isso, que o tráfico não acabou. Quem somos nós para contrariá-lo?", questionou ele, que depois comentou a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora. "Tiraram os empregos de traficantes, mas não ofereceram nada em troca. Ficamos nós expostos à raiva dos jovens sem perspectiva, esperança ou oportunidades. O tiro é quase um alerta, e a tendência é piorar". (*Jornal do Brasil*, 21/08/2012).

Na mesma reportagem, um morador da comunidade afirma que os mesmos traficantes que faziam o tráfico de drogas antes da entrada das forças de segurança continuam agindo, mantendo o clima de insegurança e a instabilidade no local.

“É a mesma rapaziada, só que com armas menores. Eles traficam nos mesmos lugares. Esse PM baleado ou não sabia onde pisava, ou passou lá na hora que não deveria ter passado” (...) “Nunca tive medo do tráfico, e nem terei hoje. Mas eles têm de sair daqui o quanto antes. Digo isso para quem quiser ver e ouvir. Ninguém mais suporta viver sob os olhares ameaçadores”. (*Jornal do Brasil*, 28/08/2012).

Segundo outra reportagem publicada pelo jornal em 21/09/2012, dois policiais acusados de saquear uma casa no Complexo do Alemão foram expulsos da corporação⁶³. Os abusos cometidos por policiais foram denunciados desde a

⁶² <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/08/21/novo-ataque-na-upp-da-nova-brasilia-mostra-trafico-de-drogas-enraizado/>

⁶³ <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/09/21/pm-expulsa-dois-policiais-por-saque-no-complexo-do-alemao/>



ocupação da comunidade, como exposto em matéria da Carta Capital em dezembro de 2010⁶⁴.

A letalidade das ações policiais é alarmante em relação aos jovens. O número de mortos desse grupo em confrontos com a polícia pode ser considerado “uma cifra trágica” (Cecchetto et al, 2012). Farias (2007:67) aponta que, em distintas escalas (municipal, estadual e federal), o Estado e seus agentes se fazem presentes de modos diferenciados nas áreas marginalizadas do Rio de Janeiro e que sua atuação nesses territórios difere da atuação nos demais espaços da cidade. Pode-se tomar como exemplo, das lógicas distintas que pautam a ação estatal no “asfalto” e nos “morros”, os chamados “mandados de busca coletivos” e os “autos de resistência”. Eles se apresentam como práticas cujo objetivo privilegiado é a gestão das populações e territórios marginalizados. Embora comum, o “mandado de busca coletivo” é um instrumento ilegal que as polícias civil e militar frequentemente utilizam para entrar em qualquer casa nas favelas cariocas, sem que seja necessária a autorização ou presença dos que nelas habitam. Em geral, a prática pode implicar danos ao patrimônio dos moradores, saques, agressões físicas e humilhações. Esse tipo de ação é tão rotinizada que, muitas vezes, a polícia nem se quer, de fato, requer o “mandado de busca coletivo”, simplesmente invade as casas; como se naquele território não se fossem vigentes as leis que regulam a vida nos demais espaços da cidade. É como se morar em favela conferisse aos indivíduos um estatuto de não cidadãos ou de “cidadãos precários” (Leite, 2007), o que seria legitimado pelo conjunto de estereótipos e representações acerca desses espaços e de seus habitantes enquanto graves ameaças à segurança da cidade e principais responsáveis por suas mazelas.

REPRESENTAÇÕES DA JUVENTUDE: CRIME E DIFERENCIAÇÃO POR ESTRATO SOCIAL

A “juvenilização da criminalidade” aparece, desde finais dos anos 80 no Rio de Janeiro, ligada ao comércio varejista de drogas ilícitas por jovens e adolescentes e ao acesso cada vez mais fácil às armas de fogo. Segundo vários autores (Zaluar, 1993, Peralva, 2000, Adorno, 1995) a entrada dos jovens na criminalidade estaria também relacionada com a democratização da cultura de massas e a valorização de símbolos e padrões de consumo próprios da juventude.

O crime é um tema privilegiado da mídia e esta tem um papel importante na construção de um conjunto de representações sociais ao redor do que constitui “o marginal” e a criminalidade. Adorno (1995) salienta a espetacularização do

⁶⁴<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradores-acusam-policiais-de-abuso-no-alemao/>



crime pela mídia a tal ponto, que o aumento da criminalidade está superdimensionado. Existiria assim, por parte da mídia, a alimentação de um “pânico social” ao redor de uma “juventude criminosa”.

“Baseadas em sondagens de opinião e sobretudo em observação de notícias veiculadas na mídia cotidiana, muitas análises tenderam a acentuar o predomínio de representações sociais que fortaleciam verdadeiro pânico social”. (Adorno et al. 1999:65).

Ao descrever a juventude, a mídia aciona diferentes adjetivos para a caracterização dos jovens pobres moradores de favela em relação aos de classe média. Tal intento fica evidente quando o tópico em pauta versa sobre juventude, violência e ilegalidades. Cabe dizer que essas representações não são únicas da mídia e que as ciências sociais participaram também dessa concatenação da violência juvenil às camadas populares. Como explica Misse (2006) a maioria dos trabalhos realizados na década dos anos 80 no Brasil desenvolveram argumentos que associavam pobreza e criminalidade. Contudo, a mídia se fez a herdeira desses trabalhos, mas não tanto procurando explicações ao crime como fizeram os trabalhos acadêmicos, mas identificando diferentemente os atos criminosos de jovens segundo a origem social, e caracterizando diferencialmente os jovens neles envolvidos.

Uma maneira simples de desconstruir a correlação entre pobreza e crime é a constatação de que a maioria dos pobres não opta pela carreira criminal. Segundo Misse (2006) trata-se apenas de uma maior visibilidade social, na qual a mídia tem papel crucial. As ações criminais nas camadas populares são mais evidenciadas do que as que ocorrem nas camadas médias e altas⁶⁵.

Analisando duas matérias que relatam crimes cometidos por jovens no Complexo do Alemão, podemos compreender melhor os instrumentos discursivos e simbólicos do tratamento diferencial da informação. Na primeira, jovens de classe média foram apreendidos por praticarem assaltos na comunidade⁶⁶, já na segunda um jovem foi preso por suposto envolvimento na morte de uma policial da UPP⁶⁷. Ao tratar dos jovens de classe média a mídia os caracteriza como “adolescentes”, “não-adultos”. Na segunda notícia o foco da

⁶⁵ Mesmo se desde há alguns anos apareceu na mídia o problema da criminalidade em jovens de classe média e alta, o que abunda são os questionamentos procurando compreender esse fenômeno (os títulos de matérias abundam em interrogações do tipo: “como pode ser?” “num movimento inesperado, jovens de classe média entram no tráfico”, “ como entra um jovem de classe média no crime?”. Essa intenção de compreensão por parte da mídia se distingue de quando trata-se de jovens de camadas populares.

⁶⁶ <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-jovens-de-classe-media-sao-apreendidos-por-assaltos-no-alemao,fbe1ac68281da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

⁶⁷ <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/07/24/morte-de-pm-em-upp-devolve-medo-e-tensao-ao-complexo-do-alemao/>



abordagem é distinto, antes a adolescência estava em destaque como fator principal da notícia, agora o destaque é dado ao crime. Os jovens são tratados como “menores” e a relação não se estabelece, pela fase da vida na qual eles se encontram. Nesse exemplo, a caracterização como “menor” indica o indivíduo que não atingiu a maioridade penal⁶⁸.

Como Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007) afirmam, há consenso na mídia no que concerne a representação estigmatizante dos jovens da periferia e das favelas. Em geral aparecem os aspectos mais desviantes e espetaculares dos jovens das favelas (Correa Maia, 2007), contribuindo para representações que não retratam a realidade plural das “juventudes” - que moram nesses territórios. Porém, não é suficientemente dito, que os discursos midiáticos tendem a invisibilizar o fato de tratar-se de “jovens” ou “adolescentes”; ocorre a utilização recorrente de termos pejorativos como “bandidos” ou de “menores”. Não se trata de mero problema discursivo; este uso acarreta significações e interpretações diferenciadas para um mesmo ato, segundo o segmento social do ator que o produz. Se para Bourdieu (1983) “a juventude é só uma palavra”, quer dizer, uma construção ideológica, ela deve ser desconstruída, pois ela não está isolada do qual ela se distingue, a juventude aparece mais como uma esfera contendo múltiplas delimitações e classificações sociais. Ao mesmo tempo, essas definições têm um impacto nas práticas sociais e nas identificações dos atores. Nas categorizações sociais, os jovens pobres aparecem como “menores”, realçando a lógica de punição, e nos casos de jovens de classe média ou alta, são tratados como “adolescentes”.

Assim, o apelo à “adolescência” parece significar uma demanda de compreensão ao leitor-ouvinte, da não responsabilidade completa do autor, pois ele estaria numa fase da vida definida pela imaturidade e a perturbação, assim como apela-se à circunstancialidade do ato e não a uma identificação substancial do autor. O discurso midiático cria uma relação de familiaridade com esses “adolescentes”. O registro discursivo a partir da categoria de “adolescente” implica certa “patologização” que justifica as medidas de ordem médica, psicológica e pedagógica (HEILBORN, 2006).

Em casos de “bandidos” – nos quais a idade pode ser verificada como dentro dos 15-24 anos – o “sujeito” é substancialmente identificado com o ato acometido. Ele é um “outro” que não precisa ser reeducado, mas punido (Foucault, 1984). Os registros discursivos são da esfera penal e sustenta medidas corretivas ou repressivas.

⁶⁸ Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o termo menor foi substituído pelos termos criança ou adolescente. Considera-se que o termo menor é discriminatório e estigmatizante, reproduzindo o conceito de incapacidade na infância. O termo adolescente seria mais apropriado para caracterizar uma fase de desenvolvimento do ser humano que possui características e especificidades próprias.



Neste sentido, há um deslocamento evidente segundo a ênfase no estrato social. Como apontado por Silva (2008), a juventude, sobretudo a juventude negra, pobre e moradora de periferia, é estigmatizada pela mídia e tratada como um problema que precisa ser resolvido pela intervenção do Estado. Assim, grande parte das reportagens que tratam do tema juventude fala de uma juventude problemática e violenta, que necessita de respostas violentas do Estado.

Os jovens com quem tivemos contato durante a pesquisa relataram os efeitos dessa estigmatização. Dentre os relatos, destacam-se dois aspectos: os controles de seus itinerários quotidianos no bairro e o controle de suas atividades de lazer, especialmente a proibição dos bailes funks dentro da comunidade. A proibição, em comunidades onde operam as Upps, ancora-se na normativa de fiscalização segundo a lei estadual 5.265. São os jovens que pertencem a famílias mais pobres do bairro que lamentam com mais ênfase a proibição dos bailes funk, pois eles eram práticas de lazer “democratizadas”, pois, era gratuito e de livre acesso.

Estefanie (18 anos) conversa com uma das pesquisadoras: Não tem mais baile funk, que é muito ruim isso. Que antes era muito bom, pois tinha um bem perto da casa dela. Na quadra da Canitar, era só sair da casa dela e já estava no funk. Agora tem que ir bem longe para dançar. A Manguinhos, Jacarezinho, etc. “Então o pessoal não vai mais”. Ela repete muitas vezes “vai fazer o que?” e logo se diz muito descontente com a “pacificação”. Diz de maneira enfática que é uma “ocupação”. Ao mesmo tempo não para de repetir “vai fazer o que?”. Ela diz que tem mais medo agora que antes. Que se sente mais insegura agora. E que depois do início da ocupação não melhorou nada. É uma guerra, mesmo. (21/08/12).

Cabe salientar que é através do funk que os jovens encontram estratégias de reivindicação, tal como observado por Facina (2009). Segundo a autora, no funk há um “apelo contra a criminalização e o desvendamento dos mecanismos de repressão”. Dentro desses mecanismos de criminalização:

Um dos atores mais ativos aí é a mídia, colocada ao lado de autoridades que exercem seu poder através da violência física (pai e polícia). Isso aponta para a percepção da ligação estreita entre violência simbólica e violência física: o “apanhar da mídia” abre espaço para que se possa “apanhar da polícia”. (Facina, 2009).



NOVAS “OPORTUNIDADES” VERSUS “NOVAS VIOLÊNCIAS” NOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

As matérias relacionadas a incentivos aos bens culturais tiveram grande destaque na mídia depois do momento da “pacificação” e sobretudo durante os meses de agosto a outubro de 2012, período onde as notícias sobre crimes e ilegalidades receberam pouca atenção. Esse momento se inclui na época que ocorreram as eleições municipais no Rio de Janeiro. De acordo com reportagem do *Jornal do Brasil*, essa foi a primeira eleição realizada no Complexo do Alemão livre da influência do tráfico de drogas. O destaque demonstra a existência de uma agenda midiática, que busca evidenciar certos aspectos em detrimento a outros. A inauguração do teleférico como meio de transporte integrador das diversas comunidades que compõem o Complexo, a inauguração da “praça do Conhecimento” e de um cinema, Cine Carioca 3-D, na favela Nova Brasília⁶⁹, ou ainda o deslocamento de eventos esportivos e culturais da cidade para aqueles territórios demonstram a vontade política de dar visibilidade à “pacificação” posta em marcha.

Tal como Mendonça (2011) afirma, a mídia colabora com o processo de construção de imagens que materializam, de maneira representativa, a “pacificação” dos territórios. Nesse sentido, pode-se aventar que a abordagem midiática do processo de ocupação do Complexo do Alemão e seus desdobramentos apontam para uma legitimação do discurso oficial emitido pelo Estado. Ao reproduzir esse discurso sem críticas, os meios de comunicação restringem o debate e reafirmam os estereótipos comuns na cobertura de favelas e periferias. É salientado o processo de mudança pelos quais as comunidades pacificadas estão passando e a abertura para que novas relações se estabeleçam naqueles locais, porém, mesmo após esse processo, os meios de comunicação prosseguem dando enfoque aos mesmos temas e reforçando os estereótipos vitimizantes e criminalizantes. Ramos e Paiva (2007), afirmam que o jornalismo historicamente relaciona esses locais apenas a ações policiais e à miséria, excluindo todas as outras relações neles construídas.

A exclusão das relações presentes nesses espaços está ligada à negação do que já existia ali e se torna visível pela produção de novos espaços e bens culturais sem articulações com os espaços e bens culturais já existentes. As consequências disso são por um lado, a não adesão dos jovens às propostas institucionais e, por outro, a maior distância entre os jovens e as organizações institucionais. Foram observados durante o trabalho de campo vários eventos promovidos pelas Ongs atuantes no bairro, pelo teleférico, ou por outros agentes

⁶⁹ De acordo com uma reportagem do JB no dia 30/08, o Cine Carioca registrou em julho de 2012 a maior frequência de um cinema brasileiro. A sala de projeção da Prefeitura do Rio mantém o preço do ingresso inteiro a R\$8.



culturais exteriores. Chamou nossa atenção a fraca adesão dos jovens da comunidade.

Dentro das mudanças positivas descritas pela mídia, é destacado o maior investimento em projetos sociais de Ongs e associações no Complexo do Alemão desde a entrada das Upps. Porém, as trajetórias dos jovens e a inscrição em programas e políticas sociais permite asseverar a fragmentação das experiências dos jovens nessas iniciativas do Estado e da sociedade civil. Tal fragmentação não é relacionada com uma suposta experiência anômala ou fragmentada deles, mas com a própria organização e configuração fragmentada de uma rede de políticas e programas que são marcados por descontinuidade e desconexão entre si.

Observamos em profundidade três instâncias responsáveis por levar a cabo projetos culturais e sociais com jovens do bairro. Mesmo tendo surgido em momentos diferentes e tendo gestões e organizações diversas, assim como também linhas de financiamento de instâncias diferentes, uma das características comuns observadas foi a não perenidade dos projetos, os quais dependem de financiamentos aleatórios e não duráveis. Atentamos como uma ONG do bairro, cujas atividades acompanhamos durante o trabalho de pesquisa, teve de cessar as atividades por problemas de fundos. Contudo, a iniciativa enquanto durou permitiu aos jovens transformar o espaço em um lugar privilegiado de sociabilidade:

“Uma coordenadora de uma ONG nos diz que tem muitas crianças que vão mesmo sem atividades, para se encontrar lá. Sobretudo aqueles da turma de música, vão lá, pegam o violão e falam entre eles. Ela diz que “aproveitam que ali está menos quente que nas casas deles”. Ela diz também que, sobretudo são os mais jovens que vão mesmo sem atividades. É interessante ver como alguns se apropriaram o lugar e de que maneira”. (Caderno de campo, 05/10/12)

Essa dinâmica de “demanda criada e oferta cortada” se traduz no campo em situações emotivas onde os jovens, por identificar os pesquisadores com alguma das ONG, pediam informações sobre cursos ou para eles mesmos proporcionarem os cursos fechados. O modo de atuação entre as diversas instâncias é muito desintegrado. Cada ONG, associação ou projeto atua de maneira restrita e isolada. Parcerias estabelecidas entre elas são ainda escassas. A esse panorama de dispersão dos projetos e programas sócios ou culturais agregou-se um novo ator institucional que são as Upps Sociais. Estas aparecem ainda, em 2012, dois anos depois da “pacificação” como uma instância fantasmática, sobre a qual ninguém sabe bem como, onde e com quem vai atuar.

No referente às práticas de sociabilidade dos jovens entrevistados, novas violências se desenvolveram em torno dos



relacionamentos com a polícia das Upps. A presença contínua dos agentes da ordem nos espaços de sociabilidade e de circulação quotidianos dos jovens são vivenciadas como novas modalidades da violência policial dentro da favela.

Os jovens retratam essas dinâmicas do relacionamento violento entre os policiais e os jovens do bairro, os quais se baseiam em uma desconfiança mútua e no controle exacerbado e abuso da autoridade por parte de policiais:

(...) Tem pessoas que estão sendo mais revoltadas com a UPP aqui dentro, entendeu? Que proibiu muita coisa, não pode ver ninguém fumando um cigarro de maconha que já dá tapa na cara, entendeu? Não é assim que se age com as pessoas. Aí se liga o som alto já quer gritar: “Ô porra, desliga esse caralho...”. Desculpa [risos]. E não sei o que, xingando todo mundo. Aí qualquer dedinho que faz assim: “Po, policial...”, já quer entortar a mão, jogar spray de pimenta... É assim. Não tem nenhum exagero no que eu to falando. É assim, tendeu? E eles são muito assim, são grossos. Eles passam aqui, se ficar olhando eles para, quer te revistar.

Cabe ressaltar que as mesmas imagens produzidas na mídia, sobre os jovens favelados, se desdobram em práticas cotidianas pelos policiais ali presentes. Porém, foi observado que os jovens moradores têm uma visão crítica dessas práticas, pois eles são as principais “vítimas” e mostram o desdobramento das representações de gênero que sustentam tais práticas. Como diz uma jovem:

“Eles acham que todos os homens são traficantes, né, e eles acham que também na favela, qualquer mulher dentro da favela pra eles não presta, tendeu? Passa, eles mexe mesmo, chama de gostosa, e se você falar “ih, que foi?”, eles ainda quer falar besteira. Ih, eu passo serinha. Eu não vou falar pra tu que eles não mexe comigo, mexe, eu não gosto, não gosto mesmo, mas fazer o que (...)”

Cabe salientar, em relação ao recorte de gênero, que essas relações de violência com a polícia são experimentadas tanto pelos homens, quanto pelas mulheres jovens. Nesse sentido, mesmo se as representações sobre os meninos e as meninas do bairro que sustentam as práticas dos policiais podem ser diferenciadas segundo estereótipos de gênero – o jovem como traficante e a jovem “que não presta” – há uma certa simetria nas maneiras como as relações entre eles e os policiais se desenvolvem.

Para os jovens, algumas práticas e gestos cotidianos se vêm modificados com a presença policial e os conflitos que ela desperta. Os espaços mudam, são ocupados por outras pessoas. Fica então a memória de outros agentes e atividades que



ocupavam os territórios. Alguns espaços do bairro se transformam em símbolos, motins de guerra, ocupados antigamente pelo “inimigo”. Como a quadra do Canitar.

Na quadra, onde antes tinha as baladas funk, há agora algumas crianças jogando futebol e uma mulher policial que sorri quando nos vê e continua olhando para as crianças. Ela está armada e vigia o espaço para ele não ser ocupado para outro fim. (caderno de campo, 31/09/12)

De um lado, a mídia tende a maximizar os avanços em termos de oferta em projetos sociais, bens culturais e espaços de sociabilidade para os jovens do Complexo do Alemão. Do outro lado, os jovens se sentem constrangidos em utilizar os antigos espaços do bairro, hoje transfigurados pela presença policial. Essa presença, tal como vimos, é problemática, e em última instância geradora de novas violências no bairro. Podemos então nos perguntar como esse controle cotidiano, nas circulações e as novas violências emergentes das interações do dia a dia no bairro, modificaram as relações sociais dos jovens. Uma análise rápida das ações dos programas sociais implantados no bairro permite ver que fora criada uma demanda muito forte, por parte dos jovens, em relação ao acesso à cultura e a outros modelos culturais. Tal demanda está relacionada com a possibilidade de circular em diversos mundos. Acreditamos que limitar esses jovens aos limites da favela torna-se um decréscimo em relação ao capital relacional e intensifica ainda mais a territorialização das relações e o trincheiramento em “pontos” e “buracos” do bairro (Misse, 1999, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos descrever as complexas relações entre jovens, violência, mídia e gênero. De um lado buscamos problematizar a ideia da juvenilização da violência, fenômeno que se observa no país, mas também em outras nações, de outro assinalamos que o fenômeno possui um marcante recorte de gênero uma vez que os jovens negros, pardos e pobres são as vítimas preferenciais de homicídio. Tais homicídios podem ocorrer entre os mesmos, mediante diversas modalidades de conflito, entre elas convivência com o narcotráfico e a polícia que é o caso de muitas favelas cariocas, como também como atores de violência, incluindo suas parceiras.

A entrada em cena de uma nova política de segurança nesse cenário, as UPPs, trouxe outros códigos para o cotidiano dos jovens. Um desses códigos relativo à presença ostensiva de policiais é a diminuição dos espaços de sociabilidade e o controle sobre a mesma na medida em que a formação de



pequenos grupos, mesmo para uma conversa, converte-se rapidamente em algo suspeito para a polícia.

O trabalho de campo demonstrou, contudo, o caráter irredutível de cada favela, cuja apreensão não admitiu formulações generalistas. As diferenças geodemográficas (de tamanho, localização, densidade populacional) somam-se as particularidades históricas, socioculturais e relações estabelecidas com a polícia e o tráfico local, originando comunidades únicas cujas interseções e divergências, ora promovem alianças e aproximações, ora motivam concorrências e ampliam distâncias.

O histórico de conflitos entre bandos armados decorrente da instabilidade no controle do território constituiu fator motivador da receptividade da UPP por certas comunidades (Morro da Formiga e as comunidades do Leme). Já no Complexo do Alemão o projeto de segurança, das UPPs encontra forte a resistência por parte dos moradores, sejam eles idosos ou jovens. O fator geracional é outra variável importante nesta equação. A resistência dos mais jovens, ao projeto das UPPs, é substancial e se contrasta com a adesão da parcela mais idosa de moradores. Além da interdição dos bailes funks ter agravado a demanda dos jovens por entretenimento, estes são considerados suspeitos, pela polícia e por facções criminosas de integrarem as fileiras do tráfico local, o que restringe sua circulação pela comunidade e pela cidade como um todo. A maior aprovação entre os mais idosos pode ser explicada pela sensação de segurança e direito de ir e vir garantidos pela contenção dos tiroteios, maior discricção na venda e consumo de drogas pela comunidade, diminuição na ostentação de armas. Ademais o enfraquecimento da “ditadura da juventude” que impunha suas regras a todos os moradores indistintamente, decorrente do recuo do tráfico, possibilitou manifestação dos desejos e reivindicação dos direitos da parcela mais idosa dos moradores das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. (1995). Discriminação racial e justiça criminal, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.43 pp. 45-63.

_____; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *Perspectivas*, São Paulo vol.13, n.4, pp. 62-74.

AFFONSO, A. (2012). As Unidades de Polícia Pacificadora na Mídia. In: *Anais do I Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*, Niterói, RJ.

BARROS, R., MARQUES, L., SANTOS, H. (2010). Favela multimídia: um tour virtual pelas comunidades “pacificadas”



pela polícia, numa série especial do jornal O Globo. In: Anais: XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Vitória, ES.

BOURDIEU, P. (1983) “A juventude é apenas uma palavra”. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 113.

CECCHETTO, F., CORRÊA, J., FARIAS, P., & MESQUITA, W.(2013). Os jovens das favelas e a pacificação dos territórios no rio de janeiro: estilos e estratégias de convivência com a violência criminal e policial In: VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, , Rio de Janeiro. Anais do VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde.

CERQUEIRA, D. (2012). Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. Economia aplicada, Rio de janeiro, v. 16, n. 2, p. 201-235.

DAMASCENO, A. P. P.(2014). Violência de Gênero e Pacificação: entre as leis do Comando e o comando das Leis. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DAS, V.; POOLE, D. (2004). Anthropology in the Margins of the State. Nova Delhi: Oxford University Press.

FACINA, A. (2009). “Não Me Bate Doutor”: Funk e criminalização da pobreza, In: V ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador. Anais do V ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.

FACHINETTO, R. F. (2010). Juventude e violência: onde fica o jovem numa sociedade sem lugares? In: ALMEIDA, M. G. B. (Org.). A Violência na Sociedade Contemporânea. 1ªed., Porto Alegre: EDIPUCRS.

FARIAS, J. Estratégias de Visibilidade, Política e Movimentos Sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas contra a violência policial. [Dissertação]. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2007

FASSIN, D. (2000). Les enjeux politiques de la santé. Études Sénégalaises, Équatoriennes et Françaises. Paris: Karthala.

FOUCAULT, M. (1984). Vigiar e punir: nascimento da prisão. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes,.



HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). (2006). O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond/Editora Fiocruz,

LEEDS, E. (2009) Serving States and Serving Citizens: Halting Steps toward Police Reform in Brazil and Implications for Donor Intervention. *Policing and Society*; Vol.17 (1).

LEITE, M. P. (2007) Para além da metáfora da guerra: Violência, cidadania, religião e ação coletiva no Rio de Janeiro. São Paulo: Attar Editorial/CNPq Pronex Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo.

MAIA, A. S. C. (2007). Jovens e Mídia: da periferia da cidade para o centro da página policial. In: Colóquio Mídia e agenda Social da ANDI. Rio de Janeiro.

MENDONÇA, K. (2011). O RJTV e a (re) urbanização do Rio: uma cartografia da violência no discurso telejornalístico de pacificação. In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, PE.

MISSE, M. . (1999). Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. (Tese) Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM) Universidade Candido Mendes.

_____. (2006). Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

_____. (2008). Notas sobre a Sujeição Criminal de Crianças e Adolescentes. In: SENTO-SE, J. T.; PAIVA, V. (Org.). Juventude em Conflito com a Lei. Rio de Janeiro: Garamond.

MONTEIRO, J. (2013) Os Efeitos da Política de Pacificação sobre os Confrontos entre Facções de Drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

MOURA, T. (2007), Rostos Invisíveis da violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras.

ORLANDI, E. P. (2008). Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Editora da Unicamp.



PÊCHEUX, M. (1997). O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 2ª ed. Campinas, SP. Fontes.

PERALVA A. (1996). "Democracia e violência. Notas sobre o caso do Rio de Janeiro". In Lua Nova.

_____. (2000). Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo : Paz e Terra.

RAMOS, D. O; PAIVA, A. (2005). Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. In: Boletim Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro: CESeC/Ucam, v. 9, p. 1-16.

_____. (2007). Mídia e Violência. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM.

RAMOS, S. (2009). Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas. Boletim Segurança e Cidadania, v. 13.

RIBEIRO, C.; DIAS, R.; CARVALHO, S.(2008). Discursos e Práticas na Construção de uma Política de Segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In: Justiça Global (Org.); Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll.

SCHRAIBER LB ; GOMES R ; COUTO MT. (2005). Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro - RJ, v. 10, n.1, p. 7-17

SILVA, F. C. A (2008) Juventude na Mídia Brasileira: estereótipos e exclusão. Revista Anagrama - Revista Interdisciplinar da Graduação. São Paulo.

SILVA, L. A. M. (2004). Solidariedade e Sociabilidade Violenta: Verso e Reverso da Moeda. Comunicações do ISER, v. XXIII, n.59, p. 104-110.

WAISELFISZ, J, J. (2013). Homicídios e Juventude no Brasil - Mapa da Violência 2013. Brasília. Secretaria Geral da Presidência da República.

ZALUAR, A. M.(1993). Nem líderes, nem heróis. In: RIZZINI, I. (org.). (Org.). A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio. Universidade Santa Úrsula - RJ: Editora CESPI.

_____. (1994). Cidadãos não vão ao Paraíso. Campinas: Editora UNICAMP / Editora Escuta.



_____. (1999) Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n.3, p. 03-17.

_____.(2001). Violence in Rio de Janeiro: styles of leisure, drug use, and trafficking. International Social Science Journal, Londres e Paris, UNESCO, v. LIII, n.no. 3, p. 369-379.

_____. (2004) Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.



9

Capitães da Areia: fragmentos de violência, vulnerabilidade e (des)cuidados de jovens pobres no Centro Histórico de Salvador, Bahia.

Ana Maria Fernandes PITTA

Psiquiatra

Margareth LEONELLI

Psicóloga

Ruy ALBUQUERQUE

Educador físico e coordenador da equipe

Maira RIOS

Assistente social, membros da Equipe Capitães da Areia

* Agradecimentos: Alane Menara, Caliandra Machado, Ednalva Maia, Rafael Tedesqui, Maria Célia Rocha, Mirian Gracie Plena de Oliveira, Patrícia Landim, Sandra Mendonça, Sandra Santos, Zilda Miranda, integrantes da Equipe Capitães da Areia, em diferentes momentos. Ao Projeto Axé, Defensoria Pública Estadual da Bahia e Ministério Público do Estado da Bahia, pela parceria e militância ética.



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Resumo O artigo busca descrever o cotidiano de violência e (des) cuidados a que estão submetidos jovens pobres, em situação de rua, que “habitam” o Centro Histórico de Salvador e são acompanhados pela Equipe Capitães de Areia, criada mediante uma ação civil pública desencadeada pelo Projeto Axé (arte-educação e inclusão social de jovens) que resultou no Termo de ajustamento de conduta que determinou à Prefeitura de Salvador-BA assistí-los nas suas necessidades psicossociais. Violência, drogas e exclusão compõem a introdução ao tema. Narrativas dos meninos e de profissionais da equipe aliadas a observações diretas no território foram utilizadas na construção etnográfica dos casos que compõem esta reflexão foram utilizadas como método. A internação compulsória em cárceres, quer em minoridade ou maioria, ou morte violenta é o resultado de políticas públicas débeis. A discussão pretende contribuir para que não sigamos testemunhas e cúmplices do extermínio de jovens, imprescindíveis na construção de uma sociedade justa e equitativa. Coerência, factibilidade e viabilidade das políticas públicas voltadas para o enfrentamento do abandono e exclusão desses jovens se fazem necessárias, com urgência.

Palavras-chave Saúde Mental, Toxicomanias, Juventude, Violência, Cidadania.

Abstract The article seeks to describe the daily violence and (un) care they are subjected to poor youth, the homeless, to "inhabit" the historic center of the city of Salvador, Bahia, and is accompanied by the Team Capitães da Areia, created by a triggered civil action by Axé Project (art education and social inclusion of youth) which resulted in the Terms of Behavior Adjustment determined that the City of Salvador, Bahia assist them in their psychosocial needs. Violence, drugs and exclusion compose the introduction. Narratives Boys and professionals allied to direct observations in the territory staff were used in construction of ethnographic cases that comprise this reflection were used as a method.

The compulsory detention in prisons, whether in minority or majority, or violent death is the result of poor public policy. The discussion aims to contribute to not follow Him witnesses and accomplices of the killing of young, vital in building a just and equitable society. Coherence, feasibility and viability were created to combat the abandonment and exclusion of these young public policies are needed urgently.

Keywords Mental Health, Drug Addiction, Youth, Violence, Citizenship



Juventude não é um conceito abstrato, é uma potencialidade, que se realiza por mais diversas performáticas ou que é abortada, deixando cruzeiros, desencantos, participando de violências várias, registros de cidadanias negadas. Juventudes na juventude sinalizam buscas por múltiplas cidadanias, pelo direito de reinventar direitos. (Mary Castro, 2014 [1]).

CONTEXTO

A rua sempre foi um lugar de vadios e de pessoas sem uma função socialmente legitimada por onde muitos passam e alguns moram. “O olho da rua, por exemplo, é o lugar extremo do abandono, daquele que está desprovido de tudo e jogado ao desamparo no território coletivo da não pertença, do não-lugar: a rua” (2).

Nas ruas do Centro Histórico de Salvador, na Bahia, crianças e adolescentes pobres se refugiam, buscam visibilidade e desenvolvem mecanismos de sobrevivência (transgressões, mendicância, furto, compra e venda de drogas, etc.) e assim se tornam “persona non grata” aos que circulam nos seus territórios. Neste mesmo espaço, onde há regras e ética próprias necessárias à sobrevivência, essas crianças e adolescentes se constroem. Vivem experiências, protegem-se, agredem e transgridem, ao mesmo tempo em que são violentados. (3). É uma área onde se observa uma grande concentração de crianças e adolescentes em situação de rua e risco social e pessoal, frequentemente em uso de substâncias psicoativas.

São meninos de rua... acostumados com perdas, são problemas pra sociedade. Infelizmente, este é o pensamento de muitos gestores que muitas vezes apenas fazem cumprir determinações formais para o atendimento a esse público tão discriminado. Mas pra nós não, eles são importantes, não para mantermos nossos empregos, mas por que enxergamos almas nesses meninos desvalidos de corpos falidos. (Maira Rios, equipe Capitães da Areia, 2014).

O CENTRO HISTÓRICO

O Centro Histórico de Salvador abrange o núcleo primitivo da cidade colonial e sua expansão geográfica até o final do século XVIII. “Da Praça Municipal - aberta em meio à densa mata tropical pelo primeiro Governador-Geral Tomé de Souza, em 1549 - ao Largo de Santo Antônio Além do Carmo, campo de batalha onde se enfrentaram soldados brasileiros e holandeses da Companhia das Índias Ocidentais em 1683, monumento da arquitetura civil, religiosa e militar compõe um



cenário dos séculos. Das Portas de Santa Luzia, que guardavam o limite sul da antiga cidade murada de taipa, até as grossas paredes do Forte de Santo Antônio Alem do Carmo, vigilante contra invasores do lado norte, o Centro Histórico de Salvador divide-se em três áreas que podem ser conhecidas de uma só vez: da Praça Municipal ao Largo de São Francisco, o Pelourinho e do Largo do Carmo ao Largo de São Francisco” (2).

Vários prédios em ruínas do Centro Histórico passaram a ser recuperados, isoladamente, nos últimos 30 anos; porém, a partir de 1991, este trabalho teve um grande impulso com a revitalização de quarteirões inteiros de antigas residências, conventos e igrejas. Existem mais de 800 edifícios com fachadas e interiores restaurados, dentre os quais alguns adaptados para novas funções devido à meta de revitalizar a área com fins culturais, turísticos e preservação do patrimônio histórico. Porém, por falta de uma política consistente de preservação do patrimônio histórico e de amparo às pessoas de baixa renda e sem domicílio fixo, residentes no local, o número de crianças, adolescentes e adultos que circulam pelas ruas em situação de mendicância e subemprego se acentuou nos últimos anos demandando políticas públicas competentes que intervenham e modifiquem tal situação.

OS CAPITÃES DA AREIA, DESAFILIADOS À PROCURA DE CIDADANIA

Numa pesquisa realizada pelo Projeto Axé, que desenvolve há décadas trabalho em arte-educação para inclusão social de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, em 1993, foram contados nas ruas de Salvador 15.743 meninos e meninas em situação de rua e vulnerabilidade social. O estudo, talvez defasado, ainda se sustenta quando ainda se observa uma expressiva presença desses meninos e meninas flutuando no Centro Histórico da cidade.

Através de uma ação civil pública desencadeada pelo Projeto Axé, mobilizado por um dos casos relatados a seguir. Para assistir aos meninos e meninas de rua do Centro Histórico necessitados de cuidados de saúde e proteção social, o projeto *Capitães da Areia* foi criado pelo Ministério Público da Bahia através de um Termo de Ajustamento de Conduta que determinou à Secretaria Municipal de Saúde de Salvador através da sua Coordenação Municipal de Saúde Mental, contratar e operar uma equipe multiprofissional para assistí-los. Caberia à Secretaria de Promoção Social e Trabalho o necessário abrigamento desses meninos, integrando o Sistema de Garantia de Direitos da Infância e Juventude determinado pelo Estatuto da Criança e Adolescentes (4)

A Equipe Capitães da Areia tem tentado implementar desde sua criação, em Abril de 2008, ações com vistas a



reduzir os danos ocasionados por essa situação vivida, transformando em estratégias de intervenção psicossocial a ida ao médico, à psicóloga, ao dentista, ao posto de saúde para tomar vacinas ou o acompanhamento para a retirada de documentos, ou mesmo o encaminhamento para um abrigo, escola ou alguma ONG que trabalhe a inclusão social, à Delegacia. Esses momentos são propícios ao fortalecimento de vínculo, a identificação de fatores de proteção, transmitindo noções de cidadania e direito de acesso aos serviços de saúde e assistência social, bem como a intervenções que promovam a auto-estima, o auto-cuidado e “empoderamento” dos meninos e meninas atendidos para utilização dos serviços.

A Equipe de Saúde Mental Capitães da Areia (ECA), locada no 19º Centro de Saúde do Centro Histórico, acompanha crianças, adolescentes e famílias nas suas demandas clínicas, de toxicomanias e de atenção psicossocial, e, desde 2009 assumiu o seu perfil e vocação de *Consultório de Rua*, sendo reconhecido como tal pelo Ministério da Saúde, quando, por ocasião do primeiro Edital de Consultórios de Rua-MS, 2009 (5), acolheu o projeto de pesquisa-ação encaminhado por uma integrante da equipe, que na ocasião buscava recursos para potencializar as ações no território. Recursos esses liberados pelo Ministério da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde em quatro parcelas, jamais executados pela equipe para melhor assistir as crianças e adolescentes em situação de rua e uso de substâncias psicoativas, e que se encontram ainda retidos no Município até o momento desta redação.

DROGAS & MARGINALIZAÇÃO

A utilização de drogas é entendido como uma resposta possível do sujeito ao mal-estar da civilização que é inerente tanto ao processo de formação das sociedades e culturas como também à própria constituição psíquica do ser humano[6]. Não será aqui aprofundada as determinações psíquicas do uso de substâncias, mas ao falar de trajetórias de jovens que as utilizam e constroem itinerários de prazer e violência como estratégias singulares e coletivas de enfrentamento da dor de viver, necessário se faz tangenciar explicações para um problema de saúde pública tão evidente no atual contexto. E aprofundar o olhar para infância e juventude é buscar explicar o cotidiano de relações da Equipe Capitães da Areia com seus usuários.

As crianças e adolescentes consomem diferentes drogas de acordo com suas constituições enquanto sujeitos, a idade, épocas do ano, etc. É maior no período do inverno e há uma queda no período do verão, tempos de euforia, festas, calor e descontração, onde há uma maior utilização do álcool, loló,



maconha e remédios desviados de suas finalidades médicas (2).

No contexto da rua, as drogas têm vários papéis, tais como: suavizar a fome e a dor, acalmar a alma, comemorar, encorajar para a luta, criminalidade e transgressão. Poucas são as crianças e adolescentes que convivem nesse espaço que nunca as tenham utilizado (3).

De acordo com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) no ano de 2003, Salvador se destacou, em relação às outras capitais brasileiras, pela maior proporção de jovens que relataram passar mais horas/dia (88,7% ficava 6 ou mais horas/dia) e estar a mais tempo em situação de rua (34,7% há mais de 5 anos). Nesta pesquisa aparecem também os seguintes dados: 87,9% das crianças e adolescentes pesquisados são meninos e apenas 12,1% são meninas; 50,4% estavam estudando, 45,4% haviam parado de estudar e 4,3% nunca foram à escola; 73% moram com a família, o que desmistifica o senso comum de que esta população não tem família e mora na rua, e a maioria procura a rua para sustento de si e/ou família (38,3%) ou por diversão, liberdade ou falta de outra atividade (22,7%); as formas de sustento mais encontradas são pedir dinheiro (35,5%), vigiar carros (32,6%) ou vender coisas (30,5%).

As drogas citadas como de maior uso foram as bebidas alcoólicas (cerveja, vinho, pinga e outras) e o tabaco (em frequência diária). A maconha foi a segunda droga mais citada como de uso diário. O uso de cocaína e derivados aparece como bem menor do que as drogas supracitadas e o consumo de medicamentos psicotrópicos foi relativamente pouco relatado em comparação a muitas das outras capitais no Nordeste. (7).

Entre os comportamentos de risco associados ao uso de drogas psicotrópicas, 34% relataram ficar mais bravos, soltos e irritar os outros; 26,2% relataram “ficar mole” e os outros os prejudicaram (roubaram, bateram); 23,4% relataram andar pelas ruas sem cuidado, com risco de ser atropelado; 20,6% relataram transar sem camisinha; 15,6% foram roubar; 2,8% já usaram drogas injetáveis. Sobre tentativas de parar ou diminuir o uso de alguma droga psicotrópica, 48,2% afirmaram ter tentado parar; 30,5% tentaram parar sozinhos; 5,7% tentaram com alguém de instituição (educador, assistente social); 4,3% com alguém da família; 4,3% com um amigo; 2,1% com alguém de igreja e 6,4% de outras formas (7).

Na atualidade o crack entra em cena e se associa ao álcool como drogas de maior uso. O IV levantamento de uso de drogas entre estudantes brasileiros considerou uma amostra de 50.890 crianças e jovens de 10 a 19 anos. Também neste estudo o álcool foi a substância mais consumida (CEBRID, 2010). Situação que permanece a considerar estudos mais recentes (8).



De acordo com a Política Nacional de Drogas, lei nº. [11.343, de 23 de agosto de 2006 \(8\)](#), a promoção de estratégias e ações de redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, deve ser realizada de forma articulada inter e intra-setorial, visando à redução dos riscos, das conseqüências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade. Sendo amparada pelo artigo 196 da Constituição Federal, como medida de defesa dos Direitos Humanos, intervenção preventiva, assistencial, de promoção da saúde (8).

A Política de Redução de Danos tem como uma de suas diretrizes a diminuição do impacto dos problemas socioeconômicos, culturais e dos agravos à saúde associados ao uso de álcool e outras drogas. Além de garantir às crianças e adolescentes o direito à saúde e o acesso às estratégias dessa política, conforme preconiza o Sistema de Garantia de Direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (4), preocupando-se menos com o não uso de substâncias, garantindo assim aos usuários seus direitos fundamentais respeitados.

Diante do exposto, torna-se fundamental, no que diz respeito ao direito à saúde, promover ações que orientem este público em relação ao uso e abuso de Substâncias Psicoativas (SPAs) através de ações de saúde pública que envolvam práticas de promoção e prevenção em saúde que busquem minimizar os riscos decorrentes da situação em que se encontram as crianças e adolescentes em situação de rua.

CONSULTÓRIO DE RUA CAPITÃES DA AREIA

A estratégia “consultórios de rua” prescrita pelo MS nos seus editais e portarias, atraiu a atenção da ECA, na medida em que rompe com os modos clássicos dos técnicos aguardarem a clientela nos seus consultórios. Também intervém na habitual atitude de retirar a qualquer custo os meninos da rua e recolhê-los em espaços prisionais e/ou disciplinares. Evitam ainda uma atitude contemplativa de observar a errância das crianças e jovens, sem apresentar-lhes alternativas substitutivas à situação de rua e ao consumo de drogas.

Tecnologia inovadora e adequada aos propósitos da Equipe Capitães da Areia – ECA que já trabalhava assistindo adolescentes e crianças em situação de rua, a estratégia de “Consultório de Rua” veio a calhar no sentido de reforçar “o olhar para fora” da equipe, instituindo a rua como o cenário principal da cena clínica e psicossocial: uma viatura, bancos, brinquedos, material educativo, disposição para conversas, brincadeiras, diálogos motivacionais para o tratamento, encaminhamentos, acompanhamentos. De um modo esquemático a o Projeto Capitães da Areia” assim se organiza:



Objetivos	
Prestar atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, que se encontram em situação de rua, envolvidas com uso de substâncias psicoativas, por meio de ações que visem à promoção, prevenção e recuperação incluindo-os como sujeitos dos seus cuidados, associando-se assim aos movimentos de Direitos Humanos e Cidadania dos usuários (“recovery”).	
Objetivos Específicos	Estratégias de Ação
Implementar ações de promoção, prevenção e recuperação à saúde e de redução de danos relacionados ao uso de substâncias psicoativas;	<ul style="list-style-type: none">- Identificar demandas emergenciais e fazer primeiros encaminhamentos;- Fazer articulação entre o público alvo e o 19º Centro de Saúde do Pelourinho, o CAPS AD Gregorio de Matos, FAMEB-UFBA, Centro de Saúde São Francisco (DST/Aids) a partir das demandas apresentadas;- Realizar atendimentos biopsicossociais <i>in loco</i> (na rua), e no Centro de Saúde, na lógica da Redução de Danos;- Desenvolver atividades que contribuam para a reinserção social e familiar, valorização dos direitos humanos e da cidadania;
Articular e promover ações intersetoriais com as demais instituições de atenção às crianças e adolescentes nas áreas da saúde, educação, cultura, esporte e lazer, justiça através de encaminhamento implicado;	<ul style="list-style-type: none">- Realizar visitas às instituições com o intuito de articular a rede;- Buscar instituições parceiras que já realizem trabalho na área de atuação para facilitar o acesso das crianças e adolescentes;- Fazer articulação entre o público alvo e demais instituições que realizem trabalhos voltados a esta demanda;- Realizar palestras e oficinas educativas sobre saúde e uso de substâncias psicoativas, como também sobre temas transversais através de atividades lúdicas, culturais e de lazer;- Incentivar práticas de auto-cuidado e promover reflexões em torno do valor da vida;- Promover a inclusão das crianças e adolescentes em programas sociais;
Conhecer o perfil das crianças e adolescentes em situação de rua do Centro Histórico de Salvador;	<ul style="list-style-type: none">- Percorrer o território do Centro Histórico para realização de mapeamento e identificação das áreas de permanência e circulação;
Realizar ações que promovam a formação de vínculos;	<ul style="list-style-type: none">- Elaborar as estratégias para a formação de vínculo entre crianças/adolescentes e profissionais a partir dos contatos com os meninos e famílias.- utilização de lanches, roupas como “objetos transacionais” na construção de vínculos (Winnicott)
Promover ações de estímulo à escolarização e ampliação do universo informativo e cultural;	<ul style="list-style-type: none">- Elaborar as estratégias a partir dos contatos entre as crianças/adolescentes e profissionais no território (Paulo Freire);
Implementar ações de prevenção das DSTs e AIDS;	<ul style="list-style-type: none">- Distribuir preservativos e materiais informativos;
Orientar e/ou encaminhar as famílias das crianças e adolescentes de acordo com suas demandas.	<ul style="list-style-type: none">- Identificar as famílias das crianças e adolescentes;- Realizar visitas domiciliares.- Orientar e acompanhar famílias nas suas demandas.



QUATRO CASOS, SEUS ITINERÁRIOS E DESTINOS

Na impossibilidade de recompor nesse relato todo o percurso de seis anos de trabalhos ininterruptos de uma equipe multiprofissional com muitos meninos e meninas e suas famílias e/ou interessados, elegemos quatro casos típicos para revelar o que acontece na vida dos meninos, rapazes... capitães da areia, e como a Equipe Capitães da Areia- ECA os tem acompanhado. Metáforas de vidas e itinerários de resiliência naquele território.

Caso 1

Wilson, nascido em 01.08.94, natural de Barueri, SP, filho de Rosa, falecida, e pai desconhecido, tem como referência familiar sua avó materna, D. Maria, residente em Iaçu, BA e um tio, residente no mesmo endereço. Segundo informações do adolescente, a genitora faleceu vítima de diabetes e alcoolismo, quando ainda era muito pequeno, deixando-o sob cuidados da avó. Afirma que sua avó não gostava dele por seu comportamento e gosto pela rua. Aos nove anos, fugiu de casa, seguindo para Salvador onde passou a frequentar o Centro Histórico, permanecendo até a presente data. Em 2008, através da Segunda Vara da Infância e da Juventude, foi encaminhado para CASE em sistema de internação provisória e, posteriormente para Iaçu, cumprindo medida socioeducativa em regime de liberdade assistida. O Conselho Tutelar local participou do acompanhamento do seu caso. No entanto, o adolescente não respondeu às determinações judiciais, retornando para Salvador.

Os primeiros contatos com a equipe Capitães da Areia foram realizados em setembro de 2008 em abordagem de rua. O adolescente apresentava, nesse período, alterações de comportamento que sugeriam um quadro de psicose. Conhecido pela maioria dos frequentadores do Centro Histórico, inspirava preocupações de moradores e organizações, especialmente o Projeto Axé, que tomando-lhe como mote, induziu a formação do pacto entre o Ministério Público e a Prefeitura de Salvador (SMS), com o objetivo de atender de forma responsável, aos meninos em situação de extrema vulnerabilidade biopsicosocial. Em março de 2009, W.R. faz o primeiro acesso ao 19º Centro de Saúde (sede da Equipe Capitães da Areia) e, nessa ocasião, mostra-se constrangido com sua aparência (“*tô sujo, rasgado*”...). Responde às solicitações de forma lacônica, anima-se com a oferta de lanche, aceita jogar dominó e surpreende a equipe com os cálculos aritméticos e atenção demonstrada no jogo. Passa a frequentar as oficinas e, aos poucos, o espaço do Capitães da Areia vai se constituindo como referência para ele. No padrão demandante (lanches e roupas), estreita o laço com



a equipe, ao tempo em que vai desenvolvendo preocupação com o corpo. Demonstra incômodo sempre que solicitado a falar de sua história. Afirma que só vem à unidade quando não faz uso de drogas.

Em novembro de 2010, recorre à equipe diante de ato de violência cometido contra ele por um traficante da área. Foi queimado com ácido, o que produziu severas feridas em toda região torácica e nas costas (cartografia da violência!). Foi mantido nesse estado em “prisão domiciliar” pelo tráfico até quando sua liberação para atendimento médico foi negociada por um agente comunitário. Após várias manobras com o Conselho Tutelar, é encaminhado para o abrigo Dom Timóteo, em situação excepcional, já que sua idade ultrapassava os critérios da instituição. Evade com poucos dias de abrigamento e volta às ruas onde se recupera de forma surpreendente das queimaduras.

Nos encontros com os técnicos da equipe, Wilson formula demandas de abrigamento no “Bahia Acolhe” (abrigo público de Salvador). Na tentativa de efetivar seu pedido, percorrem-se as seguintes etapas: o Conselho Tutelar, que nega sua participação em virtude de antecedentes de evasão de abrigos do adolescente. A conselheira afirma que essa determinação partiu da 1ª Vara da Infância para onde a equipe seguiu acompanhada do adolescente; lá, foram encaminhados para o setor de abrigamento onde obtiveram a informação de que o juiz estava de férias e que a juíza substituta só poderia atender quando concluísse as inúmeras audiências de família que estava realizando. O adolescente foi devolvido às ruas depois de cinco horas de tentativas frustradas.

Wilson continua em contato com a equipe na unidade, não parece empolgar-se com as impressões de Tiago (companheiro de rua) sobre o CAPS ad. No entanto, alguns dias depois, retorna à unidade e reedita a conversa que teve com o amigo, mostrando-se curioso em relação à instituição e ao tratamento. Nesse mesmo dia, a equipe seguiu com Wilson e Tiago para uma visita ao CAPS ad. Wilson mostrou-se feliz com a recepção, aceita oferta de banho e roupas, mas propõe retornar para o Centro Histórico, comprometendo-se a voltar ao CAPS na próxima semana. Ainda nesse dia, de volta às ruas, demonstra alegria com a aparência, distribui abraços e recebe elogios. Observa-se que a relação de Wilson com as drogas passa por alterações. Não é mais encontrado nas ruas sob efeitos tão severos de substâncias psicoativas. Informa sobre seu vínculo com uma psicóloga da Aliança de Redução de Danos-UFBA, a quem procura com regularidade. Aceita o tratamento no CAPS ad distante cerca de 20 km, e sua frequência é garantida pela equipe, sendo levado diariamente no carro da ECA para a instituição durante o tempo que lá permaneceu. Após intensas negociações, a equipe consegue vaga no Centro de Triagem, localizado na Barroquinha, onde o



adolescente passa a dormir. No curso do tratamento no CAPS, infringe uma das regras do contrato de convivência e é suspenso por alguns dias, passando a circular novamente no Centro Histórico e a comportar-se com os códigos da rua. Foi apreendido por tráfico de drogas e ficou em internação provisória na CASE. Encontra-se respondendo a processo criminal e, como medida temporária do juiz, passou a ser abrigado na “Casa Amarela”(abrigo público) e reencaminhado para tratamento no CAPS. Envolve-se em furtos no Centro Histórico, passa a ser ameaçado por traficantes da área, motivo pelo qual, o abrigo questiona a permanência do adolescente na instituição. Em meio a essas ponderações, o adolescente evade, retornando para as ruas onde passa a correr riscos derivados dessas ameaças. A equipe buscou, através do Ministério Público, medidas de proteção, entretanto, sem sucesso. Em 2013 foi preso em flagrante com 10 pedras de crack. Já com 18 anos foi levado para DTE e em seguida para a Cadeia Pública do Estado, onde permaneceu por aproximadamente por 07 meses. Liberado, referiu desejo de ir para casa da avó no interior. Com a intermediação da equipe, viajou e lá permanece há um mês.

Caso 2

Tiago, nascido em 09.05.1993; pais falecidos, analfabeto.

Segundo informa o adolescente, a mãe faleceu de câncer de pulmão quando ele tinha dez anos e o pai (que não o registrou), faleceu logo em seguida por causa das drogas. A versão sobre as mortes dos pais varia de acordo com os técnicos que o escuta. Já relatou também que o pai foi assassinado em sua frente e tinha na ocasião doze anos, “me abracei com ele todo ensangüentado”, lembrança que não lhe sai da cabeça. Afirma que tal episódio foi responsável pelo início precoce do consumo de drogas. Aproximou-se de amigos usuários de maconha, experimentou a droga e sentiu-se reconfortado com os efeitos produzidos. Diz que foi muitas vezes agredido pelo pai e que até pouco tempo sofria com sequelas das agressões, uma das últimas lembranças dele foi um “soco” desferido em seu nariz que passou a sangrar por muitos anos. À mãe refere-se de forma carinhosa, emociona-se com as lembranças e afirma: “mesmo quando ela me batia eu não me zangava”. Assinala que sempre que é solicitado a falar dos pais “vem um sentimento de ódio e vingança” em relação às pessoas que os maltrataram, em especial aos policiais que, segundo afirma, atiraram no pai. Ainda de acordo com essa versão, sua mãe faleceu logo em seguida, deixando-lhe e a sua irmã, sob o cuidado de uma tia. (sabe-se que tanto o pai quanto a mãe eram envolvidos no tráfico de drogas no Centro Histórico).



Após a morte do pai, já com quinze anos mudou-se com a irmã para um bairro “muito ruim”. Nessa ocasião já frequentava as bocas de fumo, consumia e vendia drogas. Ainda nessa fase chegou a sair de casa por um tempo para morar com um traficante. No circuito do tráfico conheceu muitas mulheres e passou por “muitas perturbações”, pois os amigos estavam sempre lhe advertindo que essas mulheres eram “aidéticas”. Impressionado, achou que havia contraído a doença, foi quando resolveu vingar-se cometendo homicídio (essa versão também sofre variações). Julgado, cumpriu medida sócio-educativa em restrição de liberdade. Entre idas e vindas residiu com uma tia no Pelourinho e com uma irmã em Pirajá, local onde praticou alguns furtos que lhe rendeu ameaças de morte e consequente fuga da região. No Centro Histórico fazia uso abusivo de crack, vivia em situação de rua ao tempo que participava do tráfico de drogas. Os primeiros contatos com a equipe Capitães da Areia aconteceram quando Tiago estava sendo acompanhado pelo Projeto Axé. Logo manifestou sua vontade de deixar as ruas e livrar-se do crack. Referia-se a uma facção do tráfico como sendo sua família e acrescenta “mas se falhar sou torturado ou sou morto”. Relata ter visto muitos companheiros morrerem sentenciados pelo tráfico e por isso teme continuar no “comando”.

Ao longo dos encontros com a equipe, relata um rol de episódios de violência dos quais foi vítima assim como também uma série de atos violentos praticados por ele.

No segundo semestre de 2010 M. desapareceu do Centro Histórico. Procurado pela equipe sua tia informa que Tiago havia sido assassinado por traficantes e que nessa operação também assassinaram sua irmã. Descobriu-se, no entanto que o mesmo estava escondido do tráfico sob a proteção de uma igreja evangélica - tratava-se de uma comunidade terapêutica de onde foi suspenso por uso de drogas. Questionado diz “não suportava mais passar a maior parte do tempo só rezando”. Retorna então as ruas do Centro Histórico, retoma o envolvimento com o tráfico e usa intensivamente o crack. Sua aparência revela bem as condições de sobrevivência que descreve. Foi encontrado por um técnico da equipe deitado na porta da igreja na companhia da tia que aguardava caridades na fila do pão. Debilitado, desnutrido, foi quando mostrou as mãos severamente inflamadas proveniente de queimaduras. Descreve então que foi flagrado por policiais militares vendendo drogas e para que confessasse a origem das substâncias molharam suas mãos com álcool e acendendo um isqueiro atearam fogo, levaram com eles o dinheiro e o restante da droga liberando-o em seguida. À propósito, a equipe Capitães da Areia, através de relatório de caso, encaminhou denúncia ao Ministério Público Estadual.

Tiago assegura não ter mais forças para dormir nas ruas, a equipe tenta abrigá-lo no Centro de Triagem da



Barroquinha, mas sem êxito, pois o adolescente não portava documentos além de ser menor de idade, mesmo estando a cinco dias para completar dezoito anos. Com a tia foi possível encontrar sua certidão de nascimento (único documento que possuía). Em meio a essas providências Tiago refere desejo de internar-se em um Centro de Recuperação. Foi quando a equipe lhe apresentou ao CAPS AD. Passa então a frequentar diariamente o CAPS para onde se desloca diariamente, cerca de 20 km, no carro do Consultório de Rua Capitães da Areia. Em paralelo já com dezoito anos completos é reencaminhado para o Centro de Triagem onde obtém abrigo. Sua permanência nesse local é sortida de queixas sobre seu comportamento. Em agosto de 2011 a equipe foi informada pelo próprio adolescente sobre um incidente ali ocorrido: Tiago havia ateado fogo na roupa de outro usuário por este ter mexido em seus objetos pessoais “fiquei com muita raiva, nem pensei”. Demonstra arrependimento com o ato cometido. A instituição não mais o aceitou, tampouco oficializou com a equipe sua expulsão. Após contatos com sua tia repactuou-se seu retorno para a casa da mesma. Foi formalizada uma queixa na Delegacia do Turismo no Centro Histórico e Tiago é intimado para depor. A equipe intermedia esses tramites e garante a presença do adolescente no dia marcado da audiência. Tiago solicita a presença de sua técnica de referência para acompanhá-lo. Em setembro de 2011 na audiência o delegado recusa-se a ouvir Tiago sob a alegação de que o mesmo estava sob efeito de drogas. Não foram considerados os argumentos da técnica que indicavam o estado de ansiedade do adolescente, que na circunstância não conseguia comunicar-se fluidamente, dificuldade que se agravava na medida em que escutava do delegado que sua vida não valia de nada e que já estava na hora de morrer etc. Na segunda audiência o delegado estava mais moderado e o indiciou por crime de lesão corporal desviando-se da intenção inicial, da primeira audiência, de indiciá-lo no crime de tentativa de homicídio.

Tiago mantém o seu tratamento no CAPS Ad , participa de atividades durante o dia, de acordo com os protocolos do tratamento, e a noite retorna para a casa da tia. O crack não faz mais parte de seu repertório e o uso da maconha passa a ser feito de forma controlada. Junto com a equipe tirou seus documentos, RG, CPF, título de eleitor, alistamento e carteira de trabalho no SAC do Shopping Barra, primeira vez que entrou em um shopping “não sabia que existia esse mundo”. O vínculo com sua técnica de referência existe e a ela recorre em muitas circunstâncias de vida. Em tom de brincadeira lhe chama de mãe e esboça o desejo de tatuar o nome da mesma em seu braço. “Desde que iniciamos esse tratamento intensivo já obtivemos algumas conquistas que para quem conhece a história de Tiago sabe que são expressivas” Esse jovem mora hoje com a tia senhora tem endereço fixo, deixou de usar o



crack e faz uso controlado da maconha, tratava-se de um indivíduo impulsivo em todas as suas ações e com acompanhamento a forma de lidar com outras pessoas vem mudando gradativamente.” (Técnica de referência)

No percurso do tratamento no CAPS é suspenso por utilizar maconha na instituição. A equipe Capitães da Areia surpreende-se com a determinação, argumenta que a exposição às ruas e ao tráfico nessa altura do tratamento poderia ser bastante danosa ao adolescente e colocava em risco o seu processo terapêutico. Tiago suporta bem os sete dias de suspensão e retoma o tratamento. Em outubro de 2011 envolve-se numa briga e é novamente suspenso por uma semana. Apreensiva a equipe aciona estratégias de atendimento sistemático e Tiago, retorna ao CAPS, dessa vez seu projeto terapêutico é revisado e seu tratamento passa a ser semi-intensivo. Envolve-se novamente em uma briga e a partir desse episódio recebe “alta administrativa”.

Retorna às ruas, ao uso de drogas e ao tráfico. Soube-se recentemente que Tiago saiu da casa da tia, encontra-se morando com um vendedor ambulante com quem também está trabalhando.

Caso 3

Alberto, nascido em 11/08/93, gosta de ser chamado de Ricardo. No primeiro contato com a equipe Capitães da Areia em agosto de 2009 o estado geral era precário, encontrava-se muito emagrecido, tinha 15 anos e informa que cursou até 3ª série do ensino fundamental no Colégio Vivaldo Costa Lima, no Pelourinho. A relação com a rua e com as drogas lhe impede de fazer planos de retomar a vida escolar. Tem como responsável, sua genitora Rosa, do Movimento dos Sem Teto na área do Comércio, e atual moradora da Gameleira, juntamente com seus três irmãos menores. Acrescenta que a família morava em Alto de Coutos, quando os pais se separaram e então, mãe e filhos, foram morar no “acampamento” do Comércio. Quanto ao pai, nesse mesmo período, sofreu “um ataque cardíaco” enquanto mergulhava numa pescaria com amigos, falecendo em seguida. Após a morte do pai, Alberto afasta-se da família, sob o pretexto de que existiam no “acampamento” pessoas que não gostavam de seu pai. Nas ruas iniciou o consumo de drogas e às vezes em que retornava para casa era mal recebido pela mãe e pelos irmãos, que lhes chamavam de “fumador de pedra”. .Acusavam-no também de só ir em casa para roubar. Diz sentir-se “constrangido”, pois reconhece o quanto a mãe batalha para sustentar os irmãos menores e ele em vez de ajudá-los, está nas ruas usando drogas. Acrescenta que a mãe é usuária de tabaco e de cocaína, o que não a retira de suas responsabilidades cotidianas.



Sobre os principais problemas enfrentados na rua assinala a fome como o pior, refere-se também a “maldita” droga (crack) e a insegurança em relação aos espaços para dormir.

Demonstra facilidade na formação de laços sociais, não tem antecedentes de conflitos na rua. Acrescenta que seu melhor amigo é Wiliam Islan (morto por arma de fogo logo após a entrevista), com quem gosta de brincar de luta.

Tem antecedentes de contatos com o Conselho Tutelar, em virtude dos vários abrigamentos no D.Timóteo e Bahia Acolhe (abrigos públicos para jovens), locais que não conseguiram lidar com sua relação com as drogas e com a rua – fugia sempre..

Sobre o consumo de drogas refere-se à maconha, cigarros, cachaça, cola e crack. Para adquiri-las utiliza o expediente da mendicância e de pequenos furtos a turistas. Até ali, as infrações cometidas não resultaram em medidas punitivas.

O adolescente passa a freqüentar a ECA, sempre que se encontra em apuros. Relaxa, muitas vezes dorme do sofá da sala de atendimento e utiliza-se do discurso da redução de danos, quando afirma que o tempo em que se encontra na instituição está protegido do consumo de drogas.

Durante as manhãs, horário de maior fluxo de turistas, sente-se mais vulnerável ao consumo das drogas.

Em agosto de 2010, chega a unidade chorando muito, com queixas de falta de ar e dores nas costas. Sintomas que porta há 04 dias e que se agravaram com a baixa temperatura, nas noites ao relento. Diante da impossibilidade de avaliação no próprio Centro a equipe providenciou uma consulta no Centro de Saúde São Francisco, ao tempo que contactou com o Centro de Triagem, com vistas à garantir abrigamento após consulta. Inicia-se aí um sofrido ciclo de dificuldades para a equipe e especialmente para o menino já bastante debilitado. O Centro de Triagem nega abrigamento, sob a alegação de que “as regras mudaram”, adolescentes com antecedentes de evasão e ou maiores de 14 anos não seriam mais aceitos. Negaram também um banho: ”Só para internos”, mas terminaram cedendo nessa demanda, o que gerou após o banho, melhora no estado geral do adolescente e lhe deu alguma força para seguir na batalha para atendimento médico e abrigamento. Reiniciaram-se os contatos para abrigamento e obtiveram-se informações de que o prazo para o abrigamento assim como para a participação do Conselho Tutelar não poderia ultrapassar as 17 h. A equipe dividiu-se de forma a tentar garantir atendimento médico ao adolescente, exigência do abrigo, para buscar o encaminhamento para o abrigamento no Conselho Tutelar e para negociar com o abrigo, caso a consulta médica avançasse para além dos prazos implacavelmente estabelecidos. A consulta médica não



aconteceu após longo tempo de espera, a coordenadora do Bahia Acolhe não aceitou o adolescente sem diagnóstico e não concedeu o benefício de uma nova peregrinação para avaliação médica no que foi contrariada por uma A. Social que acompanhou a equipe e adolescente nessa outra etapa. Diagnosticado com princípio de pneumonia voltam todos para o abrigo e novamente são hostilmente recebidos pela coordenadora, mas foi “acolhido”. Alberto, como qualquer humano nessas circunstâncias, fragilizou-se mais ainda, e segundo informações do Serviço Social do abrigo vomitou muito durante a noite. Fugiu 03 dias depois. Segundo uma técnica da equipe que o acompanhou “diante de tudo isso, a rua parece menos hostil”. A condição física do adolescente, faz com que o mesmo insista em novo abrigo. As mesmas resistências por parte da Coordenadora do Abrigo se apresentam. Dessa vez a equipe acionou o diretor da Adra (terceirizada administradora do abrigo), este então autorizou pessoalmente a operação de acolhimento. Alberto foge do abrigo após alguns dias.

Em 23/10/10 comparece a Unidade e é maltratado pelo segurança do Centro de Saúde. Mostra-se satisfeito com a defesa feita pela técnica de plantão que pôs em questão o desrespeito aos seus direitos de cidadão.

A equipe providencia visita do adolescente ao CAPSad, distante 20km, e ele aceita se tratar. Providencia-se que o carro da Equipe Capitães da Areia o leve pelas manhãs. O carro do CAPS Ad o traria de volta

Em 07/12/10 comparece a unidade com queixas de dores provocadas por furúnculos. Avaliado pela enfermeira é encaminhado ao Pronto Atendimento para reforço da antitetânica e dreno dos furúnculos. Combinou-se que retornasse no dia seguinte pois o carro estava indisponível para fazer o transporte naquele turno. Abandona o tratamento no CAPS.

Em encontros nas ruas Alberto pede desculpas por recuar do projeto de tratamento. Diz também não querer visitar a mãe para não roubar suas coisas para comprar droga e deixá-la chorando.

Em 10/12/10 Retorna a Unidade muito machucado. Afirma que foi espancado por um policial militar após reagir aos seus xingamentos com ofensas verbais do mesmo nível.

Avaliado por enfermeira da Unidade que recomenda exames radiográficos capazes de detectarem possíveis fraturas.

O Conselho Tutelar da região, sob o argumento “de que não é de nossa alçada”, recusa-se a participar do encaminhamento para exame traumatológico, mesmo após testemunhar o estado do adolescente. A equipe seguiu para clínica ortopédica do Barbalho, mas os médicos estavam em greve. Decidiu-se pela emergência do Hospital Geral. Lá o Serviço Social solicita presença do Conselho Tutelar por se



tratar de menor, morador de rua. O Conselho Tutelar também se faz necessário para a obtenção de guia para abrigo, mas recusa novamente a participar do processo.

O Ministério Público é acionado e autoriza o Conselho a providenciar a expedição de guia para abrigo através do Juizado. O Serviço Social do Hospital compromete-se a acionar o Conselho Tutelar logo que o adolescente obtenha alta.

O adolescente é liberado do Hospital na mesma noite, às 22h, sem a presença do Conselho e segue sozinho de volta para o Centro Histórico na carona de um ônibus, segundo suas informações.

Alberto continua freqüentando a Unidade, recusa as propostas para iniciar tratamento no CAPSad, no que pese tenha, com seu discurso, sensibilizado Tiago a conhecer o Centro de tratamento.

O Centro Histórico nesse período do ano fica sortido de turistas, o que desperta interesses variados no adolescente, que ora está na posição de guia turístico, ora como pedinte.

Não perde o contato com a equipe e em março de 2011 agendou-se uma visita com ele no Bahia Acolhe para onde foi levado pelo Projeto Axé. No entanto não foi encontrado no abrigo. Coordenadora e educador da instituição fornecem informações diferentes sobre a evasão.

Encontrado nas ruas, se diz “constrangido” com suas dificuldade de adesão a abrigos e tratamentos propostos.

Atualmente freqüenta menos a unidade Não cumpre as variadas combinações feitas com a equipe para realização de visita familiar.

Foi encontrado na praça chorando muito, com os pés machucados e com outros sinais de que tinha sofrido violência física. No processo de encaminhamento para o Centro de Saúde, a equipe fez contato com sua mãe, esta também o acompanhou para o atendimento. D. Serafina mostrou-se acessível à equipe e carinhosa com o filho. Aceitou comparecer à Unidade, mas ao estilo do filho, não retornou.

Caso 3

Felipe, pais falecidos e usuários de drogas que o iniciaram no consumo, não sabe precisar idade ou tempos de rua e consumo de drogas.

Os primeiros contatos com a Equipe Capitães da Areia datam de dezembro de 2008 nas ruas do Centro Histórico quando se mostrava muito arredio e resistente à aproximação e as primeiras informações sobre ele foram fornecidas por educadores do Projeto Axé. Somente em julho de 2009 a Equipe conseguiu um contato mais próximo, quando foi encontrado na Praça da Sé, juntamente com outros três adolescentes e levados para o 19º C.S. para fazer avaliação



odontológica. O dentista constatou que seus dentes estavam em bom estado precisando somente de algumas pequenas restaurações e uma limpeza. Durante a permanência na Unidade, se mostrou tranquilo e receptivo. Contou que seus pais são falecidos, que a mãe usava crack e o pai “bebia cachaça de macumba”. Começou a usar crack com a mãe. Quando esta largava o cachimbo ele fumava e que ela faleceu de cirrose, quando ele tinha cinco anos e que, então, foi morar com o padrasto em Plataforma e, depois, com uns tios no mesmo bairro. Que estudou até a segunda série, embora não saiba ler nem escrever. Participou de alguns projetos e aprendeu percussão, capoeira, acrobacias e malabares no circo Picolino.

A Equipe procurou o Circo Picolino, onde informaram que ele não se adaptou à convivência com os outros participantes e teria criado alguns problemas. Por isso, não o aceitavam mais.

Em 03/09/2009 vai ao encontro da Equipe dizendo querer ir para um abrigo e que havia quatro dias que não usava crack. A Equipe o levou ao C.S. São Francisco para tomar vacinas, mas, ao presenciar uma criança chorando após ser vacinada, desistiu.

Em 28/10/2009, deu entrada na CASE-SSA para cumprir internação provisória devido a assalto no qual roubou uma bolsa com os pertences de uma turista japonesa. Relata que, no ato da sua prisão, foi vítima da violência policial, sendo atirado dentro de uma lata de lixo, onde havia escondido o produto do roubo. Sua internação foi revogada, sendo encaminhado, por ordem judicial, para o Abrigo D.Timóteo, até o julgamento com audiência marcada para o dia 28/01/2010. Porém, evadiu-se.

A relação com a Equipe começa a se estreitar com encontros cada vez mais amistosos. Em 12/04/2010, compareceu espontaneamente à sala da Equipe, no 19º C.S. buscando atendimento para um ferimento na mão direita, segundo ele, produzido pela sombrinha de uma senhora que ele tentou ajudar a abrir. Foi conduzido à sala de enfermagem para curativo e orientado nos devidos cuidados e retorno para novos curativos, o que, como é comum nessas situações, não aconteceu. O relacionamento segue melhorando não mais se mostrando agressivo nem resistente à aproximação da Equipe.

Os meses se passaram com Felipe sendo visto e acompanhado na região da Praça da Sé e Terreiro de Jesus, assediando turistas fazendo malabares com coco ou simplesmente perambulando pela área, quase sempre sob efeito de SPA, muito frequentemente álcool.

No dia 14/07/2010 a Equipe o encontrou na Praça da Sé, com uma aparência bem melhor que das últimas vezes, e dizendo que estava no “Abrigo”.



Passa a ser encontrado mais vezes, sem o efeito de SPA. No dia 04/05/2011, comparece à Unidade solicitando à Equipe que o encaminhe a um Abrigo, pois, não quer mais ficar na rua.

Foi levado ao Conselho Tutelar da Barroquinha para o devido procedimento, mas foi a Equipe Capitães da Areia que conseguiu fazer o encaminhamento para o Abrigo “Casa Amarela”. No dia seguinte, segundo informação da responsável pelo Abrigo, Felipe chegou alcoolizado, brigou com outro adolescente e quebrou um vidro da casa. Quando soube que iria para a Delegacia (DAI), fugiu.

Em 15/09/2011, comparece à Unidade informando que ficou “uns dias” na CASE-SSA, por roubo de “pequenos objetos” e que havia sido agredido por guardas municipais. Estava dormindo na “Casa Amarela” e deseja frequentar o CAPS, pois não gostava do Abrigo por ser muito cheio e desorganizado.

Em 17/10/2011, a Equipe é informada por um Educador do Axé de que Felipe estava preso da DELTUR, acusado de roubo, juntamente com duas mulheres, as quais são acusadas por ele como as autoras do delito. A Equipe providenciou, através da DAI, a documentação comprovando que ele ainda era menor de idade. A Delegada disse que o liberaria depois de interrogá-lo.

Em 21/11/2011, o Projeto Axé contata a Equipe com a informação do assassinato de Felipe. A Equipe começa uma busca e o encontra no HGE, atendido com um ferimento na cabeça por faca, mas, sem correr risco de morte. Os profissionais do HGE relatam que ele não ajuda, não dá qualquer informação, o que só acontece na presença da Equipe Capitães da Areia. Enquanto a Equipe tenta um abrigo para Felipe através do Conselho Tutelar, que dificulta muito essa ação, o adolescente foge do Hospital, no meio da noite.

Em 23/11/2011, Felipe vem à Unidade em busca de socorro médico com aparentes fraturas nos braços e pernas, segundo ele por espancamento de policias. Em aparente uso de crack – estava com um cachimbo na mão, alcoolizado e sem alimentação. Foi acionado o SAMU, mas ele se recusou a seguir na ambulância sem a presença de um dos técnicos da Equipe. Resolvido esse impasse, imobilizado e colocado na ambulância com uso de soro e o acompanhamento do técnico, seguiu para o Hospital São Jorge. Os exames não confirmaram fraturas e ele ficou em observação enquanto o Serviço Social do Hospital tentava contato com o Conselho Tutelar, que, mais uma vez, dificultou o devido encaminhamento do caso. No meio da noite, o Hospital o liberou, com dores, sozinho, sem dinheiro, no Largo de Roma.

Em 26/12/2011, mais uma notícia de morte de Felipe. Mais uma vez é encontrado pela ECA no HGE, devido a uma “garrafada” que provocou cortes profundos no pescoço.



Segundo ele, fruto de uma brincadeira com um "amigo", ambos alcoolizados. Teve alta e, dessa vez, a ECA conseguiu que o Conselho Tutelar estivesse presente e o encaminhasse para o abrigo "Casa Amarela".

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, Felipe, seguiu tendo contato com a ECA. Compareceu algumas vezes à Unidade, outras era visto fazendo malabares com coco, mas, quase sempre sob efeito de SPA, principalmente álcool.

No início de Março chega a informação de que Felipe estava detido na DELTUR. A ECA vai à Delegacia, mas, ele já havia sido transferido para a DAI. Novo contato com a DAI e a informação de que havia sido encaminhado para a CASE-SSA no dia 06/03/2012. É a quinta vez que é internado na CASE-SSA.

Em 15/03/2012 é realizada uma visita a Felipe. na CASE-SSA, onde é encontrado com aparência saudável, dizendo estar bem, sem maiores problemas de relacionamento e frequentando a escola. Disse que, antes de dar entrada na CASE-SSA, estava usando muito álcool, crack e maconha e que teve três crises de abstinência, após a internação. Foi encaminhado para atendimento psiquiátrico e passou a usar medicação, melhorando os sintomas. Acredita que estar na CASE significa um "livramento dos perigos da rua". A audiência foi marcada para 19/03/2012. A equipe reforça a importância da audiência e do seu bom comportamento até lá. Ele pede para dar um "abraço em Islan", seu grande amigo, que chama de irmão.

Felipe foi transferido para a CASE-CIA, onde a ECA o visitou no dia 16/08/2012. Em contato com a coordenadora da Instituição, foi dada a informação que Felipe, foi levado ao CAPS GM, onde a Assistente Social não recomendou o tratamento naquele serviço, pois, se encontra no território onde ele vivia. Lá vivem muitos conhecidos envolvidos com o uso e tráfico de SPA, o que representa riscos para ele e para o Orientador que o acompanhasse. A ECA se comprometeu a fazer contato com os outros dois CAPS AD para viabilizar o acompanhamento.

Durante o restante do ano de 2012 até agosto de 2013, as visitas a Felipe, mantiveram uma frequência, no mínimo mensal. Nesse período, Felipe apresentou significativa evolução positiva no comportamento, frequentando a Escola Municipal existente nas instalações da CASE-CIA, além de um curso profissionalizante de panificação que, infelizmente não pode evoluir pela dificuldade com a leitura e a escrita. Além disso, através do Serviço Social da Instituição, foi localizada a Escola que ele havia estudado e lá conseguida cópia da certidão de nascimento. Na perspectiva da liberação de Felipe, a Equipe passou, efetivamente, a discutir as possibilidades da sua inserção na sociedade, como local para morar, escola e alguma possibilidade de renda, quando foi surpreendida por



uma convocação urgente da CASE-CIA. Na reunião informaram que Felipe, junto com outro interno, teria cometido um estupro contra um menor, também interno. Felipe já havia completado 18 anos, portanto, já era judicialmente maior. O processo estaria correndo na DAI e ele seria levado para a Detenção. Ele negou contundentemente o fato, afirmando ser “armação” de outro interno, o qual teria uma “richa” com ele desde o tempo do Pelourinho. A Equipe acionou a Defensoria Pública, a 2ª Vara da Infância e Juventude e até a Corregedoria da Defensoria Pública para impedir que Felipe fosse transferido para a Detenção com esse tipo de acusação, pois é de conhecimento de todos o que acontece, nesses casos, com o acusado. O coordenador da CASE-CIA, questionado a respeito da afirmação de Felipe, disse aos membros da Equipe que realmente um educador da Instituição teria ouvido uma declaração da vítima que confirmava a versão de Felipe, mas nada foi feito para impedir sua transferência para a Detenção.

A ECA, através de relações pessoais, conseguiu que ele fosse transferido para a DTE (Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes) sem que fosse divulgado o motivo da sua prisão. Esse fato, a nosso ver, foi responsável pela integridade física de Felipe que permanece até o momento nessa delegacia, sendo visitado eventualmente pela Equipe. A audiência já foi remarcada mais de uma vez, mas ele se mantém tranquilo, com boa saúde e se dizendo convertido a uma religião evangélica através de um Pastor que, inclusive, tem feito às vezes da escola, ensinando-o a ler e a escrever.

DISCUSSÃO

Os casos aqui apresentados trazem a tarefa de descrever e problematizar as trajetórias desses “meninos”, na busca de soluções de superação das desvantagens psicossociais na reconstrução “recovery” de suas “cidadanias mutiladas”, situações vividas cotidianamente por adolescentes pobres, negros e pardos, usuários de substâncias psicoativas, acometidos de transtornos mentais muitas vezes, que habitam no Centro Histórico de Salvador, invisivelmente visíveis!. Suas narrativas põe em evidência cuidados e descuidos que deles se fazem, alguns deles desde criança em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, submetidos a violências sutis ou explícitas, cotidianamente, acompanhados por uma equipe de consultório de rua que se propõe a uma abordagem interdisciplinar e solidária, buscando recursos intersetoriais na rede de recursos disponíveis.

A presença de técnicos na sala da Equipe Capitães da Areia, no 19º Centro de Saúde para receber os adolescentes que chegam em busca de contatos com os profissionais que os atendam em suas diferentes necessidades, seja para solicitar um lanche, demandas para ir para um abrigo, para se queixar



de dor de dente e solicitar atendimento odontológico, ou, para expressar suas queixas contra as violências sofridas nas ruas, tem sido a negociação de vínculo possível. Outras vezes para uma conversa aparentemente despreziosa, em que não se manifestam demandas explícitas, mas ainda que não formuladas, parecem se apresentar ocultamente nos silêncios, na falta de ânimo denotando o sofrimento, os “buracos” das suas existências, sem suportes simbólicos nem garantias de proteção.

A morte inesperada e violenta, a tiro, de Willian Islan, um dos adolescentes que fazia parte do grupo atendido pela Equipe Capitães da Areia, abalou os demais jovens. Temeram que a tragédia pudesse se repetir, tornando-se eles próprios alvos da violência, e pediram mais do que antes, para sair das ruas. A alternativa de encaminhá-los para as Comunidades Terapêuticas (CT), recentemente conveniadas pela Secretaria de Justiça do estado, esbarra em diversas dificuldades, tais como o transporte para levá-los para os municípios onde estas instituições habitualmente distantes do centro ou mesmo do município estão situadas, a faixa etária correspondente, às dificuldades relacionadas com a ambivalência do desejo: sair para se proteger, mas perder a liberdade. E, a dificuldade de suportar a abstinência das drogas.

Grande parte das atividades e discussões da equipe giram em torno destas providências e das frustrações decorrentes das dificuldades encontradas, e, do retorno dos jovens para as ruas muito pouco tempo após irem para as CT, quando conseguem ir. Diante de tantas barreiras os pedidos de saída das ruas foram perdendo força nas vozes dos jovens. A frustração também afeta a equipe, que procura buscar ânimo para continuar o trabalho, impotente frente a uma rede que não responde às necessidades destes jovens. A trajetória inexorável para os cárceres tem sido mais regra que exceção. A mediação entre a rua e a rede intersetorial, como ponte para acessar e facilitar a inserção dos adolescentes que vivem em contextos de alta vulnerabilidade e consumo abusivo de drogas, tornaria possível a chance de superação e reabilitação psicossocial destes jovens, mas muitos são os entraves incluindo as normativas atuais tão pouco alentadoras (11). Diante deste cenário, tem-se buscado fortalecer ainda mais as relações com o CAPS AD da região, mas que também ainda não se ajustou às necessidades diuturnas dessa clientela e funciona em horário comercial das segundas às sextas-feiras.

Uma parte significativa dos adolescentes atendidos pela ECA seguem apresentando comportamentos que extrapolam os códigos normativos morais e sociais, através de atos delinquentes como pequenos furtos, assédio aos turistas, importunando os visitantes da área. Jovens foram detidos e várias vezes os técnicos estiveram na DELTUR (Delegacia do Turista no Terreiro de Jesus, CH) para intermediar a situação



quando havia abuso ou ilegalidade na prisão, outras vezes para oferecer a atenção médica e psicossocial, conscientizando o jovem sobre sua responsabilidade quanto ao ato cometido.

A construção de uma cidadania diferenciada (9) e os modos de reabilitação psicossocial(10) desses meninos não pode ser uma forma de distanciá-los ainda mais do que acontece no mundo dos humanos e suas humanidades. Cidadãos não são os outros, são eles também (12). E, na difícil tarefa de enfrentarmos a fragilidade das políticas sociais para a juventude e a pobreza, resta-nos a inquietude de saber que eles não podem e não devem esperar para terem esperança e também a chance de serem cidadãos!

REFERÊNCIAS

- 1 – CASTRO, M, Emancipação, CIDADANIA E JUVENTUDES: ESTES TEMPOS,Série Cadernos FLACSO, maio, 2014
- 2 – ESPINHEIRA, G. A RUA COMO UM ESPAÇO DE SOBREVIVÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Curso de Formação de multiplicadores do atendimento a crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, como foco na prevenção às DST's/HIV/AIDS. Projeto Axé. Bahia–Brasil. Centro de Formação Carlos Vasconcelos. Salvador, 2007.
- 3 – ____Os tempos e as substâncias psicoativas das drogas
In: Alba, R. A. et al, DROGAS: TEMPOS, LUGARES E OLHARES SOBRE SEU CONSUMO. Salvador: EDUFBA, 2004.
- 4 – BRASIL, Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 12 de maio de 2014.
- 5 – _____, MS – Edital de Consultórios de Rua, novembro de 2009, www.saude.gov.br acesso em 20.11.2009
- 6 – BIRMAN, J.MAL-ESTAR NA ATUALIDADE: A PSICANÁLISE E AS NOVAS FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- 7 – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID. LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE O USO DE DROGAS ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NAS 27 CAPITAIS BRASILEIRAS. Escola Paulista de Medicina, São Paulo, 2003.



8 – ACSELRAD, G, (Org.) CONSUMO DO ÁLCOOL NO BRASIL FLACSO Brasil (da Série CadernosFlacso), Junho de 2014.

9 – Brasil, Lei 11.343 de 23 de Agosto de 2006. Política Nacional de Drogas. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

10. Pitta, A. (org) REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL NO BRASIL, 3ª ed. HUCITEC, São Paulo, 2011.

11- Bahia, Lei Estadual que obriga as Unidades de Saúde Pública e Privada a comunicarem ao Conselho Tutelar, pais e responsáveis legais os atendimentos médicos prestados aos menores de idade por consumo de álcool e drogas/05.2014

12- HOLSTON, J. CIDADANIA INSURGENTE. DISJUNÇÕES DA DEMOCRACIA E DA MODERNIDADE NO BRASIL. Cia das Letras, Sao Paulo, 2013.



Juventudes, violências e sistemas punitivos





10

Registro de violencias padecidas por los jóvenes en el sistema carcelario: las micropenalizaciones y los suplementos punitivos

Alcira DAROQUI

Instituto de investigaciones Gino Germani- Facultad de Ciencias Sociales- Universidad de Buenos Aires

Silvia GUEMUREMAN

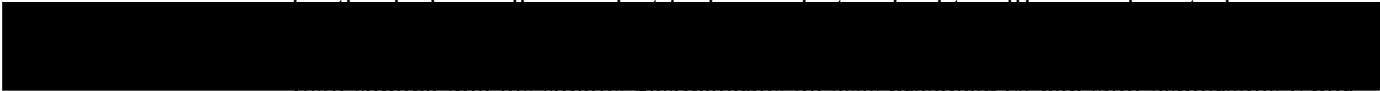
Conicet/Instituto Gino Germani- Facultad de Ciencias Sociales- Universidad de Buenos Aires



Resumen En este artículo nos proponemos mostrar la violencia que es ejercida sobre los jóvenes de sectores socialmente vulnerables, aquellos habitualmente señalados como violentos y capturados por las agencias de control social y que desfilan por toda la cadena punitiva, desde la aprehensión por alguna de las fuerzas de seguridad, pasando por los pasillos de los tribunales y dirimiendo sus destinos entre la libertad, el riesgo, la cárcel y la muerte prematura. Mostrar el despliegue de las agencias de control social implica dar cuenta de las prácticas que ejercen en sus rutinas cotidianas las fuerzas de seguridad, los jueces, los agentes de tratamiento, los penitenciarios, y toda el espectro



Abstract de profesiones que se ocupan de la “desviación” (Cohen, 1979). La gama es amplia, y
 In this article we aim to display the violence inflicted upon social vulnerable segments:
 para este artículo hemos decidido hacer un recorte que implicó la toma de decisiones



Esto supone que los sujetos destinatarios de esas prácticas ya han sido capturados y por
 freedom, risk, prison and premature death. Show the deployment of social control
 lo tanto, ya han padecido diversas violencias por parte de las fuerzas de seguridad.
 agencies means give an account of the practices who exercise in their everyday routines
 Hemos escogido el grupo poblacional de los jóvenes comprendidos entre los 15 y los
 by the security forces, judges, treatment agents, prison guards, and the whole spectrum
 34 años en situaciones de encierro punitivo (unidades penitenciarias e institutos de
 of occupations concerned with the "deviation" (Cohen, 1979). The range is wide, and
 seguridad para personas menores de edad) como aquel destinatario de esas prácticas y
 for this article we decided to make a cut that involved making successive decisions. The
 sobre cuyos cuerpos se ejercen el uso de la fuerza y la violencia institucional.

Finalmente, y como nuestros registros proceden de investigaciones concretas, hemos
 elegido circunscribirnos a la Provincia de Buenos Aires, jurisdicción en donde habita el
 39% de la población de la República Argentina.

El artículo se compone de cuatro apartados: un primer apartado en que
 contextualizamos el escenario argentino de principios del siglo XXI signado por una
 penalidad neoliberal y despliegue de estrategias múltiples de gobierno sobre la
 “excedencia social”. Luego, en el segundo, caracterizamos a la población joven,
 ponderando según el último censo poblacional del año 2010, y reportes periódicos de la
 EPH la situación de los jóvenes en la provincia de Buenos Aires conforme a diferentes
 indicadores. En el tercer apartado, llegamos a las cárceles y a los institutos de menores,
 y mostramos el gobierno de la “excedencia” a través del encierro punitivo en múltiples
 escenarios. Finalmente, con los datos del Registro Nacional de torturas mostramos las
 vulneraciones y violencias que padecen los jóvenes privados de libertad

Palabras Claves Penalidad neoliberal - cárcel - jóvenes - violencia institucional -tortura.

BSTRACT RESUM OABSTRACT RESUM OABSTRACT



practices that are displayed are punitive prison practices, especially those involving the use of force.

This means that persons have already been caught and therefore have experienced diverse outrages by the security forces. We have chosen the population group of young people aged 15 to 34 years in situations of punitive confinement (penitentiary units and institutions of security for underage persons). They are receptors for the practices of institutional violence against them. Finally, as to our records come from specific research, we have chosen to circumscribe the Province of Buenos Aires, where 39% of the population of Argentina resides.

The paper is divided in four sections: the first section in which we contextualize the Argentine scene of the early twenty-first century marked by a neoliberal penalty and deployment of multiple strategies of government on the "social exceedance." Then in the second, we characterize the young population, weighted according to the latest population census of 2010, and periodic reports to the EPH over situation of young people in the province of Buenos Aires according to different indicators. In the third section, we arrived at the prisons and youth custody centers, and show the government "exceedance" through punitive confinement in multiple scenarios. Finally, we show the violations and violence experienced by young offenders in detention with data coming the Registro Nacional de Casos de Tortura.

Keywords Childhoods; Protection; Social Inequality.

INTRODUCCIÓN:

En este artículo nos proponemos mostrar la violencia que es ejercida sobre los jóvenes de sectores socialmente vulnerables, aquellos habitualmente señalados como violentos y capturados por las agencias de control social y que desfilan por toda la cadena punitiva (Daroqui & López, 2012). Jóvenes que muchas veces transcurren sus años de juventud alternando entre la cárcel y el riesgo de ser encarcelados, jóvenes que son carne del sistema penal, son su clientela cautiva, y por tanto,



sufren el hostigamiento policial, la estigmatización y criminalización mediática cuando sus actos dolosos trascienden a la opinión pública y desarrollan trayectorias delictivas bajo el designio que marca la primera vez que fueron “tocados” por el sistema penal y ya no hubo retorno.

Las descripciones de estos jóvenes suelen ser negativas, abundantes en calificativos denigratorios y estigmatizantes, y poco generosas a la hora de auspiciar algo más que visiones catastróficas de “como van a terminar”. Quizás sea la certeza de la profecía autocumplida la que hace que de estos jóvenes una vez encarcelados y neutralizados, poco se sepa de que les pasa...es importante marcarlos mientras transitan por las mismas calles que nosotros, pero es indiferente saber que les pasa y donde están cuando permanecen bajo custodia estatal. Y sin embargo, bajo custodia estatal les pasan cosas, vaya si les pasan cosas.... Por eso en este artículo nos interesa mostrar y dimensionar el despliegue de la violencia institucional que se ejerce sobre estos jóvenes, y de la cual los jóvenes son sus víctimas.

Para ello, realizaremos un recorrido por las cárceles bonaerenses mostrando quienes son estos jóvenes, sus condiciones de detención, sus modos de habitar el encierro en todas sus contingencias, deteniéndonos en aquellas que implican una mayor vulneración de sus derechos: los distintos tipos de torturas que sufren y sus modos de violencia implicados.

Previamente, hemos de contextualizar el escenario de la Argentina del siglo XXI, signado por un programa neoliberal de gobierno que pivotea entre la desigualdad social y la proliferación de declaraciones de derechos con el perverso resultado de aumentar la marginación y la privación de los sectores socialmente vulnerables.

1 - CONTEXTO SOCIAL: INSEGURIDAD SOCIAL Y “SEGURIDAD DELICTIVA”, O A MÁS VIOLENCIA ESTRUCTURAL, MEJORES ESTRATEGIAS DE GOBIERNO DE LA POBREZA

Desde hace mas de treinta años estamos en presencia de un modelo de sociedad excluyente (Young, 2003; Svampa, 2005), producto de un programa neoliberal fundado en la profundización de la desigualdad y la marginación social. Ello implica la construcción de estrategias gobernabilidad- en el sentido neoliberal- que gestione el aislamiento social y espacial de aquellas personas expulsadas hacia un destino que la lógica del mercado “naturaliza” en clave de precarización, promoviendo un proceso de des- ciudadanía en un doble sentido: como cliente social y como enemigo social. Cliente-social en tanto consume política social de sobrevivencia y los residuos económicos y sociales que el mercado le asigna y



también, cliente-enemigo del sistema penal, en tanto “consumidor final” de la industria de la seguridad (Young, 2003).

Pero el problema central en clave de “gobierno” no es solo cómo gestionar la pobreza sino, además, como convivir con la exclusión, en otras palabras, parece poco posible vislumbrar un horizonte en el cual se diseñen políticas de integración social, más bien se observan estrategias de gobernabilidad en clave de “inserción social” a efectos de **contener y segregar a aquellos que sobran**, cristalizado en el “lugar social” de la sobrevivencia y la precariedad social (Castel, R. 1997).

Más allá, que el núcleo duro neoliberalismo hoy se encuentra en retirada, el proceso de transformación ha establecido una direccionalidad en la cual el desafío sigue siendo la gobernabilidad de los excluidos y de los desafiliados sociales que ha producido en estas tres décadas y que podemos significar con palabras de De Giorgi: el problema sigue siendo **el gobierno de la excedencia**.

Estamos en presencia de un proceso de contención y cristalización de “un estado de precariedad”, en el cual se mantiene un mínimo de inserción social no ya como estrategia de preservación de amplios sectores sociales en la franja de vulnerabilidad víctimas de las políticas neoliberales, sino, en este presente, como una forma de gobierno de aquellos no-integrables que se constituyen en una amenaza en términos de orden y seguridad. Una relación compleja entre precarización-productiva y vital y tecnologías del control y del castigo (De Giorgi, A. 2006:29)

En el marco de esas tecnologías de control y castigo, en nuestro país, desde hace más de 20 años la “gestión” punitiva a cargo del sistema penal se ha amparado en los discursos de la inseguridad como herramienta legitimante de un accionar que ha criminalizado la pobreza, ha judicializado la protesta y ha profundizado y expandido su constitutiva selectividad y arbitrariedad, vinculando en forma excluyente delito con pobreza,⁷⁰ y dentro de esta selectividad, el blanco privilegiado de los jóvenes de sectores socialmente vulnerables que sufren el plus de estigmatización por su calidad de jóvenes y además, pobres.

Comprobado y demostrado desde diferentes estudios científicos y ampliamente reconocido en Informes de Organismos Gubernamentales de países como Estados Unidos y Gran Bretaña, exportadores de nuevo sentido penal neoliberal, se afirma que el crecimiento de la tasa de encarcelamiento no registra una correspondencia directa con la cuestión del aumento de delito, por lo que es conveniente

⁷⁰ Este capítulo reflexiona sobre contenidos desarrollados en el artículo publicado en Universidad y Políticas Públicas. El desafío ante las marginaciones sociales, “*La expansión del sistema penal y el sistema carcelario> el neoliberalismo y el desafío del “gobierno” de la excedencia social*” Editorial EUDEBA, Buenos Aires, 2012.



entonces vincularla a la función del sistema penal en cuanto a su articulación con el orden social dominante, profundizando su carácter selectivo, enfrentando a la marginalidad avanzada en el campo político del gobierno de la miseria (Wacquant, 2000). En otras palabras: “criminalizar la pobreza a través de la contención punitiva de los pobres en barrios cada vez más aislados y estigmatizados, por un lado, y en cárceles y prisiones, por el otro” (Wacquant, 2001:184).

1.1. EL ENCARCELAMIENTO MASIVO⁷¹

Algunos datos ilustran esta expansión del encierro punitivo a partir del despliegue de modelo neoliberal en distintos países, los de la región latinoamericana y, claro está, Argentina.

En pleno siglo XXI, la población carcelaria mundial se estimaba para mayo del año 2008, año en que realizamos la investigación, en 9.530.000 presos⁷². Esto equivale a casi tres veces la población total de un país como Uruguay o el total de la población de ese momento en Bolivia.

Actualizando estos datos, para 2012 la cifra de presos/as en todo el mundo ascendió a 10.056.139, lo que significa una tasa de encarcelamiento mundial de 143,6 personas por cada 100 mil habitantes, calculando una población mundial total de 7,1 mil millones. La mitad de las personas encarceladas en el mundo se encuentra en Estados Unidos, China y Rusia, siendo la población total de estos países sólo la cuarta parte de la población mundial⁷³.

Para comprender la dimensión de la expansión penal de los últimos años es necesario hacer observable la evolución de la población penitenciaria de varios países a efectos de dar cuenta de esta tendencia. Estados Unidos en 1975 tenía una población carcelaria de 380 mil personas, en 1985 la misma ascendía a 740 mil personas (Wacquant, 2000), en 1992 llegó a 1.295.150, pasó en 2004 a 2.135.335, para alcanzar fines de 2011 a 2.239.751 personas presas, con una tasa de 716 por cada 100 mil habitantes, mientras que la mitad de los países del mundo tienen tasas por debajo de los 150 por 100 mil (SNEEP, 2012; Re, 2008). Estamos ante un incremento en EEUU desde 1975 del 510,4% en la cantidad de personas detenidas.

Acercándonos a nuestras geograffas, Brasil pasó de 114.377 personas presas en 1992 a 331.457 en 2004 y luego a 419.551 a mediados de 2007, en 2011 dicha población

⁷¹ Estos datos fueron trabajados particularmente en el libro *Castigar y Gobernar- Hacia una sociología de la cárcel- El programa de 'governabilidad' penitenciaria en la Provincia de Buenos Aires*, en imprenta.

⁷² Dato producido a partir de los datos publicados por el “International Centre for Prison Studies”, a mayo de 2008. Al respecto ver Maggio, N. (2012).

⁷³ Al respecto ver International Centre for Prison Studies. Consultado el 20/1/2014.



ascendía a 514.582, multiplicando 4,5 veces su población carcelaria en las últimas dos décadas y constituyéndose en el cuarto país a nivel mundial con mayor población carcelaria. México pasó de 85.712 personas detenidas en 1992 a 193.889 en 2004 y a 217.436 en octubre de 2007, un incremento del 153,7%. Perú multiplicó en 3,4 veces su población carcelaria en los últimos 20 años, llegando a 53.203 personas presas, mientras que Uruguay multiplicó su población penal por 3 en 20 años y casi duplica la tasa de encarcelamiento cada 100.000 habitantes del promedio mundial (Maggio, 2010 y 2012).

Argentina pasó de 21.016 personas presas en 1992 a 62.263 a fines de 2012, un incremento del 196%, cifra que no incluye a personas privadas de libertad en comisarías, dependencias de minoridad o delegaciones de fuerzas de seguridad y que resulta equivalente a una tasa de 150,8 personas detenidas cada 100 mil habitantes (SNEEP, 2012). Nuestro país se ubica en el marco internacional en el lugar número 102 entre los 221 países relevados por el International Centre for Prison Studies. Es decir: la Argentina está en la primera mitad de los países más encarceladores del mundo, con una tasa más elevada que la de países como Inglaterra, España, Ecuador o Paraguay.

Como ya mencionamos, la población privada de libertad en establecimientos penales de todo el territorio nacional tanto federal como provincial (sin incluir detenidos/as en comisarías, niños/as y adolescentes y otras personas en centros de detención no penitenciarios) para el año 2012 es de 62.263 personas (SNEEP, 2012). Esta marca posiciona al país en el número 15 de un ranking del SNEPP armado sobre un total de 32 países, liderado por Estados Unidos (tasa de 716) y con extremos mínimos en países como India (tasa de 30).

2 - LOS JÓVENES EN CIFRAS: DE LOS JÓVENES VULNERABLES A LOS JÓVENES ATRAPADOS EN EL SISTEMA PENAL.

En la Argentina, según datos del Censo del 2010, la población total asciende a 40.117.096. De este total, el 25,5% estaba compuesto por personas menores de 15 años, en tanto, la franja en que vamos a focalizarnos, la población comprendida entre los 15 y los 34 años, representaba el 33% del total del país, con una distribución según sexo homogénea. Aquí conviene hacer algunas aclaraciones metodológicas y conceptuales vinculadas a los intereses de este artículo y las decisiones tomadas. En efecto, la universal categoría de juventud de las Naciones Unidas abarca la población comprendida entre los 15 y los 29 años. En este artículo si bien



conservamos el límite inferior de 15 años⁷⁴, en el límite superior nos extendemos hasta los 34 años. Esta es una decisión anclada en los objetivos de este artículo: mostrar la violencia que se ejerce sobre los jóvenes una vez capturados por el sistema penal, es decir, la violencia pública institucional de la que los jóvenes son víctimas. El núcleo más duro de la violencia se ejerce en los espacios de encierro punitivo, principalmente las cárceles, pero también en los institutos, en las comisarías, en las alcaldías y en las unidades psiquiátrico-penitenciarias. Muchos de los datos disponibles en los censos penitenciarios (SNEEP, 2010, 2012)⁷⁵, desagregan la información de la población carcelaria en intervalos etáreos de 10 años, debiendo entonces nosotros tomar la decisión de acotar el abordaje de 15 a 24 años, o abarcar el intervalo siguiente comprendido entre los 25 y los 34 años. En cualquiera de los casos estaríamos “alterando” la convención de la categoría juventud. Si optamos por violentarla hacia una mayor amplitud, fue porque el intervalo de 25 a 34 pone de relieve la consolidación de una gran cantidad de violencias que son aditivas, y permiten captar el despliegue de violencia institucional “bendecida” por las demandas de mano de dura y la sensibilidad punitiva exacerbada. En el Registro de casos de Tortura⁷⁶ al que hacemos especial referencia en este artículo, la edad se ha mostrado como una variable privilegiada en la aplicación de distintos tipos de violencia ejercida sobre la población carcelaria: la franja joven es aquella más susceptible de sufrir actos lesivos a su integridad física y psíquica por

⁷⁴ En la Argentina la edad de imputabilidad penal está fijada en los 16 años, y es a partir de esa edad que el Estado puede restringir de libertad ambulatoria en instituciones penales a los adolescentes que han cometido delitos. No obstante los recursos que se han presentado a la CIDH para evitar la institucionalización de menores de 16 en virtud del artículo 1° de la ley 22.278/80, los modos de recluir penalmente a las personas menores de edad se han “reinventado”. En la Provincia de Buenos Aires se travistieron bajo la figura de “medidas de seguridad” (art. 64° Ley 13634/07 PBA) que habilita el encierro punitivo de adolescentes entre 14 y 15 años. (CF. Recurso presentado por la Fundación Sur, el CELS y la Asociación Xumex, promoviendo la denuncia contra el estado argentino por violación de diversos artículos en perjuicio de adolescentes que fueron privados de la libertad por hechos presuntamente delictivos cometidos antes de cumplir los 16 años de edad).

⁷⁵ En rigor, el censo penitenciario tiene muy poco de censo, ya que no se releva la población persona por persona con una ficha confeccionada a tal fin -consistente con la propuesta de censo de población- sino que es el propio personal penitenciario el que se ocupa de llenar los formularios consultando los legajos de los internos. Es hartado sabido que los legajos no contienen toda la información vinculada a cada persona que está presa, y así como en muchos casos la información es inexistente, en otros la que se registra está deliberadamente falseada (ejemplos de esto son las torturas, las lesiones, los suicidios y episodios con violencia estatal, etc.) Sobre esto, cf. Maggio, 2010. A los efectos de nuestro interés, nos resultan de utilidad los datos generales de la población carcelaria, disponibles on line en <http://www.jus.gob.ar/areas-tematicas/estadisticas-de-politica-criminal/mapa.aspx>. Especialmente, utilizaremos los informes 2010 y 2012, disponibles respectivamente en <http://www.jus.gob.ar/media/1125782/Informe%20SNEEP%20ARGENTINA%202010.pdf> y http://www.jus.gob.ar/media/1125932/informe_sneep_argentina_2012.pdf

⁷⁶ El Registro Nacional de Casos de Torturas se creó en el año 2010 y son parte del mismo la Procuración Penitenciaria Nacional, la Comisión por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires (ambos organismos de derechos humanos, el primero de carácter gubernamental dependiente del Poder legislativo, el segundo, es una organización social- OSC) y el Grupo de Estudios sobre Sistema Penal y Derechos Humanos (GESPyDH) del Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires.



parte de funcionarios estatales. Los jóvenes son la población más castigada y más torturada.

En este sentido consideramos importante, reconstruir, en este apartado, un mapa de juventud concentrar en la Provincia de Buenos Aires, y de los datos sociodemográficos va a avanzar hacia el despliegue de la última agencia de la cadena punitiva: la cárcel.

Para ello nos valdremos de fuentes secundarias construidas por los organismos oficiales (Ministerio de Seguridad, Dirección de Política Criminal, SNEEP-Ministerio de Justicia y fuentes primarias construidas por nuestras investigaciones (Registro Nacional de casos de Tortura en articulación con la Procuración Penitenciaria Nacional, y la Comisión Provincial de la Memoria)⁷⁷.

Hecha esta aclaración, bajaremos a la provincia de Buenos Aires, ya que hemos tomado la decisión de circunscribirnos a esta jurisdicción -la más grande de todo el país, que concentra el 39% de la población total- para realizar nuestro desarrollo temático. Esta decisión tiene algunas implicancias de carácter práctico: hemos dejado de lado la población penitenciaria bajo custodia del Servicio Penitenciario Federal para concentrarnos en las unidades carcelarias que dependen del Servicio Penitenciario bonaerense. Concentrándonos en la Provincia de Buenos Aires estamos en condiciones de dar cuenta del despliegue de toda la *cadena punitiva*⁷⁸ (Daroqui-Lopez & al, 2012), ya que se cuenta con una información completa de los institutos de seguridad (centros cerrados de contención y recepción) que alojan a personas menores de edad.⁷⁹ Asimismo, se cuenta además con información sobre la agencia policial y las fuerzas de seguridad en territorio y su encuentro con los jóvenes⁸⁰,

⁷⁷ Mencionados *ut supra*.

⁷⁸ El concepto de *cadena punitiva* definido y trabajado en el libro *Sujetos de castigos: Hacia una sociología de la penalidad juvenil*, expresa lo siguiente:... “una serie interconectada de prácticas y discursos que atraviesan, forjan y consolidan determinadas trayectorias penales. Eslabones de una cadena que en su interconexión, articulación y comunicación, determinan los niveles de selectividad, discrecionalidad y arbitrariedad, los grados de tolerancia y de represión y las intensidades de sujeción punitiva. A su vez, esta cadena punitiva reconoce en cada una de las agencias que la integran, espacios de acción, de producción discursiva y de ejercicios institucionales autónomos que les confiere la singularidad de lo policial, lo judicial y lo carcelario. Estas “singularidades” no marcan distancias entre las agencias sino que le otorgan sentido a lo “excepcional” en cada una y como parte constitutiva de un sistema de relaciones que incluye a quienes el sistema persigue y captura”.

⁷⁹ Al respecto, desde el GESPYPDH en el año 2010 y 2011 se realizó un relevamiento en todos los institutos de la Provincia de Buenos Aires en el marco del Acuerdo interinstitucional referenciado. Dicho relevamiento concluyó con la publicación del libro *Sujeto de castigos: Hacia una sociología de la penalidad juvenil*, (Daroqui-Lopez-Cipriano (comps), en el año 2012.

⁸⁰ Durante el año 2012 se realizó una ronda de seguimiento en los institutos previamente visitados, realizando una selección de casos para la realización de entrevistas que profundizaron en los otros eslabones de la cadena punitiva: policía y fuerzas de seguridad por un lado, y justicia por otro. Al respecto. Cf. López, Bouilly, Pasin y Daroqui, 2013 y Pasin, López, 2014.

toda información valiosa de la cual no contamos con referente comparativo para la Ciudad de Buenos Aires⁸¹.

De modo que comenzamos con la Provincia de Buenos Aires, jurisdicción en la que circunscribimos nuestro análisis, haciendo un especial reconocimiento a la heterogeneidad de la provincia que puede diferenciarse en forma nítida en dos: la sección del AMBA, que comprende los 24 partidos del Gran Buenos Aires (lo que usualmente se conoce como conurbano) y donde reside el 63,46% de los habitantes de la provincia y el resto de la Provincia (en los Censos de población y vivienda se nomina como “interior”) en donde habita el otro 36, 54% en una superficie notablemente mayor. A los efectos de suministrar información homogénea, utilizaremos del Censo 2010 de la Base Redatam/CEPAL/CELADE los datos de toda la provincia, dado que la información del censo penitenciario viene agregada para la jurisdicción⁸². Los datos presentados se complementan con aquellos procedentes de la Encuesta Permanente de Hogares que se realiza trimestralmente y permite actualizar datos sobre condición de actividad y pobreza.⁸³ Estos datos se conocen en forma agregada para los partidos del GBA.

Si desagregamos la población por franjas etáreas, y seleccionamos aquellos de interés analítico, esta es la desagregación resultante:

Edades quinquenales	total PBA	%	Acumulado	total 24 partidos	%	Acumulado	total INTERIO R PBA	%	Acumulado
15-19	1320553	8	8	849781	9	9	470772	8	8
20-24	1278479	8	16	833709	8	17	444770	8	16
25-29	1198861	8	24	777136	8	25	421725	7	23
30-34	1196998	8	32	773143	8	33	423855	7	30
Subtotal intervalos	4994891	32	32	3233769	33	33	1761122	30	30
Total	15625084	100	100	9916715	100	100	5708369	100	100

INDEC - CENSO NACIONAL DE POBLACION, HOGARES Y VIVIENDAS 2010
Procesado con Redatam+SP, CEPAL/CELADE

La franja de 15 a 34 años concentra el 32% de la población de la Provincia, fluctuando entre el 33% para el conurbano bonaerense y el 30% para el interior. La

⁸¹ Pese a haber contribuido como equipo de investigación para el diseño de un Sistema integrado de información sobre políticas de niñez, adolescencia y familia (SIIPNAF) para la Secretaría Nacional de Niñez, Adolescencia y Familia (SENNAF), no hemos obtenido autorización para el ingreso a los institutos que dependen de la SENNAF localizados en la Ciudad de Buenos Aires a los efectos de realizar un relevamiento comparativo. Sólo disponemos de las estadísticas del Anuario que confecciona la SENNAF y el material resulta a todas luces insuficiente para mostrar las violencias que sufren los jóvenes en los espacios de encierro punitivo.

⁸² Hay información que solo aparece agregada, siendo muy poca la información cuyo detalle aparece por unidad carcelaria. De cualquier modo, esta desagregación por unidad dado la movilidad de la población penitenciaria y el abuso de los traslados de los internos por distintas unidades, esteriliza cualquier intento de establecer correlaciones entre jurisdicciones y violencias.

⁸³ En todos los casos solicitamos a la base REDATAM información sobre el cuarto trimestre del año 2012, año para el cual disponemos información del SNEEP, del SIMP y de los institutos de menores.



distribución según sexo es equitativa, recién en el intervalo de 30 a 34 empieza a visualizarse prevalencia femenina, que se acentuará en los intervalos siguientes⁸⁴. La pobreza, según la última medición disponible -primer semestre de 2013- da cuenta que la población bajo la línea de pobreza en el Gran Buenos Aires⁸⁵ alcanzaron al 3,7% de los hogares y al 4,7% de personas que residen en hogares, replicando la distribución nacional y la distribución del resto de Buenos Aires en la agregación por regiones está subsumido en la región pampeana⁸⁶. La línea de indigencia según esta misma medición alcanzó al 1,7 % de los hogares y al 1,6% de las personas en el caso del Gran Buenos Aires -por encima de la media nacional de de 1,5 y 1,4%- y en el caso de la región pampeana, la misma alcanzó al 1,6 de los hogares y de las personas⁸⁷. Los indicadores de pobreza dan cuenta que el 8% de los hogares de la provincia presentan al menos una necesidad básica insatisfecha, siendo que el conurbano registra un punto más⁸⁸. Si de pobreza hablamos, además de la medición por NBI se utiliza la medición de pobreza por ingresos⁸⁹, y esta medición tiene la ventaja de actualizarse permanentemente con las Encuestas permanentes de hogares que se realizan cuatro veces por año⁹⁰. Los datos disponibles para el último trimestre de 2012, nos informan que el primer decil de los hogares del Gran Buenos Aires era indigente considerando un promedio de 5 personas por hogar, en tanto que el segundo decil oscila entre la pobreza y la indigencia. En el Gran Buenos Aires el rango de ingresos registrados por total del hogar osciló en un rango que varió de los \$80 pesos, hasta un rango de \$ 44.000 (en el

⁸⁴ Las estadísticas de mortalidad muestran en forma irrefutable que la mortalidad en los segmentos jóvenes son principalmente por causas evitables dentro de las cuales cotizan alto en el ranking las muertes derivadas de causas violentas y de estilos de vida o consumos. En ambos casos son los jóvenes varones los que perecen más. Al respecto, informes CEPAL 2004, 2008 y 2011.

⁸⁵ El Gran Buenos Aires comprende también la Ciudad de Buenos Aires. Justamente por esta distorsión, la fuente de la EPH se tomó solamente en los casos en los no se encontró una fuente más adecuada.

⁸⁶ La región pampeana abarca también Concordia, Gran Córdoba, Gran La Plata, Gran Rosario, Gran Paraná, Gran Santa Fé y Río Cuarto.

⁸⁷ La región pampeana comprende zonas de alta concentración de riqueza en la Argentina.

⁸⁸ Según el Censo 2010, el promedio para el total del país fue de 9%.

⁸⁹ Son distintos tipo de medición. Brevemente, el cálculo de los hogares y personas bajo la Línea de Pobreza (LP) se elabora en base a datos de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Para calcular la incidencia de la pobreza se analiza la proporción de hogares cuyo ingreso no supera el valor de la Canasta Básica Total (alimentos mas otros bienes y servicios); para el caso de la indigencia, la proporción cuyo ingreso no superan la Canasta básica de alimentos.

⁹⁰ La información disponible está presentada de forma dificultosa, aunque es factible igualmente realizar el cálculo de hogares pobres e indigentes componiendo los valores de la canasta valorizada en los distintos meses en combinación con los ingresos totales de los hogares. Lamentablemente no es posible conocer en forma directa la proporción de hogares pobres e indigentes según canasta básica y línea de ingresos. De cualquier modo puede afirmarse que son tan irrisorios los valores que conforman la canasta básica de pobreza y de indigencia (\$ 522,14 y \$232,14 respectivamente para diciembre de 2012) no sorprende que la pobreza venga descendiendo merced a la “ilusión estadística”.



decil 10). Pero si desigualdad hablamos, la dispersión es mucho más preocupante para el total de los aglomerados ya que fluctúa entre 9 y 80.000 pesos.

Otros datos deben ser tenidos en cuenta para componer el escenario de los jóvenes pobres urbanos de hoy. Así, el panorama presentado se complementa con otros indicadores como la cobertura de salud, la situación frente al sistema educativo⁹¹ y también frente al mercado de trabajo⁹².

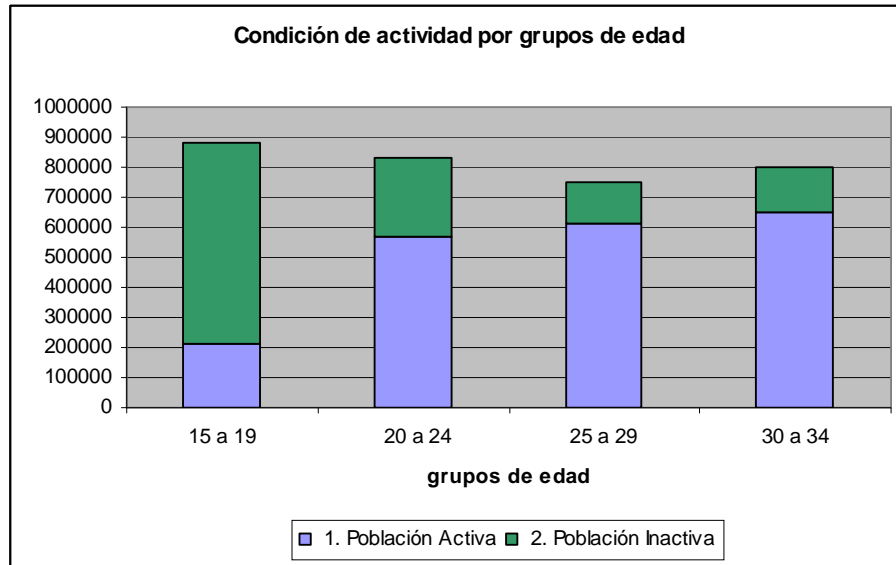
Respecto a la cobertura sanitaria, el 35,4% de la población que habita en hogares particulares carece de cobertura sanitaria, siendo que la proporción de la falta de cobertura de los 24 aglomerados del GBA supera al resto de la provincia (38,4 a 30,1%). Respecto a la inserción en el espacio educativo, vale decir que la implementación de programas sociales de transferencias condicionadas de ingresos como la Asignación Universal por hijo (AUH) desde el año 2009, sumado a la obligatoriedad de la escuela secundaria consagrada por la ley 26.206/2006 produjo algunos efectos paradójicos en el escenario del país: una mayor inclusión formal en la escuela, una mayor permanencia en los espacios escolares, aunque escindida esta medición de los resultados de la misma y de los indicadores de fracaso escolar (repetencia, sobreedad y deserción). Al constituir el certificado de regularidad y asistencia escolar una condición *sine que non* para que el ANSES abone la AUH -la contraprestación por excelencia- la permanencia en las aulas se ficcionaliza toda vez que a la vez que se flexibiliza la asistencia, se regula la “admisión” de la población, no siendo infrecuente que aquellos jóvenes indeseables sean informalmente excluidos de las aulas.

Según el Censo de 2010, el 81,6% de los adolescentes comprendidos entre los 15 y los 17 años concurría a la escuela, mientras que la proporción de asistentes entre los 18 y los 24 años era del 37,3% y el 25,8% para el intervalo de 25 a 29 años. En la provincia de Buenos Aires, la distribución para el segmento de 15 a 17 años fue de un 83% de asistencia en el interior de la PBA y de un 86% en el conurbano. No obstante estas cifras, la terminalidad educativa del secundario alcanza solamente a un 50%.

Otros datos deben tenerse en cuenta a los efectos de caracterizar a los jóvenes y es su inserción en la estructura productiva, su condición ocupacional y el tipo de ocupación prevalente. Para conocer la distribución, es la EPH la fuente privilegiada:

⁹¹ Datos estos procedentes del Censo Nacional de Población y Viviendas realizado en el año 2010/INDEC

⁹² Datos actualizados con la EPH/INDEC. Esta fuente tiene la ventaja de proporcionarnos datos actualizados de la población de 14 años y más respecto a la ocupación, aunque ésta no aparece discriminada según intervalos etáreos.



Fuente: Encuesta Permanente de Hogares. EPH
Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC)
Procesado con Redatam+SP

La desagregación según la rama de actividad, da cuenta que los jóvenes entre 15 y 17 cuando tienen una ocupación, la misma es precaria, en ramos informales (construcción, reparaciones y servicios varios, servicios de comida e industria manufactura), A medida que aumenta la edad se diversifican las ocupaciones siendo evidente que determinadas posiciones solo estarán disponibles para formaciones profesionales calificadas. Véase esta desagregación:

Población Ocupada - Rama de Actividad de la ocupación principal (CAES 1.0)	Edad en grupos quinquenales			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34
1. A - Agricultura, ganadería, caza, silvicultura y pesca	-	1702	2258	3386
2. B - Explotación de minas y canteras	-	-	-	-
3. C - Industria manufacturera	27532	96675	118094	98249
4. D - Suministro de electricidad, gas, vapor y aire	-	3148	4126	1480
5. E - Suministro de agua: alcantarillado, gestión de desechos y actividades de saneamiento	1570	1318	5640	-
6. F - Construcción	25816	46777	35906	50896
7. G - Comercio al por mayor y al por menor; reparación de vehículos automotores y motocicletas	40615	115599	125214	116140
8. H - Transporte y almacenamiento	5087	27699	29628	49666
9. I - Alojamiento y servicios de comida	23627	29436	21757	30933
10. J - Información y comunicación	-	11581	22154	15301
11. K - Actividades financieras y de seguros	-	13640	9784	5904
12. L - Actividades inmobiliarias	-	7640	-	-
13. M - Actividades profesionales, científicas y técnicas	1309	11564	31125	17710
14. N - Actividades administrativas y servicios de apoyo	7243	17959	29473	28139
15. O - Administración pública y defensa; planes de seguro social	2632	25005	28807	64733
16. P - Enseñanza	-	22195	32488	34097
17. Q - Salud humana y servicios sociales	1147	9074	20654	24357
18. R - Artes, entretenimiento y recreación	5719	4930	8351	10354
19. S - Otras actividades de servicios	6189	13702	13147	14722
20. T - Actividades de los hogares como empleadores de personal doméstico; actividades de los hogares como productores de bi	13496	14710	19902	30547
Total	161982	474354	558508	596614
NSA :	5787701			
Ignorado :	35491			
Encuesta Permanente de Hogares - EPH 4° trimestre 2012				
Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC)				
Procesado con Redatam+SP				



Son muchos los jóvenes que no encuentran inscripción en el mercado formal de trabajo ni en la estructura productiva con oportunidades de ocupaciones que les permitan subvenir sus necesidades y las de sus grupos familiares. La estructura de oportunidades de los jóvenes de sectores socialmente vulnerables oscilan entre ocupaciones precarias y erráticas en ramas de baja calificación, informales, y ocupaciones que van de las ilegalidades a la delincuencia. Los jóvenes que arribaron al sistema penal en la Provincia de Buenos Aires durante el año 2012, fueron 29.950.⁹³ Las causas abiertas en el fuero criminal y correccional para el mismo período ascendieron a 656.258.⁹⁴ De estos, aun sin poder brindar una cifra exacta, muchos están comprendidos entre los 18 y los 35 años. Si tenemos en cuenta que en este rango hay casi 5 millones de jóvenes, podríamos afirmar que 1 de cada 7 jóvenes que habitan en la provincia de buenos aires tienen chance de ser capturados por el sistema penal. Por cierto, las probabilidades no se distribuyen en forma aleatoria, sino que el sistema penal es selectivo y captura determinados tipos de jóvenes. ¿Quiénes son los jóvenes capturados?

3 - LA CÁRCEL, ESPACIO SOCIAL PUNITIVO DE JÓVENES POBRES: LOS JÓVENES VÍCTIMAS DE LA VIOLENCIA PUNITIVA ESTATAL.

Este proceso de encarcelamiento masivo en el marco de un programa neoliberal de fuerte concentración de la riqueza, ampliación de la desigualdad social y una fuerte marginación de sectores pobres de mercado de trabajo formal tuvo su mayor impacto sobre los jóvenes.

La ilustración a través de los datos realizada en el apartado anterior “marca” una contexto de situación de los jóvenes en nuestro país, y en particular en la Provincia de Buenos Aires, que los constituye en un colectivo vulnerado y a su vez, vulnerable en cuanto al accionar de las diferentes agencias de la cadena punitiva del sistema penal. En su carácter selectivo, arbitrario y discrecional, el sistema penal despliega su capacidad de captura sobre los sectores sociales más desfavorecidos de la estructura social, y en particular sobre la población más joven. Los datos que mostramos a continuación se encuentran en diálogo con la caracterización precedente, pero es de singular importancia destacar que aquellos jóvenes que se encuentran en la última agencia de la

⁹³ Esta cifra solo comprende las Instrucciones penales preparatoria (IPP) abiertas en el Fuero penal de responsabilidad juvenil, con competencia hasta los 18 años de edad.

⁹⁴ Al fuero criminal y correccional llegan todas las causas en que los autores o presuntos autores tengan más de 18 años. La estadística del SIMP no contiene una desagregación por edad que permita dimensionar la proporción de jóvenes de 18 a 35 años que llegan a los tribunales. No obstante, tal como se verá en el apartado siguiente, la población que habita en las cárceles bonaerenses es predominantemente joven.

cadena punitiva, la cárcel representan a la franja de mayor marginación social y el gobierno sobre ellos en el encierro los regula y controla en cuanto a población problemática y opera en sus subjetividades haciéndolos, asimismo, depositarios y productores de violencias, signándoles el lugar socio-institucional de retorno permanente a las mallas de las agencias del sistema penal

Los párrafos siguientes ilustran esta ecuación: jóvenes pobres- persecución penal y encarcelamiento. Así, de acuerdo a una paciente reconstrucción de los datos que proporciona el SNEEP y que generalmente presentan serias dificultades para sus lecturas, la socióloga María Jimena Andersen establece una caracterización de la población encarcelada en un período de 10 años, 2002-2012⁹⁵

Asumiendo que las generaciones más jóvenes, es decir quienes nacieron en las últimas tres décadas, se encontraron frente al fenómeno instalado de la desocupación ampliada y al desguace estatal en el ámbito de la salud y la educación públicas, es posible hipotetizar que los jóvenes hijos de trabajadores informales, desocupados, con una relación precaria o nula con el trabajo o bajo condiciones de superexplotación, vieron restringidas considerablemente sus posibilidades de vida y de movilidad social ascendente. Como puede observarse en el Gráfico N° 1 y la tabla correspondiente, la población joven (entre 18 y 34 años) representa, en forma constante, desde 2002 a 2012⁹⁶, entre el 65% y el 70% de la población total encarcelada en Argentina.

Tabla N° 1 Población penal argentina joven según rangos etáreos. Serie histórica (2002-2012)

Población Joven encarcelada en Argentina							
	Menores de 18 años	18-24 años		25-34 años		SUMATORIA 18-34 años	
Años	Absolutos	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual
2002	72	14553	33	17041	37	31594	70
2003	58	13019	31	16984	39	30003	70

⁹⁵ Andersen, M. J. (2014). **La penalidad neoliberal en el siglo XXI: la tercerización del gobierno carcelario a través de la ‘gestión evangelista penitenciaria’ en las cárceles bonaerenses.** (Tesis de Máster en Criminología y Sociología Jurídico Penal no publicada). Facultad de Derecho, Universitat de Barcelona y Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata. Capítulo “El desafío neoliberal en el gobierno de la conflictividad social. Régimen de acumulación, estructura de clases y Estado”.

⁹⁶ Según las fuentes estadísticas disponibles. El Sistema Nacional de Estadísticas sobre Ejecución de la Pena (SNEEP) comenzó a realizarse en 2002 y su última actualización pública es de 2012. Aun con limitaciones metodológicas, es la única fuente pública con que contamos para procesar datos generales de población penal de todo el país.

2004	64	15975	30	21044	40	37019	70
2005	81	12199	28	18170	42	30369	70
2006	68	13418	28	20436	42	33854	70
2007	56	12954	26	20517	43	33471	69
2008	42	13938	27	21284	41	35222	68
2009	54	13876	26	22490	42	36366	68
2010	34	15545	27	23775	40	39320	67
2011	20	14071	24	24248	41	38319	65
2012	18	14553	24	24435	40	38988	64

FUENTE: Elaboración propia en base a datos del SNEEP (2012)

Se trata de varones⁹⁷ jóvenes, residentes prioritariamente en el Área Metropolitana de Buenos Aires. Entre ellos, los más pequeños (entre 18 y 24 años) han representado en la última década, prácticamente, a un tercio de la población penal. En el caso de la provincia de Buenos Aires⁹⁸ (PBA) los guarismos son un poco más elevados, diferenciándose el rango joven (18 a 34 años) respecto de la tendencia nacional, con un 4% a un 6% más en la representación dentro de la población total.

Se trata de jóvenes que han alcanzado niveles de instrucción básicos en el marco de una oferta educativa precarizada. Como puede observarse en la tabla N° 2, se destacan los dos segmentos extremos para el período de análisis, donde con pocas variaciones la categoría inferior “sin instrucción y primario incompleto” agrupa en promedio al 30% de la población. Las tres medidas de tendencia central se ubican en la categoría “primario completo” y en el extremo superior, sólo entre un 4 y un 7% de la población penal finalizó el secundario.

⁹⁷ Algo similar a lo que ocurre con los datos sobre edad, la proporción entre varones y mujeres no ha variado sustantivamente a lo largo de los años de análisis sosteniéndose en un 95% - 5% respectivamente. Sí se observan variaciones sustantivas en el porcentaje de mujeres encarceladas en el Servicio Penitenciario Federal. La amplitud de captura en las mujeres está vinculadas a la jurisdicción que persigue delitos de infracción a la ley 23.737 o ley de drogas.

⁹⁸ Atendiendo a que el SNEEP no ha publicado los análisis desagregado por provincias para todos los años, optamos por no publicar las tablas elaboradas para la provincia de Buenos Aires, aunque si incorporamos la variable comparativa con las frecuencias nacionales en la lectura.

Tabla N° 2 Población penal argentina según nivel de instrucción alcanzado. Serie histórica (2002-2012)

Población penal Argentina								
Años	Sin instrucción-primario incompleto		Primario completo		Secundario incompleto		Secundario completo	
	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual
2002	15094	34	20339	46	6199	14	1839	4
2003	12640	33	19964	46	5202	14	1541	4
2004	14068	27	27451	53	7029	13	2220	4
2005	13203	32	19609	47	5608	13	1734	4
2006	13891	28	23413	49	6393	13	2067	4
2007	14320	29	23599	47	7064	14	2594	5
2008	16383	31	22744	43	7676	15	2913	6
2009	16664	31	22066	40	8982	17	3086	6
2010	18945	33	22717	40	9419	16	3505	6
2011	19205	33	22435	39	9578	16	4064	7
2012	20552	34	24147	40	9143	15	3914	7

FUENTE: Elaboración propia en base a datos del SNEEP (2012)

Para la provincia de Buenos Aires el comportamiento de la distribución “nivel de instrucción alcanzado” es similar al de las frecuencias nacionales. Destacándose que entre 2 o 3 puntos de los que integran la categoría “secundario completo” en la población penal total, en la provincia de Buenos Aires disminuyen dicha categoría para nutrir la de “primario completo”.

Asimismo, como observamos en la tabla N° 3, en promedio la mitad de la población encarcelada en Argentina en la última década no tiene ni oficio ni profesión. Vale decir que, en consonancia con los datos expuestos anteriormente, se trata de jóvenes que no sólo no han accedido a la institución escolar de modo ininterrumpido, sino que tampoco han percibido capacitaciones laborales en oficios y menos aún en profesiones. Por su parte, un 40% aproximadamente posee oficio y entre un 7% y un 12% tiene profesión. Si bien las tendencias que se observan son favorables, ya que tienden a

disminuir los detenidos sin formación y a incrementarse los que poseen oficio o profesión, las diferencias no resultan significativas aún. Tampoco se observan diferencias significativas en la distribución para provincia de Buenos Aires.

Tabla N° 3. Población penal argentina según capacitación laboral al ingresar. Serie histórica (2002-2012)

Población penal total Argentina						
	No tenía oficio ni profesión		Tenía algún oficio		Tenía alguna profesión	
Años	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual
2002	18615	53	14112	40	2371	7
2003	20042	50	16231	41	3721	9
2004	25202	50	20290	41	4312	9
2005	18929	51	14357	39	3852	10
2006	21466	51	17324	40	4060	9
2007	24525	55	16242	36	4136	9
2008	24951	51	19589	39	5136	10
2009	25097	50	19120	38	6005	12
2010	25859	47	20893	38	8105	15
2011	24481	43	23812	42	8756	15
2012	25525	43	26789	45	6830	12

FUENTE: Elaboración propia en base a datos del SNEEP (2012)

En relación a la situación laboral las cifras también se mantienen estables en el período de análisis. Se destaca la categoría inferior “desocupado” que agrupa, con pequeñas variaciones, entre un 39% y un 46% de las personas presas en el país. En el otro extremo, la categoría que menos casos agrupa, entre un 16 % y un 21% de las detenidas y los detenidos poseía trabajo de tiempo completo al ingresar al sistema penal. Para la PBA el rango superior es idéntico, en tanto el rango inferior presenta un porcentaje un poco más abultado, agrupando entre un 41% y un 53% de desocupados.

Tabla N° 4. Población penal argentina según situación laboral al momento del ingreso. Serie histórica (2002-2012)

Población penal total Argentina						
	Desocupado		Trabajador de tiempo parcial		Trabajador de tiempo completo	
Años	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual	Absolutos	Porcentual
2002	15183	46	12591	38	5317	16
2003	14024	35	18665	46	7436	19
2004	21342	41	20831	40	9824	19
2005	17047	45	14680	38	6544	17
2006	20019	42	17396	37	9771	21
2007	22406	46	16616	34	9771	20
2008	20087	41	19464	40	9148	19
2009	19563	39	19971	40	6005	21
2010	2316	43	20392	37	10900	20
2011	21741	40	19381	35	13604	25
2012	22446	39	23434	40	12072	21

FUENTE: Elaboración propia en base a datos del SNEEP (2012)

En base al conjunto de los datos expuestos podemos afirmar que estamos frente a una clara delimitación de un grupo social, varones pobres, jóvenes, sin trabajo estable ni de tiempo completo, escasamente formados y capacitados. Se evidencia la selectividad del sistema sobre este núcleo duro de marginalidad cuya experiencia vital es predominantemente vulnerable e inestable.

4 - LOS JÓVENES Y LOS MALOS TRATOS Y TORTURAS EN LAS CÁRCELES BONAERENSES.

En el marco de nuestras investigaciones sobre el despliegue de la violencia estatal en lugares de encierro trabajamos desde la definición sobre la Tortura de la Convención Interamericana para Prevenir y Sancionar la Tortura (OEA-1985) “(...) *todo acto realizado intencionalmente por el cual inflijan a una persona penas o sufrimientos físicos o mentales, con fines de investigación criminal, como medio intimidatorio, como castigo personal,*



como medida preventiva, como pena o cualquier otro fin. Se entenderá también como tortura la aplicación sobre una persona de métodos tendientes a anular la personalidad de la víctima o disminuir su capacidad física o mental, aunque no causan dolor físico o angustia psíquica”.

Con este encuadre desde el GESPyDH transitamos experiencias de trabajo conjunto con un Organismo como la Procuración Penitenciaria de la Nación, coordinando varias investigaciones: en el año 2004 *“Las mujeres y los jóvenes encarcelados en el ámbito nacional: abordaje cuantitativo y cualitativo en torno a grupos sobrevulnerados dentro de la población carcelaria”*⁹⁹ y destacamos particularmente aquella sobre malos tratos y torturas en cárceles federales¹⁰⁰ realizada en el año 2007, cuyo objetivo fundamental se vinculaba a la producción de conocimiento científico sobre la cuestión carcelaria

Ello además, fue un claro posicionamiento político y ético, compartido ampliamente por el Comité Contra la Tortura, de la Comisión Por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires

En este contexto se presentó por parte del GESPyDH un proyecto de investigación que titulamos: *“El programa de gobernabilidad penitenciaria: un estudio sobre el despliegue del régimen disciplinario-sanciones-aislamiento, los procedimientos de requisa, los mecanismos de traslados y agresiones físicas institucionalizadas en cárceles del Servicio Penitenciario Bonaerense”*, con el propósito de producir conocimiento científico en relación las cárceles bonaerenses y en particular sobre las diferentes poblaciones allí alojadas: varones adultos, jóvenes y mujeres.

Este proceso de trabajo y acumulación de información y producción de conocimiento por parte del GESPyDH con relación a la problemática carcelaria bonaerense y también federal, trazó el camino hacia la creación y puesta en marcha del primer Registro Nacional de Casos de Tortura y/o Malos Tratos en el año 2010, siendo parte del mismo conjuntamente con la Procuración Penitenciaria de la Nación y el Comité Contra la Tortura de la Comisión Provincial por la Memoria.

Las investigaciones sobre *“Malos Tratos y Torturas en Cárceles Federales”* y *“El programa de gobernabilidad*

⁹⁹ Esta Investigación fue diseñada y dirigida por Alcira Daroqui, integraron el equipo de investigación y participaron en la escritura del libro *“Voces del Encierro. Mujeres y jóvenes encarcelados en Argentina. Una investigación socio-jurídica”* Alcira Daroqui, Nicolás Maggio, Claudia Anguilesi, Victoria Rangugni, Claudia Cesaron y Daniel Fridman.

¹⁰⁰ Esta Investigación fue diseñada y dirigida por Alcira Daroqui y Carlos Motto y se publicó en el año 2008 con el título "Cuerpos Castigados", Editores del Puerto, Buenos Aires. En el marco de la investigación sobre malos tratos y torturas en cárceles federales realizada en el año 2007 se encuestó a 939 personas detenidas en 11 cárceles federales y, a modo de ejemplo, tomando sólo la categoría de agresiones físicas los resultados fueron contundentes: 64,3% padeció agresiones físicas por parte del personal penitenciario tales como: golpizas, *criqueo*, *pata-pata*, *plaf-plaf*, *punteo chino*, *pirámide humana*, cadenas, puntazos, balazos de goma, palazos, bomba de agua helada. El 34% de estas personas fue lesionado y el 15,8% de estas lesiones resultaron severas (pérdida de piezas dentarias, quebradura de muñecas, de brazos, de mandíbula, pérdida de un ojo, pérdida de audición, etc.).



penitenciaria: un estudio sobre el despliegue del régimen disciplinario-sanciones-aislamiento, los procedimientos de requisa, los mecanismos de traslados y agresiones físicas institucionalizadas en cárceles del Servicio Penitenciario Bonaerense”, conjuntamente con la información sistematizada de ambos organismos en el marco de la intervención sobre los poderes ejecutivo y judicial, sentaron las bases para elaborar un proyecto de creación de un Registro de Casos de Torturas en el que el concepto de “tortura” partiera de una concepción fundada en el carácter multidimensional de la misma y contemplara, por ello, una serie de categorías que excediera aquella que se reduce a la aplicación extrema de malos tratos físicos a las personas detenidas. Un trabajo arduo y comprometido entre los equipos de las tres partes integrantes del proyecto estableció que las dimensiones a tener en cuenta para registrar información sobre la aplicación de torturas por parte de las fuerzas de seguridad y de custodia del estado debían referir a: agresiones físicas, aislamiento, requisa personal, falta y/o deficiente alimentación, falta y/o deficiente atención a la salud, malas condiciones materiales de detención, amenazas, robos, desvinculación familiar y social, traslados constantes y traslados gravosos.

Consideramos que hemos realizado un aporte significativo a la cuestión de los estudios sobre la tortura, debido a que hemos complejizado el objeto de estudio, al pensar “la tortura” como parte de la *cuestión de la gobernabilidad penitenciaria*, ampliando por lo tanto el sentido o los sentidos de la *producción de crueldad del castigo legal* penitenciario sobre las poblaciones encarceladas y los sujetos detenidos. Y con ello, avanzar en la incorporación de una multiplicidad de dimensiones en las que se despliegan prácticas del poder penitenciario en un sentido “productivo”: las malas condiciones de vida, la falta y/o deficiente alimentación, la falta de atención a la salud, el gobierno tercerizado y la delegación de la violencia, los traslados, el robo, las amenazas, la desvinculación familiar y social, etcétera.

En el Registro hemos trabajado especialmente la variable sociodemográfica edad; a fin de dar cuenta que esa multidimensionalidad de la tortura, se ejerce en clave de gobierno, en forma singular sobre las poblaciones más jóvenes encarceladas. En el marco de este artículo extraemos los resultados del último Informe Anual-2012- del Registro Nacional de Casos de Torturas¹⁰¹, correspondiente a la parte general que comprende conjuntamente la jurisdicción federal y nacional y de la Provincia de Buenos Aires y posteriormente

¹⁰¹ Puede consultarse el Informe en <http://gespydhiigg.sociales.uba.ar/rnct/informes-anales/2011> y https://www.dropbox.com/s/bmzq68k9ilzvnvg/Informe_anual_RNCT_2012.pdf. También en el sitio de la Procuración Penitenciaria Nacional, http://ppn.gov.ar/sites/default/files/Informe%20Anual%20RNCT%202011_1.pdf (idem, 2012) y en perteneciente a la Comisión Provincial por la Memoria www.comisionporlamemoria.org.



focalizamos solamente en los resultados de la Provincia de Buenos Aires cruzados por la variable edad.

Los relevamientos realizados por la Procuración Penitenciaria de la Nación y la Comisión Provincial por la Memoria durante el año 2012 **registraron un total de 937 víctimas de torturas y malos tratos.**

El trabajo de campo del RNCT¹⁰² se realizó en **22 unidades penales** del Servicio Penitenciario Bonaerense, en **3 institutos de menores** y en **1 hospital neuropsiquiátrico** de la provincia de Buenos Aires y en **8 unidades penales del Servicio Penitenciario Federal.**

Este relevamiento en campo aportó 244 víctimas en el ámbito bonaerense, a las cuales se incorporaron 71 casos a partir de la recuperación de la información volcada en la planilla de intervención en inspecciones del Comité contra la Tortura de la CPM y 1 caso tomado en la sede del organismo a partir del testimonio de un allegado de la víctima. Del relevamiento de campo en el ámbito federal y nacional surgieron 198 casos y además sobre este último se incorporó la información de 423 víctimas aportadas por el Procedimiento de Investigación y Documentación Eficaces de Casos de Tortura y Malos Tratos (PIyDECTyMT). Para la incorporación de las dos fuentes anexas al trabajo de campo propio del RNCT (la de provincia-CPM y la federal nacional-PPN) se ha realizado un trabajo de consolidación de la información de las bases de modo de poder agregar esos casos al corpus empírico para lectura y análisis.

4.1 CARACTERIZACIÓN DE LA POBLACIÓN

La distribución de las 937 víctimas según sexo es la siguiente:

Cantidad y porcentaje de víctimas según sexo

Sexo	Cantidad	Porcentaje
Masculino	860	91,8
Femenino	77	8,2
Total	937¹⁰³	100

Fuente: 937 casos del RNCT, GESPyDH-PPN-CPM 2012.

¹⁰² El Registro Nacional de Casos de Torturas es Coordinado desde el GESPyDH y cuenta con dos equipos de trabajo, uno en la Procuración Penitenciaria Nacional y otro, en el Comité Contra la Tortura de la Comisión por la Memoria de la Provincia de Buenos Aires. El Registro se nutre de varias fuentes de información, las dos principales: la Ficha de relevamiento de campo por lo que se seleccionan unidades penales, institutos y comisarías en un cronograma anual de visitas y se entrevista a personas detenidas en esas lugares de detención y se realizar notas de campo y entrevistas a personal penitenciarios y de fuerzas de seguridad y la otra, la Ficha de Inspecciones y de denuncias de Malos Tratos y Torturas que realiza cada organismo en su función de intervención en defensa de los derechos humanos de las personas detenidas. Estas fuente se vuelcan a una única base de datos y luego se procesa la información. El Registro no tiene por finalidad “cuantificar la tortura” sino construir una base empírica sustentable que permita dar cuenta del fenómeno y realizar las lecturas conceptuales que permita dimensionar su ocurrencia, circunstancia, regularidad, intensidad y sistematicidad

¹⁰³ Se registran 5 casos de identidad transexual que se distribuyen en las categorías de sexo según la política de clasificación para su alojamiento de las instituciones penitenciarias.

Por su parte, la distribución de las personas entrevistadas según edad ilustra que se trata de una población principalmente joven:

Cantidad y porcentaje de víctimas según edad

Edad	Cantidad	Porcentaje
Menos de 18	17	1,8
18 a 21	176	18,8
22 a 34	556	59,3
35 a 44	113	12,1
45 y más	28	3,0
Sin dato ¹⁰⁴	47	5,0
Total	937	100

Fuente: 937 casos del RNCT, GESPyDH-PPN-CPM 2012.

4.2 VÍCTIMAS POR TIPOS DE TORTURA Y/O MALOS TRATOS

El siguiente cuadro se realiza cruzando todos los tipos de tortura y/o malos tratos por la cantidad de víctimas que hicieron referencia a su padecimiento. En otras palabras, cada frecuencia implica que la víctima sufrió por lo menos un hecho del tipo mencionado, aunque sin reflejar en este cuadro ni la cantidad ni la intensidad de las violencias ejercidas por el personal penitenciario.

Cantidad y porcentaje de víctimas según tipo de tortura y/o maltrato

Tipo de tortura y/o maltrato	Cantidad	Porcentaje
Agresiones físicas	704	75
Aislamiento	554	59
Malas condiciones materiales de detención	420	45
Falta o deficiente asistencia de la salud	401	43
Falta o deficiente alimentación	311	33
Amenazas	263	28
Impedimentos de vinculación familiar y social	179	19

¹⁰⁴ Por lo general se trata de casos comunicados por terceros (familiares u otros/as detenidos/as) de los que no se cuenta con datos personales completos.



Requisa personal vejatoria	138	15
Robo de pertenencias	113	12
Traslados constantes	101	11
Traslados gravosos	85	9
Total	3269	349

Fuente: 937 casos del RNCT, GESPyDH-PPN-CPM 2012.

Si se presta atención a la segunda columna del cuadro se verán los porcentajes de personas entrevistadas (sobre el total, 937) que sufrieron cada uno de los tipos de tortura y/o mal trato relevados y descriptos. Como ejemplo, vale decir que de las 937 víctimas el 75%, o sea 704 personas detenidas, padecieron agresiones físicas; el 59% aislamiento, etcétera.

Como puede notarse el porcentaje total alcanza el 349% de las personas entrevistadas, **esto significa que en promedio en los dos últimos meses previos a la entrevista, cada víctima padeció 3,5 de un máximo de 11 tipos de tortura y/o malos tratos que permite registrar el instrumento.** El porcentaje es mayor que cien porque estamos trabajando con una variable múltiple, o sea, cada persona entrevistada puede presentar respuestas positivas para varios tipos de tortura y/o mal trato. En este mismo sentido deben considerarse los valores absolutos, para 937 víctimas que padecieron un total de 3.269 actos de tortura durante los dos últimos meses previos al relevamiento.

La tabla precedente muestra claramente cómo todos los tipos de malos tratos y torturas definidos en el instrumento de relevamiento del Registro se encuentran representados en las respuestas de las 937 personas entrevistadas. Si bien las agresiones físicas siguen siendo la práctica violenta penitenciaria de mayor frecuencia (expresada en modalidades de tortura como golpes y golpizas, *pata-pata*, *punte chino*, *chanchito*, etcétera), con un 75% de respuestas positivas, no es menos significativa la práctica del aislamiento, las malas condiciones materiales de detención y la falta de asistencia a la salud, con 59%, 45% y 43% respectivamente. Los tipos de malos tratos y torturas que se encuentra por debajo del 40% pero en porcentajes que van del 33% al 10% de las personas entrevistadas, pasan por situaciones de violencia penitenciaria especialmente gravosas si consideramos que además de agredir físicamente, aislar dentro del encierro, los funcionarios estatales producen hambre, impiden u obstaculizan los vínculos familiares, les roban pertenencias a las personas detenidas, los amenazan, los trasladan en forma constante de unidades y los requisan en forma vejatoria y humillante.

Como veremos al abordar cada tipo de tortura y/o mal trato por separado, en muchos de estos tipos puede cuantificarse lo sucedido a una persona a partir de los hechos comunicados durante los dos meses previos a la entrevista. Al aplicar técnicas de las ciencias sociales a un registro, se



obtiene algo más que un conteo de casos de tortura, cuya existencia está ampliamente puesta de manifiesto en el trabajo cotidiano de los organismos integrantes del RNCT y en las investigaciones realizadas, ya que permite profundizar el análisis de las prácticas de tortura y maltrato a partir de la identificación y descripción de una serie de características relevantes en cuanto al tipo, hechos, actos de violencias institucionales, su regularidad y sistematicidad, las singularidades institucionales, las circunstancias, los actores, etcétera.

En este sentido, nos interesa destacar que el Registro no contiene un relevamiento estadístico de tipo censal o muestra representativa con validez hacia el universo de personas que padecen la práctica de tortura y malos tratos, pero sí realiza un relevamiento cuantitativo y en particular cualitativo en distintas unidades penitenciarias del sistema federal y bonaerense, comisarías, institutos de menores, que permite establecer la ocurrencia, la regularidad, diferencias y continuidades en relación a las prácticas violentas sobre las personas detenidas en todos los lugares de detención que integran el corpus empírico.

4.3 CARACTERIZACIÓN DE LAS VÍCTIMAS PROVINCIA BUENOS AIRES

Sobre la caracterización de la población entrevistada, se destaca que la gran mayoría fueron varones, 291 (92%), aunque también se entrevistó a un total de 22 mujeres (7%) y 3 personas trans (1%).

El promedio de edad de las víctimas es de 28 años. Entre las víctimas se contabilizaron 17 casos de personas menores de 18 años. La distribución según edad ilustra que se trata de una población primordialmente joven, con 8 de cada 10 víctimas menores de 35 años:

Cantidad y porcentaje de víctimas según edad

Edad	Cantidad	Porcentaje
16 y 17	17	5,4
Entre 18 y 21	49	15,5
Entre 22 y 34	183	57,9
Entre 35 y 44	46	12,1
45 y más	11	3,5
Sin dato	10	3,2
Total	316	100

Fuente: 316 casos del RNCT, GESPyDH-CPM 2012.

4.4 FRECUENCIA DE LOS DISTINTOS TIPOS DE TORTURA Y/O MALOS TRATOS

En este apartado realizamos un análisis descriptivo de la información relevada en los lugares de detención a partir de la integración de las dos fuentes principales del RNCT: el relevamiento a través del instrumento/ficha propio del RNCT y la reconstrucción de planillas de intervención del Comité contra la Tortura.

En el cuadro siguiente desagregamos los tipos de torturas y malos tratos padecidos por las 316 víctimas entrevistadas en los últimos dos meses, expresado en términos porcentuales en relación a los mismos:

Cantidad y porcentaje de víctimas según tipo de tortura y/o maltrato

Tipo de tortura y/o maltrato	Cantidad	Porcentaje
Malas condiciones materiales de detención	266	84,2
Aislamiento	239	75,6
Falta o deficiente alimentación	217	68,7
Falta o deficiente asistencia de la salud	206	65,2
Agresiones físicas	204	64,6
Impedimentos de vinculación familiar y social	145	45,9
Traslados constantes	100	31,6
Traslados gravosos	75	23,7
Amenazas	70	22,2
Robo de pertinencias	67	21,2
Requisa personal vejatoria	50	15,8
Total	1639	518,7

Respuesta múltiple.

Fuente: 316 casos del RNCT, GESPyDH-CPM 2012.

Si se presta atención a la segunda columna del cuadro se puede ver el porcentaje sobre el total de víctimas (316) que sufrieron cada uno de los tipos de tortura y/o maltrato relevados. Como ejemplo, vale decir que de las 316 víctimas, el 84,2% (o sea 266 personas detenidas) padeció malas condiciones materiales, el 75,6% aislamiento, etcétera.

Como puede apreciarse, el porcentaje total alcanza el 518,7%¹⁰⁵ de las personas entrevistadas, **esto significa que en**

¹⁰⁵ Vale la aclaración realizada anteriormente sobre porcentajes y variable múltiples.



promedio en los dos últimos meses previos a la entrevista cada víctima sufrió 5 de un máximo de 11 tipos de tortura y/o malos tratos que permite registrar el instrumento.

El instrumento/ficha del RNCT permite abordar la tortura y el maltrato de un modo amplio, ya que no los reduce a una definición restringida a la agresión física sino que permite describir la diversidad y complejidad de situaciones que implican tortura y/o maltrato y que pueden darse en sus más variadas combinaciones.

5 – A MODO DE CIERRE

Si tenemos en cuenta que el 78,8 % de los casos de tortura registrados en las unidades penitenciarias de la provincia de Buenos Aires tuvieron como víctimas a jóvenes comprendidos entre 16 y 35 años, siendo que la proporción de jóvenes que habita las cárceles alcanza el 70% cabe concluir que la población de jóvenes está sobrevulnerada respecto al total de la población carcelaria. La conclusión empeora si tenemos en cuenta que el mismo segmento joven en el total de la provincia representa un 32%. Dicho en otras palabras: lo que en términos demográficos implica una tercera parte de la población de la provincia de Buenos Aires, en la demografía de las cárceles se convierte en un 70%, y en la cartografía del dolor y el horror de las torturas y vejaciones, se eleva a un 78%. Los jóvenes son a todas luces la población que más sufre en términos cuantitativos y cualitativos la violencia punitiva estatal.*

6 – BIBLIOGRAFÍA

Andersen, M. J. (2014) **La penalidad neoliberal en el siglo XXI: la tercerización del gobierno carcelario a través de la ‘gestión evangelista penitenciaria’ en las cárceles bonaerenses. (Tesis de Máster en Criminología y Sociología Jurídico Penal no publicada).** Facultad de Derecho, Universitat de Barcelona y Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

Daroqui, López y otros (Coord. Ed.) (2012) *Sujeto de castigos. Hacia una sociología de la penalidad juvenil.* Rosario: Homo Sapiens.

Daroqui y otros (Coord. Ed.) (2014) *Castigar y Gobernar- Hacia una sociología de la cárcel- El programa de ‘governabilidad’ penitenciaria en la Provincia de Buenos Aires,* (en prensa).



De Giorgi Alessandro, “*El gobierno de la excedencia-Posfordismo y control de la multitud*”. Edit. Traficante de sueños, año 2006, Madrid.

Guemureman, S. Fridman, D.- Graziano, F. Jorolinsky, K.- López, A.L.- Pasin, J. y Salgado, V. (2010) “Dispositivos de privación de libertad y lógica de gobierno intramuros para adolescentes: laberintos de derechos sin sujetos” Comunicación presentada en II Reunión Nacional de Investigadores/as en Juventudes, Salta.

Guemureman, S. (2012) “Aproximaciones a la realidad del encierro de adolescentes y jóvenes en la Argentina”, comunicación presentada en el Seminario de estudios comparados sobre las estrategias del gobierno de la cárcel neoliberal en Argentina y en Francia organizado por el GESPyDH y el Observatorio de Adolescentes y Jóvenes (IIGG, FCS, UBA) y el CLERSÉ (Université Lille I). Publicado

<http://gespydhiigg.sociales.uba.ar/files/2013/11/Chantraine.pdf>

López, Daroqui, Bouilly y Pasin: “*El gobierno de la penalidad juvenil: avances en un estudio longitudinal sobre policía, justicia y encierro*” en X Jornadas de sociología de la UBA. 20 años de pensar y repensar la sociología. Nuevos desafíos académicos, científicos y políticos para el siglo XXI (Mesa 57: Sistema Penal y DDHH), 1 al 5 de Julio de 2013 Facultad de Cs. Sociales (UBA)

López, A.L y Pasin, J: “El eslabón policial en el control de los adolescentes y jóvenes”, en *Políticas penales y de seguridad dirigidas hacia adolescentes y jóvenes. Componentes punitivos, entramados protectorios e historias de vida. Pasado, presente y futuro* (Guemureman, compiladora)- Buenos Aires 2014 (En prensa)

Maggio, N. (2010) “Hacia el *gran encierro*: un panorama cuantitativo de la población carcelaria en el mundo actual” en *Cuadernos de Estudios sobre Sistema Penal y Derechos Humanos*. Año 1 N° 1. Ediciones GESPyDH.

Maggio, N. (2012) “Actualización estadística 2012” en *Cuadernos de Estudios sobre Sistema Penal y Derechos Humanos*. (páginas 118-122). Año II, N° 2. Ediciones GESPyDH.

O'Malley, P. (2006) *Riesgo, neoliberalismo y justicia penal*. Buenos Aires: AD-HOC



Pavarini, M. (2006) *Un arte abyecto. Ensayo sobre el gobierno de la penalidad*. Buenos Aires: AD-HOC.

Pavarini, M. (2009) *Castigar al enemigo. Criminalidad, exclusión e inseguridad*. Quito: FLACSO.

Re, L. (2008) *Cárcel y globalización. El “boom” penitenciario en los Estados Unidos y en Europa*. Buenos Aires: AD-HOC

Svampa, M. (2005) *La sociedad excluyente. Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus.

Young, J. (2003) *La Sociedad Excluyente: Exclusión social, delito y diferencia en la Modernidad tardía*. Barcelona: Marcial Pons.

Wacquant , L. (2000) *Las cárceles de la miseria*. Buenos Aires: Manantial.

Wacquant , L (2001) *Parias urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Manantial.

Otras Fuentes e Informes

COMITÉ CONTRA LA TORTURA DE LA COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA (2010) *Informe Anual “El Sistema de la Crueldad IV - 2009*. La Plata, Bs. As.

COMITÉ CONTRA LA TORTURA DE LA COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA (2011) *Informe Anual “El Sistema de la Crueldad V - 2010”*. La Plata, Bs. As.

COMITÉ CONTRA LA TORTURA DE LA COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA (2012) *Informe Anual “El Sistema de la Crueldad VI - 2011”*. La Plata, Bs. As.

COMITÉ CONTRA LA TORTURA DE LA COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA (2013) *Informe Anual “El Sistema de la Crueldad VII - 2012”*. La Plata, Bs. As.

CEPAL-OIJ: *La juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgencias*, 2004

CEPAL-OIJ: *Juventud y Cohesión social en Iberoamérica. Un modelo para armar*, 2008

CEPAL-OIJ: *Invertir en Juventud*, 2011

GESPyDH, CCT y PPN (2012) *Informe anual 2011 del Registro Nacional de Casos de Tortura y/o Malos Tratos*.



Daroqui, Alcira (Coordinación) Buenos Aires: Procuración Penitenciaria de la Nación. Disponible en: <http://gespydhiigg.sociales.uba.ar/rnct/informes-anales>

GESPyDH, CCT y PPN (2013) *Informe anual 2012 del Registro Nacional de Casos de Tortura y/o Malos Tratos*. Daroqui, Alcira (Coordinación) Buenos Aires: Procuración Penitenciaria de la Nación. Disponible en: <http://gespydhiigg.sociales.uba.ar/rnct/informes-anales>

INDEC : Censo Nacional de población y vivienda. Resultados 2010, Base Redatam/CEPAL/CELADE.

INDEC: Encuesta permanente de Hogares. Reportes trimestrales cuarto trimestre de 2012.

INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES. University of Essex. Disponible en: <http://www.prisonstudies.org/>

SNEEP - Sistema Nacional de Estadísticas sobre ejecución de la pena. Disponible en: <http://www.infojus.gov.ar/sneep>

SERVICIO PENITENCIARIO BONAERENSE. Disponible en: www.spb.gba.gov.ar



11

Entre fierros y plata dulce: consideraciones acerca de las trayectorias de adolescentes privados de libertad

Ricardo FRAIMAN: kf@adinet.com.uy

Coordinador del Programa de Gestión Integral de Seguridad Ciudadana del Ministerio del Interior. Antropólogo por la Universidad de Buenos Aires e investigador del Sistema Nacional de Investigadores, SNI-ANII, Uruguay.

Nilia VISCARDI: nilia.viscardi@gmail.com

Profesora Agregada en la UdelaR e Investigadora del Sistema Nacional de Investigadores, SNI-ANII, Uruguay. Es Doctora y Magister en Sociología por la UFRGS/Brasil y Licenciada en Sociología por la UDELAR, Uruguay



BSTRACT **RESUMO** ABSTRACT **RESUMO** ABSTRACT

Resumo Las actuales dinámicas económicas, familiares y comunitarias de los barrios pobres y asentamientos irregulares de la ciudad de Montevideo, arrojan a muchos adolescentes al mercado informal de trabajo y a otros a mercados ilegales en los que el robo, la distribución minorista de drogas y la prostitución son fuentes de provisión de dinero. La contracara institucional de este mundo no es el Estado que protege por vía del amparo, la escuela, la vivienda o el reaseguro del contrato salarial, sino el Estado que castiga: para muchos adolescentes y jóvenes, los programas de privación de libertad y la cárcel constituyen el vínculo más duradero y vivido con el Estado. En estas condiciones se consolidan relaciones fuertemente estructuradas en torno al delito y al uso de la violencia como bien intercambiable por parte de adolescentes vulnerables. El artículo analiza los intercambios de dones y contra-dones, los procesos de reclutamiento, prestigio y membresías que se dan en los barrios, las familias y la economía de la infracción y el delito adolescente y juvenil, a partir del estudio de las trayectorias infraccionales de adolescentes privados de libertad.

Palabras clave Infracción adolescente, violencia social, privación de libertad

Abstract The current economical, familiar and community dynamics of the slums and irregular settlements of the city of Montevideo, throw many adolescents to the informal work market and others to illegal markets in which the theft, the retail distribution of drugs and the prostitution are sources of provision of money. The institutional counterface of this world is not a State that gives protection by way of assistance, schooling, housing or reinsurance of wage contract, but a State that punishes: for many adolescents and youngsters, the programs of deprivation of freedom and enprisonment constitute their most durable life experience and link with the State. Under these circumstances relations solidly structured around offence and the use of violence, which constitute interchangeable goods at the same time, are consolidated between vulnerable adolescents. This paper analyzes the exchanges of gifts and counter-gifts, the processes of recruitment, prestige and membership occurring in the neighbourhoods and the families and the economy of offence as well as adolescent and juvenile infraction, based on the study of the infringement trajectories of adolescents deprived of freedom.

Keywords Adolescent infraction, social violence, deprivation of freedom



INTRODUCCIÓN

El delito adolescente ha aumentado de modo significativo en los últimos años asociado al aumento general de la violencia social y, muy especialmente, de las rapiñas¹⁰⁶, modalidad delictiva protagonizada por adolescentes y, en su mayoría, por jóvenes. En el presente trabajo mostramos las principales características del delito juvenil a través de entrevistas realizadas con adolescentes infractores privados de libertad¹⁰⁷.

Las familias de los adolescentes entrevistados son, en su abrumadora mayoría, pobres. Muchos de ellos no tenían empleos o trabajaban en empleos precarios. Otros, tenían empleos formales que no alcanzaban a inscribir a la familia por encima de la línea de pobreza. Asimismo, estos jóvenes se encontraban en la mayoría de los casos alejados del circuito educativo¹⁰⁸. Aunque entrevistados en Programas de Privación de Libertad (INAU), la mayoría provenía de barrios pobres de Montevideo o de asentamientos irregulares (*cantegriles*).

Con esta información, damos cuenta de los límites de la adolescencia y la juventud entre sujetos que tempranamente se involucran en actividades delictivas, abordando la dimensión económica y moral de los mercados ilegales, las motivaciones de los adolescentes para delinquir, la organización social del delito y las dinámicas sociales propias de sus barrios. Procuramos mostrar cómo se producen solidaridades, muchas veces breves o eventuales, en un escenario urbano marcado por la experiencia de la *calle*, de la *changa* y de las *bandas* y otro institucional marcado por la vida en los hogares de amparo, los centros juveniles y los hogares de privación de libertad.

1. DESPROTECCIÓN: LA FALTA DE DINERO

1.1 EL PROBLEMA DEL DINERO Y EL MUNDO DEL TRABAJO EN LOS ADOLESCENTES

¿Por qué robar? El robo en el discurso de nuestros adolescentes entrevistados se asocia a la posibilidad de hacerse

¹⁰⁶ En Uruguay, los niveles de violencia social en general y aquellos que involucran a los jóvenes como víctimas o como victimarios han aumentado sistemáticamente en los últimos 25 años. Este aumento se verifica en todas las tasas de delitos y el pasaje de una tasa de homicidios que se situaba en el entorno de los 4 homicidios cada 100.000 habitantes para pasar oscilar entre 6 y 8 homicidios cada 100.000 habitantes. En el período 1985-2010 la tasa de delitos contra la propiedad pasó de 1.908 a 4.987 cada 100.000 habitantes, el total de hurtos creció en 96%, el de lesiones en un 85% y el de delitos sexuales en un 50% (González, Rojido, Trajtenberg 2012 en base a datos de la División de Estadísticas y Análisis Estratégico).

¹⁰⁷ Las mismas fueron realizadas en una ventana temporal de 10 años y se ha modificado el nombre de los entrevistados a efectos de preservar su identidad. Todos los adolescentes y jóvenes, al momento de la entrevista, habían sido procesados por la justicia de adolescentes y se encontraban privados de libertad.

¹⁰⁸ Los varones apenas alcanzaban a tener cursado el tercer año de enseñanza primaria mientras las mujeres, que habían abandonado los estudios en el liceo, completaban en general el ciclo de enseñanza primaria.



con dinero para satisfacer consumos que de otro modo no se consumirían por la situación de pobreza en la que viven. Esta primera explicación puede matizarse a lo largo de las conversaciones. El dinero es utilizado para necesidades del hogar, pero también para consumo personal: ropa, diversión o drogas, fundamentalmente. Suele plantearse que la necesidad está en primer lugar, pero rápidamente aparecen las referencias al ocio, la diversión y la vestimenta. La conciencia manifiesta de la satisfacción de las “necesidades básicas” se opone a los gastos “superfluos”. Como dos pares de opuestos que se atraen, el primero legitima socialmente la actividad en una sociedad que no suele brindar demasiadas oportunidades a estos grupos etarios de su población. El segundo, se asocia a un estilo de vida y se plantea con más culpas, no se justifica en sí mismo, salvo en los casos en los que el adolescente asume una identificación más profunda con el robo: cuando se declara pibe chorro.

“... uno que te da manija y vos entras. Fui y empecé, empezás a dormir solo y, y lo que siempre tiene de bueno es que robás siempre para tener las cosas de la casa... La comida, lo primero que haces cuando tenés plata (...) si faltan las cosas pa’ comer, compras todo y después lo demás me lo drogaba. Ahora no tengo mucho problema con la droga. Pero hubo un tiempo que me faltaba la droga y me ponía histérico.” (Javier, 19 años)

La obtención del dinero por la vía del delito pone a los adolescentes en situaciones de riesgo e inseguridad. Muerte, heridas, privación de libertad, abuso policial, violencias cotidianas entre pares, son algunas de las situaciones que se suceden en las trayectorias infraccionales adolescentes. Vulneraciones y violencias que son parte de la violencia estructural (Galtung, 1971; Scheper-Hughes, 1997, Bourgois, 2005), en la que viven: viviendas indignas, falta de oportunidades de desarrollo educativo y cultural, informalidad y precariedad laboral. Justamente, la inseguridad social del trabajo precarizado les niega incluso el ingreso a un trabajo honesto: *“En el trabajo; laburo, sí. Si me pongo las pilas laburo. Pasa que no hay trabajo para alguien como yo.” (Felipe, 19 años)*

Cuando se consigue trabajo, no suele ofrecer protección social –al tratarse de trabajos informales-, ni una remuneración suficiente. El disciplinamiento y la moralidad del trabajo están lejos de ser una opción y tampoco suelen tener eficacia simbólica cuando se trata de *changas*¹⁰⁹ para adolescentes. A

¹⁰⁹ Se trata de una ocupación transitoria, por lo común en tareas de poca importancia y remuneración. En la mayoría de los casos, se trata de trabajo informal, fuera de la seguridad social de las leyes laborales. La primera documentación de este vocablo es de 1730 en las Actas del Cabildo de Montevideo (Rona, 1963).



veces, solo el temor a ser detenidos por la policía puede someterlos a las dinámicas de un empleo mal pago.

Como explica Felipe: *“Es más difícil trabajar. ¿Por qué? Porque es cansador, no disfrutas mucho, porque vos pensá nomás: te tenés que levantar de madrugada pa’ tomarte el ómnibus. Si entras a las 7 te tenés que levantar a las 5 de la mañana para poder tomarte unos mates, comer algo, arrancar. Después llegas de nohcecita, si tenés ganas de hacer algo, no te da el cuerpo, comés y te acostás. Siempre igual.”*

Los argumentos a favor del trabajo no tienen que ver, en todo caso, con su capacidad de resolver las necesidades y el apremio. Apenas con el deseo de no estar privado de libertad. Aunque a este deseo se llega, la mayoría de las veces, tras haberlo estado y haber experimentado algún programa de rehabilitación.

“¿Cuándo me den la libertad dijiste? Cuándo me den la libertad... Yo antes, antes que me den la libertad yo ya estoy, estoy trabajando yo. Voy a seguir trabajando porque no voy a perder de trabajar por, por tener plata todos los días. Tá, me voy a tener que aguantar porque plata dulce después pica los dientes. Porque vos la ves fácil pam-pum, pero vos a la persona que le robas mal o bien vos también vos le haces daño a la persona. Porque capaz que la persona tiene que laburar todo un mes pa’ tener 2500 pesos en el bolsillo o lo que sea. Ella está trabajando y vos venís y tá, se la quitas y capaz que la señora tiene hijos, o tenga familia que mantener o lo que sea. Yo pienso, pienso que robar pa’ mí es otro mundo aparte. Yo pa’ mí soy, es otro mundo, tengo otra cabeza yo. Ya sé lo que es estar encerrado. Es feo estar encerrado, no se lo deseo a nadie tampoco.”(Marcos, 16 años)

Marcos alude, de un modo indirecto, al tipo de delito habitual entre los adolescentes más pobres: el delito que el sociólogo argentino Gabriel Kessler (2004) ha calificado de “amateur” y nosotros preferimos denominar delito precario. La rapiña o su modalidad de arrebato¹¹⁰, que suele victimizar a los vecinos y trabajadores de los mismos barrios pobres de los adolescentes “victimarios”. Rapiñas y arrebatos que no suelen obtener más que botines magros y que infringen un daño económico y moral considerable a sus “víctimas”.

Los trabajos a los que acceden los adolescentes pobres tienen características similares a los de la explotación del trabajo infantil: eventuales, mal remunerados, violatorios de derechos y extremadamente exigentes desde el punto de vista

¹¹⁰ El artículo 340 del Código Penal uruguayo define a la rapiña como: “El que, con violencias o amenazas, se apodera de cosa mueble, sustrayéndosela a su tenedor, para aprovecharse o hacer que otro se aproveche de ella, será castigado con cuatro a dieciséis años de penitenciaría. La misma pena se aplicará al que, después de consumada la sustracción, empleara violencias o amenazas para asegurarse o asegurar a un tercero, la posesión de la cosa sustraída, o para procurarse o procurarle a un tercero la impunidad.” *Arrebato* no es una categoría del sistema penal uruguayo, se trata de categoría policial rioplatense que refiere al acto de apoderarse de cualquier objeto (joyas, carteras, bolsos, etc.) que tiene un transeúnte mediante un manotón. La mayoría de los jueces suelen considerar al arrebato bajo la categoría de rapiña, aunque entendiéndola como una modalidad leve.



físico. Para terminar de configurar su percepción del mundo laboral, deben contarse las experiencias de familiares adultos en las que, en el mejor de los casos, el trabajo es seguro, pero siempre mal remunerado, y usualmente está signado por la desprotección, la inseguridad de los contratos (cuando existen), la eventualidad de la tarea y la pésima remuneración.

“Porque yo he trabajado más que acá. Cuando estaba en la quinta de los 12 a los 14. Trabajaba de seis de la mañana a dos o tres de la madrugada. Dormía de tres a seis de la mañana. Eran pocas cuadras. Íbamos de Manga a Pocitos y dejábamos toda la verdura. Al mediodía tomaba un descanso, de una a dos. Luego seis y media me bañaba, quedaba pronto y nos íbamos al mercado a levantar flores, las dejábamos en la quinta. Volvíamos nueve y media de la noche, llegábamos a las doce de la noche a recoger todos los puestos. De medianoche a dos de la mañana armábamos las flores. ... Me gustaba, estaba bien de bien. No me echaron, me dijeron que si no dejaba de drogarme, que no fuera más. Les dije que lo que pasa es que ayudo a mi abuelo y vengo mal dormido. Me dieron 15 días para ayudar a mi abuelo y no fui más.”
(Fernando, 16 años)

No todos los adolescentes entrevistados trabajan, pero quienes lo han hecho, siempre se desempeñaron en el mercado de empleo informal, en *changas* o trabajos muy duros desde el punto de vista de la exigencia física y personal. Frente a esta realidad, muchos reniegan del trabajo y optan por el delito, mientras otros, por una combinación intermitente de ambos. Angélica (19 años) cuenta cómo el trabajo y el delito no se oponen necesariamente: *“Cuando salga voy a buscar trabajo, pero voy a seguir robando porque es mi hobby. Voy a trabajar para tapar el ojo y no crecer en la cárcel con años.”*

La asociación se da en varios sentidos. En primer lugar, el mercado informal de trabajo configura un vínculo incierto, intermitente y polémico respecto a los derechos del niño y el adolescente, que no permite estabilizar lazos, ni ofrece el tiempo necesario para el aprendizaje y el desarrollo de un oficio y, por lo anterior, reporta montos de dinero muy escasos (Kessler, 2004). Estas experiencias que difícilmente pueden estructurar identidades en torno al trabajo, favorecen la desestimación de la actividad para el desarrollo de la persona.

Por otra parte, la oposición trabajador-delincuente está presente como oposición moral y de estilos de vida. El dinero obtenido por el trabajo “dignifica”, pero es muy difícil obtener un “trabajo digno”. El dinero -rápido y riesgoso- del robo es percibido como un dinero seguro de obtener (*plata dulce* o fácil) cuando se dominan las reglas de la actividad. Finalmente, cuando existen experiencias de trabajo, la



consolidación de la trayectoria delictiva suele efectivizarse en cuanto escasean las oportunidades de empleo.

Tal como lo establece Kessler (2004), nos enfrentamos a un mundo donde la delincuencia y el trabajo se oponen como dos esferas socialmente separadas, produciendo cada una su universo de símbolos y relaciones. En el mundo de la precariedad social, las oportunidades de trabajo revisten mucho de la informalidad, de la falta de legalidad y de la ausencia de garantías de un contrato definido. A su vez, la dificultad de obtener un contrato de trabajo seguro, los montos obtenidos con el robo y la vivencia de un mundo que está profundamente alejado de la seguridad y la protección, alimentan la realización del delito ocasional, mientras su organización social basada en el intercambio de dones y contra-dones genera lazos de reciprocidad mucho más sólidos que los que propone el mercado informal de trabajo adolescente.

1.2 LOS COMPAÑEROS Y LA NATURALEZA DEL VÍNCULO SOCIAL EN EL DELITO

Nuestros entrevistados tienen *compañeros*, los amigos, casi no existen. La amistad, requiere de intercambios desinteresados que perduren en el tiempo, como explica Fernando: “... *muchos amigos murieron al robar. Murió mi compañero. Una vez que salió conmigo. Un copamiento.*”.

Para los varones adolescentes, sobre todo, el mundo del delito solo brinda *compañeros*: “*Tengo otras amistades también, que las conozco de chico y por ahora nunca, nunca me fallaron, pero igual, con eso pagan todos... Pagar es que yo no confío en una amistad... porque amigo, amigo es ese que te da pa´ adelante y todo, amigos son tus hermanos, tu madre, tu padre es amigo también. Cada uno con su vínculo familiar, porque alguno puede estar todo el día con el hermano (...)*”

La desconfianza acaece en un sinnúmero de situaciones que ofrecen oportunidades de traición: la delación, la confesión a la Policía o a un juez cuando se es *indagado*; quedarse con el botín cuando el compañero logra escapar y uno es apresado, etcétera. Las relaciones que se tejen en las fronteras de la legalidad y la ilegalidad configuran un mundo que puede traicionar. No obstante, las categorías de *compañero* o *socio* deben comprenderse en las trayectorias de estos adolescentes. La mayoría de ellos ha pasado por distintas instancias de institucionalización del brazo protector del Estado (centros juveniles y hogares de amparo del Instituto de la Niñez y Adolescencia de Uruguay –INAU-, programas del Ministerio de Desarrollo, etcétera) y de su brazo punitivo (Programas alternativos a la privación de libertad y hogares de privación de libertad) (Fraiman y Rossal, 2011). Este paso suele ser errático en su permanencia y fallido en sus objetivos. Pero es precisamente en estas instituciones y programas donde



consiguen *socios* o *compañeros* para las rapiñas y los hurtos. También se los pierde de vista por un tiempo cuando alguno de ellos es detenido y privado de libertad o devuelto a algún hogar de amparo. Por lo tanto, es difícil, en una realidad tan dinámica y compleja, tener relaciones sólidas y duraderas. Sobre todo, cuando el *compañero* no está y hay que hacerse de otros *socios* para ir a *hacer la plata*.

Marcos (16 años) cuenta que cayó: “... *por tentativa de rapiña allá en 8 de octubre. Fue algo que habíamos pensado yo y mi compañero, porque tá, teníamos un par de cosas que hacer al otro día y tá y necesitábamos plata. ¿No sé si usted me entiende? Fue a un señor que..., nosotros íbamos a otra cosa, pero había salido todo mal. Íbamos a un comercio. Y había salido todo mal, eso... hubo marcada y nos tuvimos que ir. Mucho movimiento.*”

Marcelo robaba “*a veces solo, a veces con compañeros. Lo que pasa que eso no se aprende. Ya, yo qué sé, según en el ambiente que te crées ¿no? A uno no se le pega nada si uno no quiere, pero tá, como estaba la situación a mí se me pegaron abundantes cosas. No pude resistir, tuve que salir a robar. En el ambiente que yo vivía, la mayoría lo hace hasta ahora en el ambiente. Tengo familiares en casi todos los barrios, en casi todos los barrios pobres, ¿no? en El 40 Semanas, en el Borro, Aires Puros, Lezica, una banda, Paso Carrasco. Tomando el ejemplo, mis familiares la mayoría está presa. Tengo primos, primos presos, mi tío ya salió, la mayoría...*”

Algunos adolescentes provienen de familias que incluyen entre sus estrategias de subsistencia, actividades delictivas. No siempre los adolescentes son presionados para iniciarse en estas actividades por sus familiares, aunque no podrían subestimarse los efectos de la reproducción social del estilo de vida familiar, que configura un modelo permisivo respecto a las trayectorias infraccionales adolescentes.

Entre las mujeres adolescentes, la amistad y el amor suelen destacarse como los vínculos que orientan la acción delictiva. La mayoría de las rapiñas y hurtos son cometidos por varones, muchas veces empujados por la moralidad de provisión (Fraiman y Rossal, 2009), y si bien las mujeres han comenzado a sustituir la prostitución por la venta y distribución de pasta base de cocaína y, en menor medida, los hurtos y las rapiñas, aún son minoría en las estadísticas criminales. A través de lazos familiares o amorosos suelen iniciar sus carreras delictivas: “*La primer rapiña en el ómnibus sí, yo estaba muy nerviosa... era otro compañero, era mayor. Él fue el que lo encañonó al chofer y yo estaba muy nerviosa... A ese compañero lo conocía del barrio, él estuvo preso por matar a un policía.*” (Viviana, 19 años)

Las adolescentes entrevistadas sitúan en los conflictos domésticos el origen de las carreras delictivas. Estos conflictos hacen que las adolescentes opten por irse de su casa, y a partir



de allí, muchas quedan en *situación de calle*. La hostilidad vivida en el hogar es contrastada por relatos donde los lazos afectivos entre amigos y, sobre todo, las relaciones de amor ocupan un lugar central. *“No terminé segundo, me fui porque fue en el Liceo que empezaron los problemas... fue por bronca de mis padres que me fui. Me escapé y me fui a la calle. Me hice amigos. Es que mi mamá siempre estaba del lado de mis hermanos y después nos peleábamos todos... Ella me acusaba de puta bastante seguido. Siempre lo terminaba convenciendo a mi padre y después no me dejaban salir... me seguían. Ahí me fui quedando con unos amigos que tenía. Vivía de un lado para otro. Empecé a juntarme con distintas bandas, porque estaba demás. Tenía muchos amigos. Mis mejores recuerdos, todo lo que vivimos juntos. Tuve un novio y con él me fui quedando. La primera vez que caí fue por rapiña también, en Salto. Yo... empecé a robar cuando tenía trece, rapiña callejera. La vez que perdí fue con un arma blanca. Pero antes mi vida era muy agitada. Me encantaba. Con mis amigos iba sí, de un lado para otro, andaba para acá, para allá...”* (Irene, 15 años)

Jociana (16 años) escapa de su casa con su novio y se precipita a una circunstancia de calle. *“Yo vivo en jardines del Hipódromo con mi madre. (...) Y tá, yo con mi madre no me llevo bien. Porque tá, piensa como en los tiempos de antes, lo malo es malo y lo bueno es bueno. No hay términos medios para ella. Y no da, yo me rebelo. La primera vez que me fugué fue con mi novio. El Mauri. Es dos años y medio más grande. Fue mi novio, estuvimos pila juntos. Nos peleamos por una piba... es que hay muchos problemas en el medio. La familia de él a mí no me quiere y viceversa. Fue con él que empecé a drogarme. Marihuana y cocaína... Cuando yo lo conocí él tenía diecisiete. Él la pagaba. Mi primera vez fue juntos. Él vive con los padres ahora. Me fui con él y me fui a vivir a la calle... abajo del puente Sarmiento. Estuvo bueno. Conseguíamos la comida con los vecinos, éramos muchos. Ahí un señor nos cuidó, que era el que vivía con nosotros. Yo vivía con los chicos, tenían entre diez y catorce años. Nos enseñó a robar, y tá, nos daba comida y abrigo ahí. Yo un mandaba a los chicos... los mandaba a robar a conchetitas.”*

Silvana se va de su casa y comienza a delinquir. Durante estas actividades, encuentra protección de su familia a través de una relación de pareja. *“Yo no curtí mucho. Porro, fumé dos veces... Mi novio sí, él fumaba todos los días. Pero a mí me pega mal... yo prefiero el alcohol porque me deja agresiva. El curtió sobre todo cuando vivía en Brasil, en Porto Alegre. Vivió un tiempo ahí que tenía una boca. Estuvo tres años él viviendo allá y después volvió y estuvo acá, en Artigas. Fue cuando nos conocimos. Él a mí me protegía. Me protegía de mi madre por ejemplo. Cuando ella me echó, cuando me quiso encerrar. Que fue por eso que me quedé en la calle. Ahí*



robaba para conseguir dinero. Al principio andaba de descuido, en los negocios y en los comercios. Andar de descuido es cuando andas por la calle, te metes en un comercio y robas las cosas. Ta' y en esa conocí a mi novio, que el en ese momento también robaba en comercios."

2. FUERZA DE TRABAJO: EL LUGAR DE LOS ADOLESCENTES EN LA PROVISIÓN FAMILIAR

2.1 PROSTITUCIÓN

La prostitución es ejercida, en nuestros casos, únicamente por mujeres. Presenta dos modalidades: la prostitución ocasional que combina esta actividad con el robo y la prostitución como actividad laboral exclusiva.

"Es que yo robé por la droga y también changué... changué para ir al estadio y para la droga... en realidad, soy viciosa por la plata. ¿Si tuve problemas por changar? No, nunca tuve, me iba con tipos en autos. Que a veces eran de los taxis que estaban en la parada, otras tipos de la vuelta. Una vez sí, tuve un problema, que no me violó, pero casi me da lástima. Pero tá, no lo voy a denunciar. Pero si lo tengo que hacer, lo hago. Una de las razones por las que me peleé con Mauri es por changar." (Jociana, 16 años)

En el caso de Adriana (16 años), la prostitución es una actividad laboral. La prostitución tiene certidumbres y conocimientos que emergen de su descripción. *"Yo cobraba 800 pesos, por noche hacía 1600... Trabajaba con clientes, iba a la casa de ellos. En general, los conseguía en la aduana y cuando precisaba plata los llamaba. ... No me pedían cosas raras, pero si me hubieran pedido lo hubiera hecho. Igual voy a terminar con eso."* En su vida, la prostitución está presente en los modelos familiares. *"No tengo recuerdos lindos. Mi peor recuerdo es cuando mi madre mi dejó tirada con mi abuela. Mi madre también fue prostituta... No sé por qué mi madre se acerca a mí ahora..."*

Usualmente la prostitución representa una de las formas básicas de explotación entre hombres y mujeres (Viscardi, 2012). Es importante destacar que es una forma de acceso de las jóvenes más pobres al dinero y a ciertos bienes; al igual que los varones cuando roban. Pero una vez objetivada esta relación de explotación social y sexual, la prostitución aparece como uno de los elementos de conflicto entre los propios adolescentes. Como lo establece Marcelo en su entrevista, uno de los temores de tener una pareja es que la joven se prostituya. Este temor se manifiesta cuando manifiestan la voluntad de preservar a la madre y a la hermana de la prostitución "sacándolas de la pobreza"



“¿Ahora?, y ahora va bastante bien, porque de última me alejé un poco, bah un poco no, me alejé de las calles, no salgo a robar como antes, porque de última, yo antes era más, yo antes era más grande que mi hermana y tá, yo no iba a esperar que mi hermana, o mi madre, salgan a... a prostituirse ¿entendés? Entonces tá, toqué pal´ lado ese, salí a robar. Salí a robar, salí a robar, ayudar a mi madre y tá y es así. Después el año pasado perdí ahí en el juzgado, fui pal´ juzgado pal´ de Bartolomé Mitre, y me mandaron pa´ acá. Acá estuve 6 meses viniendo a entrevistas y eso, y tá y me dieron la posibilidad de entrar a un taller, es una beca laboral. Y tá, y ahí la voy llevando...” (Marcelo, 18 años)

En este sentido, existe un intento de protección del varón cuando intenta preservar a las mujeres de estas actividades. Pero esos intentos deben interpretarse a través de redes de reciprocidad basadas en el parentesco, la amistad, el amor y las constricciones de los mercados informales y de la ilegalidad. Estos intercambios constituyen habitus (Bourdieu, Wacquant, 1995) que en muchos casos permiten prácticas -conscientes o no- como las que plantea Marcelo.

2.2 TRÁFICO DE DROGAS

La vida de Mónica (17 años) muestra cómo la situación de pobreza y la vivencia del delito se conjugan en una historia familiar en la cual el tráfico de drogas es una opción económica. El padre de Mónica estuvo preso y su padrastro también. Durante un par de años Mónica intentó ayudar a su madre y su padrastro y buscó a través del trabajo honesto una solución a los problemas de la pobreza extrema. Su padrastro entra y sale del sistema penitenciario, dejándolas solas por períodos de hasta 2 años. En este marco inician su negocio en la venta de drogas, organizándolo como un emprendimiento familiar. Es una empresa riesgosa, pero eficaz, más eficiente que el trabajo formal, cada vez más alejado de las consideraciones morales y las posibilidades concretas de la familia.

“No me gusta que mi mamá esté presa, porque la libertad no la pagás con nada. Y si vos mirás, por qué pasó todo esto, no hay posibilidades de trabajar, no hay trabajo. Y tá, es verdad, por más que hoy mi mamá está arrepentida de todo, de que empezaron a vender droga porque era plata fácil y todo. Pero estaban pasando hambre (...) Nosotros no le vendíamos a cualquiera. Los compradores que teníamos eran conocidos. Era toda gente que vos sabía quién era cuando venían a comprar.” Mónica evaluó también otras posibilidades de sobrevivencia. “No sé si robaría, no quiero, y no me



gustaría changar. Yo respeto a las que lo hacen, y en esa conozco gente... y conozco gente que lo hace por sus hijos. De última, en esa, es más fácil robar... tenés plata rápido y fácil. Pero ahí el tema lo ves, lo ves que para mi todos caen, tarde o temprano todos caen. Yo cuando estuve en esa alguna vez nunca trabajé con mayores.”

En este caso, la actividad ilegal trasciende la acción de la adolescente. La distribución y venta de pasta base de cocaína involucra a su familia. En un principio liderada por el padrastro de Mónica, éste es sucedido por su esposa cuando cae preso. El emprendimiento pierde así a su jefe y produce un proceso sucesorio insólito para la literatura de estudios de parentesco¹¹¹ y empresas familiares: asume una mujer la responsabilidad de conducir el emprendimiento delictivo familiar. Con dos inconvenientes: la pérdida de un miembro, con la baja en la productividad que ello conlleva, y la necesidad de aumentar la ratio de productividad habitual pues el padrastro de Mónica necesita un abogado dada su situación penal. Así, la vulnerabilidad social se eleva aumentando los riesgos y la exposición de la familia, que se incrementa, además, por la propia intrusión de la Policía y el sistema penal en su vida cotidiana. Como queda claro, y ya hemos sostenido en otro lugar (Fraiman y Rossal, 2009): los sujetos “peligrosos” son los más vulnerables de nuestra sociedad.

2.3 EL ROBO: SUSTENTO FAMILIAR

Como afirmamos más arriba, no todos los adolescentes provienen de familias que sostienen actividades delictivas. La multiplicidad va desde la negación y la condena del delito a su aceptación o, directamente, a la asunción y promoción del rol de proveedor del adolescente. Estas actitudes contrapuestas se observan en el caso de Marcos cuyos padres son separados. Su madre es ama de casa y volvió a casarse y su padre, que también recompuso un hogar, es empleado del transporte.

“¿Por qué lo hice? Yo me lo hacia pa´, pa´ vestirme yo, aunque usted no me lo crea, porque si me aparecía con plata en mi casa en seguida mi madre me preguntaba ‘¿y eso de donde lo sacaste?’ Mira que, mira que vos no trabajas pa´ estar con plata, mi madre me decía. Y si me veía con plata me la agarraba y me la rompía, no le importaba que sean 1000 pesos o que sea lo que sea, me la agarraba y me la rompía.” (Marcos, 16 años)

¹¹¹ Decimos que es insólito porque el caso de Mónica y su madre es recurrente en las sucesiones compulsivas que se dan en los emprendimientos familiares de distribución y venta de pasta base de cocaína cuando el sistema penal actúa retirando la jefatura masculina. Esta sucesión política va en contra de la tendencia sucesoria universal de los emprendimientos familiares: la primogenitura masculina.



A diferencia de Marcos, la familia de Mauricio no pone reparos a su condición de rapiñero. Su madre no puede trabajar por invalidez y su padre “vende parches en un hospital”. Mauricio empezó a robar porque tenía “necesidad de plata”: “Lo hice para ropa y también para la casa... Para la comida, antes pagábamos luz, agua, cosas de esas no las pagábamos más y todas esas cosas. Entonces yo empecé por las mías. Yo a mi viejo cuando hacía todas esas cagadas le decía que la guita venía de trabajo. Ellos tá, pensaban que yo lo hacía de alguna changuita. Y cuando se enteraron nada, no lo tomaron a mal ni nada.” (Mauricio, 18 años).

El caso de Marcelo, en cambio, muestra la tensión entre la capacidad que la actividad delictiva tiene de brindar dinero a la familia de la cual él es el sostén económico y la dificultad de continuar cumpliendo este rol cuando asume que no continuará con la delincuencia y que intentará vivir de la carpintería vendiendo y reparando muebles, tal como lo aprendió en el INAU en su período de reclusión: “Mi madre es ama de casa, mi madre no sabe hacer nada. Vivíamos rescatando un poquito de acá, un poquito de allá. Yo que sé, salir a pedir, y ahora tá, ya ahora el único dinero que hay ahora, se me complica más porque, ahora allá hay que pagar luz, agua, todo, y de última soy yo el único que aporta pa la casa.” (Marcelo, 19 años)

En un proceso que no necesariamente implica que la familia desee que el hijo esté sometido a riesgos, pero en el cual los adultos no tienen chances de brindar recursos económicos a sus hijos, el caso de los varones tiene un sentido profundamente diferente respecto a las mujeres. Efectivamente, existe una moralidad de provisión que afecta diferencialmente a los géneros y orienta a los varones hacia la responsabilidad de sustento a sus familias. Sobre todo, en aquellas familias donde los adultos son figuras debilitadas, incapaces o ausentes. No obstante, la moralidad del cuidado que asignaría los roles de las mujeres es interpelada por las nuevas construcciones de género -más igualitarias- por lo que muchas comienzan a desaprobar la prostitución a favor de prácticas delictivas consideradas otrora masculinas (rapiña, homicidio, copamiento), y por la inestabilidad de la provisión del varón cuando se sostiene a través de prácticas delictivas que, en el caso uruguayo, encarcelan más temprano que tarde a quienes las llevan a cabo. Así, como en el caso de Mónica, suelen ser mujeres las que se encargan en los hechos de la provisión -sea o no a través de ilegalidades- y del cuidado de las familias.



3. RIESGO, VIOLENCIA Y JUVENTUD

3.1 SER ADOLESCENTE EN CONTEXTO DE EXCLUSIÓN

El dinero obtenido en la actividad accidental y riesgosa que el robo representa, tiene como contraparte la asunción de una vida rápida, adrenalínica y riesgosa¹¹². Poner en juego la propia vida es un acto que naturaliza la posibilidad de la muerte, la acerca en el tiempo y transforma al presente en un valor supremo. A la vez que la vida minimiza su valor y una subjetividad criminal se concreta (Misse, 2012), que, entre otras cosas, naturaliza la posibilidad de matar.

Veamos. *“Me gustaría vivir lo más que pueda: por lo menos hasta los cuarenta me gustaría vivir.”* (Fernando, 19 años). José (17 años) quisiera vivir hasta los 50 años. *“Porque no me gustaría estar teniendo 80-90 años ahí. Yo veo la gente anciana por la calle y yo llego estar así y (...) para estar molestando nomás. Uno lo dice ahora pero, se ríe ahora pero después (...) pa´ estar así (...) todos torcidos, no molesto a nadie, me pego un tiro (...) y ya está.”*. Viviana (19 años) dice: *“Pienso vivir hasta los 30 años y tá... me gustaría tener familia, hijos,.. por un lado... por otro lado, no”*. Mónica, con 17 años, piensa *“... vivir hasta los cuarenta.”*

En Uruguay, la expectativa de vida ronda los 70 años para los hombres, mientras las mujeres alcanzan a vivir hasta los 75. La asunción del riesgo por los adolescentes entrevistados se manifiesta en una proyección de la vida donde la vejez se sitúa en torno a los 40 años. Esta proyección supone una aceptación de la muerte no natural en muchos casos, así como la inserción en un mundo en el que existen pocos adultos y donde el encarcelamiento es una realidad cotidiana. Estas representaciones sociales reflejan las expectativas de vida de la población de la extrema pobreza, conjugadas con las representaciones que los adolescentes de Montevideo suelen sostener sobre los adultos y las edades en las que comenzarían la vejez.

La posibilidad o, mejor dicho, la disposición para matar es un prerrequisito valioso para la acción delictiva, podría decirse un capital, que emerge en la formación del habitus de muchos de los adolescentes que entrevistamos. Esta misma disposición es una desventaja respecto al Estado y sus aparatos de justicia, aumentando los riesgos de ser aprendido puesto que la persecución de los delitos surge de la yuxtaposición de la taxonomía jurídica y las clasificaciones policiales, que sitúan

¹¹² Coincidimos con Margulis (2008) en que la moratoria vital se identifica con la sensación de inmortalidad tan propia de los jóvenes. Y es ella misma la que se asocia con la temeridad de algunos actos gratuitos, conductas autodestructivas que juegan con la salud, la audacia y el arrojo en el desafío. Y en este sentido también destaca *“...que existen en la vida social formas de muerte que se ensañan con los jóvenes: son ellos los reclutados en los ejércitos, los que libran las guerras, la carne de cañón en el campo de batalla.”* (p. 21)



al homicidio como uno de los delitos más reprobables (probablemente el secuestro en Uruguay acompañe al homicidio en esa jerarquía taxonómica): *“No tengo miedo a matar ni a morir... pero en realidad, soy chorra... si se da que tengo que matar, porque cuando robas, sos vos o vos, mato. No hay orgullo de matar, lo hago por necesidad... Yo soy chorra y por la plata hago cualquier cosa.”* (Viviana, 19 años)

“... en el caso por el que estoy acá. Estábamos buscando a quien rapiñar a la salida de un baile. Vimos a una pareja. Veníamos re-drogados. Yo los conocía, él era policía de cuartel. Empezamos a forcejear y se escapa la mujer. Ahí, mi compañero salió atrás de ella. Yo me quedé sola con el policía y él trató de sacarme el arma. Le disparé dos veces.... Y tá. Es que ya te digo, yo, cuando salgo a robar, soy yo o yo. Con la vida de mierda que llevo no me importa nada. Yo, ya maté a cuatro hombres; tres eran milicos, el otro no sé quien era...” (Angélica, 19 años)

En el momento de las entrevistas los adolescentes se encontraban privados de libertad y en distintos programas de rehabilitación. La adolescencia en nuestros sectores más pobres se extiende poco en el tiempo e incluso podría plantearse si existen las condiciones que favorezcan un período de moratoria que autorice a identificar la adolescencia en estos sectores de la población. La experiencia de los programas de rehabilitación, sin embargo, lejos de facilitar una condición adolescente entre nuestros entrevistados, propone la entrada en el mundo adulto a través de la construcción de “una vida de responsabilidades” asumida en las moralidades del trabajo y la familia. Esta “adultización” casi forzosa se opone al “vivir a toda” (Margulis, 1998), que asocia la experiencia de la libertad con la del consumo, el dinero, las drogas y la experimentación de sensaciones. Paradójicamente, el robo condensa, en sus prácticas, muchas de estas vivencias y parece favorecer condiciones “del ser joven” allí donde la pobreza no permite otro modo.

“Lo hacía para no pedir plata a mi madre, quería championes de 2000 y 3000 pesos, no me gustaba pedir plata para el baile. A veces hacía 2000, 3000 pesos en un fin de semana y los gastaba todos. Me iba a los bailes viernes, sábado y domingo. Me quedaba con 200 \$ el lunes. Cuando volví a salir, veía que todos tenían plata, tomaban, todos con las novias tenían plata. Y yo con mi novia no tenía plata. Mis amigos iban todos con plata y pagaban ellos. Pero yo no quería, quería para mí, yo. Me calenté y empecé a robar. Robaba de caño a los ómnibus, carteras y bolsillos a los viejos.” (Daniel, 18 años)



La exclusión de los signos distintivos de la “cultura” juvenil contemporánea establecida en los consumos culturales (música, moda, cine) y en las prácticas de diversión (paseos, salidas a bailes, consumo en bares) constituye una exclusión profunda que varios entrevistados manifiestan en el origen de la decisión de realizar robos: la voluntad de “vivir la vida”. Sus dinámicas sociales, a su vez, producen nuevos lazos y experiencias que refuerzan algunos elementos propios de la diversión y el goce.

“Para mi robar es lindo, está... bien de bien. Es como una persecución de una película. Tengo que correr, pero no en derecho. Vos la gente que te corre, algún gil que te corre y se quiere hacer el super-héroe y vos te lo esquivas. Después que vos ganaste está bien. Decis ¡Pah! ¡Qué bien que me fue! gané en esta, tremenda correteada, hoy es mi día. Y después es como todo, tenés que tener una mujer.” (Fernando, 16 años)

*“Cambiar para mi es no fumar si me dan un porro, no robar, ni fumar cigarro, enganchar un laburo. ... No sé si quiero cambiar. El robo es **un arte**, es como el que roba un auto. El que roba auto va a querer robar el mejor auto. Vos pasas por al lado de un billetera y ella te grita, te llama. El dinero te llama, te gusta. Me gustaría ser otro. Todos los que andamos robando le tenemos bronca a los conchetos. Hay unos que van y le dicen a los padres quiero unos champions de 1000 y tu padre no puede, porque no tiene para el pan. Por eso yo robo: vení, sacate los champions. Vos los ves que andan con cada botija tan linda...”* (Fernando, 19 años; subrayado nuestro)

Finalmente, la eficiencia del robo como acto rápido de obtención de dinero para la satisfacción de las necesidades de consumo opera como un elemento clave. La legitimación familiar en algunos casos y los rendimientos económicos se suman a la idea de que es imposible obtener un trabajo y a la clara percepción de que el trabajo que podrá obtenerse nunca permitirá los réditos económicos de la actividad delictiva. En la ecuación y el cálculo, sólo la percepción de los riesgos personales asociados a la violencia, el miedo y la inseguridad así como la pérdida de referentes afectivos fuertes pueden entrar en juego para cuestionar una trayectoria delictiva.

No obstante, la construcción de una subjetividad que aúna la pérdida del temor a la muerte, su introducción como dinámica necesaria en el momento del delito, la existencia de un mundo en que “la vejez” escasea (vivir hasta los cuarenta cuando la expectativa de vida del país llega casi a los 80) y la idea de que la posibilidad de “vivir la vida” –joven- se materializa en el delito, van conformando elementos que en muchos casos determinan la continuidad de la actividad



delictiva. Así, la entrada en la juventud y la vivencia de una experiencia de goce y de diversión, se materializa para ellos por la vía de la infracción y -tras cumplir 18 años- el delito.

3.2 LA VIOLENCIA COMO CAPITAL EN LA INFRACCIÓN ADOLESCENTE: SUBJETIVACIÓN Y OBJETIVACIÓN

En el mundo del delito, la experiencia es fundamental. La participación de muchos adolescentes en homicidios se vincula a situaciones que tienen cierta regularidad. Usualmente, son delitos que cuentan con un cierto grado de planificación e implican casi siempre el uso de armas de fuego. Marcelo nos cuenta su experiencia y conocimiento:

“Pero el menor no se toca tanto como el mayor, ponele yo si te robo de caño sé que si yo te lastimo voy por lesiones, rapiña y copamiento, si entro a tu casa es copamiento, ¿no? te lastimo, y es rapiña porque te estoy robando. En cambio el menor no, el menor se te mete a tu casa, te lastima, si te tiene que matar te mata y te lleva todo, ¿entendés? Son cosas distintas. La cabeza del mayor que anda robando, entendés, la tiene mas clarita que el menor, porque el menor sabe que hasta los 18 tiene pa’ quemar, porque ¿que hacés?. Lo llevan pal’ Campamento S, hogar abierto por hurto te le fugas, con medidas que le haces, por homicidio, por homicidio con medidas estas haciendo 6 meses, un año, un año y medio, cuando un mayor está haciendo 12 años, 15 años. Entonces ahí tenés el ejemplo, la cabeza del mayor que anda robando y la cabeza del menor. No es sencillo (...) no se come ni la punta, es cortita, no se come ni la punta el menor”. (Marcelo, 18 años)

En la mayoría de los casos de homicidios que nos han contado, la muerte se da en el contexto de un tipo particular de rapiña: el copamiento¹¹³. En general, nuestros entrevistados señalan que estos delitos son realizados con un *mayor* de edad. La única excepción, la constituye el caso de Marcelo, donde el homicidio ocurre durante una rapiña a un comercio, también planificada por un *mayor*.

“Un pibe de 24 que conocí y nos invitó a hacer una rapiña ... a mi y a mis amigos, también a los hermanos de mis amigos. Eso fue a los 15. El 6 de mayo hice la

¹¹³ El artículo 344 bis del Código Penal define: “(Rapiña con privación de libertad. Copamiento) El que, con violencia o amenazas, se apoderare de cosa mueble, sustrayéndosela a su tenedor, para aprovecharse o hacer que otro se aproveche de ella, con privación de la libertad de su o sus víctimas, cualquiera fuere el lugar en que ésta se consumare, será castigado con ocho a veinticuatro años de penitenciaría.”. Es importante destacar que solo en “circunstancias agravantes muy especiales” el homicidio implica una mayor pena que el copamiento. En esas circunstancias el homicidio se castiga con una pena mínima de 15 años hasta una máxima de 30. Un homicidio sin agravantes implica una menor pena, el artículo 310, define: “(Homicidio) El que, con intención de matar, diere muerte a alguna persona, será castigado con veinte meses de prisión a doce años de penitenciaría.”



rapiña y el 20 caí. Cumplí 16 años el 9 de mayo.” ... “... está preso ahora el de 24. Lo vimos en el barrio, él se acercó. Al tiempo nos invitó a hacer una rapiña. Como yo me drogaba decían que era famoso y me acusaban los vecinos de robar, pero él no robaba. Me llevaban preso pero me soltaban porque decía la verdad.” ... “Fuimos a ruta 8, km. 28, la 101, a un almacén... Fuimos tres. Teníamos armas que fue el de 24 el que las llevó.” ... “Mi compañero, Roberto, el de 25 años, tenía una escopeta 16 recortada. Se la prestaron para eso, el de 24 se la prestó. A mi me dio un 22 y el de 24, Leonardo, tenía un 38. ... Roberto y Leonardo se conocían de vista. Cuando se iban llevando las cosas, yo tiré una balanza grande y a Leonardo se le escapó un tiro y estaba el hombre muerto. Yo no sé porqué se cayó la balanza y tá... fue ahí que Leonardo se asustó y se le escapó un tiro. Le pegó en la sien con el 38... Era la primera vez que Roberto le disparaba a alguien.” “Nos fuimos corriendo. Nos fuimos y veíamos policías, patrulleros. Después nos dijeron que el que murió no era el dueño. Los dueños estaban. Apareció un niño y Leonardo lo apuntó... allí yo le dije que no apuntara porque era un niño. Yo me quedé con 3000 pesos... eran 3000 cada uno. La verdad que no pensaba cuánto podría ser.. Tá, pero no sé, me pareció poca plata para arriesgarse así.” (Leandro, 16 años)

Los relatos muestran que hay una predisposición para usar la violencia pues la rapiña implica el dominio físico de la víctima. La amenaza del uso de la violencia debe estar presente en todos los casos -de lo contrario ni siquiera se trataría de una rapiña- mientras que el ejercicio de la violencia -como agresión- quedará supeditada a la necesidad. Así se plantea al menos en la “teoría”. Un primer punto debe aquí ser destacado. La rapiña, como actividad ocasional, supone la racionalización de la violencia: la aceptación -legitimación e incluso exaltación identitaria- de un sí mismo capaz de violentar a un otro. Esta disposición subjetiva para el uso de la violencia se torna también, con el paso del tiempo, disposición objetiva para matar.

Sin embargo, Marcos es consciente de su extrema vulnerabilidad: “... los que corremos riesgos somos nosotros, corremos riesgo que nos tiren unos tiros por la espalda; las veces que pasa, no sé si usted escucha el informativo, corremos riesgo de todo, corremos riesgo que nos maten, de todo. Corres muchos riesgos.” (Marcos, 16 años)

Así, se van estableciendo a través de la experiencia un conjunto valores y orientaciones de la acción acerca de cómo y cuándo utilizar la violencia. En los casos de delitos que suponen un alto grado de violencia, es común que los adultos recluten *menores* para minimizar los efectos de una pena muy



extensa en el tiempo. Los delitos condenados, por otra parte, que se pagan con penas en la cárcel muestran cómo se reproduce la clasificación de la violencia de la *calle*: no violar, no *buchonear*, *respetar*, sobre todo.

El uso de la violencia va aumentando en la medida que se (in)corporan las lógicas del juego. Un mejor conocimiento de sus reglas permite a su vez la realización de delitos más difíciles, en los que la obtención de un mayor rédito - económico y social- tiene un paralelo en el riesgo que se corre. Las acciones de violencia más dura se producen cuando se planifica racionalmente el delito y se juega hasta el extremo de sus contingencias. Es por este motivo que las acciones más violentas protagonizadas por adolescentes son aquellas que involucran adultos y mayores de edad, quienes efectivamente tienen mayor experiencia y conocimiento. Para los jóvenes pobres y excluidos, el juego que mejor réditos brinda, solo puede ser alcanzado maximizando la inversión con el propio cuerpo, que permite el uso de la violencia física, en detrimento de la manipulación de las condiciones del medio social y de la ley (Viscardi, 2007).

Los que asumen durante la *intervención* de los programas de rehabilitación la experiencia del daño y del dolor propio, más allá del rédito económico, comienzan a aceptar el papel de la violencia para el dominio del juego, reafirmando una identidad social y un modo de dominar el mundo. Una identidad social que, puesta en palabras por ellos mismos, es la del *chorro*. Hay pertenencia, hay otros, hay inscripción y hay diferenciación: de los *conchetos*, que todo lo tienen. Los *chorros* tienen gustos musicales definidos que valorizan su origen social. El reconocimiento del *cante* como ámbito de pertenencia y lugar de origen permite una identificación que demarca la mismidad, que muchas veces es usada como desafío o amenazas, provocando temor sobre los otros (sean *conchetos*, vecinos o *viejos*).

Las cartas que se tienen a mano son determinantes: redes familiares y parentales, escasos recursos económicos, alejamiento temprano del sistema educativo, pertenencia intermitente a centros juveniles, hogares de amparo y de privación de libertad donde se conocen *socios* y *compañeros*, redes sociales barriales vinculadas al tráfico de drogas, objetos robados y armas, experiencias laborales informales de escasa remuneración, intercambio de dones y contradones donde la violencia es uno de los bienes a intercambiar y por el que se configuran derechos y obligaciones y se distribuye el prestigio social (Karandinos, Kain Hart, Montero Castrillo, Bourgois, 2014). Con estas cartas, es difícil obtener el dinero necesario para consumir en el mercado legal de trabajo y la voluntad de doblegar al mundo que excluye se expresa en la aceptación del delito como estrategia de subsistencia y forma de vida. El uso de la violencia se transforma en bien intercambiable en una



serie de intercambios donde la habilidad para el intercambio del sujeto determinará su prestigio y oportunidades de éxito en la vida.

Los actores de este juego integran lo que denominamos más arriba delito precario, una actividad ocasional, producto de las relaciones de intercambio en contextos de pobreza e informalidad y de corte fundamentalmente juvenil: los jugadores son en su mayoría jóvenes, siendo clave la distinción entre *mayores* y *menores* de edad.

4. EN BUSCA DE LA SOLIDARIDAD: ENCIERRO Y CALLE

4.1 CONVIVENCIA Y ENCIERRO: LOS LÍMITES DE LA REHABILITACIÓN

Cuando accedemos a relatos de la vida cotidiana de los adolescentes en los centros de privación de libertad, emergen las contradicciones del proceso de rehabilitación. Las primeras verbalizaciones buscan reproducir un discurso que valora “el estudio”, “el trabajo honesto” y el “buen comportamiento” para regresar a una “vida mejor”. Una vez explicitadas las dificultades para lograr tal objetivo, suele darse una reflexión sobre las características de la convivencia en los hogares de privación de libertad. Lo interesante es notar que las claves de esta convivencia reproducen las orientaciones de la cárcel y el encierro adulto.

“Acá hay códigos. Supongamos que yo tengo algo que no es mío. O si voy al patio con una punta o si alguien tiene un encededor no se lo decimos a nadie. Los gurises no dicen nada. Si vos tenes problemas y alguien putea a tu madre todos los pibes del hogar se tiran contra él. Ir a la comisaría y decir que aquél me robó. Ser buchón. Rescate es que se quede tranquilo, la gente. Si alguien dice un disparate le dicen que se rescate. Cazar de pinta es que te joden todos los días, que te atomizan. Dos o tres veces pasás, después ya te quemás (te enojás y eso). En la calle hay códigos también. Pilotearse, que se quede bien quieto en el lugar. Guacho, no le gusta a nadie que le digan. Hay otro significado, que sos gay. Papeleta, que tiene líos en todos lados. Para el hogar que vaya tiene un jabón en la mano y un cepillo en otra. Nos enteramos porque los pibes cuentan unos a otros. O en la cárcel de Comcar o Canelones van se cuenta y todo se sabe. Allá lo están esperando. Si no respetas las reglas vas a tener líos con todos. Yo conocía algunas ante de entrar y otras no. No conocía manejate (se manejan los gay), eso acá no se puede decir. Vamo´ arriba, vamo´ arriba te dicen y el otro te responde arriba van los globos.” (Leandro, 16 años).



Para comprender los valores que circulan en los hogares de los Programas del INAU, debe tenerse en cuenta que la entrada compulsiva en la Institución se propone como un proceso de rehabilitación: la privación de libertad o la asistencia regular al centro tienen por objetivo instaurarse como “medidas socio-educativas”. No obstante, la similitud de la medida de privación de libertad del sistema penal adolescente con las medidas carcelarias reservadas a los adultos se establece como una marca seria a la hora de pensar la verdadera naturaleza del proceso institucional establecido. La voluntad expresada en el cambio de legislación (el Código del Niño y el Adolescente) no logra efectivizarse en las prácticas institucionales del INAU porque depende de cambios en la formación de los educadores y operadores del sistema de privación de libertad, supone una fuerte inversión en recursos infraestructurales (mejoramiento de las condiciones arquitectónicas de los hogares, inversión en los espacios de esparcimiento y ocio, herramientas de aprendizaje de oficios -desde maquinaria hasta computadoras-, etc.) y de una reconfiguración institucional profunda por la que el encierro y la reclusión de los jóvenes como respuesta única y padronizada sea solo un recuerdo cercano en el tiempo.

De hecho, mucha de la evidencia parece demostrar que los adolescentes reclusos y privados de libertad, más que un aprendizaje personal que los conduzca a la comprensión de sus actos y a una transformación de sus prácticas y de su habitus, realizan un primer ejercicio de experimentación de la vida carcelaria (Viscardi, 2006). Mientras en Uruguay algunos jóvenes se preparan en los bachilleratos para la entrada al mundo del trabajo o de la enseñanza universitaria, otros se adiestran –por vía de la institucionalización de la privación de libertad – en el mundo de la cárcel y de la reclusión adulta, como confirmación y afirmación de una identidad por la cual el delito es una opción legítima.

“Cuando llegamos nos trajeron enmascarados y todos los pibes sueltos jugando al pig-pong. La primera impresión pensas cualquier cosa. Al principio no tenía miedo pero sí respeto y después los fui conociendo. Hay gente que me gustaría seguir viendo porque acá compartimos todo. Eso es convivencia. Estar todos juntos en una pieza, compartir todo. Si alguien tiene algo lo comparte. Había unos pibes que andaban conmigo en Canelones y que estuvieron presos y me contaron como era la convivencia y compartir. Allá en la cárcel si te peleás con alguien no lo podes patear en el piso, tenes que dejar que se pare. Antes en el SUÁREZ había 5 minutos. Te dejan pelear con otro. Allá todo el mundo puede hacer punta. Y se cortan... dicen que están bajoneados, que se te pasa la calentura



si sentís dolor. Yo estuve muchas veces enojado y no me corté. Es una pavada porque todos saben que estuve en la cárcel.” (Leandro, 16 años)

Uno de los asuntos más conversados en las entrevistas acerca de la vida en los centros de detención, sus códigos y sus normas informales es la violación. Condenar ese delito se asocia a la moralidad de los géneros y la familia, que podría rastrearse en la moralidad mediterránea (Rivers, 1971). Castigar a los violadores para proteger a las mujeres también es protegerse uno mismo de una forma de daño y castigo usualmente ejercida en las instituciones de encierro.

“¿Cuáles son los códigos? Si cae uno por violar vamos a la pieza con todas puntas¹⁴, le sacamos la ropa, en un piso mojado lo dejamos toda la noche desnudo con la ventana abierta. Lo violan también.” Frente a nuestra sorpresa aclara: “Esto de las violaciones es en todos los hogares.” Una vez naturalizado, seguimos... “Si sabes que uno violó quedas como loco y vas y chau, porque sabes que está en peligro tu familia, tu mujer. Los sentimientos se respetan, la visita. También el código de que caigo bien empilchado y soy un gil. Vienen, te sacan la ropa y esos quedan embagayados por rastrillos. Si el gil no tiene ninguna papeleta (alcahuete, rastrillo) no es justo. Si tiene papeleta, que se vaya del hogar y camine con la cabeza agachada.” (Fernando, 16 años)

“Hay cosas más graves sí... una violación... eso es imperdonable, eso es gravísimo... Eso nunca jamás, nunca jamás... no conozco a nadie, y si lo conociera lo pico porque se lo merece. Un violador de lo que sea, es violeta, y si es de niños chicos, peor. Primero lo judeo bastante. (...) Nunca vi a nadie violando a alguien, pero si alguien me dice ‘fulano violó a, a mengano’ le digo ‘yo que sé’, yo no puedo hacerle caso a alguien que me viene a decir ‘fulano esto’, capaz que vas y nada que ver. Las cosas hay que verlas para crearlas, nunca te podes llevar por lo que dijeron los demás, porque después podes tener problemas. Es que hay mucho conventillero, hay mucho lengua floja, de esos que hablan y hablan y después sabes que...son unos cobardes bárbaros. (Felipe, 19 años)

La condena moral al abuso sexual es extrema y este delito es juzgado con mucha severidad y condenado por nuestros entrevistados, expresando el valor que tiene muy especialmente para los hombres conservar y preservar a sus

¹⁴ Jerga carcelaria por la que se denomina a las armas punzantes que se confeccionan de un modo clandestino y con los materiales que se encuentren en los centros de privación de libertad.



parejas de cualquier situación semejante. Este orden se hace explícito en la siguiente entrevista:

“Si me meten un violador al lado mío, lo hago que me lo saquen de mi pieza o donde esté hago que me lo saquen. Porque no puedo estar con un violador en una pieza. Porque si uno está con un violador al final de cuentas la gente va a decir “vos sos otro violador más”. Violar es lo más grave de todo. ¡Claro! Violar, violar una persona ¿sabés lo que es violar una persona? Se te tiene que caer la cara de vergüenza. Matar... alguien que mató también es un delito grave porque si vos matas una persona sabes que nunca te vas a olvidar, eso te queda pa’ siempre. Nunca te vas a olvidar que vos mataste una persona.” (Marcos, 16 años).

4.2 BANDAS, TERRITORIO Y BARRIO: LA CALLE

El sentimiento de integración plena a un grupo, de vivencia de las barras de amigos y del barrio es transmitido por las mujeres. Son ellas quienes son reclutadas por procesos distintos al los de selección de *compañeros* o *socios*. Rosario (17 años) afirma que *“Lo más lindo que recuerde son “El Sapo” y mis amigos.”* También su cumpleaños de quince: *“Los 15 los festejé con Karibe con K y los tambores.”*

Las *bandas* existen y tiene su espacio de existencia en la ciudad. Como lo expresa Irene (15 años): *“Iba sí, de un lado para otro, andaba para acá, para allá... Es que había distintos barrios, en cada barrio había varios grupos... En cada grupo había unas diez personas aproximadamente, que eran todos de quince años para arriba. En general yo me daba bien con todas las bandas, pero algunas no me gustaban. Entre bandas no había muchos problemas, se llevan relativamente bien. Más allá, ya te digo, de que a mi algunas no me gustaban mucho.”*

Como lo cuenta Victoria (16 años): *“¿Qué hacen las bandas? Salen a robar... algunos integrantes trabajan, tomaban... comían juntos. También se fumaba porro, se jalaba cemento y nafta. A mí eso no me gusta, sólo... solo el porro me gusta porque me hace salir de los problemas. La pasta base la probé pero no me gustó para nada, sólo el porro. Yo cuando entré acá estudiaba afuera, iba al liceo. Pero empecé a fumar de vuelta y no encaré, no pude encarar más y tá... por eso me sacaron las salidas por estudio.”*

La amistad se realiza en la vivencia de la libertad, en la posibilidad de trascender los estrechos límites del barrio y en una especial circulación y apropiación de la ciudad: la movilidad entre asentamientos irregulares o zonas pobres y oprimidas. Cuando no se restringe a estos espacios territoriales la movilidad parece determinada muchas veces por estrategias de subsistencia informales que se realizan en barrios más



puedientes. Respecto a sus amigos, Mauricio (17 años) expresa que *“por todos lados tengo. Allá en casa, en todos lados... en el Centro, Pocitos, todos lados. Cuando voy pa'l centro tengo un amigo cuidacoches también a veces estoy con él.”*

Las bandas tienen oposiciones claras con la Policía por la naturaleza de sus relaciones con los actos criminales. Por ejemplo, Viviana nos cuenta a quiénes se oponen las bandas, quienes son sus “enemigos”: *“A botones, a gente, conozco gente que ha muerto por botones, por guerrillas entre bandas, como en Cerro Norte. Que roban, venden drogas. Yo estaba en una banda pero ahora no, se deshizo porque mataron al líder. Estas bandas se agarran a tiros cante contra cante... el odio entre bandas es por quien es mejor. En cada banda son muchos y de lo que me acuerdo, así, en los tiroteos, es mucha gente en el piso.”*

Enemigos externos, la policía. Enemigos internos: las propias bandas y su lucha por el territorio. Viviana, en su banda, cuenta que ha tenido contacto con la muerte y el encarcelamiento: *“Un amigo murió por drogas y otro ahogado en la playa, con 16 años, también un vecino. Mis amigos, estos que te digo que ahora tá, están presos ahora, siempre tenían armas. Porque es fácil, es muy fácil conseguirlas.”* Así es que las bandas de adolescentes y jóvenes aparecen como agrupaciones que vinculan sentimientos de pertenencia, pero también comparten el consumo de drogas, la realización de delitos y los “códigos” de la violencia. Son, por cierto, una forma de vivir el espacio urbano.

Fernando (16 años) recuerda que fue la intensidad de la vida en la banda que lo llevó a dejar un trabajo que consideraba insostenible. *“Después me junté con una banda de la esquina... empecé a salir cada vez más con ellos. Después fue que perdí el trabajo por ir drogado. Ya ahí me quedaba con la banda. Ahí ya me había ido para Piedras Blancas. Antes, la primera vez que robé, trabajaba en una quinta, ayudaba a barrer. Ahí fue cuando vi a uno que fumaba porro.... Cuando uno fuma precisa otras cosas. Cuando fumas te perseguís. Por eso... según cómo te pegue, si estás en una banda y no fumas vas a ver que sí se te pega. Vi al que fumaba y lo conocí... Un día después que empecé a trabajar, empecé a curtir. Yo sabía dónde quedaba la boca, curtía, pegaba. Ganaba 300\$ por día. Fumaba de noche. Todo eso fue a los 13. Con la merca empecé a los 14 años. Fue con la misma boca que yo fui. Dejaron de vender porro y me dijeron que tenían una droga mejor, que te dejaba bien, más divertido. Y tá, me compré un medio, una bolsa chica.”*

Muchos adolescentes hablan de *bandas* y este concepto puede hacer pensar que se trata de fenómenos similares a lo que se conoce en la literatura sociológica como pandillas o maras. Es necesario, sin embargo, distinguir conceptualmente estas bandas que existen en Uruguay de aquellos



agrupamientos. La naturaleza de sus relaciones ancladas en los barrios, las circunstancias cambiantes y pasajeras en relación a sus integrantes (*socios* o *compañeros*) determinan la fugacidad de estos grupos. Algunas circunstancias, incluso, los llevarían a parecerse a cuasi grupos (Mayer, 1999).

CONCLUSIONES

El estudio de las dinámicas propias del delito adolescente y juvenil en Uruguay presenta rasgos diversos combinando particularidades propias, así como claves generales que lo asemejan al resto de América Latina. Hemos delineado algunos de ellos por vía del análisis de las trayectorias delictivas de adolescentes privados de libertad. ¿En qué contexto se produce esta experiencia? Nuestro trabajo se inicia dos años después de la crisis económica que vivió el Uruguay en el año 2002. El receso generado determinó que muchos adolescentes y jóvenes del cinturón periférico de la ciudad y de antiguos barrios de origen obrero vieran alejarse las escasas oportunidades de integración al mercado de trabajo que ya tenía. Simultáneamente, los niveles de pobreza de sus familias se agudizaron y las estrategias de sobrevivencia difícilmente podían pasar por la inserción en un empleo estable, que brindara las remuneraciones mínimas y los reaseguros propios del contrato salarial. Esto es, el “trabajo honesto” escaseaba, las *changas* se configuraban como horizonte laboral y el trabajo infantil era (y es) moneda corriente en los sectores de pobreza.

Este debilitamiento de los soportes adultos así como de las condiciones de vida de las familias que viven en los enclaves urbanos más miserables de Montevideo fue delimitando nuevos procesos del “ser joven”. Las experiencias de los adolescentes entrevistados transcurren en antiguos barrios de Montevideo en los que la cultura obrera está en retroceso o en los cinturones de la ciudad en que los asentamientos urbanos o *cantegriles* tuvieron un fuerte crecimiento en los años posteriores a la crisis. Es en estos espacios urbanos donde tienen comienzo las prácticas delictivas de los adolescentes con que conversamos.

Al igual que en la mayoría de las grandes ciudades, el delito adolescente guarda relación con la situación de miseria experimentada y se produce por la combinación de una doble circunstancia. Son las condiciones de extrema pobreza las que determinan que muchos adolescentes salgan a delinquir para suplir el dinero que hace falta en la casa. Asimismo, son estas circunstancias las que explican que busquen por estos mismos medios los recursos necesarios para sus propias necesidades personales. Hablamos del dinero que hace falta para *vestirse bien*, para salir, para divertirse y para participar de la sociedad de consumo.



Las relaciones que los adolescentes entrevistados sostienen en el barrio, en las *bandas* y en las familias responden a las dinámicas actuales de la violencia social en Uruguay: sobrevivencia en *situación de calle*, prostitución, consumo abusivo de estupefacientes, tráfico de drogas y de armas, trabajo y explotación infantil, prostitución infantil, abuso y violencia física, violencia doméstica, temprana asunción de responsabilidades económicas en el hogar y exclusión del sistema educativo. A esta configuración social se suman los procesos de institucionalización en hogares del INAU: la privación de libertad, en los adolescentes entrevistados, se muestra como una experiencia que consolida la inserción en el mundo del delito ya que, más que sacarlos de este mundo, los prepara para la cárcel.

Hoy, ha retrocedido el escenario en que la crisis económica del año 2002 sumió al país: el desempleo disminuyó, el trabajo formal aumentó y las transferencias hacia los sectores más vulnerables (niños y adolescentes) no han cesado de aumentar, unidas a la mejora de indicadores de salud, cobertura educativa y protección social (Unicef, 2012). No obstante, uno de los impactos más importantes de la crisis ha sido la consolidación de modalidades de violencia social que, lejos de haber retrocedido en función de la mejora económica del país y de la inversión en gasto social, se han reproducido. Todo parece indicar que la violencia social –de la que el delito adolescente es una expresión– se ha tornado una dimensión estructural en la espiral de reproducción y consolidación de las desigualdades estructurales que la bonanza económica, la consolidación de prestaciones sociales y la defensa de los derechos de los más vulnerables no han suprimido. Los mercados informales y los que se ubican en las fronteras de la legalidad y la ilegalidad no se desandan simplemente por la mejora de las condiciones de vida generales.

Uno de sus ejes es, a todas luces, la naturaleza territorial de sus enclaves, que consolida dinámicas familiares de sobrevivencia atadas a la estructuración de redes de solidaridad y protección alternativas a los canales de integración de nuestras tradicionales clases medias y trabajadoras. Las claves del modelo que consolidó un paisaje urbano asentado en viviendas ordenadas que florecían en barrios en que la planificación urbana y estatal garantizaba el acceso a servicios y la participación en el espacio público de los *vecinos* fueron la educación formal y obligatoria para los niños, el trabajo asalariado para los adultos y la vivienda propia como ejes estructuradores de la familia nuclear.

En el paisaje que la década de los noventa consolidó, la experiencia de la calle, la informalidad del trabajo, la precariedad de la vivienda, la inseguridad, la debilidad de los aparatos de intervención estatal y la escasez de dinero



estructuraron relaciones que transformaron la naturaleza de las solidaridades y jerarquías familiares incidiendo en las relaciones con la comunidad que los adolescentes y jóvenes tenían en las dinámicas propias del “Uruguay integrado”. La emergencia sostenida de la violencia social y la creciente participación de los adolescentes en el mundo del delito son testigos de la transformación del horizonte social que otrora los incluía por vía de la educación y del trabajo.

BIBLIOGRAFÍA

Bourdieu, Pierre; Wacquant, Loïc. **Respuestas. Por una antropología reflexiva.** Grijalbo, México, 1995.

Bourgois, Philippe. “Más allá de una pornografía de la violencia. Lecciones desde El Salvador”, en: Jóvenes sin tregua. Culturas y políticas de la violencia. Anthropos Editorial, Barcelona, 2005.

Fraiman, Ricardo; Rossal Marcelo. **De trancas, calles y botones.** Ministerio del Interior, Montevideo, 2011.

Fraiman, Ricardo; Rossal, Marcelo. **Si tocás pito te dan cumbia.** Cebra, Montevideo, 2009.

Galtung, J. **Violent, peace and peace research.** En: Journal of Peace Research 6:167-191, 1975.

González, Víctor; Rojido, Emiliano; Trajtenberg, Nicolás. **Políticas Públicas en Criminalidad e Inseguridad.** UDELAR, FCS, Montevideo, 2012.

Karandinos, George; Kain Hart, Laurie; Montero Castrillo, Fernando, and Bourgois, Philippe. **The Moral Economy of Violence in the US Inner City.** *Current Anthropology*, Vol. 55, N° 1, February, 2014, pp. 1-22

Kessler, Gabriel. **Sociología del delito amateur.** Paidós, Buenos Aires, 2004.

Margulis, Mario et al. **“Viviendo a toda”. Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades.** Siglo del Hombre Editores; Departamento de Investigaciones Universidad Central, Santafé de Bogotá, 1998.

Margulis, Mario; Urresti, Marcelo. “La juventud es más que una palabra”. En: Margulis, Mario (Ed.) **La juventud es más que una palabra,** Biblos, Buenos Aires, 2008pp 28-30



Mayer, Adrian. “La importancia de los cuasi-grupos en el estudio de la sociedades complejas”, en: **Antropología de las Sociedades Complejas**, Alianza Editorial, Madrid, 1999.

Misse, Michel. “Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno”. En: Tavares Dos Santos, José Vicente; Niche Teixeira, Alex. **Conflitos sociais e perspectivas da paz**. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2012, pp. 25-42

Pitt Rivers, J.A. **Los hombres de la Sierra**, Grijalbo, México, 1971.

Rona, José Pedro. “La frontera lingüística entre el portugués y el español en el Norte del Uruguay” En **Veritas**, Vol VIII, N° 2, Porto Alegre, 1963, pp. 201-221.

Scheper-Hughes, N. **Peace-Time Crimes**, en: *Social Identities* 3(3):471-497, 1997.

Unicef. **Observatorio de los Derechos de la Infancia y la Adolescencia en Uruguay 2012**. Mosca, Montevideo, 2012.

Viscardi, Nilia. “Adolescentes infractoras. El lado femenino de la exclusión”. En: Paternain, Rafael; Rico, Álvaro. **Uruguay. Inseguridad, delito y Estado**. Trilce, Montevideo, p. 172-187.

Viscardi, Nilia. **Puertas cerradas, vida hacia adentro. Jóvenes en programas de rehabilitación**. Revista de Ciencias Sociales, v. XIX 23, 2006, p. 45-62.

Viscardi, Nilia. **Violencia, Juventud y Control Social. Efectos de la violencia en la construcción de trayectorias e identidades**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Instituto De Filosofia E Ciências Humanas, Programa De Pós-Graduação Em Sociologia, Porto Alegre, 2007.



Violência-Resistência





12

Le mouvement des « Black Dragons » face aux promesses d'un mythe. Les intervalles du moment dans les prises d'un combat.

Mike GADRAS: mike.gadras@gmail.com

Doctorant en Sciences de l'Éducation, EXPERICE, Université Paris 13 Sorbonne Paris Cité



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Résumé Les jeunes agissent, s'impliquent et font vivre la ville. Ils participent à la réalité de cette dernière au travers des formes multiples de leurs activités. Dans ce rapport au monde émerge, pour certains d'entre eux, la conscience d'évoluer dans une société inégalitaire. Propulsés, par la force de ces contradictions, au seuil de la révolte, quelques-uns décident d'agir pour la transformer. Expectatifs, interrogatifs ou péremptoires, des jeunes désirent « se dire » et « coécrire le monde ». N'est-ce pas ici la genèse de sujets politique ? Dans la perspective de ce questionnement, je me propose d'investir l'histoire et les modes de figuration des « Black Dragons ».

Mots Clés Jeunesse, société, racisme, expérience, Black Dragons.

Abstract Youth is involved, acts and brings life to the city. It participates to its reality throughout multiple types of activity. Within this relation to the world, some young people become conscious of living in an unequal society. Propelled by these strong contradictions - to the limit of riot - some decide to act in order to transform it. In the waiting, bold and bearing questions, young people wish to "tell their story" and to "co-wright the world". Is this not the genesis of political subjects? Throughout these interrogations, I aim to discuss the history and self representations of the "Black Dragons".

Keywords Youth, Racism, Society, Experience, Black Dragons.



Cette contribution éclot suite à ma participation à une rencontre débats s'étant à l'université catholique de Salvador de Bahia (Brésil) en avril dernier et ayant pour thème la démocratie. À l'occurrence de ces échanges et dans leur prolongement, j'ai été amené à parler du travail de recherche que je menais actuellement autour du mouvement des « Black Dragons ». Ce papier qui en découle témoigne, avant tout, d'un intérêt commun et partagé avec la faculté des sciences sociales de Bahia sur « la vie dans la ville » se déclinant autour de thème tels que « jeunesses et violences » ou « contrôle social ». Il est aussi pour moi l'opportunité de faire un premier état des lieux quant à la réflexion spécifique que je mène, depuis quelques mois, sur l'existence des « Black Dragons » et ses formes.

Je me suis interrogé à l'expérience des Black Dragons et à leur mode d'inscription sociale à partir de la « théorie des moments », cherchant à comprendre comment les causes et les aspirations ayant guidé leurs conduites ont aussi contribué à structurer et orienter leurs modalités d'action, et plus largement, leur inscription sociale. À ce processus d'investigation président deux interrogations :

Comment s'élabore et se structure le *moment* ayant produit le régime de figuration sociale des Black Dragons ? À quelles expériences et interprétations du monde renvoie l'élaboration de leur propre figuration ? Ou encore, quelles interprétations du monde social sont venues guider l'émergence de cette forme d'existence collective ?

Et en quoi leurs modalités d'action viennent (ré)interroger la démocratie et la citoyenneté ? Autrement dit, dans quels rapports entre le social et le politique se déploie l'action des Black Dragons ?

Il s'agit ici de considérer et de comprendre le *moment* et ses horizons. De tenter d'appréhender, dans la poursuite d'un effort heuristique, le lieu depuis lequel l'action des Black Dragons peut exister, et depuis une perspective holistique, rendue intelligible en restant arrimé aux rapports dynamiques d'ordre politique, social et affectif ayant contribué à définir la structure du moment et ses (im)probabilités possibles. Cette approche anthropologique vise à considérer les différents aspects de la vie sociale et la constitution du sujet comme un tout formant un ensemble solidaire (Vilfredo Pareto, 1968).

Comme indiqué précédemment, la perspective théorique de cette contribution s'articule autour de la théorie des *moments* conceptualisée par H. Lefebvre (1959 ; 1973) et développée au travers des travaux de recherche de R. Hess autour de sa pratique du journal (Hess, 2009). Mon choix se porte sur ce concept car il m'offre, semble-t-il, la latitude nécessaire pour décrire et faire signifier l'irruption et les formes d'existence des Black Dragon – en tant que conditions et manière de faire signifier le monde – dans leurs différentes



figurations. L'espace d'investigation qu'ouvre la « théorie des moments » m'offre la possibilité d'examiner dans le même temps : les conditions, les processus d'élaboration (transformation) et les possibles dans un mouvement transductif – ce que l'on pense « à propos de » et ce que l'on réalise en conséquence. Le moment est ainsi le lieu où l'individu existe et se crée socialement. C'est une manière de penser le quotidien et ses événements depuis lesquels s'envisagent d'autres possibles (Lefebvre, 1973 ; Hess, 2009). C'est en d'autres termes, un espace où l'individu pense le monde et cherche à le faire signifier dans une confluence de relations singulières entre différents événements. Le moment, du point de vue de l'activité intellectuelle, est dynamique, et sa structure se répète tout en se transformant. Il permet d'examiner un sujet de préoccupation, d'établir des connaissances et de penser des moyens d'action. Il est le lieu d'élaboration critique de sa propre existence sociale, l'individu en relation avec le monde explore ces (im)probables et y advient un sujet. Du reste, le moment crée des transformations et des savoirs.

D'un point de vue méthodologique, cette contribution s'appuie sur 4 entretiens d'environ 1h30 menés avec Jo Dalton, leader des Black Dragons dès 1982, et différents entretiens conversationnels avec Shuck2, l'un des membres des Black Dragons. Il m'apparaît important de préciser que j'ai demandé à Jo Dalton de lire l'ensemble de ce texte avant sa publication. Ma démarche vise, d'une part, à m'assurer de rester au plus de la réalité vécue par les acteurs eux-mêmes, et d'autre part, à demeurer avec ces derniers dans un lien réciproque de confiance. J'ajoute que, par l'intermédiaire de l'outil internet, j'ai visionné un nombre important de témoignages d'ex-membres des Black Dragons (je ne peux exhaustivement les citer ici). J'ai également pris en compte deux vidéos de référence disponibles en DVD, l'une d'elle est intitulée : « la véritable histoire des Black Dragon » réalisée par l'un des leurs dénommé « Shadow » et la seconde « Gang story » réalisée par Kizo et relatant dans une perspective historique l'évolution des « bandes » en France parmi lesquelles apparaissent les Black Dragons. En outre, j'ai tenté de rassembler un ensemble de coupures de presse, non sans peine, faisant mention des Black Dragons. Il conviendra de préciser que je n'ai pas cherché à faire une synthèse de ces différents matériaux. Appréhendés dans une phase préliminaire d'analyse, ils m'ont essentiellement servi à mettre en perspective mes entretiens avec Jo Dalton et à réfléchir plus largement sur le caractère singulier du cheminement des Black Dragons au sein du monde social.



HISTORIQUE ET CONTEXTE D'ÉMERGENCE DES BLACK DRAGON.

Au début des années 1970¹¹⁵, sont observés en France un déferlement d'exactions racistes majoritairement dirigées vers les individus réputés être d'origine maghrébine et notamment Algérienne (Le Méridional, 26 août, 1973). Essentiellement organisées sous la forme de « ratonnade¹¹⁶ » ces violences galvanisées par une certaine « passivité » de l'État conduiront notamment à l'attentat au consulat d'Algérie le 14 décembre 1973 tout comme à la poursuite d'expéditions punitives¹¹⁷. La migration subsaharienne connaît un important accroissement au début des années 1980¹¹⁸ et sera également atteinte par les violences xénophobes et les activités racistes des groupuscules d'extrême droite. Ces atteintes aux personnes, et je ne le minore pas, se limitent à quelques-uns alors que, dans le même temps, c'est l'histoire de toute une Nation qui s'inscrit dans l'épaisseur d'après rapports de domination avec le continent africain¹¹⁹. Cristallisées par les outrances des skinheads, les violences xénophobes frappent dorénavant toutes les personnes « visiblement » étrangères. Les constats d'agressions affluent et les victimes n'osent pas, bien souvent, se plaindre à une police jugée inique. C'est dans ce contexte qu'en région parisienne s'est formé le collectif des « As nés », dans une perspective de résistance. Ils chassaient les skinheads pour ne plus subir leur oppression dans l'espace public et défendre leur dignité. Leur leader est « Man », un homme d'origine Togolaise, il souhaitait alors créer une section junior. Il a été tué par les skinheads dans son bureau de plusieurs balles de fusil. Son ami proche « Momo » et a été quant à lui retrouvé assassiné dans le quartier des Halles¹²⁰

¹¹⁵ Nous n'occultons pas ici le massacre des algériens les 17 et 18 octobre 1961 à Paris.

¹¹⁶ Définition du petit Larousse : Expédition punitive ou série de brutalités exercées contre des maghrébins et, par ext., contre d'autres personnes.

¹¹⁷ Voir la liste non exhaustive, tenue par le média libre infokiosque, (et cependant déjà bien fournie) de crimes racistes commis en France : http://infokiosques.net/imprimersans2.php?id_article=677

¹¹⁸ Source : Insee voir le tableau de D. Lessault et C. Beauchemin, Population et Sociétés n°452, Ined, janvier 2009. En France l'immigration africaine débute véritablement au début des années 60 (1962) car les subsahariens migrent peu en dehors de l'Afrique. Cette immigration triplera cependant dans les années 80 pour sensiblement se stabiliser dans les années 2000.

¹¹⁹ Nous rappellerons ici simplement qu'au delà de l'esclavage massif des noirs et sans précédent dans l'histoire de l'humanité et la colonisation de l'Afrique, nous pouvions trouver en 1931, dans le zoo de Vincennes (Paris), des exhibitions de noirs, voir sur le sujet « les zoos humains » l'article de Blanchard, Bancel et Lemaire dans le Monde diplomatique (août 2000) et (Bancel, Blanchard et Lemaire, 2005) ou encore (Etienne, 2009). L'indépendance politique relativement récente des États africains (issus de l'empire coloniale) ne dévoile pas une ligne nette d'émancipation et la France en retour peine à se dégager des logiques d'un passé colonial semblant aussi récent que présent, voir sur le sujet Manceron, 2003 ; Versavache, 2004 ; Manceron) et l'immigration africaine semble bousculer.

¹²⁰ Un quartier au centre de Paris investit à ce moment par les skinheads.



(Paris). « Man » me dira Jo Dalton « *m'a tout appris de la rue* ». Yves « le vent », originaire d'Haïti et fils de l'un des fondateurs du mouvement Black panther¹²¹, est proche des « As né ». Il arrive en France en 1983, sa relation avec Jo Dalton engendra les « Black Dragons ». Ce dernier recrute, avec d'autres, des jeunes disposés et prêts à entrer dans le mouvement, nous y reviendrons. Il conviendra de souligner que nombreux sont ceux qui rejoindront les Black dragons suite à l'agression d'une femme enceinte, d'origine africaine, balafnée par un skinhead. Jo Dalton prend la tête du mouvement des Blacks Dragons en 1985, il a 17 ans. Il est aujourd'hui maître en takwendo koréen dans un dojo de la région parisienne et participe régulièrement à des débats sur les « bandes » de jeunes, les politiques jeunesse, etc.,

UNE FORME D'EXISTENCE COLLECTIVE, UNE IMPLICATION POLITIQUE ?

Ne pas chercher à comprendre l'impulsion et le sens politique du mouvement des BD reviendrait à réduire celui-ci à une réaction épidermique dont les seuls ressorts émotifs ont engendré une réponse violente aux violences racistes. De même que, ne pas considérer la dimension affective, reliant les hommes de ce mouvement, et ayant contribué à sa cohésion et son développement consisterait à occulter la dimension de solidarité que représente cette expérience humaine, de soi, du groupe et de la société. Or, l'appel collectif que suscite l'émotion face à la brutalité ne peut-être, pour autant, ignoré tout comme leur propre rapport aux structures sociales. Car si la ligne d'horizon qui jaillit spontanément des interstices de cette forme collective d'existence prévoit d'y mettre un terme, peut-on, pour autant, parler comme certains l'ont suggéré de l'éveil, en France, d'une « conscience black ». L'individu renvoyé seulement à son enveloppe physique, ne considère-t-il pas pour autant, pour lui même, l'ensemble de ses amputations ? Ainsi, ne s'agit-il pas plutôt d'une conscience politique et sociale émanant de situations de violence et d'exclusion, vécues sous de multiples formes ? « Nous étions dans les bas fonds, sans existence sociale et les nôtres étaient sans défense » me confiera Jo Dalton « nous devons réagir ». Le constat était clair, les skinheads organisent des « ratonnades » orientés contre, disons le trivialement, les « arabes » et les « noirs ». Alors que les pouvoirs publics renâclent à user de leur autorité. « *Nous étions dans une épreuve de force* » qui *de facto* s'engageait dans un double rapport de conflictualité. Le premier « théâtre » de confrontation étant l'espace public, le second se trouvant dans

¹²¹ C'est l'esprit de lutte qu'ont essentiellement retenu les Black panther.



le pli des consciences. En d'autres termes, si pour les Black Dragons les violences racistes sont à l'origine de leurs imposantes manifestations dans l'espace public, leurs pratiques singulières d'auto-défense, loin d'être une finalité, nous y reviendrons, peuvent être appréhendées comme le produit d'une impulsion politique d'une frange de la jeunesse réclamant un changement social radical : davantage d'égalité au sein de la République. Ainsi, si cette perspective constitue à la fois un espace de réflexivité et de (re)définition des possibles (en actes) elle éclaire dans les faits l'épineux problème du « commun » – au sens politique du terme. Un commun, oui mais entre qui ? Aussi, que faire quand certains refusent à se définir comme « l'autre » de « l'autre »¹²² et que beaucoup d'autres semblent, bien souvent, ne l'avouer que trop timidement ? Ou encore, quand ces derniers rejettent la perspective de s'envisager comme étant une part de cet « autre » soit *ipso facto* à reconnaître qu'un « autre » porte « en lui » une part de « soi » (Tevanian, 2008). Comment dans ces conditions se structurent les rapports sociaux, les attitudes politiques et s'élabore la démocratie, au sens où la mise en ordre du régime des arts compris comme la (re)définition du commun et du singulier (Rancière, 2000) peut, dans un registre d'altérité radicale, par le jeu de la politique et de ses institutions, légitimer un régime d'exclusion et d'exception¹²³ (Rancière, 1998) ? En d'autres termes, l'exception se fabrique à partir de ce qui est entendu comme étant commun, celle-ci renvoyant à l'exclusif (au régime d'exception) et ce dans le cadre d'un régime démocratique réputé être inclusif par son essence politique « humaniste ». C'est dans la dissolution et la rupture d'une reconnaissance commune que se fixe la révolte de cette jeunesse.

La situation de blocage qui sous tend la réflexion des Black Dragons se pose alors en ces termes : si le commun ne renvoie pas nécessairement à l'universel, nous sommes, dans le meilleur des cas, exclus du commun ou, pis en encore, confrontés à un universel exclusif. Rejetant les obliquités du « fraternalisme¹²⁴ » dont parle Aimé Césaire et se voyant nier le droit à une égalité en actes, l'enjeu pour les Black Dragons est alors de réagir en changeant de position : en s'autorisant, en quelque sorte, à être « visibles », à mettre en lumière les comportements de violence ordinaire à l'occasion des

¹²² En ce sens où l'existence de l'autre est une donnée mineure ne pouvant-être appréciée sur un même plan que la sienne ou, du reste, celui-ci il n'est pas considéré du tout, il n'existe pas.

¹²³ Michel Foucault : *Bio-histoire et bio-politique*, Le Monde, n° 9869, 17-18 octobre, p. 5 Correspondance Dits et Ecrits : tome III, texte n° 179.

¹²⁴ Voir la célèbre lettre d'Aimé Césaire à Maurice Thorez du 24 octobre 1956. Pour le militant Bader Lejmi au sein des Indivisibles et des Indigènes de la République, doctorant en sociologie, « le fraternalisme consiste à nier le caractère systémique du racisme en déployant un voile ».



violences xénophobes qui par leur nature excessive, sont commodes à circonscrire et à renvoyer à la marge. Comment transformer la société et être entendu ? Le racisme et la notion de race participent de l'intelligibilité des complexes rapports d'altérité et de leurs modalités dans l'organisation de la société : dès lors que les représentations des individus et leurs attitudes contribuent à donner une réalité à ce phénomène à partir de la considération de leurs conséquences (laplanche Servigne, 2009). Mais est-ce la voie à suivre ? Car il ne faut cependant pas négliger l'artificialité du racisme tout comme ces variables définitions selon les époques et les circonstances (Balibar, 2005) pouvant en faciliter le déni, bien que la Nation française soit « *une longue histoire de l'arbitraire et de l'exception* » difficile à dissimuler (Vergès, 2005). Du reste, on ne peut nier que les constructions discursives comme les comportements produisent des rapports de force matériels et symboliques érigeant des frontières entre les groupes d'individus d'une même société. En définitive, cette visibilité devait s'entretenir dans un rapport social et politique avec comme principes de lutte, dans le fond, l'égalité, le respect et la dignité. Ces derniers devinrent l'humus du *moment*, son contexte de pensée et d'interprétativité du monde reléguant le racisme à la fonction de prétexte. Un avatar assurément stimulant qui devant faciliter l'entreprise de réforme des conduites individuelles et collectives dans les rapports sociaux et le régime démocratique dans sa capacité à accompagner les transformations vitales. Mais aussi, et cela est moins évident, le sentiment de « fraternité » des individus vivant au sein d'une même société. Un défi politique ne pouvant pas, semble-t-il, faire l'économie du combat. Lors de nos entretiens Jo Dalton m'a présenté les Black Dragons comme des « primordiaux » se tenant à l'avant garde de « *la promesse d'une révolution nouvelle* ». Il établit ainsi un lien entre le combat des Black Dragons et la tradition de lutte et de résistance des Bantous¹²⁵. Ces derniers furent les premiers à s'opposer à l'oppression des colons en Afrique du sud (Ndiaye, 2012) puis en Afrique centrale à l'instar de Thomas Sankara. Les primordiaux s'opposent à l'injustice, à ce qui semble aller contre la dignité de l'homme. De ce point de vue, je ne puis m'empêcher d'établir un lien entre les « primordiaux » et les « primitifs » décrit par Hobsbawn (1959). Pour cet auteur ce sont les précurseurs de la révolte en opposition à un ordre social souhaitant réformer au motif de considérations supérieures (morales) le système établi parfois au moyen de la violence.

¹²⁵ Les Bantous sont devenus en Afrique du sud par la voix de leur chef Chaka des Zoulous en 1820.



CODES, CROYANCES, ET MODALITÉS DE FIGURATION SOCIALE.

Le mode singulier d'inscription sociale des Black Dragons ne peut être réduit à la dimension émotionnelle qu'ont pu susciter les brutalités et les crimes racistes. Dans les mouvements de foule et les émeutes, l'émotion soude les énergies, influence l'action et ses directions. Elle est, en cela, décisive pour la fédération du groupe et sa cohésion (Rudé, 1982 ; Bertho, 2009). En étudiant pour la première fois les mouvements de foule Gustave Lebon (1895) soulignera à cet égard la prédominance de l'émotion (irrationnelle) dans ces conduites. Mais ce n'est pas d'émeutiers ni d'émeutes dont il est question ni vraiment même de bandes et encore moins, semble-t-il de gang – pris au sens strict du terme. Les bandes sont, dans le contexte français, souvent des lieux de refuge transitoires pour des jeunes en errance souvent en quête d'identité et fluant entre petits larcins et bagarres de rue. Organisée autour d'une logique endogène elles sont souvent éphémères, immatures voire le reflet d'une certaine inadaptation sociale (Muchielli & Mohamed, 2007 ; Dubet, 2008 ; Lapeyronnie, 2008). Les gangs fortement présents aux Etats-Unis se confondent avec la délinquance. D'un système de socialisation juvénile ils ont progressivement pris le contrôle du « business » (notamment celui de la drogue) et ont ainsi troqué leurs revendications sur les droits civils, sur fond d'inégalité socioéconomique, au profit de droits consuméristes (Gérard Bertrand, 2004). Aujourd'hui, le gang est, avant tout, une structure depuis laquelle s'organisent le crime et les trafics (voir Venkatesh, 2011). Si le nom des Black dragons apparaît, quelque fois, adossée à l'épithète « gang » c'est uniquement pour la force et le pouvoir symbolique qu'ont pu susciter, auprès d'adolescents, les gangs noirs américains. Et si cela a été maintenu c'est possiblement pour son caractère subversif. Ils ne sont, à mon sens, ni un gang ni une bande, et je leur préfère le substantif de « mouvement ». En deçà des mécanismes institutionnels et associatifs s'est créé et élevé ce mouvement autonome, sans prétention d'enrichissement matériel, mais à l'évidence bien organisé.

À l'instar des gangs US, chez les Black Dragons, un ensemble de codifications et un système hiérarchique sont à respecter. Pour être reconnu comme un « Dragon », des rituels initiatiques et une philosophie de groupe déclinée en règlement sont à honorer. À cet égard mon propos, dans le cadre de cette contribution, ne saurait consister à produire un descriptif rendant compte de l'ensemble de ces processus. Il me semble toutefois fondé d'énoncer ce qui m'apparaît constituer trois étapes fondamentales. N'y a-t-il pas toutefois un préalable à élucider ? Un questionnement simple dont les allants de soi peuvent, si l'on n'y prend pas garde, nous affranchir de le



poser. Mais d'où provient le désormais nom mythique des Black Dragons ? « Black » signifie littéralement « noir » et a comme signification, pour ce mouvement, l'universel tel que : la terre et le ciel de l'espace. Dans le chakra, le noir est le symbole et le lieu de tous les renouveaux possibles donnant forme au monde et ses espaces. Le « dragon » est quant à lui la contraction de plusieurs sources de croyances (asiatiques¹²⁶ et Haïtienne) convergant autour d'une conception du monde fondée sur un équilibre entre les méridiens, le Dragon étant l'énergie du cycle de la vie et, dans la même temps, le gardien de ces éléments et de leur harmonie. Les méridiens sont dans les arts martiaux les points de contrôle et de circulation des énergies du corps. Leur étude et la maîtrise de ces derniers ont à la fois donné lieu à des pratiques de combats et de santé. Pour Jo Dalton l'exégèse du dragon « urbain » et contemporain peut être ainsi résumé « *le Dragon signifie la flamme de la justice qui anime l'être humain* ». Revenons à présent aux points, annoncés ci-dessus, qui me semblent essentiels. Pour devenir Black Dragon il fallait alors, et nécessairement, pratiquer les arts martiaux, dans l'exigence d'un entretien physique quasi quotidien proscrivant la consommation d'alcool et de cigarettes. Les entraînements étaient animés par des instructeurs reconnus dans leur discipline et membres du mouvement. Ces temps de culture physique permettaient de renforcer l'esprit de fraternité, de partage et de respect entre pairs. Dans les contours de ce mouvement la couleur de peau est certes un opérateur identitaire mais c'est par « le pacte de sang » que l'on devient Black Dragon. On ne l'est pas de fait par l'affirmation de traits phénotypiques et la pratique d'arts martiaux. C'est en participant aux « chasses » de skinheads dans la rue et par le sang versé dans la « bataille » que l'on devient, par l'assentiment de ses pairs et de la hiérarchie, un Black Dragon. En outre, il faut comprendre et adhérer au groupe en rejoignant ses modes de pensées. Une philosophie s'inscrivant dans la filiation Zulu¹²⁷, chinoise – dans le lien au cosmos et aux éléments –, et le vaudou Haïtien dans sa relation aux esprits. Cette dernière perspective s'ouvrant sur des réunions mystiques dans des cimetières afin que les combattants apprennent à ne plus craindre la mort en demeurant en lien avec les esprits : les confrontations violentes avec les skinheads ont causé des blessures graves et des morts. Énoncer ces dimensions initiatiques n'est pas un détour mais une manière de saisir la pleine signification anthropologique des Black Dragons. Sa mimesis en ce qu'elle relève d'une mise en forme de connaissances antérieures à la confluence de

¹²⁶ Dans les croyances asiatiques et notamment chinoises le dragon est invulnérable et de bon augure, il est le pivot entre le ciel et la terre. Le dragon réalise un mouvement permanent et infini entre le Ying et le Yang. Son sang est réputé être noir et jaune.

¹²⁷ Je fais ici allusion à la Zulu Nation créé par Afrika Bambaataa en 1973 aux États-unis. Leur slogan est « Peace & Unity ». Voir notamment sur le sujet CHANG, J. (2006). « Can't stop Won't stop, une histoire de génération ». Paris, France : Allia



différentes sources d'apprentissage est, en partie, le produit de ces imitations (Gebauer & Wulf, 1995). Au travers de leur existence sociale les Black Dragons cherchent à faire émerger, par leurs propres moyens, un univers de sens. Comme le souligne l'anthropologue Ch. Wulf le corps est fondamental, il est le véhicule qui assimile le processus de mimésis – l'expérience, le sens et les savoirs – et l'exprime par le respect de normes, de symboles et des modes de comportements. Il permet d'élaborer et de reconfigurer des formes de l'agir à partir d'une mise en scène articulée de la vie (et de ses interprétations).

Au travers de la pratique des arts martiaux se développe un savoir pratique du corps, utile dans la confrontation physique comme dans l'établissement de sa fonction symbolique. Le *moment*, lieu depuis lequel se crée l'existence sociale, peut être aussi compris comme les *lucarnes* depuis lesquelles se transforme et s'altère et s'agrémente l'univers hybride et culturel des Black Dragons. Un univers mystique et héroïque non abscons d'un certain romantisme entretenu par les promesses d'un mythe qui aurait, par la force de ses supports (ses rites et croyances) et ses intentionnalités (par ses moyens et la force de son utopie), produit la mise en mouvement des Dragons. Que l'on ne s'y méprenne pas, il n'y a dans cette formule aucune intention de minorer, de disqualifier et encore moins de juger ce mouvement et ses acteurs. Ce propos vise simplement à souligner différemment la dimension singulière, autonome et novatrice de leur mode d'inscription sociale. Et dans le même temps, le trait restrictif ayant, vraisemblablement, été la cause et la limite de la régénération du mouvement suite à l'évacuation des skinheads de l'espace public.

EN GUISE D'ÉPILOGUE.

Les Black Dragons n'ont existé nulle part en Europe hormis en France. Leur partielle reconnaissance sociale cependant nuancée par les abondantes manifestations de gratitude que l'on peut lire sur les forums sociaux est le fruit de leurs confrontations physiques et directes avec les skinheads. Les quelques médias qui ont porté un intérêt au Black Dragon mentionnent ces « chasses » comme la genèse de ce mouvement mais pour se focaliser ensuite rapidement sur les conflits inter-bandes qui succédèrent aux violences sans jamais, par ailleurs, préciser leur rôle et les interrogations sociales qu'ils soulèvent. En définitive, le sens social et politique de ce mouvement est souvent nié ou relégué aux coulisses du texte et des débats. Dans leur modalité d'action les Black Dragons avaient entrepris d'occuper l'espace public, les centres névralgique de Paris. Une « milice » civile d'auto-défense, dont certains des membres étaient issus de formation



militaire, en veille dans les pôles importants de la capitale tels que la Défense (le fief des BD), la gare de Châtelet, la gare d'Austerlitz ainsi que d'autres zones couvertes par d'autres groupes affiliés. Une femme d'âge mûre avec qui je parle, à l'occasion d'un échange fortuit dans un train, de mon sujet de recherche me confiera « à l'époque lorsque l'on voyait un groupe de mecs portant un dragon noir sur blouson ou leur tee shirt, où que nous soyons nous savions qu'on était en sécurité ». C'est autant pour leur moralité et leur discipline que pour leurs dispositions martiales qu'ont été reconnus les Black Dragons. L'occupation physique et parfois massive de lieu où se déroule la vie sociale est une manière pacifique de prendre possession de l'espace, une position privilégiée pour le surveiller et exprimer face au pouvoir ses revendications (Hayat, 2006). Celles-ci sont fondamentales, flirtent avec le droit et croisent les champs de l'économie et de l'éducation. Les Black Dragons étaient majoritairement composés de « noirs » sans doute parce que leur catégorie sociale était celle qui subissait les violences xénophobes. Mais précisons nous, d'une manière générale, s'agissant d'un groupe Punk que ce sont des « blancs » s'arque-boutant dans une révolte sociale qui de surcroît serait teintée d'une conscience « blanche » ? Mes dialogues avec Jo dalton et Shuck2 m'ont amené à saisir que la signification que l'on peut donner à ce mouvement n'est pas l'irruption d'une « conscience black » en France mais l'exact opposé. En ceci que cette présence affirmée venait signifier que les afro-européens comme les africains sont des hommes parmi les Hommes et leur présence au monde se réalise dans l'exigence commune, à tous les hommes : d'égalité, de respect et de dignité. D'où la nécessité d'une démocratie, d'une conflictualité politique orientée par l'impératif de réduire l'exception au profit d'un commun inclusif dans la perspective de ces principes.

La société frémit quand les jeunes se manifestent et ce faisant tentent de la « bousculer ». Ces derniers ont leurs codes et leur manière d'agir, leur façon d'être et d'entrer en conflictualité avec le monde. Pour eux, la dispute nécessaire à la vie de toute démocratie n'a pas toujours comme véhicule des mots et comme cadre les normes et les conventions de la confrontation et du débat public. Il réside cependant, me semble-t-il dans le tumulte de ces multiples formes d'expressions sociales du politique. Une volonté d'annoncer sa participation à l'organisation du monde social et de signifier son désir d'autodétermination à partir de la remise en question de l'ordre établi, de ses modalités et ses hiérarchies. Le principe démocratique selon lequel tout citoyen peut exprimer sa voix dépasse le cadre et la temporalité des scrutins. D'autant plus, que tout individu n'est pas reconnu comme citoyen dans le pays où il vit. La démocratie est néanmoins fondée sur l'idée de souveraineté du peuple, les manifestations de ce dernier ne



peuvent être vraiment ignorées (Hayat, 2006). Mais qui est le peuple ? Je ferai ici l'économie au lecteur d'entrer dans un tel débat qui nous éloignera foncièrement de la centralité de ce propos. Mais tout de même ! Disons simplement que la démocratie nous rend tous dépositaires de cette responsabilité : celle de (re)considérer en permanence à la lumière des faits et des réalités d'existences, ses mécanismes, les conditions de leur mise en œuvre et les effets qui en résultent en termes d'économie éthique, morale et politique. Pour l'exprimer autrement : préserver l'accomplissement des rapports individuels et collectifs en regard des principes humanistes qui animent la République, c'est se poser la question des moyens et des finalités de ces derniers ? Que faire lorsque l'on n'a rien d'autre que ses mains et l'énergie de son amour propre pour bousculer une société dont les pulsations ininterrompues produisent son propre étranglement. En d'autres termes, comment faire entendre les résonnements d'une nécessité de transformation à une société dont les habitudes de raisonnements en ignorent les échos ?

Comment penser la souveraineté du Sujet politique et l'exigence du commun, me suis-je questionné en préparant ma récente visite à Salvador de Bahia ? En observant, bien que partiellement, le parcours des Black Dragons au travers de l'expérience de Jo Dalton notamment, il me semble sentir et comprendre leurs aspirations. Ne cherchaient-ils pas à éprouver au delà de leur lutte l'accomplissement de promesses ? En d'autres termes, ne ce sont-ils pas, dans le fond, confrontés à un système qui a préféré disqualifier leur action, en pointant leurs méthodes, plutôt qu'appréhender un élan, dénonçant un appendice difforme et suppurant, dont la forme autonome se semble pas rompre *in fine* avec l'histoire de la démocratie ? Leur contexte d'émergence, leur entreprise de lutte et les causalités qui en résultent ne contribuent-elles pas à révéler de profondes tensions sociales ? Comment comprendre et interpréter, du reste, que le mouvement des Black Dragons est nié en France alors qu'il est reconnu au Etats-Unis¹²⁸ par les militants afro-étatsuniens pour avoir résisté à une situation d'oppression raciste. Ce qu'ont fait et dit les Black Dragons peut être, à bien des égards, critiquables.

Mon travail s'est humblement limité, à partir de cette première phase d'investigation, à recueillir puis saisir les significations et les interprétations fondamentales qui ont marqué et orienté leurs modes d'inscriptions au monde social.

¹²⁸ Jo Dalton est notamment en relation avec Cynthia McKinney, une femme politique américaine ou encore avec Richard Griffin « professeur Griff », membre du groupe Public Enemy, il lutte pour la reconnaissance des droits des « minorités » et donne des conférences dans les universités.

N'aurait-il pas été logique que le pouvoir politique aurait il trahit les principes républicain, alors qu'il réprimait sévèrement et de façon inique l'action des Black Dragons, d'opposer à celle-ci, estimée illégale et maladroite, l'ouverture, en creux, d'une réflexion collective et solidaire autour de la xénophobie ?



Les Black Dragons ont créé leur espace de vie, un lieu d'existence sociale à partir duquel ils sont devenus acteurs, sujets indépendants, libres de définir leur propres actions à partir de phénomènes observables tout en considérant leur « *irrésistible nécessité intérieure* » (Lefebvre, 1961). Les Black Dragons sont avant tout l'expression d'une possibilité de réviser le quotidien, d'en redistribuer les regards et les explorations « d'être à soi et pour soi dans son lien singulier au monde ». Par l'élaboration de ce *moment*, des jeunes se sont impliqués dans une critique de la société et lui ont intimé de changer, tout en s'en libérant (en actes). Parfois en faction tels des « sentinelles » dans l'espace public ou en « guerrier » dans une lutte sans apitoiement avec les skinheads. Le moment leur a permis de construire, de structurer ces modalités d'action et de s'adapter. Le moment des Black Dragons se forme dans une considération régressive du passé ayant conduit au présent et dans une considération du futur en ce qui peut en constituer les possibles tout en se dégageant des conjonctures du quotidien (Hess, 2004). Ainsi, le *moment* a ses chemins interprétatifs, ses influences et ses actes – ses implications propres. Depuis cet espace les Black Dragons ont écrit cette histoire et peu celle de la société.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES:

Balibar, E. (2005). « La construction du racisme ». *Actuel Marx*, 2005/2, n° 38, p. 11-28. DOI : 10.3917/amx.038.0011

Blanchard, P ; Bancel, N ; Lemaire, S. (2005). (dir.) « *La Fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial* ». Paris, France : La Découverte.

Bertho, A. (2009). « *Le temps des émeutes* ». Paris, France : Bayard

Etienne, B. (2009). « Le temps du mépris ou la légitimation de l'oeuvre civilisatrice de la France ». *La pensée de midi*, 2009/4 Hors série, p. 136-143. Consulté le 12 décembre 2012. <http://www.cairn.info/revue-la-pensee-de-midi-2009-4-page-136.htm>

Dubet, F. (2008). « *La galère, jeunes en survie* ». Paris, France : Essai

Gebauer, G ; Wulf, C. (1995). « *Mimesis, Culture, Art, Society* ». Berkeley, Los Angeles, London : University of California Press

Gérard Bertrand, F. (2004). « Gang members ». *Essaim*, 2004/1, no12, p. 139-153. DOI : 10.3917/ess.012.0139



Hayat, S. (2006). « La République, la rue et l'urne ». *Pouvoirs*, 2006/1, n° 116, p. 31-44. DOI : 10.3917/pouv.116.0031

Hess, R. (2004). « La méthode d'Henri Lefebvre ». Première publication en décembre 1991. Mise en ligne le mardi 6 juillet 2004. <http://libertaire.free.fr/AnalyseInstitutionnelle01.html>, Futur Antérieur

Hess, R (2009). « *Henri Lefebvre et la pensée du possible. Théorie des moments et construction de la personne* ». Paris, France : Anthropos

Hobsbawn, E-, j. ([1959] 2012). « *Les primitifs de la révolte dans l'Europe moderne* ». Paris, France : Pluriel

Lapeyronnie, D. (2008). « *Gettho urbain* ». Paris, France : Robert Laffont

Laplanche-Servigne, S. (2009). « La lutte contre le racisme des "minorisés" en France et en Allemagne depuis les années 1980 ». *Hommes et migrations*, 1277, 56-66.

Lebon, G. ([1895] 2003). « *La psychologie des foule* »s. Paris, France : PUF

Lefebvre, H. (1961). « *Critique de la vie quotidienne* ». Tome 2, Paris, France Paris : Arche, p. 350

Manceron, G. (2003). « *Marianne et les colonie* »s. Paris, France : La Découverte.

Muchielli, L ; Mohamed, M. (2007). « *Les bandes de jeunes* ». Paris, France : La Découverte

Ndiaye, T. (2012). « Les Bantous : Entre dispersion, unité et résistance ». *Pambazuka*, n° 260, paru le 2012-11-13 Lien : <http://pambazuka.org/fr/category/features/85418>

Rancière, J. (1998). « *Aux bords du politique* ». Paris, France : Folio essais

Rancière, J. (2000). « *Le partage du sensible. Esthétique et politique* ». Paris, France : La fabrique

Rudé, G. (1982). « *La foule dans la révolution française* ». Paris, France : Maspéro

Venkatesh, S.(2011). « *Dans la peau d'un chef de gang* ». Paris, France : L'Ecole des loisirs

Vergès, F. (2005). « Le Nègre n'est pas. Pas plus que le Blanc.



Frantz Fanon, esclavage, race et racisme ». *Actuel Marx*, 2005/2 n° 38, p. 45-63. DOI : 10.3917/amx.038.0045

Verschave, F.-X. (2004). « *De la France Afrique à la Mafriafrique* ». Paris, France : Tribord

Vilefredo, P. (1968). « *Traité de sociologie générale* ». Genève, Paris : Droz

Tevenian, P. (2008). « *La mécanique raciste* ». Paris, France : Dilecta

13

Conduzindo o perigo: práticas e redes nodulares de governança da segurança entre taxistas

Eduardo PAES-MACHADO:

Sociólogo e criminólogo. Professor Associado IV do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Especialização e estágios de pós-doutorado em saúde do trabalhador na Universidade de Massachusetts (Estados Unidos) e criminologia nas Universidades de Toronto e York (Canadá), Sheffield e Salford (Grã-Bretanha). Professor Visitante da Michigan State University (Estados Unidos). Publicou o livro *Poder e Participação Política no Campo* (São Paulo: Cerifa, 1987), organizou os Dossiês Temáticos *Violência, Crime e Justiça* (Caderno CRH, 19, 47, maio/ago Salvador), e *Policimento e polícia* (Caderno CRH, 23, 60, set./dez. 2010). Tem aproximadamente sessenta artigos e capítulos em publicações nacionais e internacionais. Temas de pesquisa: vitimização, segurança e políticas de drogas.

Ana Márcia NASCIMENTO:

Graduada em Terapia Ocupacional pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (1998), Especialização em Saúde do Trabalhador, Mestrado em Saúde Comunitária pela Universidade Federal da Bahia/Instituto de Saúde Coletiva (2003) e Doutorado em Saúde Pública, pela Universidade Federal da Bahia/Instituto de Saúde Coletiva. Atualmente pesquisadora do Grupo de Pesquisa Saúde, Trabalho e Funcionalidade (UFBA) e do LASSOS - Laboratório de Pesquisa em Segurança Pública, Saúde Pública, Cidadania e Sociedade (UFBA). Exerce a função de terapeuta ocupacional do Serviço Médico Rubens Brasil da Universidade e do SIASS - Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor Federal da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde do Trabalhador, atuando principalmente nos seguintes temas: terapia ocupacional, saúde do trabalhador, reabilitação de trabalhadores, violência relacionada ao trabalho.



BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Resumo Este artigo contrasta conjuntos de práticas de segurança, examinando as conexões entre eles e as redes nodulares de taxistas em Salvador, Brasil. Utiliza dados extraídos de entrevistas, observação direta e matérias jornalísticas. Aponta a influência da diferenciação sociocupacional nas práticas acionadas pelos taxistas. Argumenta que estes procedimentos constituem e são constituídos pelas redes nodais. Demonstra o papel decisivo destas últimas na geração, operação e articulação das práticas de segurança individuais e coletivas. Conclui que as redes nodais influenciam o imaginário e construção social dos motoristas como comunidades ofensivas que precisam ser compatibilizadas com uma governança da segurança mais ampla, justa e democrática.

Palavras Chave Taxistas; segurança; conhecimento de risco, redes nodulares, governança

Abstract This article compares sets of security practices, examining the links between them and nodal networks of taxi drivers in Salvador, Brazil. It uses data from interviews with drivers and employees, direct observation, and analysis of newspaper articles. It points to the influence of occupational differentiation on the practices used by drivers. It claims that these practices constitute and are constituted by nodal networks. It demonstrates the decisive role of the latter in generating, operating, and articulating individual and collective security practices. It concludes that nodal networks influence the imaginary and social construction of taxi drivers as offensive communities that must be brought into tune with a broader, fairer, and more democratic governance of security.

Keywords Taxi drivers security; risk knowledge; defensible spaces; nodal networks; governance



INTRODUÇÃO

O interesse pela governança não estatal do crime tem suscitado importantes debates sobre a influência das áreas neocorporativas, representadas pelos arranjos informais, estratégias de rua e teias de relações dispersas e fragmentadas nesta governança (Habermas, 1987; Crawford, 1997).

Levando em conta o caráter multicêntrico e multifacetado da governança da segurança – ou das ações visando a criação de “espaços” pacificados para viver, trabalhar e se divertir (Wood; Dupont, 2006) –, autores como Johnston e Shearing (2003) enfatizaram o caráter estratégico das redes sociais (Hannerz, 1980; Castells, 2002) e, posteriormente, dos nódulos de governança para o entendimento do fenômeno securitário contemporâneo. Para eles, esta nova forma de governança é mais uma propriedade das alianças dinâmicas entre estes múltiplos pontos do que o produto de um único centro de ação ou mesmo das estratégias comandadas ou implementadas pelo Estado (2003). Nessa visão plural dos processos de governo (Ivo, 2004), os saberes e práticas difusos e locais seriam fundamentais na promoção da segurança e construção de formas justas e democráticas de regulação do crime (2003).

Sob essa perspectiva, Manning pontuou que as redes de segurança devem ser concebidas como núcleos geradores (*hubs*) de práticas e não como estruturas cristalizadas (2006). De acordo com este autor, a formação de tais redes contingentes e localizadas – em contextos espaciais e temporais específicos - ocorre dentro de um contínuo criado por atores diferenciados em termos de poder (Manning, 2006; Dupont, 2006). Também segundo Manning, a rede de segurança é uma metáfora que aponta, sem assumir a existência de metas comuns duráveis, para a geração de ações consistentes (2006)¹²⁹.

Em contraste, outros autores afirmam que as redes por si sós não possibilitam a conversão do seu fluxo de comunicação e informação (Castells, 2000) em ações decisórias e executivas (Burris, Drahos et al., 2005; Wood; Dupont, 2006). Dado o descentramento de performances e o compartilhamento das tomadas de decisões que definem as redes, esta atuação realizadora é viabilizada pelos seus pontos de intercessão ou nódulos (*nodes*). Mais densos e compactos do que as redes, os nódulos são catalisadores de ações e executores de metas estipuladas. Eles caracterizam-se por mentalidades específicas, planejamento de ações e mobilização de recursos e tecnologias para influenciar o curso dos eventos.

¹²⁹ . Tais concepções convergem com análises que relacionaram os repertórios variados de papéis e arranjos diversos de experiências (e recursos) com o potencial adaptativo e inovador das redes sociais (Hannerz, 1980). Ao tempo que as redes tangenciam ou atravessam os limites das instituições, elas também influenciam, em certos contextos político-institucionais, o exercício do poder (1980).



A potência de governo dos nódulos, por sua vez, depende da sua conectividade, de sua sinergia e capacidade de regulação, inclusive de outros nódulos acessíveis através das redes.

Daí a relevância do mapeamento da morfologia cambiante e dos efeitos desses componentes não estatais da governança da segurança. De um lado, Shearing (2007) chamou atenção para a importância de conhecer as relações entre os nódulos como promotores e provedores de segurança. De outro, Crawford assinalou o risco desses componentes potencializarem a ansiedade provocada pelo crime, favorecendo a formação de comunidades fechadas, intolerantes, defensivas (1997) e, deve-se acrescentar ofensivas. Nessa linha, estes arranjos também levantam questões-chave quanto às práticas de inclusão e exclusão social, responsabilidades legítimas, regulação dos conflitos e prestação de contas (Crawford, 1997). Trata-se de questionamentos pertinentes para democracias disjuntivas como as latino-americanas (Caldeira, 2000) que se caracterizam por, pelo menos, dois aspectos ignorados por esses autores: a cessão e a usurpação recorrente do uso estatal da força por governanças privadas (Huggins, 2000), e a participação social negativa via ações violentas (Godoy, 2006) na promoção da segurança.

Ora, no presente trabalho analisamos as práticas cotidianas dos taxistas nas suas redes, chamando atenção para o dinamismo da sua concepção de espaço e das suas técnicas de gerenciamento de risco. Ao tempo que discutimos algumas modalidades espaciais assumidas pela governança da segurança, buscamos superar lacunas relativas à compreensão das reações e respostas ao risco por parte destes motoristas. Tais limitações implicam tanto na desconsideração, quanto na sobrestimação das práticas securitárias destes atores. Ainda que alguns autores assinalem a falta de proteção policial como um fator condicionante da sua vulnerabilidade (Stenning, 1995; Haines; Cahill, 1996), há escassas referências sobre outras possíveis modalidades de segurança dos taxistas. Uma exceção notável, nesse sentido, é o trabalho de Gambetta e Hammil (2005) que aborda as práticas individuais mas não discute os procedimentos coletivos empregados pelos motoristas. Quais são estas práticas de segurança? Como elas se articulam com as redes e nódulos de governança?

Para responder estas indagações, o trabalho contrasta as práticas individuais e coletivas desses atores para evidenciar suas particularidades, efeitos e nexos de articulação. Propõe que tais práticas estruturam e são estruturadas por redes nodulares que favorecem o desenvolvimento de circuitos de conhecimento sobre segurança e risco que influencia o gerenciamento - via transmissão, recepção e operacionalização por indivíduos e grupos - de recursos e pessoas nos espaços de atividade dos taxistas. Além das seções introdutória,



metodológica e contextual, o texto tem mais duas seções: uma que trata das práticas individuais, outra que aborda as práticas coletivas seguidas pelas considerações finais.

TRABALHO DE CAMPO

A coleta de dados foi feita em Salvador, entre 2006 e 2009, mediante entrevistas, observação direta e análise de matérias jornalísticas. Foram realizadas 53 entrevistas distribuídas entre: 41 motoristas, 3 representantes da Superintendência de Transporte Urbano, 2 do Sindicato dos Motoristas de Táxi, 1 da Associação Metropolitana de Taxistas, 4 diretores e 2 operadoras de centrais de chamada de táxi (Nascimento, 2010).

A seleção dos entrevistados foi feita, inicialmente, entre taxistas que faziam parte da rede social dos pesquisadores e, a seguir, com indivíduos contatados nos pontos de táxi. Estes pontos foram escolhidos a partir da sua distribuição socioespacial e de visitas prévias, em dias e horários variados. Classificamos as entrevistas em: 1) semiestruturadas aprofundadas, individuais e em grupo, e 2) não estruturadas. Uma parte delas foi feita nos pontos, nas dependências do sindicato e de associações de taxistas, em logradouros públicos e áreas de alimentação de shoppings. A duração média das mesmas foi de 90 a 120 minutos. As entrevistas não estruturadas ocorreram em corridas e paradas de táxi, e por telefone. Dos 41 entrevistados, 70,73% eram proprietários e 29,27% não proprietários. Quanto ao sexo, 92,68% eram homens e apenas 7,32% mulheres. No que se refere à escolaridade, 87,80% possuíam nível médio e 12,20% nível superior incompleto.

Além destas entrevistas e durante a elaboração deste texto, foram realizadas mais 20 entrevistas não estruturadas com taxistas de diferentes pontos para entender melhor (Flick, 2009) seus dispositivos de segurança. A observação direta nos pontos de táxi focalizou as rotinas, número de motoristas, tempo de espera, atividades e interações entre os motoristas. Também foram examinados 90 artigos jornalísticos veiculados nos jornais Folha do São Paulo, de janeiro de 1999 a dezembro de 2009, e 193 em A Tarde, entre 1972 e 2008. Para a análise desses materiais foram identificados temas e subtemas, e construídas categorias específicas.

BREVE PANORAMA DA ATIVIDADE

Em Salvador, a terceira maior cidade brasileira, existem quase 7.000 táxis, correspondentes a 14 mil motoristas licenciados, mais um número aproximado de 3.000 táxis irregulares (com licença vencida) e clandestinos (sem licença para operarem). Destas permissões concedidas, 6.804 são para



motoristas autônomos e 192 para treze empresas de táxi (Nascimento, 2010).

Estes motoristas são, na sua grande maioria, homens negros-mestiços, com idade entre 21 e 67 anos, escolaridade média e casados (Paes-Machado; Noronha, 2002; Nascimento, 2010). Vistos como pessoas "sem educação" ou de *status* social modesto, muitos já trabalharam como motoristas de ônibus e caminhões. Ao lado destes, vem os trabalhadores saídos de empresas industriais e comerciais, aposentados, jovens que não encontraram melhor inserção no mercado de trabalho. Também tem aqueles que trabalham como taxistas em tempo parcial ("bico") porque são funcionários públicos, policiais, bancários, comerciantes, vendedores, vigilantes e estudantes. As jornadas de trabalho variam de seis a 24 horas, de domingo a domingo ou com descanso uma vez por semana, a depender das condições econômicas.

Os taxistas dividem-se em proprietários – autônomos ou empresas – e não proprietários (ou auxiliares) que trabalham para os anteriores e constituem o estrato mais vulnerável da ocupação. Entre os proprietários há os que possuem alvará (ou placa) e os que alugam o alvará de terceiros para rodarem com veículos próprios. Estas divisões se desdobram na separação entre taxistas comuns – que operam com taxímetros - e especiais, que trabalham com corridas tabeladas, convênios, cartões de crédito, etc.. Estes últimos, conhecidos como a elite da ocupação, integram as cooperativas que controlam pontos de táxi rendosos como aeroporto, *shopping malls*, hotéis de luxo, mercados e outros. Ainda entre os proprietários, estão os taxistas irregulares e clandestinos já mencionados. Estes últimos, por sua vez, diferenciam-se em motoristas "particulares" que trabalham com passageiros determinados e "biscateiros" que oferecem seus serviços nos pontos de táxi. Apesar da situação econômica destes ser muito menos confortável do que a dos cooperativados há indícios que seu trabalho, em pontos fixos e com clientela fixa, também reduz sua exposição às ameaças e perigos.

DIFERENCIAÇÃO E VITIMIZAÇÃO

No contexto aqui estudado, tal como em qualquer outro do mundo e reconhecidas as diferenças socioculturais, os taxistas lidam com ameaças e perigos derivados do seu trabalho móvel, solitário e fisicamente próximo de estranhos. Em contraste com os riscos de falhas operacionais, equipamentos defeituosos e vazamentos químicos, a questão colocada decorre, tal como em outros serviços, do relacionamento com o público e das suas implicações em termos de encontros produtivos e prazerosos, mas também estressantes e traumáticos.



Sob esta perspectiva, os processos sociais de vitimização dos taxistas estão relacionados com a estrutura da ocupação (Stenning, 1995; Niosh, 1996), o déficit de vigilância e as disparidades de recursos para evitar e gerenciar riscos. Tais disparidades incluem a transferência informal de riscos de vitimização pelos proprietários para os não proprietários. As pressões financeiras sobre estes, resultantes do excesso de táxis na cidade e do pagamento de diárias elevadas, fazem com que eles aumentem as jornadas de trabalho, operem, em especial, os mais jovens em horários noturnos e de madrugada, e negligenciem sua segurança. Estas condições também tornam esse segmento mais vulnerável aos adoecimentos, acidentes de trânsito e envolvimento em atividades ilícitas (Nascimento, 2010; Misse, 1997; Telles, 2010).

Os taxistas são alvos de agressões verbais de motoristas no trânsito e colegas, de sonegação de pagamentos de corridas (“calote” ou “birro”) por passageiros comuns e roubos por assaltantes oportunistas e profissionais. Enquanto as agressões verbais derivam da incivilidade do trânsito e das disputas com colegas, a sonegação de pagamentos é praticada por passageiros sem dinheiro e mesmo delinquentes. Os roubos, que visam o dinheiro, telefones celulares, DVDs, GPS, aparelhos de música, e os próprios carros são cometidos por delinquentes que se disfarçam de passageiros ou agem de fora do táxi, forçando a entrada ou assaltando sem ingressar no veículo (Paes-Machado, 2005; Nascimento, 2010). Vale acrescentar que os taxistas são muito visados por assaltantes, pois seguem carregando, ao contrário de outros segmentos sociais, dinheiro vivo. Quanto aos roubos dos carros, estes são feitos para desmanche e venda de peças (Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009), prática de outros delitos e fugas, e podem ser acompanhados pelo sequestro dos motoristas.

Enquanto todos os entrevistados do presente estudo sofreram calote, 56,10% deles foram roubados, 36,59% tiveram o carro roubado e 12,20% foram roubados mediante sequestro. Já em um estudo mais amplo, com 527 taxistas de Salvador (Paes-Machado; Noronha, 2002), as ofensas e xingamentos e a sonegação de pagamento atingiram, respectivamente, metade e mais da metade dos entrevistados dos distintos subgrupos de motoristas. Por sua vez, o roubo incidiu mais sobre os motoristas não proprietários (26,3%) do que sobre os proprietários (17,6 %). Os não proprietários também estão na frente dos proprietários nos quesitos de extorsão (10,5 % e 6,4 %), ameaças (15,1 % e 3,8 %) e agressões físicas (6,8 % e 3,6 %) (Tabela 1).



Tabela 1. Condições de Trabalho e Vitimização de Taxistas, Salvador, 2002

	Ofensa e xingamento	Calote	Extorsão	Ameaça	Roubo	Agressão Física
Proprietários	40.60	57.50	6.40	3.80	17.60	3.60
Não proprietários	50.40	53.40	10.50	15.10	26.30	6.80

Fonte: Paes-Machado e Noronha, 2002.

No que se refere à taxa de homicídios por 10000 motoristas de táxi, ela atingiu 6,2 em 2006, com queda para 2,2 em 2007 e aumento para 3,1 em 2008. Nestes mesmos anos, as taxas de homicídios por 100000 habitantes na cidade, alcançaram 45,7 (2006), 50,4 (2007) e 63,3 (2008). Se uma parte das mortes dos motoristas foi atribuída, pela mídia impressa, às reações contra roubos e sequestros, a outra parte não esclarecida pode ter sido decorrente da escalada de retaliações entre taxistas e delinquentes, e de disputas violentas ligadas ao envolvimento dos primeiros em atividades ilícitas, um ponto crucial que não será tratado neste trabalho.

PRÁTICAS INDIVIDUAIS DE SEGURANÇA

Estas práticas são as mais comuns na atividade dos taxistas, em especial, entre os que pegam passageiros nas ruas. Elas são implementadas no aqui e agora dos deslocamentos e encontros profissionais frequentes e fugazes - nas vias públicas, pontos e microespaços dos táxis -, segundo normas que também orientam as práticas coletivas: a sobrevivência na ocupação, a redução da insegurança e a demonstração de coragem e força masculinas (Herbert, 1997). Cada uma destas normas contribui para as avaliações dos espaços de atividades e formas de mobilização dos atores para controlá-los (1997).

Em outros termos, os motoristas devem pensar à frente, de um modo antecipatório, sobre risco para poder gerenciá-lo e preveni-lo, o que inclui responder prontamente aos comportamentos de uma ampla gama de estranhos (Reiner, 2004). Como cada taxista é um agente de segurança ou nóculo, ele é capaz de extrair, à medida que navega pelo tempo e pelo espaço, técnicas de um repertório de gestão de risco, assim como de criar novos repertórios. Nesse sentido, eles nutrem e são nutridos pela inteligência ou processamento ativo de informações - de cima para baixo e vice versa, e lateral - para resolver problemas (Gregory, 1997). Enquanto a vertente potencial desta inteligência consiste em conhecimento acumulado do passado e incorporado em padrões, a vertente cinética envolve a aprendizagem pela descoberta e teste



(Gregory, 1997) visando à captação de sinais relevantes de advertência e adequação de seus comportamentos a eles, incluindo a comunicação de condutas apropriadas aos demais (Ingold, 2000). As práticas individuais de segurança são a seleção espacial, a triagem populacional e a filtragem pessoal, incluindo o monitoramento, de passageiros e a oposição aos atacantes.

SELEÇÃO ESPACIAL

Conduzindo seus táxis no *continuum* urbano, os motoristas transitam nas intersecções de um universo com fronteiras fluidas que eles delimitam com base na construção e marcação dos seus espaços de atividade (Herbert, 1997; Crawford, 1997; St. Jean, 2007).

Sob esta perspectiva, eles recusam passageiros em locais pouco movimentados, pouco iluminados e mal afamados que, como veremos adiante, aumentam as chances de encontros perigosos (Linger, 1992; Paes-Machado; Levenstein, 2004). Isso se aplica tanto às áreas centrais quanto aos bairros populares ou periféricos. Mesmo que façam ponto, durante o dia, em algumas destas áreas, eles as evitam, salvo em circunstâncias determinadas, no turno noturno pelas alterações das atividades, público (Kinney, 2010) e vigilância: *Faço ponto ali na Avenida V durante o dia, mas à noite só vou lá se algum cliente me chamar ou para levar alguém. Pegar passageiro de lá é perigoso, mas só à noite, durante o dia é beleza!* (JG, 45 anos, auxiliar).

Lugares com pouca luz são igualmente complicados, pois impedem a visualização dos sinais de risco e o esquema de percepção se debilita. A penumbra noturna, onde todos os gatos são pardos, favorece a generalização que limita a inteligência dos membros das redes. No escuro, então, como categorizar os maus gatos se todos são pardos? Neste jogo de luz e sombra – vulnerabilidade e risco apreendidos - é preciso de luz para haver nuances e poder, enfim, identificar tipos suspeitos: *Era umas dez horas da noite, na avenida XB, e uma mulher acionou o táxi. Ela estava aparentemente sozinha. Quando parei, ela entrou e mais dois caras saíram não se sabe de onde e entraram no carro. Não deu outra anunciaram o assalto. Levaram o dinheiro, celular* (PI, 45 anos, auxiliar). Além da condição feminina da passageira confundir o taxista, a pouca luminosidade do local facilitou a ocultação e manobra dos seus dois comparsas para entrarem no táxi e roubarem o motorista.

Para os sensores dos motoristas o local de destino também é um ponto crítico. Dependendo do bairro, os taxistas recusam corridas até para mulheres, supostamente mais confiáveis, com negativas explícitas ou desculpas: *Outro dia chegou uma mulher jovem, até simpática, e queria ir para o*



*Bairro BD. Fiquei desconfiado e disse a ela que estava esperando um cliente (MJ, 56 anos, taxista)*¹³⁰. Nem mesmo as frequentes reclamações de passageiros recusados ao serviço de fiscalização municipal, logram mudar essa atitude: *Olha, pra mim é proibido levar passageiro para algumas ruas [nomes de ruas]. Só doido vai lá. Já fui, não vou mais (MA, 50 anos, taxista)*¹³¹. A confiança é perturbada ou desfeita quando uma súbita alteração de roteiro busca redirecionar a corrida para áreas pobres ou de má reputação (Gambetta; Hammil, 2005; Moreira de Carvalho; Corso Pereira, 2006).

Tal seletividade espacial, contudo, nem sempre dá certo. De um lado, a proximidade espacial - as passagens e pontos de intercessão (Brantingham; Brantingham, 2010) - entre áreas supostamente seguras e inseguras possibilita que passageiros peçam corrida para um tipo de área quando sua intenção, boa ou má, é chegarem no outro. Ademais, a intensa mobilidade intraurbana do crime facilita que predadores peçam corridas em locais insuspeitos para áreas igualmente insuspeitas onde atacam os taxistas. Este foi o caso de dois delinquentes que se aproximaram de um posto de polícia para pedir corrida e depois assaltar o motorista. De outro lado, a lucratividade de algumas destas corridas, por elas serem para locais distantes, facilita sua aceitação. Afinal, o risco é uma oportunidade, em se tratando do neoliberalismo.

Contudo, como as condutas de aceitação e aversão ao risco variam entre os subgrupos de taxistas, conforme foi apontado, o passageiro recusado - assim como o risco por ele representado - pode ser transferido para colegas necessitados e "gananciosos", que buscam aumentar seus rendimentos sem as devidas precauções: *Quando pedem uma corrida para um desses lugares, eu passo pro colega, arrumo uma desculpa e saio de baixo (BT, 42 anos, taxista)*. Mas, como dificilmente a aceitação de risco é incondicional (Rhodes, 1997), até estes motoristas estabelecem condições para tais corridas - como o horário e o local até onde vão chegar - e adotam precauções no retorno.

De modo geral, os motoristas rodam durante o dia e dificilmente em horários noturnos e madrugada: *Durante o dia a gente roda pela cidade, mesmo nos bairros perigosos, mas à noite nem pensar (MJ, 56 anos, taxista)*. Importantes exceções, nesse sentido, são representadas por motoristas não proprietários, necessitados e jovens, ou membros de

¹³⁰ Estas práticas contribuem para a restrição da oferta de serviços (Anderson, 1990; Paes-Machado; Levenstein, 2004), segregação sócio-espacial (Moreira de Carvalho; Corso Pereira, 2006) e espiral de "guetização" (Crawford, 1997) dessas áreas, mas igualmente geram oportunidades para taxistas e mototaxistas que vivem e trabalham nas suas proximidades.

¹³¹ Cf. depoimento: *Um dia uma mulher no J pegou o táxi e disse que era para D. Quando chegou lá ela mudou o endereço entrou por uma rua perigosa. Comecei a ver que era arriscado, mas continuei. Ela pediu para parar perto de uma casa de esquina, desceu e disse que ia buscar um filho que era deficiente. Ela não voltou. Quem chegou foram dois homens tomaram o carro e me levaram para a BR324 e lá me deixaram. Não dá pra confiar (CG, 55, anos, taxista)*.



cooperativas e associações que, respectivamente, aceitam riscos ou contam com meios para evita-los. Segundo, os taxistas determinam, mesmo sob reclamação do passageiro, o local até onde será feito o transporte, definindo, preferencialmente, o final do destino na via principal. É um modo de evitar desvantagens ecológicas representadas por ruas acidentadas e estreitas, becos e vielas, muito comuns na cidade, que reduzem a automobilidade e aumentam a vulnerabilidade: *Não dá para dar partida e sair em uma velocidade que facilite a fuga do local* (VT, 56 anos, auxiliar). Ao lado disso e do desconhecimento para trafegar nestas áreas, a presença de suspeitos não permite sair do veículo e fugir a pé.

Tais corridas exigem investimentos táticos e psicológicos adicionais. Além do jogo de sempre, de identificar o risco no usuário, o motorista, como um auditor, conserva a atenção no entorno, rastreando as ruas para identificar ameaças e perigos como gente com arma em punho nas vias públicas (Lysaght; Basten, 2003; Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009)¹³². Também dependendo da área, o maior problema é o retorno da corrida. Como retornar com segurança se o próprio passageiro era seu salvo-conduto? Assim como ele emprega sua inteligência para sobreviver no mundo inseguro das ruas, reconhece nas redes criminosas a mesma competência de decifração. Sem passageiro no carro, ele pode sugerir estar ali desempenhando outro papel e se tornará alvo do raio-x da delinquência local.

No retorno volto vazio, não paro para ninguém. Tenho receio quando passo nos quebra-molas, pois sou obrigado a reduzir a velocidade e o risco de ser abordado aumenta... A gente passa com dificuldade. Deixo os vidros lacrados. Fico atento olhando para todo lado. Vou devagar, pois ter pressa chama a atenção. Só alivia quando chego à avenida que permite aumentar a velocidade. Aí a gente percebe o quanto o corpo está tenso. Começo a desligar só quando me distancio e chego a um local que me sinto seguro (JR, 33 anos, taxista).

A inteligência intensifica a cautela e eles circulam com os vidros dos carros fechados e as portas travadas, conduzindo em velocidade que não chame atenção, evitando buzinar e olhar para dentro de casas e bares, parando somente em último caso e não pegando passageiros: *Levar uma pessoa conhecida ou até que a gente não conheça, a gente leva. Mas, quando chega lá no bairro 'boca quente' aí é sair de fininho, pra não*

¹³² Cf. depoimento: *Peguei um passageiro em C.. Ele pediu corrida para o M. Não costumo rodar muito por aquela área, aí a gente vai cabreiro [com receio]. Fico conversando com o passageiro para conhecer melhor a pessoa, mas não posso perder de vista nada da área. Tem gente com arma em punho durante o dia. Não dá pra cochilar não* (NE, 56 anos, taxista).



ser visto. E pedir a Deus pra sair logo (JR, 27 anos, taxista). Enfim, a percepção das paisagens da segurança desde esse ponto de vista móvel, complementa a percepção delas a partir das paradas de táxi, favorecendo o acúmulo de informações e o fortalecimento das redes.

TRIAGEM POPULACIONAL

Esta triagem envolve definições de indivíduos e grupos como perigosos e evitáveis (Suttles, 1968; Smith, 1986) segundo padrões de inteligência potencial que refletem a estrutura de poder da sociedade e a forma como esta é filtrada pela atividade (Gregory, 1997; Reiner, 2004) dos motoristas. Tal triagem é feita a partir da visualização de traços extrínsecos, facilmente identificáveis, dos usuários e das várias combinações entre eles (Smith, 1986; Gambetta; Hammil, 2005).

Nessa linha atuarial, os motoristas evitam pegar passageiros jovens, adolescentes, do sexo masculino e em grupo. Contudo, tendo em vista que conjuntos de traços são mais relevantes do que traços isolados (Gambetta; Hammil, 2005), os passageiros com mais chances de serem recusados assemelham-se aos estereótipos policiais (Reiner, 2004): além de homens jovens e pobres, negros, mal vestidos ou com trajes esportivos: *Negros, mal vestidos, aparência de doído ou que entram assim depressa no carro sem que a gente tenha chance de negar a corrida, aí pode esperar que vai ser um 'birro'* [sonegação de pagamento]. Assim, chamou atenção de um dos pesquisadores, certa feita, a advertência de um motorista que "não parava o carro para qualquer mão negra estendida na rua". A sentença provocou perplexidade tanto porque quem a vocalizou integra uma categoria profissional composta majoritariamente de negros-mestiços, como por reverberar a tônica cruel da cor da pele dos usuários. "Qualquer mão negra" remete ao acirramento das tensões raciais resultantes da ansiedade associada ao crime e da mobilidade social. À medida que modifica os lugares e imagens da população negra no espaço fisicosocial, a mobilidade precipita reações de estranhamento e hostilidade como estas.

Com respeito ao estilo cultural, os taxistas suspeitam de passageiros com cabelos trançados e roupas folgadas que sugerem a ocultação de armas (Paes-Machado; Levenstein, 2004). A desconfiança se estende a chapéus e bonés usados para cobrir o rosto (Gambetta; Hammil, 2005), e às sacolas e mochilas: *Não permito que o passageiro entre com mochila nas costas. Ele pode muito bem esconder uma arma* (EP, 38 anos, auxiliar). Em certas situações, os taxistas, atuando como agentes de segurança, pedem para revistar – em busca de armas e drogas - e manter as mochilas ou sacolas dos



passageiros nas costas, bem como para sentar ao lado deles para melhor vigiá-los¹³³.

Acostumados a associarem confiabilidade com *status* e a presença da má fé no jogo social, os motoristas acionam os mecanismos de generalização para discernir intenções. Ao lado das dificuldades perceptivas de ordem física e das ilusões cognitivas, derivadas do caráter inapropriado ou da má aplicação do conhecimento para interpretar sinais sensoriais (Gregory, 1997), estes mecanismos não captam as ambiguidades de indivíduos que parecem mas não são bons passageiros. Estamos falando de uma gama diversificada de indivíduos que, apesar ou por causa da exibição de atributos positivos de confiança - pele clara, aparência convencional, jeito de bons consumidores e mulheres -, evidenciam os limites dessa inteligência securitária caseira. Isto se aplica a usuários de classe média que tiram proveito do seu *status* social para neutralizar os sensores, sonegar o pagamento das corridas e evitar reações dos motoristas.

A gente não tem como adivinhar, geralmente os caloteiros são pessoas inteligentes, vão enrolando com conversa boa. São geralmente bem-falantes. Em C [bairro de classe média] é danado pra acontecer, parece que eles têm facilidade de sumir por aquelas ruas (NE, 56 anos, taxista).

Também vale para passageiros mais perigosos que investem, manipulando o estereótipo, na aparência pessoal, chegando alguns a vestir uniformes de empresas para enganar e roubar os motoristas. Outro limite dessas avaliações é o sexo e os papéis de gênero. Conquanto o aumento da participação de mulheres como coautoras ou cúmplices ("iscas") de crimes contra taxistas venha criando restrições contra as mesmas, o fato de esta atuação ser menor do que a dos homens (Walklate, 2001) faz com que elas continuem sendo consideradas mais confiáveis. Entretanto, tal presunção que opera como viseira, termina, muitas vezes, em armadilhas. Enquanto a manobra delas acompanharem e simularem formar casais convencionais com falsos passageiros é mais conhecida e pode deixar os motoristas de sobreaviso, o mesmo parece não acontecer, por causa da pitada de sedução, em outras duas situações. Primeiramente, mulheres sozinhas que param o táxi para facilitar que terceiros, que estão no mesmo local mas fora do campo de visão dos motoristas forcem o ingresso no veículo. Segundo e no que tem sido uma prática recorrente, mulheres

¹³³ Cf. depoimento: *Em Q, eu estava no ponto do supermercado e chegou um rapaz, novo, de pouca idade, uns vinte anos. Com mochila cheia de coisa. A gente não sabe se tem droga, se tem roupa, se tem alguma arma escondida. Para aceitar a corrida só se ele aceitar revistar a mochila, senão não levo* (CA, 49 anos, taxista).



também sozinhas que pedem corrida para locais isolados, onde seus comparsas emboscam os taxistas (Gauthier, 2012).

FILTRAGEM INDIVIDUAL

Dada a indisponibilidade geral de informações pessoais nesses encontros urbanos (Hannerz, 1980; Smith, 1986), antes de aceitar corridas os motoristas também examinam, ao modo de um *zoom* fotográfico, a pessoa e a circunstância da solicitação do seu serviço. Tal exame, que focaliza posturas corporais e aciona, muitas vezes, os estereótipos referidos, pode detectar, exagerar ou ignorar ameaças e perigos específicos.

A filtragem começa quando os taxistas estão circulando, parados na rua ou aguardando nos pontos de táxi. Quando os motoristas estão circulando, uma técnica utilizada, em especial, no horário noturno, é parar o carro a uma certa distancia dos passageiros para melhor avaliá-los (Silva Netto, 2011). Por sua vez, quando estão nos pontos eles tem mais condições de observação. Além de disporem de mais tempo, os motoristas que transitam nesses pontos conhecem, como vimos, as rotinas dos moradores e transeuntes locais, e contam com a ajuda dos colegas para a triagem e filtragem de passageiros, como veremos adiante. O papel de observador e a necessidade de auditar os riscos se incrementam como uma função a ser agregada e compartilhada com os demais pares da rede. Além da competência de observar, o compartilhamento de informações aumenta a coesão das redes securitárias.

Eu fico de fora do carro conversando com o colega quando estou na fila lá do Q. A gente fica ali observando o movimento. Quando chega uma pessoa para pegar o táxi a gente já estava observando antes dela chegar lá. Se a gente perceber que pode ser encrenca dá tempo despistar e recusar a corrida. Quando estou no ponto do shopping S [uma área de classe média] fico tranquilo, posso até ficar dentro do táxi. A clientela lá é boa. A gente às vezes se engana, mas a maioria das vezes dá certo (MJ, 56 anos, taxista).

No jogo entre as dimensões simultâneas do ver e do olhar, enquanto o primeiro cria a cena, o segundo organiza a perspectiva e estrutura a cena (Correia, 2012), cujo centro é o "modo de chegar" e a "cara" do passageiro: a abordagem, o rosto e o olhar, e outros meios de expressão. Entre os passageiros mal vistos estão aqueles que apresentam sinais de imprevisibilidade, que chegam correndo e assustados, ou demonstram irritabilidade, impaciência e confusão mental: *O sujeito que fez coisa errada às vezes chega correndo, com pressa, entra no táxi com cara de medo, a gente pensa logo*



que praticou alguma coisa errada e está fugindo. Sempre que possível recusamos a corrida (LI, 42 anos, taxista).

Quando os passageiros estão próximos e podem ser vistos em detalhe, a atenção se volta para o rosto e o olhar como lócus da expressividade e metáforas da decifração. Ao agirem assim, eles supõem, como muitos, que o rosto é um revelador das intenções e condutas do outro. Daí que a atitude de ocultar o rosto durante a interação produza desengajamento e desconfiança: *quem vem com boas intenções não precisa esconder o rosto. Se quer esconder é para não ser visto, reconhecido. Não é boa coisa (ET, 41 anos, taxista).* Novamente aqui, os motoristas antipatizam com chapéus e bonés que facilitam o anonimato dos portadores. Por sua vez, o olhar que compõe, mas guarda autonomia em relação ao rosto, também é objeto de um escrutínio específico: *Olhar no olho é importante para verificar as intenções do passageiro. Aquele que fica fugindo ao olhar para ele dá para ficar desconfiado (RA, 55 anos, taxista auxiliar).* Por isto, a atitude do passageiro de "fugir" do olhar ou "olhar com medo" é interpretada como um mau sinal, um motivo de alerta e uma justificativa para negar ou interromper uma corrida: *Eu gosto de olhar bem nos olhos do passageiro. E quando ele foge o olhar ou se esconde fico desconfiado, pois quem não tem nada a esconder encara a pessoa. E homem, principalmente, que tem boa intenção olha sem medo. A gente percebe a intenção pelo olhar (FR, 60 anos, taxista).* Ora, além de gestos idênticos terem significados diferentes em contextos distintos, as possibilidades de manipulação de impressões via autocontrole ou desempenho competente de papéis confundem os mais finos observadores.

Nos casos de avaliações insuficientes ou desconfianças persistentes, esse exame converte-se em monitoramento. Este acontece logo que os passageiros ingressam no micro espaço do táxi e estabelecem uma copresença com os motoristas, que os tornam mais acessíveis, disponíveis e sujeitos a mais avaliações (Goffman, 1963)¹³⁴. Tal procedimento, que pode desencadear medidas de segurança adicionais, passa por mais observações e verbalizações¹³⁵. Auxiliado pelo espelho retrovisor, o motorista busca "sentir o clima" do passageiro: *Observo pelo retrovisor, puxo conversa, pois aí eu consigo saber qual é a do cara. Se ele não conversar eu fico mais ligado (NM, 40 anos, taxista).* Em certos casos, o passageiro muito calado, que entra no carro, diz o destino desejado e não

¹³⁴ É assim que, no primeiro contato direto com o passageiro, que costuma tratar do destino da corrida, o taxista tem a oportunidade de conhecer a linguagem, a entonação e outras manifestações. Nessa linha, é possível que o taxista indague, mais de uma vez, acerca do local e do roteiro desejados para saber se o indivíduo tem realmente um lugar para ir, deseja fugir de algum mal feito ou está mal intencionado (Silva Netto, 2011).

¹³⁵ Considerando a aparente simetria social, artificialmente compactada no microespaço do carro, entre o motorista e o passageiro, a corrida não consiste apenas no deslocamento de corpos, mas em um trânsito entre posições entre eles. Via recurso de linguagem o taxista deve refazer a assimetria respeitosa, sinalizar os reconhecimentos de posições e expressar outros códigos de distanciamento.



alimenta conversa, gera desconforto e, dependendo do caso, suspeita: *Boto o olho ... quando [o passageiro] está dentro do carro procuro conversar. Quando o cara é vagabundo ele não conversa, fica olhando para os lados, eu desconfio e fico ligado* (NI, 38 anos, taxista). Por isso que, sabendo desse escrutínio falsos passageiros mostram-se desembaraçados, mantendo conversas normais e, em um caso relatado, mencionando a ida à igreja antes de assaltar o motorista.

Nas corridas mal-assombradas (*haunted rides*), nas quais o motorista já começa desconfiado, ele tem mais razão para interpelar o passageiro (Silva Netto, 2011)¹³⁶. Mais do que outras coisas, as palavras incorporam sentimentos (Ingold, 2000) e disparam gestos. Na falta de informações substantivas, os códigos da gestualidade podem conter pistas: o motorista, desafiado pela esfinge dos riscos, tenta decifrar para não ser devorado. A *body language* constrange a oralidade e é, muitas vezes, mais reveladora. É difícil esconder, sobretudo os atacantes oportunistas, a taquicardia, a sudorese, a jugular pulsando no pescoço. Novamente, a fugacidade desses encontros, o caráter polissêmico dos gestos, o autocontrole individual e a competência para se metamorfosear podem comprometer esse esforço de decifração.

De qualquer modo, o alarme é disparado por passageiros que tem comportamentos e conversas estranhas, aparentam estar sob efeito de drogas, pedem mudanças de itinerário para locais julgados perigosos (Silva Netto, 2011) ou não lograram fazer o motorista, por força do estereótipo, baixar a guarda. Esta última situação foi relatada por um de nossos alunos, negro com cabelo trançado, que, em uma corrida noturna, foi obrigado a sair do táxi em um local ermo por uma suspeita injustificada. Ou seja, quando ficam contrariados ou alarmados os motoristas usam o expediente de encerrar a corrida, muitas vezes de forma abrupta, e pedir aos passageiros para pagarem o que devem e sair do carro. Para tanto, eles param em locais frequentados pelo público, taxistas e policiais para prevenir e responder, como vimos, às possíveis reações negativas dos usuários descartados.

OPOSIÇÃO

Um dos limites de eficácia dessa gestão de risco são os encontros perigosos com delinquentes, onde os motoristas ao tentarem reverter o curso dos eventos podem agravar a sua vitimização. Daí que de todas as práticas individuais examinadas, a oposição (Felson, 2006) seja a mais arriscada.

¹³⁶ Em certos casos, os motoristas ficam nervosos com passageiros que dificultam esta observação ao se sentarem no banco detrás deles. No contexto sociocultural aqui estudado não é raro encontrar taxistas que abrem a porta do carona para passageiros masculinos sentarem ao lado deles (Silva Netto, 2011).



Ela expressa-se em fugas e lutas corporais com delinquentes nas ruas ou dentro do microespaço dos táxis.

Afora se preocuparem com falsos passageiros, os taxistas ficam atentos, assim como outros motoristas para predadores que atuam nos sinais de trânsito. As vantagens ecológicas evidentes destes espaços - a exemplo da redução da automobilidade, falta de vigilância e existência de rotas de fuga - tem contribuído para a proliferação de assaltos nos mesmos (St. Jean, 2007; Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009). Ainda que os motoristas mantenham os vidros dos carros fechados, estes podem ser facilmente quebrados com murros, pedras ou outros meios. Sob ameaça os motoristas entregam seus pertences a assaltantes que desaparecem rapidamente ou vão buscar novas vítimas nas fileiras de carros. Como meio de gerenciamento do perigo e diminuição dos prejuízos, muitas pessoas levam consigo o chamado *kit-assalto*, composto por pequenas quantias de dinheiro (Gambetta; Hammil, 2005; Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009) e até celulares baratos, para não frustrar os atacantes¹³⁷. Mesmo arriscando serem alvejados, como assinalam muitos registros, há motoristas que empreendem fugas. Este foi o caso de um taxista que, ao perceber a aproximação de um homem armado durante a parada em um sinal de trânsito, avançou o sinal vermelho e fugiu em alta velocidade.

Quanto às reações de taxistas sob o domínio de assaltantes e sequestradores, há aqueles que aproveitam locais com movimentação de pessoas para parar e fugir do carro. As colisões intencionais também são um meio para viabilizar fugas. Por mais estranha que pareça, esta resposta é acionada para enfrentar situações igualmente extremas. Ela exige a escolha do lugar, do momento e do ângulo certos da colisão, sem esquecer a rapidez para fugir do táxi. O problema é que afora se arriscarem, os motoristas também ameaçam a integridade de terceiros.

Peguei um casal lá no D, quando chegou na avenida C eles anunciaram o assalto e quando avistei uma multidão perto de um ponto de ônibus joguei o carro contra um poste e saí correndo feito louco. Não se deve fazer isso, mas tive um pressentimento de que ia acabar em coisa ruim. Deus me ajudou naquela hora (MN, 52 anos, taxista).

A luta corporal é uma reação mais conhecida. O seu emprego é motivado por um misto de avaliações positivas das chances de sucesso, e reações emocionais (Paes-Machado;

¹³⁷ Cf. depoimento: *Eu tenho quatro celulares pra atender os clientes de diversas operadoras e para ter como pedir socorro quando acontece uma necessidade. Um acidente, carro quebra, suspeita de roubo ou assalto. A gente deixa um celular para o ladrão e tem que ficar com outro* (RA, 42 anos, auxiliar).



Levenstein, 2004; Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009) em situações desvantajosas, onde os taxistas estão muitas vezes, imobilizados na direção do veículo, sentados de costas para o agressor e desarmados¹³⁸. Se a oposição tem resultados imprevisíveis e, por vezes, desastrosos, a não oposição recomendada pelos manuais de segurança, tampouco garante que eles saiam ilesos desses encontros indesejáveis. Mesmo colaborando com os delinquentes vários taxistas tem sido espancados e alvejados, ou tido os carros avariados por balas após entregarem seus bens (Blesa, 2012). Conquanto não tenhamos elementos para explicar tais ações, que talvez possam ser atribuídas à preparação de fugas ou mesmo à raiva, não é equivocado supor que elas inscrevem-se na escalada de retaliações entre ambas as partes.

Tão importante como a dinâmica desses encontros são as narrativas por eles geradas: os retratos falados e os relatos de precaução (*cautionary tales*) (Moore, 2009). Os retratos falados descrevem o tipo físico, modos e locais de atuação de predadores de taxistas. Tais retratos são feitos e transmitidos no calor dos eventos para alertar os colegas e, em casos de ataques repetidos, encontrar e retaliar os suspeitos. Com respeito aos relatos de precaução, estes registram as circunstâncias de ataques e as posturas dos motoristas face aos mesmos, e contribuem - ao modo de um *feedback* negativo ou autocorretivo incipiente - para o aprimoramento da inteligência securitária.

Enfim, o balanço das práticas individuais de segurança salienta a competência do taxista como um agente de segurança ou nóculo, que aciona técnicas de gestão de risco via inteligência para resolver problemas de: seleção de espaços seguros de circulação, triagem e filtragem de passageiros. Esta atividade, entretanto, é limitada pelas restrições econômicas e socioespaciais da ocupação, assim como pelas características específicas dessa inteligência.

As pressões econômicas são péssimas “conselheiras”, pois comprometem a triagem, levando os motoristas a aceitarem, apesar das contraindicações, passageiros duvidosos e corridas perigosas. É no intuito de reduzir essa pressão que os taxistas desenvolvem modalidades de transferência informal e aceitação condicional de risco entre eles. Por sua vez, os condicionantes relativos à proximidade entre áreas seguras e inseguras, e à mobilidade intraurbana da delinquência, contrabalançam o esforço para amortecer as desvantagens ecológicas dos seus espaços da atividade. É preciso frisar, no

¹³⁸ Cf. depoimento: *Um sujeito que eu peguei em D quando chegou no C anunciou o assalto. Ele estava armado com uma faca. Fiquei com tanta raiva que caí para cima dele. Segurei na faca, ele puxou e cortou minha mão. Saí do carro e não deixei ele sair sem antes dá umas porradas. Dei muito murro nele. Foi uma atitude perigosa, eu podia ter morrido, mas na hora nem pensei* (GI, 44 anos, auxiliar). Ainda que o acesso de raiva pudesse resultar em morte e não apenas em ferimento, ele deu força ao taxista para reverter sua posição, controlar e, em uma explosão catártica, espancar o assaltante.



entanto, que a avaliação, desde um ponto de vista de vista móvel, da paisagem da segurança complementa e amplia a que é feita nos pontos de táxi, qualificando os motoristas como interlocutores válidos.

Quanto aos limites da inteligência leiga, ela identifica ameaças e perigos que se encaixam nos seus estereótipos, mas gera ilusões cognitivas e não apreende riscos específicos que fogem desses padrões. Aliás, a identificação deste tipo de risco depende de procedimentos técnicos e gerenciais especializados (Carter, 2009) que não estão ao alcance nem dos motoristas, nem da própria polícia ostensiva – também tributária de estereótipos. Na falta desses recursos, os taxistas fazem o que podem com a ajuda do "olhômetro" e dos esquemas de atribuição de confiabilidade e periculosidade. Por conseguinte, eles operam com um *feedback* positivo ou autoreforçador desses padrões inespecíficos. Daí também as brechas crônicas na segurança e seu ceticismo saudável quanto à eficácia da sua farmacopeia caseira para os males da insegurança: *A gente nunca sabe quando a pessoa é de confiança ou não. As aparências nem sempre provam alguma coisa. Nessa hora temos que correr o risco. Até hoje tive sorte, mas outros colegas meus não* (MA, 45 anos, auxiliar).

Tal ceticismo, entretanto, não nega a contribuição, já assinalada, da troca e checagem de informações com outros agentes para a acuidade da inteligência securitária em tela. Ademais, nem essas nem outras práticas de segurança estão imunes às potencialidades de novas ameaças que, representadas pelas contingências empíricas, efeitos não antecipados e espirais de violência restringem a previsibilidade e demandam esforços contínuos para serem conhecidas e gerenciadas pelos agentes (Johnston; Shearing, 2003; Zedner, 2009).

PRÁTICAS COLETIVAS DE SEGURANÇA

As práticas coletivas configuram campos sociais e redes parciais de relações (Hannerz, 1980) que, a exemplo das redes focalizadas (*issue networks*), são compostos por muitos participantes com elevado grau de autonomia mútua, formas diferenciadas de acesso e flutuações frequentes de contatos (Marsh; Rhodes, 1992). Em contraste com o escopo limitado das redes de segurança de grupos específicos em áreas localizadas (Johnston; Shearing, 2003; Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2010), as dos motoristas integram, por meio de um vasto sistema de comunicação e informação, dezenas de taxistas. Além disso, elas conectam-se com policiais, moradores, comerciantes e outros grupos, formando redes híbridas que retroalimentam, como veremos adiante, as atividades desenvolvidas pelos nódulos.



Conquanto as desigualdades de recursos alimentem conflitos entre os membros, as redes de taxistas apresentam uma notável sinergia. Elas são formadas por laços sobrepostos - de conhecimento, parentesco, territorialidade, filiação às cooperativas, associações e centrais de chamadas telefônicas - que incrementam o capital social. Segundo, elas compartilham orientações normativas quanto, como já vimos, à sobrevivência na ocupação, redução da insegurança e demonstração de força e coragem masculinas (Herbert, 1997). Tais orientações que influenciam o gerenciamento de recursos e pessoas nas suas áreas de atividade (1997), permeiam as práticas coletivas de segurança: a espera estratégica, a comunicação eletrônica e a mobilização.

ESPERA ESTRATÉGICA

As atividades e, por extensão, as redes de motoristas organizam-se em torno de dois eixos socioespaciais e temporais: os deslocamentos e as paradas nos pontos de taxi. Este movimento pendular entre circulação, com ou sem passageiros, e encontros com colegas de ponto proporcionam meios de observação das nuances dos espaços, socialização de informações e, como já vimos, triagem e filtragem de passageiros.

Os pontos podem ser regulamentados e informais, permanentes e sazonais, mais ou menos frequentados. O número de carros também varia. Ao lado de pontos com poucos carros, há pontos, como o aeroporto, a estação rodoviária, alguns mercados e *shopping malls* que reúnem dezenas de taxistas. Não por acaso muitos taxistas começam a jornada diária e aguardam a primeira corrida nestes locais. Outros motoristas, que iniciam a jornada rodando por locais promissores, também passam uma parte do tempo nos pontos. Mesmo os taxistas pertencentes às cooperativas e associações, e os clandestinos neles permanecem esperando chamadas telefônicas e, no caso destes últimos, buscando passageiros: *Aqui é nosso porto, paramos para descansar e desgastar menos o carro* (VM, 60 anos, proprietário). Ou, também: *é importante porque é local de trabalho. Tem passageiro, o carro não desgasta e também eu descanso* (AS, 60 anos, taxista).

Embora haja motoristas que frequentam, por conta das suas conexões pessoais, diversas paradas, o grupo permanente, formado pelos "donos de ponto" não permite o acesso a todo e qualquer taxista aos pontos por eles controlados e nos quais, em certos casos, investem na compra de telefones coletivos, computadores, etc.. Tanto mais rendoso o ponto - a exemplo do aeroporto -, quanto mais exacerbado é a disputa territorial. Disso resultam brigas, vandalismo contra carros e agressões



físicas entre motoristas¹³⁹. O desrespeito a ordem das filas de espera dos passageiros gera outros conflitos cujo apaziguamento exige esforços de mediação por parte de colegas.

Por concentrarem muitas interações entre conhecidos e estranhos, os pontos operam como caixas de ressonância da vida urbana. Eles viabilizam a transmissão e aprendizagem de conhecimento sobre riscos mediante narrativas de estórias e casos que enfatizam a sabedoria de rua (Anderson, 1990), a malícia e a habilidade para lidar com situações e tipos humanos diversos, inusitados e, por vezes, perigosos. A sociabilidade intensa e aberta desses lugares também catalisa a formação e transformação de redes (Hannerz, 1980) e nódulos. Além disso, estas concentrações de motoristas e automóveis em espaços públicos contribuem para a representação da categoria como uma força de dissuasão e proteção (Sanders, 2005).

Os pontos são igualmente postos privilegiados de observação da paisagem local da segurança. Considerando a existência de quase 300 pontos regulamentados com 1.313 vagas, espalhados na cidade, pode-se ter uma ideia da sua capilaridade e potencial de coleta de informações. Estacionados ou transitando por eles, os motoristas vasculham seu entorno. À medida que se tornam conhecidos dos moradores, lojistas e transeuntes locais, eles mapeiam as rotinas, atividades normais e rotas de deslocamento (Brantingham; Brantingham, 2010) dessas pessoas. Tal atividade tem, pelo menos, dois efeitos em termos de gerenciamento de riscos. De um lado, eles avaliam a demanda de transporte, organizam as corridas e fazem a triagem, como temos visto, dos passageiros: *Com o tempo, a gente conhece quando a pessoa é daqui e vê logo quando as coisas levantam suspeitas* (MJ, 52 anos, taxista). De outro, eles atuam como nódulos que influenciam as redes de vizinhos, regulam as condições de segurança e ajudam a manter a ordem pública nesses locais.

Percebi que tinham dois rapazes, "molecotes", rodando o mercadinho aqui do lado. Fui discretamente avisar o dono e ele chamou a viatura. Os danados sumiram quando perceberam o movimento da polícia. Desse dia em diante o dono do mercadinho sempre oferece um refrigerante e ficamos conversando. Ele me recomenda aos passageiros e eu continuo de olho na área, qualquer coisa aviso para ele (GI, 47 anos, auxiliar).

¹³⁹ Cf. depoimento: *Lá no BT teve uma briga entre taxistas que saiu até no jornal. Porque um motorista entrou na fila e os outros, que são os 'donos' não deixaram ele ficar. E aí ele peitou os colegas e partiram para a briga. Teve que chamar os seguranças para acalmar. No final, o colega apanhado teve que sair da fila* (MJ, 56 anos taxista).



COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Tal como outros segmentos sociais que buscam limitar a insegurança, gerenciar riscos e incorporar mecanismos de controle nas suas práticas cotidianas (Garland, 2001), os taxistas acionam vários meios, em especial, a comunicação eletrônica para controlar seus espaços de circulação e os indivíduos e grupos que demandam seus serviços.

Apesar das variações dos equipamentos de comunicação, os telefones celulares, com ou sem aplicativos sofisticados, tem primazia entre os motoristas porque, entre outras coisas, potencializam estes controles. Nesse sentido e como relatou uma taxista americana a um dos pesquisadores “com este aparelho eu tenho o mundo nas minhas mãos”. Entretanto, a conexão ou não destes equipamentos com as centrais de chamada telefônicas - independentes ou vinculadas às associações e cooperativas de motoristas – influencia seu alcance e eficácia para captar e filtrar passageiros, e monitorar as corridas.

Efetivamente, os motoristas que não podem ou não querem pagar pelos serviços dessas centrais de chamada (*dispatchers*), tem um raio de comunicação menor do que os que os filiados das mesmas. Enquanto a comunicação dos primeiros restringe-se aos passageiros conhecidos e colegas de ponto de táxi, os motoristas conectados com as centrais podem contatar um círculo maior de passageiros e taxistas.

Ao modo de um filtro de proteção, estas centrais atendem e encaminham as demandas dos passageiros para seus filiados. De forma simultânea, todos os membros recebem o chamado do serviço. Aqueles que se encontram nas proximidades do endereço do cliente comunicam à central que vão atender à chamada. Nessa situação, o taxista não precisa avaliar a demanda para aceitar ou recusar a corrida até porque muitos passageiros já estão cadastrados.

Os taxistas filiados também contam com a vantagem das suas corridas serem monitoradas do começo ao fim. Para isto, as centrais usam códigos para nomear motoristas, tipos de ocorrência, serviços públicos, etc.. Caso o motorista não comunique o final da corrida, a central entra em contato com ele para saber sua situação e localização. Ainda que nas situações de roubos e sequestros os taxistas sejam forçados a desligar o rádio, não atender seus celulares e não emitir sinais luminosos com os faróis, o fato de eles ficarem desconectados ou manifestarem atitudes consideradas estranhas pelos colegas em trânsito, é suficiente para estes acionarem a central e outros motoristas para novos procedimentos. Essas evidências sobre o papel das centrais na coordenação, geração e articulação de atividades de gestão de risco, autorizam pensar que elas operam como nódulos de governança da segurança da suas redes de filiados e, indiretamente, de outras redes de taxistas.



Mas, como esses mesmos equipamentos de comunicação são acionados pela delinquência para consumir ações contra seus alvos (Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009), a proteção viabilizada por eles não pode ser exagerada: *Tinha dois marginais que estavam assaltando taxistas sempre do mesmo jeito; pegavam corrida para aeroporto e chamavam pelo rádio no S [bairro]. Cada um dia ele falava um nome diferente e endereço diferente. Foram mais de dez assaltos em cinco meses* (TE, 48 anos, taxista). Do mesmo modo, um assaltante usou seu celular para identificar e roubar, dentro da modalidade conhecida como "saidinha bancária", um taxista que fez um saque, e depois fugiu em uma motocicleta de um comparsa que o aguardava em um local previamente combinado (LE, 45 anos, auxiliar).

MOBILIZAÇÃO

Se as práticas da espera estratégica e da comunicação eletrônica envolvem a formação de nódulos, é na mobilização dos motoristas que pode-se perceber, de modo mais claro, a ativação e condensação dessa governança. As formas assumidas pela mobilização são: a escolta de motoristas, a busca de carros roubados e o resgate de vítimas, o apoio em conflitos interpessoais e os linchamentos esporádicos de suspeitos de incivildades e crimes contra os taxistas¹⁴⁰.

A escolta de motoristas acontece quando estes decidem transportar passageiros duvidosos para não perder dinheiro, mas avisam aos colegas, como já vimos, para "ficarem de olho" na situação. São estes taxistas que seguem o carro e mantém contato com o motorista até o fim da corrida. Caso o passageiro resolva "aprontar," os colegas acionam os protocolos específicos do nódulo. Por sua vez, a busca de carros roubados de colegas também começa por iniciativa de conhecidos da vítima, e na sequência incorpora outros taxistas dispostos a participar seja por expectativas de reciprocidade, seja por desejo de aventura.

Quando eu estava chegando em casa dois marginais me abordaram, estava um deles com uma arma, me mandou sair do carro e andar sem olhar para trás. Levaram o carro, o celular, o dinheiro do dia todo de trabalho. Subi pra casa e lá liguei para uns colegas que começaram a procurar o carro. Encontrei o carro dois dias depois, abandonado no bairro de F. Um colega localizou e me avisou. Quando cheguei lá ele já tinha chamado a polícia e eu nem conhecia o colega. Fico agradecido pra

¹⁴⁰ Ao lado dessas formas de mobilização, tem os protestos motivados por assassinatos de taxistas. Reunindo dezenas de motoristas em diferentes pontos da cidade e, muitas vezes, nas imediações de prédios da secretaria de segurança pública, estes protestos reivindicam proteção e segurança no trabalho (Braga, 2006). Embora não logrem respostas efetivas das autoridades, eles também ampliam a representação social da categoria como uma força de dissuasão e proteção disposta a enfrentar, com seus próprios meios, a delinquência.



sempre com a solidariedade dos colegas que não me cobraram nada. E é assim, quando um colega também precisa de mim faço o mesmo (HA, 55 anos, taxista).

Efetivamente, apesar do individualismo e da competitividade entre os membros da categoria, muitos motoristas manifestam disponibilidade e prontidão para dar força aos colegas nestes e em outros apuros. Para isto, eles intensificam a atenção, trocam informações via comunicação eletrônica, como vimos antes, e multiplicam diligências para identificar e verificar as ocorrências, e apoiar às vítimas.

As situações de conflito entre taxistas, passageiros e mesmo motoristas comuns, igualmente motivam o apoio aos colegas. Tratando-se de uma categoria integrada por profissionais “durões” não é raro que estes ajam de modo agressivo contra os adversários. Isto foi o que sucedeu em outra cidade da região após três passageiros jovens, julgados suspeitos e descartados pelo motorista, não pagarem pelo trecho da corrida e, ainda por cima, jogarem uma pedra no para-brisa do carro. Em um revide desproporcional, típico do que chamamos de comunidades ofensivas, o taxista sacou sua arma, atirou e feriu dois deles e seguiu em perseguição, acompanhado pelos colegas de ponto de táxi, do terceiro que tinha fugido (Julien Zeppetella, comunicação pessoal, 25/05/2012).

O linchamento é um momento agenciador (*agentive moment*) que converte as vulnerabilidades dos sujeitos em práticas de inscrição de signos de poder e desvio no corpo dos seus alvos (Godoy, 2006; Johnston, 1996; Cerqueira; Noronha, 2006; Pratten, 2007; Adorno, 2010). Sob justificativas claras ou ambíguas relativas à inoperância da polícia e importância da autoajuda em matéria de justiça, grupos de motoristas vigilantes empreendem ações vistas como um meio coletivo, rápido e eficiente de punição.

A gente conta sempre com a polícia, eles até demonstram boa vontade em ajudar, mas são limitados também. Dificilmente a gente encontra coisas que foram roubadas. E quando maltratam ou matam um colega, aí o grupo se agita e, se puder não espera pela polícia não (MJ, 56 anos, taxista).

Como proceder neste conflito sobre assuntos de vida e morte se a presença do governo estatal, alvo da agressão, é intermitente? Os motoristas deslocam sua hostilidade para objetos representativos e simbólicos, mas reais, concretos e equivalentes, do Estado a quem se quer atingir. A invasão dramática de prédios oficiais, a ocupação de espaços comuns, os atos de vandalismo contém um quantum de catarse que serve para vocalizar sua sensação de desamparo e desassossego, alertar às autoridades públicas que promovam a



segurança, e ainda para deixar claro aos predadores potenciais o custo elevado de ataques aos motoristas.

Junto aos linchamentos discretos, longe do público e sem confronto com as autoridades, há ações espetaculares como a ocorrida em outra cidade do estado da Bahia, em 2004. Neste evento, taxistas invadiram uma delegacia, retiraram um suspeito de assassinato de um motorista que ali se encontrava preso, e depois o amarraram, arrastaram em um carro e mataram (*A Tarde*, 03.02.2004). Nessas empreitadas, todos são bem vindos, até os novatos que costumam ser maltratados pelos veteranos: *Nessa hora* [quando um motorista é morto] *todos os taxistas se unem. Não tem paraguaio* [taxista novato], *nem elite. Todos ajudam na busca e auxiliam no trabalho da polícia na busca do assassino* (CG, 55 anos, taxista).

A captura de suspeitos pode ser por flagrante ou uma busca específica. O flagrante é exemplificado pela captura de um casal de passageiros que, ao pedir para mudar o destino da corrida para um bairro mal visto, despertou desconfiança e levou a que o taxista, em um surto paranoico, acionasse por telefone seus colegas que, prontamente, interceptaram o carro e iniciaram o linchamento (blog *Plantão de polícia*, 16/05/2012). Trata-se de mais uma forma de deslocamento da hostilidade, que evidencia a celeridade perigosa dessa justiça de rua. Quanto à busca específica, algumas evidências mostram que a "caçada", como demonstração de força e coragem masculinas, começa por iniciativa de taxistas mais decididos e conhecidos da vítima e passa, em seguida, a envolver grupos maiores.

Quando mataram nosso colega em D. Ele era uma pessoa tranquila, um pai de família, estava trabalhando e dia tamanho pegaram ele na Rodoviária, levaram para D e mataram sem necessidade. Juntou um grupo de vinte taxistas conhecidos dele e começou a caçada. No final já tinha mais de cinquenta taxistas ajudando a polícia. Localizaram o carro e encontram dois suspeitos. Fomos todos pra lá pra linchar, mas polícia já estava lá com eles e não deixou, mas a vontade da gente era acabar com ele também (CG, 55 anos, taxista).

Com respeito à participação de policiais, estes agem como agentes públicos e privados. De um lado, como agentes públicos eles participam da busca dos suspeitos mas impedem que os taxistas "acabem" com aqueles, sobretudo nas situações em que a captura foi presenciada por terceiros e pode implicar em responsabilização. De outro, como colegas taxistas e conhecidos que integram as redes e nódulos expandidos, os policiais fornecem e checam informações. Nesse sentido, há indícios que além dessa troca, eles omitem-se, por impotência ou simpatia, em relação aos atos de linchamentos, ou mesmo entregam os suspeitos aos perseguidores.



Tinha dois marginais que estavam assaltando taxistas sempre do mesmo jeito, pegavam no S corrida para aeroporto e chamavam pelo rádio. Cada dia ele falava um nome e endereço diferente. Foram mais de dez assaltos em cinco meses. Começamos a perceber que era o mesmo cara. Um dia a gente pegou. Eu chamei a polícia, mas dizem que um grupo de taxistas chegou antes da polícia e levou os dois para as dunas lá em A e lá bateram ... e dizem que enterraram os dois vivos (TE, 48, anos, taxista).

O balanço das práticas coletivas de segurança mostra que elas estruturam e são estruturadas por redes nodulares que combinam esforços para a produção de efeitos desejados. Tais esforços são a seleção de espaços seguros de circulação, a triagem e a filtragem presencial e telefônica de passageiros, a mobilização em prol de colegas em dificuldade e da punição de suspeitos de ataques predatórios. Sob esta perspectiva, a existência de uma grande rede social mantida por laços ocupacionais e simbólicos comuns, favorece o desenvolvimento de circuitos de conhecimento sobre segurança e risco que é transmitido, recebido e operacionalizado pelos nódulos individuais e expandidos. O pertencimento ao grupo, que facilita e empodera os indivíduos, é o que conta.

Estes procedimentos igualmente expressam a centralidade do território nas avaliações e formas de mobilização dos atores para controlá-lo (Herbert, 1997). Coerente com a capacidade de penetração e controle do espaço (1977) dos motoristas, as práticas são referidas ou projetadas nos indivíduos e grupos que naquele demandam seus serviços. Por exemplo, as evidências sugerem que a espera estratégica nos pontos de táxi, em especial, nos mais rendosos, reduz a necessidade de pegar usuários nas ruas e melhora a triagem e filtragem dos passageiros. Nesse sentido, ela funciona como um amortecedor ecológico (*ecologic buffer*) das ameaças e perigos nas suas áreas de atividade (Paes-Machado; Riccio-Oliveira, 2009). Ainda nos pontos de táxi, é possível observar a formação de nódulos que influenciam as redes de moradores e lojistas, regulam as condições de segurança e ajudam a manter a ordem pública nesses locais.

Dignos de nota são os efeitos simbólicos das aglomerações cotidianas de taxistas e dos seus automóveis nesses espaços públicos. Tais efeitos reforçam a representação dessa categoria heterogênea como um grupo coeso e uma força de dissuasão e proteção. Por sua vez, a comunicação eletrônica replica, multiplica e potencializa as redes, assim como facilita, no caso da comunicação via centrais de chamada telefônica, a captação de passageiros, a filtragem de chamadas, o monitoramento das corridas e o resgate de vítimas. Tais



atividades qualificam estas centrais como nódulos de segurança das suas redes de filiados e, indiretamente, de outras redes de taxistas.

Entretanto, é nas formas de mobilização que percebe-se, de modo mais claro, a proliferação, no tecido molecular das redes, de nódulos expandidos de governança da segurança. Dada a sinergia entre as redes, a mobilização é uma oportunidade para elas descarregarem seu potencial e suas demandas de atuação realizadora naqueles arranjos executivos, pois é preciso, afinal de contas, fazer coisas, tomar decisões e assumir tarefas inadiáveis em termos de gestão do risco e da segurança.

As atuações desses nódulos expandidos – e híbridos – evidenciam ainda a triangulação, troca e checagem de informações, servindo para o aprofundamento da inteligência e agilização da tomada de decisões. Também há atuações que dissolvem os limites entre, de um lado, a prevenção proativa de riscos e a punição reativa, e de outro, entre as comunidades defensivas e ofensivas. A reação punitiva radicaliza o componente de dissuasão presente em outras práticas, configurando uma promoção negativa da segurança. Entendendo, porém, que tal uso não é uma exclusividade desses motoristas, pois está amplamente disseminado entre outras governanças estatais e privadas da segurança, cabe enfatizar que o grande desafio para todas elas é a pacificação e democratização da regulação do crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insegurança e, em contraste, as práticas de segurança dos taxistas nas suas redes tem sido longamente ignoradas. Apesar de parecerem um tópico marginal e obscuro para os criminólogos, elas são relevantes por várias razões. Para a criminologia ambiental, por exemplo, a análise dessas práticas nas passagens (ou condutores espaciais) remete às atividades que conectam nódulos e *hubs* nos cenários urbanos, e contribuem para pensar as modalidades espaciais assumidas pela governança da segurança.

As nuances dessas práticas cotidianas apontam, portanto, para uma concepção dinâmica do espaço e do gerenciamento de risco. De um lado, os taxistas devem pensar à frente, de um modo antecipatório, sobre risco para poder gerenciá-lo e preveni-lo; de outro, a sua grande mobilidade socioespacial os leva à adequação, a cada momento e em cada espaço, da sua bateria de práticas de gerenciamento: a seleção de espaços seguros de circulação, a triagem e filtragem de passageiros, a mobilização para apoiar colegas em dificuldades e punir suspeitos de ataques predatórios e, no extremo, a oposição individual aos atacantes.



Este gerenciamento, contudo, não depende apenas das decisões dos atores. Ele pode ser comprometido pela necessidade de ganhar dinheiro e, em especial, sobreviver na ocupação. Por isso, eles frequentemente arriscam e sabem que arriscam. Ademais, as disparidades de recursos, que tem sido apontadas pelos estudiosos da governança da segurança, estão muito presentes aqui. Enquanto o segmento superior da ocupação pode bancar a evitação de risco, a maioria dos motoristas não. Para os que não transferem riscos, nem atuam em bolhas de segurança a situação é outra. Entre eles, o jogo duro da sobrevivência gera condutas pendulares e, até certo ponto, erráticas - de ora levantar, ora baixar a guarda em relação aos usuários -, que cobram um preço amargo, traumático e, às vezes, trágico. Daí o sentimento agudo de vulnerabilidade e o revanchismo agudo desses profissionais que estão na origem das suas práticas vigilantistas.

As práticas cotidianas remetem às relações entre redes e nódulos que permeiam a governança da segurança. À semelhança de redes de pescadores que alternam malhas seguidas de nós firmes e compactos, as redes e nódulos em tela alternam na densidade e qualidade de interações sociais entre seus integrantes. As malhas mais leves e fluidas, os nódulos mais densos e compactos. A intermitência entre as duas densidades pode ser caracterizada como grau de autoridade a serviço de uma mesma ação de governança. Afinal, as malhas das redes são mais numerosas, extensas, flexíveis, sempre equilibrando a imersão e a emersão - a capacidade de aprofundamento, flutuação e marcação do seu lugar nos cursos de ação -, pois seu negócio é por em relação, captar e disseminar informações acerca dos enigmas da segurança e do risco.

Desse ponto de vista, as redes nodulares jogam um papel fundamental na produção, acumulação e operacionalização de inteligência securitária leiga, uma noção que amplia as de saber local (Johnston; Shearing, 2003) e conhecimento da ecologia urbana (St. Jean, 2007), sem se confundir com a de mapa cognitivo (Reiner, 2004). Parecida com este quanto à sensibilidade social e ao uso recorrente da estereotipagem - para lidar com sinais de perturbação, perigos potenciais e tipos suspeitos (2004) -, a inteligência em questão supõe uma familiaridade dos agentes com o mundo em que estão imersos que dispensa o recurso aos mapas (Ingold, 2000).

Com lentes sistêmicas, podemos dizer que esta inteligência leiga é constituída de sinapses de percepção de cenários e atores urbanos. Ainda que use e abuse do estereótipo, gerando acertos e desacertos, ela é mais do que isto. Tal inteligência extrai informações sobre a paisagem urbana da segurança e é beneficiária da triangulação, troca e checagem de informações com outras redes sociais, o que



contrabalança, em parte, aquelas limitações. Em outros termos, como observadores privilegiados de um ponto de vista móvel, com perspectiva do que está a sua frente, mas também com reminiscência de quem utiliza constantemente os espelhos retrovisores, os taxistas elaboram um saber que nutre não somente sua própria rede de segurança, mas também outras redes estatais e paraestatais. Conseqüentemente, esses nódulos de governança acumulam discernimentos e soluções de sobrevivência difusos, locais e eficazes que escapam ao governo estatal. Talvez resida aí a reelaboração da semântica da segurança (Johnston; Shearing, 2003; Zedner, 2009).

Contudo, em contraste com autores que pensam que os nódulos devem ser formalmente instituídos e estruturados para serem eficazes (Burris, Drahos et al., 2005), enfatizamos a importância da sinergia das redes para a geração e operação desses nódulos. Sob essa perspectiva, a mobilização, positiva e negativa, dos taxistas viabiliza a proliferação, no tecido molecular das redes, desses pontos onde “amarram-se” as coisas, onde os contratos psicossociais são celebrados e as decisões tomadas. A mobilização é uma oportunidade para as redes fluírem seu potencial e suas demandas de atuação realizadora. Além de serem depositários destas demandas, os nódulos parecem devolver o tônus da autoridade às redes, recriando outros fluxos de ação e renovando a eletricidade das sinapses. Enfim, sobram indícios que os nódulos compactam os fragmentos de autoridade desprendidos das redes, refazem os elos imprescindíveis para o incremento da capacidade de resposta no campo da segurança quotidiana. Tal potência governamental, contudo, precisa ser compatibilizada com uma governança da segurança mais ampla, justa e democrática.

REFERÊNCIAS

A TARDE (2004) “Taxistas lincham criminoso, 03.02.2004. Salvador.

ADORNO, S. (2010) “Linchamento e poder”. In: BARREIRA, C. (org.). **Violência e conflitos sociais: trajetórias de pesquisa**. Campinas: Pontes, pp. 69-87

ANDERSON, E. (1990) **Streetwise: race, class and changes in an urban community**. Chicago, IL: University of Chicago Press.

BLESA, S. (2012) Perigo ronda quem dirige em Salvador. **A Tarde**. Salvador. 08/10/2012. p.11

BLOG PLANTÃO DE POLÍCIA. (2012) “Acusado de assalto é linchado antes de ser preso.” 16.05.2012. Disponível em



<http://centraldepoliciafsa.blogspot.com.br/2012/05/acusado-de-assalto-e-linchado-antes-de.html>

BRAGA, I. (2006) “Taxistas fazem protesto pedindo mais segurança. **A Tarde.** <http://atarde.uol.com.br/noticia.jsf?id=646297>.

BRANTINGHAM, P.L.; BRANTINGHAM, P. J. (2010) “Nodes, paths and edges: considerations on the complexity of crime and the physical environment.” In: ANDERSEN M. A.; BRANTINGHAM P. J.; KINNEY, J. B. **Classics in environmental criminology.** Boca Raton/London/New York: CRC Press Taylor and Francis Group, pp.273-310.

BURRIS, S.; DRAHOS, P.; SHEARING, C. (2005) “Nodal governance”. **Temple Law School Working Papers/Australian Journal of Legal Philosophy**, n.30.

CALDEIRA, T. P. do R. (2000) **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp: Editora 34.

CASTELS, M. (2000) "Materials for an exploratory theory of the network society". **British Journal of Sociology** Vol. No. 51 Issue No. 1 (January/March 2000). pp. 5–24.

CARTER, D.L (2009) **Law enforcement intelligence: a guide for state, local, and tribal law enforcement agencies.** Washington, D.C.: U. S. Department of Justice/ Office of Community Oriented Policing Services.

CERQUEIRA, R.; NORONHA, C. V. (2006) “Escrito em vermelho: a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento no jornal.” **Caderno CRH**, v. 19, n.47, p. 259-276, Salvador Maio/Ago.”

CORREIA, M.P .de B. (2012) “Tecendo as malhas do véu”. Disponível em <http://www.interseccaopsicanalitica.com.br/int-biblioteca/bib-participantes.html>, consultado em 08/06/2012.

CRAWFORD, A. (1997) **The local governance of crime: appeals to community and partnerships.** Oxford/ New York: Oxford University, Great Clarendon Street.

DUPONT, B. (2006) “Power struggles in the field of security: implications for democratic transformation”. In: WOOD, J.; Dupont, B. **Democracy, society and the governance of security.** West Nyack, NY: Cambridge University Press, pp.86-110.



FELSON, M. (2006) **Crime and nature**. Thousand Oaks/Londres/Nova Deli: Sage.

FLICK, U.E. (2009) **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed.

GAMBETTA, D.; HAMMIL, H. (2005) **Streetwise: how taxi drivers establish their customers' trustworthiness**. Nova York: Russel Sage Foundation.

GARLAND, D. (2001) **The culture of control: crime and social order in contemporary society**. Oxford: Oxford University Press.

GAUTHIER, J. (2012) “Armadilha feminina: mulheres servem de iscas e atraem motoristas para assaltos”. Salvador: **Correio da Bahia**, pp. 18-19.

GODOY, A.S. (2006) **Popular injustice: violence, community, and law in Latin America**. Stanford: Stanford University Press.

GOFFMAN, E. (1963) **Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings**. Free Press of Glecoe: Collier-Macmillan.

GREGORY, R. L. (1997) “Knowledge in perception and illusion.” **Phil. Trans. R. Soc. Lond. B** 352, 1121–1128”.

HABERMAS, J. (1987) “A nova intransparência.” **Novos Estudos Cebrap**, 18, set., p.103-114.

HAINES, F.; CAHILL, C. (1996) **Survey of Victorian taxi drivers: towards a safer work environmental for Victorian taxi drivers**. Victoria: Safety Committee.

HANNERZ, U. (1980) **Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology**. Nova York: Columbia University.

HERBERT, S. (1997) **Policing space: territoriality and the Los Angeles Police Department**. Minneapolis. University of Minnesota Press.

HUGGINS, M.K. (2000) “Urban violence and police privatization: blended invisibility”. **Social Justice** Vol 27, N. 2 (2000): 113-134

INGOLD, T. (2000) **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London/New York: Routledge.



IVO, A. B. L. (2004) “A urban governance e as políticas sociais: entre consentimento e participação”. In: ZICARDI, A. (Coord). (Org.) **Participación ciudadana y políticas sociales en el ambito local**. México: IIS-UNAM/Consejo Mexicano de Ciencias Sociales, p. 77-104.

JOHNSTON, L. (1996) “What is vigilantism?” **Brit. J. Criminology** 36 (2): 220-236.

_____ ; SHEARING, C. (2003) **Governing security: explorations in policing and justice**. London/New York: Routledge.

KINNEY, J.B. (2010) “Futures spaces: classics in environmental criminology: where do we go from here?” In: ANDERSEN, M. A.; Bratingham, P. J.; Kinney, J.B. **Classics in environmental criminology**. Boca Raton/London/New York: CRC Press Taylor and Francis Group, pp. 481-487.

LINGER, D. (1992) **Dangerous encounters**. Stanford: Stanford University Press.

LYSAGHT, K.; BASTEN, A. (2003) “Violence, fear and the 'everyday': negotiating spatial practice in the the city of Belfast.” In: STANKO, E., **Meanings of violence**. Londres: Routledge, pp. 124-242.

MANNING, P. K. (2006) “Two case studies of American anti-terrorism.” In: WOOD, J.; Dupont, B. **Democracy, society and the governance of security**. West Nyack, NY: Cambridge University Press. pp. 52-85.

MARSH, D.; RHODES, R.A.W. (1992) “Policy communities and issue networks: beyond typology.” In: MARSH, D.; Rhodes, A. W. (eds), **Policy Networks in British Government**. Oxford: Clarendon Press, pp 249-268.

MISSE, M. (1997) “As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio.” **Educação e Contemporaneidade**, ano 2, 1 (1): 1-26.

MOORE, S E H. (2009) “Cautionary tales: drug-facilitated sexual assault in the British media.” **Crime Media Culture**. v.5, n. 3, p. 305-320.

MOREIRA DE CARVALHO, I. M.; CORSO PEREIRA, G.(eds.) (2006) **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: Editora da UFBA.



NASCIMENTO, A.M.D.N. (2010) **Baixando a guarda, levantando a guarda: um estudo sobre as defesas contra a violência entre motoristas de táxi em Salvador.** Tese de doutorado. Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia.

NIOSH (National Institute for Occupational Safety and Health). (1996) **Violence in the workplace.** Cincinnati, Department of Health and Human Services, n. 57.

PAES-MACHADO, E.; NORONHA, C. V. (2002) **Indicadores de vitimização de motoristas de táxi de Salvador.** Salvador, Instituto de Saúde Coletiva.

_____; LEVENSTEIN, C. (2004) "I'm sorry everybody, but this is Brazil: armed robbery on the buses in Brazilian cities." **Brit. J. Criminol.** 44: 1-14.

_____. (2005) **Projeto de Pesquisa Vitimização e estratégias de segurança dos motoristas de táxis em Salvador.** Salvador: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia.

_____; RICCIO-OLIVEIRA, M.A. (2009) "O jogo de esconde-esconde: trabalho perigoso e ação social defensiva entre motoboys de Salvador". **RBCS** Vol. 24 n. 70 junho."

_____; NASCIMENTO, A.M. (2011) "Bank employees don't go to Heaven: processes of victimization of bank employees for violent crimes." In HUTCHERSON, A. N. (ed.). **Psychology of victimization.** New York: Nova Science Publishers. pp. 81-106.

PRATTEN, D. (2008) "The thief eats his shame: practice and power in Nigerian vigilantism." **Africa: The Journal of the International African Institute**, Volume 78, Number 1, pp. 64-83.

REINER, R. (2004) **A política da polícia.** São Paulo: Edusp.

RHODES, T. (1997) "Risk theory in epidemic times: sex, drugs and the social organization of risk behavior." **Sociology of Health and Illness**, 19: 208-227.

SANDERS, T. (2005) **Sex work: a risky business.** Devon: Willan Publishing.

SHEARING, C. (2006) "Reflections on the refusal to acknowledge private governments." In: WOOD, J.; Benoit, D.



Democracy, society and the governance of security. West Nyack, NY: Cambridge University Press. pp.11-32.

SILVA NETTO, G.M. (2011) "Taxiando em Recife: vulnerabilidade, avaliações e estratégias de auto-proteção." **XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS** 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE.

SMITH, S. (1986) **Crime, space and society.** Cambridge: Cambridge University Press.

STENNING, P. C. (1995) **Fare game, fare cop, victimization of, and policing by, taxi drivers in three Canadian cities: Report of a preliminary study.** Toronto: Centre of Criminology of the University of Toronto.

ST. JEAN, P. K. B. (2007) **Pockets of crime: broken window, collective efficacy and the criminal point of view.** Chicago/Londres: University of Chicago Press.

SUTTLES, G.D. (1968) **The social order of the slum.** Chicago: Chicago University Press.

TELLES, V. da S. (2010) **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argumentum.

ZEDNER, L. (2009) **Security.** London/New York: Routledge.
WALKLATE, S. (2001) **Gender, crime and criminal justice.** Portland, Oregon: Willan Publishing.

WOOD, J.; SHEARING, C. (2007) **Imagining security.** Portland, Oregon: Willan Publishing.

_____; DUPONT, B. (2006) **Democracy, society and the governance of security.** West Nyack, NY: Cambridge University Press.



da Revista É uma publicação semestral da FSBA. Pode ser comprada, assinada e/ou permutada. Cada número trata de questões relativas ao ensino superior privado e à produção e difusão do conhecimento.

dos Temas A revista da FSBA publicará temas que enfoquem questões relativas às áreas de conhecimento em que estão concentrados os cursos que oferece, a saber: Artes Cênicas, Administração - Recursos Humanos e Gestão de Negócios, Comunicação Social – Jornalismo e Publicidade e Propaganda, Direito, Educação Física, Fisioterapia, Psicologia, Normal Superior – Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, Pedagogia, Ciências da Religião.

Incluem-se ainda os assuntos referentes ao modelo de organização das instituições de ensino privado, pesquisa e extensão, seus efeitos sobre a formação de recursos humanos, sobre a produção e difusão do conhecimento, e análise conjuntural.

- da Publicação**
- 1 As colaborações para publicação na revista Diálogos Possíveis deverão ser inéditas.
 - 2 As contribuições recebidas serão submetidas à apreciação de membros do Conselho Editorial ou consultores ad hoc, dentro de suas especialidades.
 - 3 O Conselho Editorial poderá sugerir ao autor, quando necessário, modificações de ordem temática e/ou formal.
 - 4 Artigos encomendados terão prioridade na publicação.
 - 5 Os trabalhos recebidos não serão devolvidos aos autores.
 - 6 Os artigos devem ser apresentados em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
 - 7 O(s) autor(es) deve(m) apresentar uma síntese biográfica de, no máximo, duas linhas, na qual devem constar formação profissional, cargo/função, titulação, local de trabalho e endereço eletrônico.
 - 8 O resumo deve ser informativo, e vir acompanhado de três a cinco palavras-chave.
 - 9 O resumo e as palavras-chave devem ser acompanhados de sua versão para o inglês.
 - 10 O sistema de chamada das citações deve ser o alfabético (autor/data) ou numerada.
 - 11 Os trabalhos devem ser digitados em Word (versão 6.0, no mínimo), em fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1/5, com, no máximo, 20 páginas, e devem vir revisados, acompanhados de disquete em Word for Windows.
 - 12 Arquivos inseridos/colados no documento, como imagens e tabelas, devem ser enviados separados do documento.
 - 13 Em casos excepcionais, podem ser encaminhados via internet para o e-mail dialogospossiveis@fsba.edu.br e/ou efd@fsba.edu.br
 - 14 A lista de referências deve ser ordenada alfabeticamente, segundo a autoria dos documentos.
 - 15 As notas devem ser de fim de página.